ENTREGÁVEL 12

Versão preliminar

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, AMBIENTAL E DE INCLUSÃO DE GÊNERO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário nas comunidades do CBR através do Programa João Pessoa Sustentável, no âmbito do município de João Pessoa – PB.

CONTRATO nº 02.007/2021 – UEP/SEGGOV

João Pessoa/PB

JULHO 2022

Prazo para Elaboração:

Período de 26 meses

EQUIPE TÉCNICA

Elaboração	**Função**
Eleusina Lavor Holanda de Freitas	Coordenação Geral
Thaís Polydoro Ribeiro	Coordenação Geral
Evangelina Pinho	Coordenação Jurídica
Lúcia Siqueira	Coordenação PDT
Giovana Rached	Assessoria Jurídica
Marco Aurélio de Arruda Barros	Técnico Social - Coordenador do cadastro
Rodrigo de Azevedo	Arquiteto - Técnico Social
Maria de Lourdes Costa Souza	Arquiteta -Técnico Social
Maria Raquel Mattoso Mattedi	Socióloga - Técnico Social
Sylvio Fleming Batalha da Silveira	Sociólogo - Técnico Social
Gabriel Kraychete	Economista especialista em Desenvolvimento Econômico
Yohanna Ribeiro Klafke	Bióloga especialista em Meio Ambiente
Marina Brito Pinheiro	Especialista Gênero
Daniel Vio	Especialista em Desenvolvimento Econômico
Dayanny Deyse Leite Rodrigues	Especialista de Gênero - Apoio ao PDT
Vinicius Gonçalves Dos Santos	TI - Avaliação - Tabulação dos Dados
André Luíz Rodolfo Pascoal	Administrador
Isabela Bastos	Arquiteta
Letícia Zerati	Estagiária de Arquitetura
Maria Luíza Jerônimo	Estagiária de Arquitetura
Jonathan Mello	Estagiário de Arquitetura

Equipe de Campo	
Rosangela Escorza	Representante do Consórcio em João Pessoa – (Preposta)
Ana Cândida Aires Ribeiro	Técnica Social
Janaína Nunes da Silva	Técnica Social
Ana Clara de Lira Nunes	Técnico Social
Mônica Gomes	Técnico Social
Danielle Carneiro Pedrosa	Técnico Social
Mirella Cinthia Clemente Ferreira	Apoio Administrativo
Joania Lorena Barbosa Feliz	Apoio Administrativo
Cledna Patricio Alves Vieira	Apoio Administrativo
Carolina de Lira Nunes	Apoio Administrativo
Shirley Emanuelle	Comunicóloga
Erick Douglas dos Santos	Estagiária Serviço Social
Maria Fernanda da Silva Pereira	Estagiária Serviço Social
Rebecca Justino França	Estagiária Serviço Social
Jadiel de Araújo	Estagiário Serviço Social
Débora Martins	Estagiária Direito
José Angelo do Nascimento Neto	Estagiário de Arquitetura
Vitória Borges	Estagiário de Arquitetura
Sara Pereira Dutra	Auxiliar de Serviços Gerais

Lista de figuras

Figura 1 - Áreas de Intervenção no Complexo Beira Rio 14

Figura 2 - Complexo Beira Rio 16

Figura 3 - Localização dos terrenos. 18

Figura 4 - Terreno 01 19

Figura 5 - Terreno 02 19

Figura 6 - Terreno 03 19

Figura 7 - Etapas e pilares estratégicos do PDT. 29

Figura 8 - Perfil comunitário construído através da linha do tempo das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira 33

. Figura 9 - Resultado do mapeamento realizado por jovens sobre a qualidade ambiental na sua comunidade 34

Figura 10 - Resultado do mapeamento realizado com moradores de uma comunidade em Recife sobre a sensação de insegurança no território 34

Figura 11 - Fontes de coleta de informações do PDT. 36

Figura 12 - Exemplo de mapa de selagem-trecho da comunidade de Santa Clara. 37

Figura 13 - Selo usado para selagem. 37

Figura 14 - Espelho do aplicativo. 38

Figura 15 - Número da pesquisa amostral na comunidade Cafofo/Liberdade. 40

Figura 16 - Número da pesquisa amostral na comunidade Brasília de Palha. 40

Figura 17 - Número da pesquisa amostral na comunidade Padre Hildom Bandeira. 41

Figura 18 - Número da pesquisa amostral na comunidade Vila Tambauzinho. 41

Figura 19 - Número da pesquisa amostral na comunidade Miramar. 41

Figura 20 - Número da pesquisa amostral na comunidade Tito Silva. 41

Figura 21 - Número da pesquisa amostral na comunidade São Rafael. 42

Figura 22 - Número da pesquisa amostral na comunidade Santa Clara. 42

Figura 23 - Sede da Funsat. 48

Figura 24 - Áreas de atuação da Funsat 48

Figura 25 - “Operação desabrigado”. 48

Figura 26 - Conjunto Renascer II. 48

Figura 27 - Complexo Beira Rio. 50

Figura 28 - Agrupamento das comunidades do CBR segundo suas características ambientais 53

Figura 29 - Domicílios cadastrados por tipo de uso, 2021/2022 55
Figura 30 - Documentação referente ao domicílio. 55
Figura 31 - Número de pavimentos. 56
Figura 32 - Número de cômodos 57
Figura 33 - Localização dos ESF. 58
Figura 34 - Instituições de ensino municipal. 59
Figura 35 - Instituições de ensino estadual. 59
Figura 36 - Localização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). 61
Figura 37 - Locais de participação apontados pelos entrevistados - pesquisa censitária/cadastral. 62
Figura 38 - Locais de participação apontados pelos entrevistados - pesquisa amostral. 62
Figura 39 - Escolaridade dos responsáveis pela família no CBR. 64
Figura 40 - Cor dos responsáveis pela família no CBR. 65
Figura 41 - Principal responsável por estado civil 65
Figura 42 - Principal responsável tempo de moradia no domicílio. 66
Figura 43 - Principal responsável e deficiência.. 66
Figura 44 - Principal responsável e inscrição no CadÚnico. 67
Figura 45 - Inscrição no CadÚnico por comunidade. 67
Figura 46 - Beneficiários do Auxílio Brasíl por comunidade. 68
Figura 47 - Principal responsável por gênero. 68
Figura 48 - Principal responsável por gênero por comunidade. 68
Figura 49 - Principal responsável mulher por estado civil. 70
Figura 50 - Principal responsável mulher por escolaridade. 71
Figura 51 - Perfil das mulheres vítimas de violência nos bairros do CBR. 88
Figura 52 - Descarte de lixo - pesquisa censitária/cadastral e amostral. 93
Figura 53 -Abastecimento de água - pesquisa censitária/cadastral e amostral. 97
Figura 54 -Armazenamento de água - pesquisa censitária/cadastral e amostral 98
Figura 55 -Tratamento de água - pesquisa censitária/cadastral. 99
Figura 56 -Esgotamento sanitário - pesquisa censitária/cadastral. 100
Figura 57 -Existência existência ou não de cozinha e condição dos domicílios do CBR. 107
Figura 58 - Condição da existência do banheiro nos domicílios do CBR. 107

Figura 59 -Material de construção das casas d*o CBR*. 108

Figura 60 -Tipo de revestimento das paredes internas das casas. 108

Figura 61 -Tipo de piso. 109

Figura 62 -Problemas de alicerces. 109

Figura 63 -Problemas *rachaduras nas casas.* 110

Figura 64 -Problemas *de goteiras* 110

Figura 65 -Problemas de goteira 110

Figura 66 - Distribuição das atividades econômicas no CBR. 123

Lista de fotos

Foto 1 - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Oportunidades de Trabalho e Renda - Subgrupo Comerciantes. Janeiro, 2022. 31

Foto 2 - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Oportunidades de Trabalho e Renda - Subgrupo Trabalhadores de Reciclagem e Criadores de Animais. Fevereiro, 2022. 31

Foto 3 - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Oportunidades de Trabalho e Renda - Subgrupo Comerciantes. Janeiro, 2022. 31

Foto 4 - Atendimento social no ELO. Maio, 2022. 31

Foto 5 - Instalação da Comissão de Acompanhamento Permanente (CAP). junho, 2022. 32

Foto 6 - Construção do Perfil Comunitário das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira. 33

Foto 7 - Construção do Perfil Comunitário das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira. 33

Foto 8 - Aplicação do selo. 37

Foto 9 - Oficina de costura em São Rafael. 46

Foto 10 - Fabricação de vasos e esculturas em Santa Clara. Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA 46

Foto 11 - Produção personalizados para festas em Tito Silva. 46

Foto 12 - Salão de Beleza em Padre Hildon Bandeira.. 46

Foto 13 - Plantão de atendimento da equipe do centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra no Elo de Santa Clara. 61

Foto 14 - Plantão de atendimento da equipe do centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra junto com a equipe do Consórcio Demacamp-Ânima no Elo de Santa Clara. 61

Foto 15 - Lixo encontrado em um domicílio na comunidade de São Rafael sem estar acondicionado de forma correta. 94

Foto 16 - Animal encontrado na comunidade de Padre Hildon em meio ao lixo. 94

Foto 17 -Falta de esgotamento adequado na comunidade de Miramar. 100

Foto 18 -Falta de esgotamento na comunidade Tito Silva. 100

Foto 19 - Criação de animais e Marcenaria em mesmo lote. 121

Foto 20 - Criação de animais e Marcenaria em mesmo lote. 121

Foto 21 - Comercialização e produção de Vasos em Santa Clara. 124

Foto 22 - Comercialização e produção de Vasos em Santa Clara. 124

Foto 23 - Espaço do selo SRC- 02 para armazenamento da reciclagem. 139

Foto 24 - Espaço do selo SRC- 02 para armazenamento da reciclagem. 139

Foto 25 -Espaço na comunidade São Rafael para armazenamento da reciclagem. 139

Foto 26 - Local da criação do proprietário do selo SRC022, animais vivendo em condições insalubres. 149

Foto 27 - Criação de animais em Padre Hildon Bandeira. 149

Foto 28 - Criação de animais em Santa Clara. 149

Lista de tabelas

Tabela 1 - Universo de imóveis cadastrados e não cadastrados 39

Tabela 2 - Universo de imóveis da poligonal do projeto, cadastrados 42

Tabela 3 -Pessoas identificadas por comunidade que podem desenvolver a atividade de coleta de materiais recicláveis. 43

Tabela 4 -Justificativa do total de selos cadastrados 43

Tabela 5 -Número de pessoas que podem exercer a atividade de criação de animais por comunidade. 44

Tabela 6 -Justificativa do total de selos cadastrados. 45

Tabela 7 -Atividades econômicas identificadas na área de risco em cada uma das etapa 45

Tabela 8 - Domicílios cadastrados por situação. 2021/2022 54

Tabela 9 - Domicílios cadastrados por situação. 2021/2022 55

Tabela 10 - Número de pavimentos - pesquisa censitária/cadastral. 56

Tabela 11 - Número de cômodo pesquisa censitária/cadastral. 57

Tabela 12 - Principal responsável e ESF mais utilizado. 58

Tabela 13 - Principal responsável por gênero - pesquisa censitária/cadastral. 63

Tabela 14 -Principal responsável por idade - pesquisa censitária/cadastral 64

Tabela 15 - Principal responsável e deficiência 66

Tabela 16 - Estado Civil das mulheres chefes de família por comunidade 69

Tabela 17 - Principal responsável por idade (com recorte de gênero). 70

Tabela 18 - Principal responsável mulher por escolaridade por comunidade 70

Tabela 19 - Situação de ocupação dos/as responsáveis pelas famílias 71

Tabela 20 - Principal responsável em situação de desemprego por gênero. 72

Tabela 21 - Principal responsável ocupado por gênero por comunidade 72

Tabela 22 - Ocupados por gênero dos residentes dos domicílios cadastrados por comunidade, exceto o principal responsável. 73

Tabela 23 -Principal responsável ocupado por gênero em cada comunidade 74

Tabela 24 -Demais pessoas ocupadas por gênero residentes no domicílio, exclusive o principal responsável 74

Tabela 25 -Percentual da remuneração do trabalho principal do responsável pela família por comunidade 75

Tabela 26 - Renda Mensal do principal responsável ocupado por comunidade 75

Tabela 27 -Percentual da remuneração do principal trabalho dos responsáveis homens por comunidade 75

Tabela 28 -Percentual da remuneração do principal trabalho das responsáveis mulheres por comunidade 76

Tabela 29 -Renda Mensal do principal responsável homem ocupado por comunidade 76

Tabela 30 -Renda Mensal da principal responsável mulher ocupado por comunidade 77

Tabela 31 - Principal responsável trabalhando por conta própria por comunidade 77

Tabela 32 - Principal responsável por cor em cada comunidade 82

Tabela 33 -Principal responsável Mulher por cor em cada comunidade 83

Tabela 34 -Principal responsável e talentos nas comunidades 84

Tabela 35 - Distribuição doa atendimentos realizado pelo CRMEB por bairros. 88

Tabela 36 - Mulheres Atendidas no CRMEB nos anos 2016 a 2019. 89

Tabela 37 - PcD por comunidade 89

Tabela 38 - Principal responsável e tipo de deficiência por comunidade 90

Tabela 39 - Familiares do responsável principal e deficiências 90

Tabela 40 -Principal responsável e ESF mais utilizado 91

Tabela 41 -Referente aos dados obtidos de cada comunidade em relação a coleta de resíduos sólidos através da Pesquisa censitária/cadastral. 93

Tabela 42 -Dados obtidos de cada comunidade em relação ao abastecimento de água através de pesquisa cadastral realizada. 96

Tabela 43 -Dados obtidos de cada comunidade em relação a forma de armazenamento da água através de pesquisa cadastral realizada 97

Tabela 44 -Dados obtidos de cada comunidade em relação ao tratamento de água através de pesquisa cadastral realizada. 98

Tabela 45 -Dados obtidos de cada comunidade em relação ao descarte de esgoto sanitário através de pesquisa cadastral realizada. 99

Tabela 46 - Faixa de Renda População ocupada e Trabalhador da Economia Popular - 2021 .112

Tabela 47 - Principal responsável pela família por gênero na área de risco do CBR 113

Tabela 48 - Principal responsável - ocupação e desemprego no CBR 114

Tabela 49 - Familiares do responsável principal ocupados. 115

Tabela 50 - Total de Ocupados por sexo na área de risco das comunidades CBR 115

Tabela 51 - Escolaridade da força de trabalho ocupada área cadastral 115

Tabela 52 - Principal responsável. Remuneração com ocupação principal (pesquisa censitária/cadastral) 116

Tabela 53 - Renda familiar per capta área de risco CBR. 117

Tabela 54 - Renda familiar per capta CBR 117

Tabela 55 - Atividades por conta própria área cadastral do CBR com mais de uma aparição 119

Tabela 56 - Atividades por conta própria área consolidável do CBR 120

Tabela 57 - Quantitativo de atividades econômicas por área 121

Tabela 58 - Número de selos com a presença de atividades econômicas por área 121

Tabela 59 - Número de selos Selos com a ocorrência de uma ou duas atividades econômicas122

Tabela 60 - Concentração de atividades em área de risco em relação ao total de empreendimentos. 125

Tabela 61 - Atividades encontradas no CBR de acordo com o CNAE 126

Tabela 62 - Atividades Específicas no CBR 127

Tabela 63 - Catadores participantes da pesquisa por comunidade 128

Tabela 64 - Quantidade de criadores por comunidade. 140

Tabela 65 -Tipo de animais encontrados no CBR 142

Tabela 66 -Número mínimo e máximo de animais por criador. 142

Tabela 67 - Tipos de atividades em área de risco 155

Tabela 68 -Tipos de atividades em área amostral 156

Tabela 69 -Demanda por qualificação 161

Lista de quadros

Quadro 1 - Sistematização do número de blocos, unidades habitacionais e equipamentos por terreno. 20

Quadro 2 - Comunidades do CBR: área, tempo de ocupação, domínio e bairros 51
Quadro 3 - Escolas municipais e estaduais no CBR 58
Quadro 4 - Caracterização das comunidades do CBR em relação aos resíduos sólidos 94
Quadro 5 -Caracterização das comunidades do CBR em relação ao saneamento ambiental . 101
Quadro 6 - Indicativo de ação de melhoria habitacional nas comunidades do CBR 111
Quadro 7 - Bairros comumente visitados pelos catadores. 133
Quadro 8 -Materiais para a venda na reciclagem por categoria. 136
Quadro 9 -Ranking dos materiais mais citados. 137
Quadro 10 -Materiais mais citados para a venda na reciclagem por categoria 137
Quadro 11 - Principais doenças que afetam as galinhas e porcos e que podem contaminar os seres humanos. 148
Quadro 12 - Domicílios com artesãos 161

Lista de gráficos.

Gráfico 1 - Situação domiciliar das famílias lideradas por mulheres 69
Gráfico 2 - Escolaridade dos/as responsáveis que se afirmaram homossexuais ou “preferiram não responder” 80
Gráfico 3 - Principal responsável por cor. 82
Gráfico 5 - Escolaridade das mulheres pretas e pardas chefes de família 83
Gráfico 6 - Formas de Trabalho e Desemprego RMJP - 2021 112
Gráfico 7 - Trabalhador da economia popular por contribuição para a previdência social RMJP 2021. 113
Gráfico 8 - Principais responsáveis desocupados por gênero 114
Gráfico 9 - Formas de ocupação da força de trabalho ocupada Área cadastral CBR 116
Gráfico 10 - Trabalhadores por conta própria por faixa etária pesquisa cadastral. 117
Gráfico 11 -Motivação para o trabalho por conta própria área cadastral 118
Gráfico 12 -Trabalhador por conta própria e o tempo que exerce a atividade 118
Gráfico 13 - Atividades Econômicas no CBR por Comunidade. 123
Gráfico 14 - Catadores de recicláveis por gênero. 129
Gráfico 15 - Escolaridade dos catadores de recicláveis 130
Gráfico 16 - Tempo de trabalho com recicláveis 130
Gráfico 17 - Motivo que levou a trabalhar como catador 131
Gráfico 18 - Gostaria de trabalhar de forma associativa 131

Gráfico 19 - Motivo para não integrar a cooperativa ou associação 132
Gráfico 20 - Área de coleta 132
Gráfico 21 - Onde armazena o material 133
Gráfico 22 - Que tipo de transporte você utiliza na coleta 134
Gráfico 23 - Tipos de equipamentos de proteção individual 134
Gráfico 24 - O que é bom no seu trabalho? 134
Gráfico 25 - O que pode melhor o seu trabalho 135
Gráfico 26 - Gostaria de participar de alguma oficina de capacitação? 135
Gráfico 27 - Qual o tipo de capacitação gostaria de participar? 135
Gráfico 28 - Qual a importância do seu trabalho para o meio ambiente? 136
Gráfico 29 - Coleta resíduos eletrônicos. 138
Gráfico 30 -Coleta resíduos orgânicos para compostagem. 138
Gráfico 31 -Criadores - representatividade do gênero no CBR. 140
Gráfico 32 - Escolaridade criadores de animais 141
Gráfico 33 -Ocupação principal. 141
Gráfico 34 -Tempo de criação de animais. 142
Gráfico 35 - Por que começou a criar animais? 143
Gráfico 36 -Pertence ou pertenceu a alguma cooperativa? 143
Gráfico 37 -Desejo de se associar a uma cooperativa? 143
Gráfico 38 -Criação de animais, consumo próprio ou comercialização. 144
Gráfico 39 - O que comercializa? 144
Gráfico 40 -Como adquiriu o animal. 144
Gráfico 41 - Para quem vende. 145
Gráfico 42 -Relação com o vizinho. 145
Gráfico 43 -Relação com o vizinho. 145
Gráfico 44 -Qual a maior dificuldade na criação de animais? 146
Gráfico 45 -Qual o meio de transporte que utiliza para exercer a atividade. 146
Gráfico 46 -O que pode ser feito para melhorar o trabalho. 146
Gráfico 47 - Local de criação dos animais. 147
Gráfico 48 -Alimentação dos animais. 147
Gráfico 49 -Armazena o alimento dos animais. 147

Gráfico 50 - Animais vacinados. 148
Gráfico 51 -Animais vermifugados. 148
Gráfico 52 - No caso de não vacinação, qual o remédio utilizado. 149
Gráfico 53 - Situação do lote – Atividades econômicas em área de risco 150
Gráfico 54 - Uso do imóvel - atividades econômicas em área de risco 150
Gráfico 55 - Área ocupada em metros quadrados - Empreendimentos em área de risco 151
Gráfico 56 - Idade dos Responsáveis pelas atividades econômicas em área de risco 151
Gráfico 57 - Nível de escolaridade dos responsáveis empreendimentos em área de risco 151
Gráfico 58 - Liderança comercial área de risco 152
Gráfico 59 - Turno das Atividades econômicas na área de risco 152
Gráfico 60 - Renda principal ou complementar dos empreendedores do CBR 153
Gráfico 61 - Formalização das Atividades 153
Gráfico 62 - Consumidores 153
Gráfico 63 - Formas de recebimento. 154
Gráfico 64 - Empreendedores área de risco que possuem Smartphones 154
Gráfico 65 - Responsáveis pelas atividades econômicas uso do WhatsApp 154
Gráfico 66 - Responsáveis pelas atividades econômicas uso do Instagram 155
Gráfico 67 - Condição dos empreendimentos em área consolidável 157
Gráfico 68 - Uso dos empreendimentos em área consolidável. 157
Gráfico 69 - Tipos de atividades em área consolidável. 157
Gráfico 70 - Empreendedores MEI em área consolidável. 158
Gráfico 71 - Consumidores dos empreendimentos – Pesquisa Amostral 158
Gráfico 72 - Formas de recebimento empreendimentos – Pesquisa Amostral 158
Gráfico 73 - Uso de Smartphones empreendedores– Pesquisa Amostral 159

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA 14

2.1. Contextualização 14

2.2. Antecedentes do Programa 15

2.3. Caracterização do Problema 16

2.4. O Programa João Pessoa Sustentável 17

2.5. Componentes do Programa 17

3. OBJETIVOS, PRINCÍPIOS NORTEADORES E DIRETRIZES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. 21

3.1. O Eixo 3 - Desenvolvimento do Território do CBR. 21

3.2. Etapas de elaboração do PDT 29

3.3. Objetivos do PDT 29

3.4. Princípios e Diretrizes 30

3.5. Metodologia e fontes de informação da Elaboração do PDT 30

4. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO COMPLEXO BEIRA RIO 47

4.1. O território 47

4.2. Caracterização Socioeconômica do CBR 63

4.3. Caracterização do gênero no CBR 68

4.4. Sustentabilidade ambiental no CBR 92

4.5. Caracterização econômica do CBR 111

5. CONCLUSÕES 164

1. INTRODUÇÃO

Este documento consiste no Diagnóstico Socioterritorial, Ambiental e de Inclusão de Gênero do CBR, base para elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial, componente do Eixo 3 do Plano de Desenvolvimento Comunitário nas comunidades do CBR, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Contrato de Empréstimo n° 4444/OC-BR.

O objetivo do Programa é proporcionar o desenvolvimento urbano e sustentável no Município de João Pessoa a partir do fortalecimento do planejamento, da gestão urbana e pública municipal, bem como por meio de intervenções integrais e/ou demonstrativas para famílias vulneráveis.

Dentre as ações previstas pelo programa, encontra-se no Componente 1- Desenvolvimento Urbano e Gestão da Cidade e no Subcomponente 3, a indicação de Reassentamento e Atividades Sociais. O Subcomponente 3 prevê efetivamente ações para o Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis. O Diagnóstico Socioterritorial, Ambiental e de Inclusão de Gênero do CBR foi elaborado segundo as diretrizes estabelecidas no TDR desse objeto e das Políticas Operacionais do BID, em especial a OP-710 (Reassentamento Involuntário) e a OP-761 (sobre Igualdade de Gênero em Desenvolvimento).

O documento está estruturado em 5 capítulos, além desta seção introdutória. Inicialmente apresenta-se a descrição geral do Programa, com seus antecedentes, problemas que visa solucionar, sua estruturação (componentes) e objetivos. No capítulo seguinte são apresentados objetivos, princípios norteadores e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Territorial. Adiante, apresenta-se o diagnóstico socioterritorial do Complexo Beira Rio, com a caracterização do território, dos responsáveis pelas famílias e seus componentes, além da análise sobre os dados de gênero, aspectos ambientais e dinâmica econômica do CBR. Por fim, foram elencados pontos relevantes a serem trabalhados na elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR.

2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

Nos últimos anos, por forte fluxo migratório advindo das demais cidades paraibanas, o número de pessoas residindo em moradias precárias e sem serviços essenciais aumentou consideravelmente na cidade de João Pessoa.

No início dos anos 1960, por exemplo, praticamente não havia favelas na cidade, mas seu crescimento começou a ganhar significativa expressão do início para o final da década de 1970, sendo que os dados mais atuais apontam que existem núcleos urbanos informais (favelas) em 59 dos 64 bairros da cidade (IBGE, 2010). Apesar do percentual de moradias localizadas em assentamentos informais não apresentar um valor tão alto (11,45%), o coeficiente de Gini (0,629) expressa uma preocupante desigualdade.

Até o ano 2012, João Pessoa contava com 35 áreas que necessitavam de projetos de construção ou melhorias de habitações, além de 3.505 processos de regularização fundiária. Aproximadamente 41,3% do total de habitações não respeita os padrões de habitabilidade definidos pela Fundação João Pinheiro. Considerável número dessas habitações - tidas como subnormais - se localiza em zonas de risco potencial, como encostas, vales e beiras de rio, ou seja, espaços com pior infraestrutura ou com piores localizações que podem ser considerados como as sobras das ocupações formais da cidade.

Dentre os assentamentos precários, encontra-se o Complexo Beira Rio (CBR), o qual é alvo do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa, que será detalhado a seguir.

Figura 1- Áreas de Intervenção no Complexo Beira Rio
Fonte: PDRR, 2020.

2.1. Contextualização

João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, é uma cidade de médio porte localizada na Região Nordeste do Brasil. Ocupa uma extensão territorial de 210 km² e possui uma população de

723.515 habitantes. É o principal polo da Região Metropolitana de João Pessoa, composta, atualmente, por 12 municípios com população estimada em 2018 de 1.266.463 habitantes.

O município apresentou um crescimento populacional bastante expressivo entre 2000 e 2010, com uma taxa de crescimento decenal de 21,0%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de João Pessoa, em 2010, foi de 0,763, o que a coloca acima da média nacional e da região nordeste. Dentre as capitais brasileiras, contudo, o IDHM de João Pessoa ainda apresenta um potencial de melhora.

A economia de João Pessoa, entre 2000 e 2010, teve maior participação do setor de serviços. Além disso, o fato de ser uma cidade localizada no litoral da Paraíba favorece a concentração geográfica da atividade turística e a instalação da infraestrutura necessária para esta atividade.

João Pessoa situa-se em uma região historicamente pouco favorecida em termos de aporte de recursos, embora apresente grande potencial de desenvolvimento. O município apresenta inúmeros desafios no que tange ao desenvolvimento sustentável, o que o tornou alvo de interesse das ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2.2. Antecedentes do Programa

O Plano de Ação João Pessoa Sustentável é resultado da colaboração entre o BID, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014.

Como fruto dessa parceria, foi aplicado na cidade de João Pessoa, pela primeira vez no Brasil, a metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). A escolha do município se deu com base na análise de um conjunto de variáveis de fácil obtenção em bases de informações de órgãos federais, o que permitiu a obtenção de um ranking com 50 cidades, no qual João Pessoa se encontrava.

A ICES é focada em três dimensões de sustentabilidade (ambiental e mudança climática; urbana; e fiscal e governança) e permite uma avaliação rápida, a realização de um diagnóstico integrado, com a coleta de indicadores, a priorização de temas críticos, e o desenvolvimento de soluções com participação dos cidadãos, dos governos municipal, estadual e federal, e de diversos especialistas.

Com relação à dimensão do ordenamento territorial, o diagnóstico revelou que o município apresenta problemas principalmente no que tange a temas de planejamento do uso do solo e habitação. Dessa forma, o Plano de Ação propôs ações em eixos temáticos. O Tema 1 trata da Desigualdade Urbana, Uso do Solo e Ordenamento Territorial. A primeira ação sugerida foi o desenvolvimento de Planos Urbanísticos para os Complexos Beira Rio e Linha Férrea.

.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, em parceria com o BID, preparou uma operação de crédito para o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa (BR-L1421). Trata-se de um Programa multisetorial de múltiplas obras, cujo objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, social, econômica e de gestão municipal.

O Programa está desenvolvendo ações de urbanização em oito comunidades do Complexo Beira Rio. Entre essas ações, está a substituição de moradias de risco por moradias dignas para

famílias de baixa renda residentes em edificações precárias, o que requer deslocamento da população dos imóveis em risco, para os novos imóveis que serão construídos por meio do Programa. Além disso, prevê a reinstalação de atividades econômicas situadas em edificações na mesma situação.

2.3. Caracterização do Problema

O Complexo Beira Rio (CBR) é composto por oito (08) comunidades: Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de ocupações em terrenos de propriedades privadas e públicas (de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

Os assentamentos precários inseridos no Programa em questão, além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização de posse da terra, estão inseridos em áreas com riscos de deslizamento, erosão e inundação, principalmente do Rio Jaguaribe, que se encontra parcialmente assoreado.

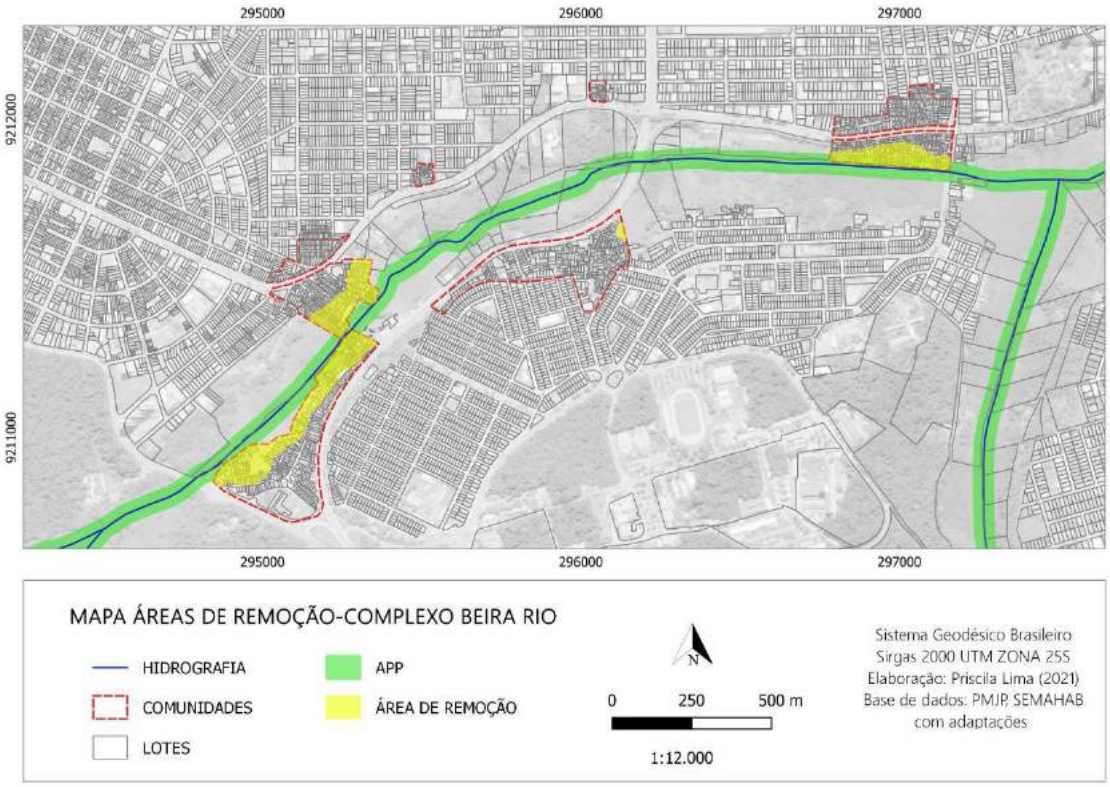


Figura 2 - Complexo Beira Rio
Fonte: ENGECONSULT/TECGEO; 2021.

2.4. O Programa João Pessoa Sustentável

Em 2018 a Prefeitura de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram contrato de financiamento referente ao Programa 'João Pessoa Sustentável' (BR-L1421) que tem como objetivo principal promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal. Entre seus objetivos específicos estão:

i. redução das carências de infraestrutura e de serviços em áreas subnormais;
ii. diminuição do déficit habitacional;
iii. modernização dos instrumentos de planejamento urbano; e
iv. melhoria da eficiência na gestão dos recursos públicos e na prestação de serviços.

2.5. Componentes do Programa

O Programa está estruturado em dois componentes: (i) Desenvolvimento Urbano Sustentável; e (ii) Fortalecimento da Gestão Pública e Gestão da Cidade. Além desses, inclui ainda atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação.

Componente I – Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade (US$163,2 mil). Apoiará a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financiará:

i. elaboração dos projetos básicos/executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos complexos Beira Rio e Linha Férrea;
ii. infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio;
iii. atividades e obras visando a recuperação do lixão do Roger;
iv. construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda;
v. reassentamento de cerca de 851 famílias do Complexo Beira Rio e regulamentação fundiária;
vi. melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental;
vii. elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais;
viii. Plano de Ação de Desenvolvimento de uma Economia de Baixo Carbono;
ix. Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio, e
x. implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

Componente II – Fortalecimento da Gestão Pública financia as seguintes ações:

i. reestruturação organizacional das secretarias envolvidas;
ii. atualização da planta genérica de valores;
iii. implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes;
iv. implantação do novo modelo de cobrança;
v. desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária;
vi. implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal;
vii. implantação da escola de governo;
viii. implantação do novo modelo de gestão de compras;
ix. implantação do programa de educação fiscal;
x. implantação do novo modelo de inteligência fiscal;
xi. virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico;

xii. implantação do modelo de gestão financeira e contábil;
xiii. redefinição do modelo de assistência social do município;
xiv. melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil;
xv. aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação; e
xvi. implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

O processo de reassentamento involuntário irá ocorrer em função de ações vinculadas ao componente 1 do Programa, em específico aquelas intervenções para substituição de moradias em risco. Os dados de 2015 indicavam a necessidade de reassentamento de 851 famílias de todo o Complexo Beira Rio. A atualização cadastral realizada em 2022 revisou esses números e identificou 736 selos a serem reassentados, o que corresponde a 787 famílias. É ainda oportuno destacar que, para as famílias que não serão reassentadas, que permanecem em seus bairros de origem, serão desenvolvidas ações de regularização fundiária.

Destaca-se que entre as diferentes medidas para compensação e reposição de moradia previstas pelo Programa, além daquelas de acompanhamento social, está a construção de 600 unidades habitacionais (apartamentos) em três terrenos localizados no próprio CBR[1]. Além das unidades habitacionais, são previstos espaços de uso coletivo (como salas de reunião, salões de festa, estacionamento). São previstos ainda equipamentos comunitários, como creche, CRAS e CRJ. Importante ainda destacar a inclusão de espaços para geração de trabalho e renda (unidades comerciais), que serão disponibilizadas para comerciantes e prestadores de serviços reassentados (conforme critérios de elegibilidade detalhados no Plano de Reassentamento e Relocação das oito comunidades).

Para o terreno 1, foram previstos três blocos residenciais de 6 pavimentos, totalizando 88 unidades habitacionais, além de área comercial e sala de reunião. No terreno 2 são 10 blocos residenciais, totalizando 251 unidades habitacionais, além de 7 salas comerciais e 2 salas de reunião. Além disso, foram previstos e equipamentos sociais e de geração de renda, como auditório para 80 pessoas, centro de referência do cidadão, centro comunitário (CEIFA), CRAS/SCFV para atender 80 pessoas, cozinha comunitária para 48 pessoas, cooperativa de catadores e creche para 100 crianças e 40 bebês.

Para o terreno 3, projetou-se 14 blocos residenciais, totalizando 268 unidades habitacionais, além de 6 salas comerciais e 2 salas de reunião. Conta ainda com a implantação do Centro de Referência da Juventude (CRJ), com capacidade para atender 240 alunos.

Figura 3 - Localização dos terrenos.
Fonte: Consorcio Novo Beira Rio, 2022.

[1] O projeto habitacional para o Complexo Beira Rio está sendo elaborado pelo Consórcio Novo Beira Rio, composto pelas equipes do Arquiteto Pedro Taddei e Associados, JW Urbana e Setec Hidrobrasileira

Figura 4 - Terreno 01
Fonte: Consorcio Novo Beira Rio, 2022.

Figura 5 - Terreno 02
Fonte: Consorcio Novo Beira Rio, 2022.

Figura 6 - Terreno 03
Fonte: Consorcio Novo Beira Rio, 2022.

Quadro 1 - Sistematização do número de blocos, unidades habitacionais e equipamentos por terreno.

Terrenos	Nº de blocos residenciais	Nº de unidades habitacionais	Equipamentos
Terreno 01	3	88	Área comercial; Sala de reunião
Terreno 02	10	251	7 salas comerciais; 2 salas de reunião; 1 auditório para 80 pessoas; 1 centro de referência do cidadão; 1 centro comunitário (CEIFA); 1 CRAS/SCFV para atender 80 pessoas; 1 cozinha comunitária para 48 pessoas, 1 cooperativa de catadores; 1 creche para 100 crianças e 40 bebês.
Terreno 03	14	268	6 salas comerciais; 2 salas de reunião; 1 Centro de Referência da Juventude (CRJ), com capacidade para atender 240 alunos.

Fonte: Consórcio Novo Beira Rio, 2022.

Estes empreendimentos serão compostos pelas diferentes tipologias de apartamento que estão sendo desenvolvidas para melhor atender as necessidades das famílias que serão reassentadas.

3. OBJETIVOS, PRINCÍPIOS NORTEADORES E DIRETRIZES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

3.1. O Eixo 3 - Desenvolvimento do Território do CBR.

O Eixo 3 - Desenvolvimento do Território do CBR, visa ¨transformar as intervenções físicas em desenvolvimento territorial, complementando as obras que geram transformação do território com crescimento econômico e com a participação comunitária dos habitantes e usuários". Ou seja, a partir das intervenções físicas territoriais almeja-se dar impulso no desenvolvimento socioeconômico de toda a população do CBR.

O desenvolvimento desse eixo será realizado em quatro etapas, considerando três pilares estratégicos: **Sustentabilidade Ambiental**, **Geração de Trabalho e Renda**, e **Inclusão de Gênero.** A seguir iremos discorrer sobre os pilares:

■ **Inclusão de Gênero, Diversidade e Vulnerabilidades**

Inserir a temática inclusão de gênero, diversidade e vulnerabilidades no PDT, tem como propósito promover a reflexão e instigar ações que visem reduzir as desigualdades de direitos econômicos e sociais existentes nas relações da sociedade e que rebatem no território do CBR. Assim, o PDT deve contemplar os seguintes aspectos de inclusão de gênero:

- Segurança das mulheres e de grupos vulneráveis nos espaços públicos e seu acesso à cidade;
- Segurança das mulheres nos espaços privados de forma articulada ao atendimento à violência doméstica e rede de apoio;
- Representatividade na governança urbana, através da sua participação ativa nas instâncias do programa e da cidade;
- Autonomia econômica das mulheres, possibilitando às mesmas serem provedoras de seu próprio sustento e das pessoas que delas dependem;
- O reconhecimento do papel das mulheres na cidade, a nível simbólico, através de eventos, nome de ruas e praças etc.

Antes de apresentarmos os dados sobre gênero, diversidade e vulnerabilidades, conteúdo trabalhado no capítulo 04 desse documento, é necessário apresentar os conceitos base para nossa análise.

Aproximação do conceito de gênero

Conceituar Gênero enquanto uma possibilidade de "entender processos de construção e reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem e vivenciam no social" (BANDEIRA; OLIVEIRA, 1990, p. 08), tem nos levado a algumas questões que valem ser salientadas. Em primeiro lugar, o conceito de gênero tem uma história, ou seja, é um conceito que para ser compreendido precisa ser visto de forma localizada espacial e temporalmente.

Joan Scott chama atenção para os usos e abuso do termo gênero, muitas vezes sendo empregado de forma controversa. Para a pensadora, "apesar da ampla disseminação do termo, os significados de gênero estão longe de estarem resolvidos" (SCOTT, 2012, p. 331), principalmente se levarmos em consideração que as palavras têm histórias e múltiplos usos.

Scott ainda destaca que com o passar do tempo, o conceito de gênero passou a ocupar um lugar de contestação, um conceito disputado na arena da política.

No campo acadêmico, o gênero foi pensado como uma forma de proporcionar o alargamento das noções tradicionais da história, as quais invisibilizaram a atuação do público feminino. Nessa direção, o gênero foi defendido não enquanto uma categoria descritiva das relações sociais e sexuais, marcadas pelas relações de poder, mas enquanto uma categoria de análise, cuja importância é central para a compreensão da própria organização da sociedade, imbricada pelas diferenças sexuais, e regidas pelas relações de poder.

Nessa perspectiva, vale salientar que quando se fala em gênero, não há uma referência direta às mulheres unicamente, mas às relações que são estabelecidas entre mulheres e homens, se falarmos sob uma ótica binária, ou entre diferentes sujeitos, que fugirmos do binarismo. Assim, entende-se que as informações a respeito das mulheres são necessariamente informações sobre os homens, e as relações que são construídas por esses sujeitos socialmente, e que um implica no estudo do outro. Rejeita-se, assim, as esferas separadas, as justificativas biológicas. "A ideia foi que gênero se aplicava a todos, que era um sistema de organização social, que não havia ninguém fora disso". (SCOTT, 2012, p. 333).

Dito isso, o gênero é entendido como uma forma de indicar construções sociais, que são marcadas pelas relações de poder, que não podem ser desconsideradas, ou seja, o gênero seria um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e assim, uma forma primeira de significar as relações de poder. "O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana" (SCOTT, 1989, p. 23).

Nesse ínterim, este estudo fará uso do gênero enquanto categoria útil de análise, a fim de mapear, avaliar e refletir sobre as relações sociais constituídas no interior do Complexo Beira Rio, cujo objetivo principal é contribuir com a construção de relações marcadas pela igualdade e inclusão de gênero, elemento indispensável para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Ainda vale destacar que as abordagens aqui presentes dialogam com a "POLÍTICA OPERACIONAL SOBRE IGUALDADE DE GÊNEROS EM DESENVOLVIMENTO" do Banco interamericano de Desenvolvimento (BID), ao acreditar que a igualdade de gênero pode contribuir para a redução da pobreza e a construção de altos níveis de capital humano. Esta política operacional visa promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

(Des)igualdade de Gênero e urbanização

Historicamente, a cidade foi constituída por homens, para homens, se configurando assim, enquanto um espaço "masculino". Ao longo da história das cidades, o lugar reservado às mulheres sempre foi o espaço privado, doméstico, enquanto aos homens cabia a atuação no espaço público, político e econômico. Essa segregação das esferas públicas e privadas acabou gerando um cenário de dominação masculina, marcado por invisibilização e violência.

No campo urbanístico contemporâneo, é indispensável o reconhecimento das questões de gênero, que envolvem especificidades, vulnerabilidades e legitimação de direitos. Não há como pensar o desenvolvimento urbano, enxergando os sujeitos e sujeitas que fazem parte deste espaço, de forma homogênea e universal. No que diz respeito às mulheres, uma questão que merece bastante destaque é a moradia. A falta de moradia adequada e a segurança da

posse têm sido fatores responsáveis por tornar as mulheres mais vulneráveis a contextos de violência e dominação.

Nessa perspectiva, entende-se que a moradia está intimamente relacionada à segurança. Dessa forma, proporcionar o acesso das mulheres ao direito à habitação, bem como abordar suas limitações financeiras, são ferramentas-chave para o combate à pobreza, e na busca de consolidação de processos urbanísticos inclusivos.

Corroborando com essa perspectiva, no ano 2011, Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, lançou a cartilha "Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?". A publicação apresenta uma reflexão sobre a relação entre gênero e moradia, pontuando a importância de destacar as questões de gênero em relação a luta pelo direito à moradia adequada, pois "para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens" (ROLNIK et al, 2011, p. 05).

Nessa mesma direção, os projetos de reassentamento e urbanização devem levar em consideração tais questões, só assim, a demanda da inclusão de gênero será atendida, e o combate às desigualdades se efetivará. Esses dois pontos estarão na base do combate à pobreza e da construção de uma cidade equânime. Para tanto, pontua-se que pensar a inclusão de gênero socioterritorialmente, perpassa por buscar estratégias para que os mais diferentes grupos minoritários/vulneráveis sejam enxergados enquanto sujeitos/as de direitos, e tenham as suas demandas e especificidades reconhecidas e legitimadas. Estes múltiplos sujeitos/as estão inseridos na dinâmica dos espaços e da vida urbana, e dessa forma, devem fazer parte do seu processo de construção e reconstrução.

Diversidade e Vulnerabilidade

Para além do prisma binário de entender os gêneros (feminino e masculino), o conceito também serve de arcabouço para a compreensão da cisgeneridade e transgeneridade. Jaqueline Gomes Jesus (2012) distingue pessoas cisgênero de transgênero a partir da concordância, no caso cis, ou da discordância, no caso trans, que existente entre a identidade de gênero autodeclarada e o sexo anatômico designado no nascimento. Louro destaca que em relação ao gênero,

> É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 21).

Indo além da ótica heteronormativa, o conceito de gênero também auxilia na compreensão das relações estabelecidas entre os demais grupos que não se encaixam no rótulo da heterossexualidade, ou seja, também enfatiza pontos relacionados a questões como a sexualidade, reconhecendo e legitimando as especificidades dos diversos grupos que compõem a sigla LGBTQIAP+, (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e pansexuais). A reflexão e constituição de uma sociedade justa e igualitária prescindem ações que possibilitem a inclusão dos mais diversos grupos. Assim, reconhecê-los/las enquanto sujeitos/as de direitos é um passo de suma importância.

A questão da vulnerabilidade também receberá espaço no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT). Entende-se aqui como vulnerabilidade a ausência ou insuficiência ao acesso aos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em seu Artigo 6º , "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Aqui apontaremos grupos vulneráveis que deverão ter suas pautas e agendas legitimadas e atendidas pelos Planos de Desenvolvimento Territorial, como as Pessoas com Deficiência (PcD), e as mulheres, de uma forma geral.

■ **Geração de Trabalho e Renda**

A precarização do trabalho, o desemprego e baixo nível de escolaridade afetam diretamente a renda, uma das variáveis mais utilizadas para medir o nível da qualidade de vida das pessoas. Com o objetivo incrementar a renda da população do CBR, o PDT elencou como segundo pilar estratégico Geração de Trabalho e Renda, assim, respeitando a vocação local e as demandas do mercado o PDT poderá articular quatros eixos:

- Qualificação profissional;
- Acesso ao mercado de trabalho ou reconversão profissional;
- Empreendedorismo;
- Associativismo e cooperativismo.

Analisar os dados de trabalho e renda parte da compreensão sobre a dinâmica econômica existente nas oito comunidades que compõem o Complexo Beira Rio. Um primeiro esforço será analítico de observação, sobre as diferentes relações sociais em tais territórios, fora dos marcos analíticos que usualmente classificariam tais comunidades como economias informais ou ilegais. Logo, entendemos o enquadramento das comunidades como um conjunto de territórios dinâmicos afastando-se, assim, de formulações que concebam os espaços a partir de um olhar binário, como na formulação abaixo:

> As práticas econômicas que se estabelecem fora da forma de regulação institucional do Estado de Direito e dos seus sistemas de controle, recursos e punição podem ser definidas, em uma primeira aproximação, como práticas econômicas informais. Essas relações, quando recorrentes e asseguradas por alguma forma de regulação institucional paralela aos direitos, podem dar surgimento a um mercado, isto é, um encontro regular de compradores, vendedores de bens e serviços, cujas transações mercantis se reproduzem a partir de certa liberdade de ação e decisão dos seus participantes. Nesse caso, teríamos um mercado ou economia informal, um mercado que não estaria regulado pelo sistema de direitos do Estado de Direito, mas que garantiria o acesso a bens e serviços pela via de uma transação monetária e/ou mercantil. (ABRAMO, 2009, p. 6).

Não há nas comunidades do CBR práticas que estejam totalmente "fora da forma de regulação institucional do Estado de Direito"; as fronteiras não podem ser fixadas ou estabelecidas de maneira normativa. Nesse sentido, as relações econômicas e sociais vigentes são marcadas simultaneamente por elementos formais e informais.

A análise aqui proposta sobre a dinâmica econômica das comunidades do CBR se aproxima das formulações da socióloga Vera Telles que, ao estudar o comércio praticado por camelôs no centro da cidade de São Paulo, procura definir o espaço de atuação desses atores como um

campo de transitoriedade que não pode ser pensado a partir de categorias estanques. Para a autora:

> As fronteiras do legal-ilegal não são lineares, muito menos dicotômicas. Dispositivos (e práticas) formais e informais, legais e ilegais operam como agenciamentos práticos, situados, fazendo a combinação de recursos e repertórios de um lado e de outro; algo como marcadores e pontos de referência que fazem o traçado de territórios rizomáticos transpassados por redes superpostas de coisas e pessoas, transversais às várias situações de vida e trabalho e que se desdobram em outras tantas situações (TELLES, 2015, p. 60).

A transitividade de bens e serviços na análise da autora se dá, portanto, em áreas com fronteiras imprecisas entre o ilegal e o legal, entre a lei e sua transgressão, e a partir delas se estruturam as relações no território. A partir deste marco analítico, ao se pensar a dinâmica economia nas comunidades do Complexo Beira Rio, torna-se possível compreender tais relações a partir da lógica da economia dos setores populares. De acordo com Gabriel Kraychete (2012) a economia dos setores populares não pode ser compreendida a partir do binarismo economia formal/informal, mas, antes disso, torna-se necessário capturar as relações econômicas em comunidades e loteamentos populares a partir da racionalidade peculiar de tais atividades.

> Por economia dos setores populares entende-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. Essa economia dos setores populares abrange tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não (KRAYCHETE, 2012, p. 55).

Compreender as relações econômicas no território como uma economia do setor popular faz com que categorias da economia capitalista como margem de lucro, salário, em alguma medida, sejam ressignificadas por não traduzirem as relações sociais e econômicas encontradas no território. Antes disso, a observação da economia nas comunidades do Complexo Beira Rio, a partir da identificação e caracterização das diferentes atividades existentes nas áreas, compreende tais relações a partir da não mercantilização da força de trabalho.

> Os trabalhadores dessa economia produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Vendem as mercadorias que produzem, mas não vendem a sua força de trabalho. Ou seja, temos a produção de mercadorias por uma não mercadoria. Em outros termos, quando falamos em economia dos setores populares, estamos falando de trabalho e trabalhadores e não da relação emprego assalariado e capital. Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares. (KRAYCHETE, 2021, p. 124).

A presente seção realizou uma primeira aproximação teórica a economia dos setores populares apreendendo tais atividades a partir das relações sociais que as caracterizam, ou seja, como aquelas que abrangem os trabalhos individuais ou familiares e possuidoras de uma lógica peculiar, no caso a necessidade de prover e reprover os meios de vida.

Ancorado em tal caracterização, compreende-se como atividades econômicas nas comunidades todas os serviços, comércios e produções geradas pelo trabalho humano que ocorrem total ou parcialmente nas unidades e tem como objetivo gerar renda para os trabalhadores e seus familiares.
Ressalta-se que categorias típicas do pensamento econômico usualmente aplicadas para compreensão da economia empresarial, não capturam a racionalidade econômica estabelecida nas relações vigentes em tais territórios. Tal racionalidade está intrinsecamente ligada à reprodução da vida familiar e os exemplos acima mencionados buscaram ilustrar diferentes manifestações desta lógica.

■ **Sustentabilidade Ambiental**

O pilar Sustentabilidade Ambiental deve incentivar uma reflexão sobre Educação Ambiental, Ecológica e Sustentabilidade através de ações de preservação e conservação ambiental no CBR. Para tanto, os seguintes temas devem ser tratados na construção do PDT:

- Gestão de Resíduos Sólidos - tema fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais, abrange dos tópicos: (i) A universalização dos serviços de limpeza urbana para as comunidades do CBR e (ii) a coleta seletiva de recicláveis gerados no CBR e entorno.
- Melhorias Habitacionais, salubridade e habitabilidade - para as casas que não serão relocadas e precisam de melhorias habitacionais, o programa aponta para a necessidade de criar incentivos que facilitem a reforma privada pelos próprios moradores. Um dos caminhos é a assistência técnica construtiva gratuita, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei da Assistência Técnica (Lei 11.888/08).
- Requalificação urbana e ambiental de áreas degradadas ou desocupadas - o PDT deve propor ações de controle das áreas que sofreram requalificação urbanística e ambiental. Para tanto é preciso desenvolver um diálogo permanente com a comunidade para a construção de estratégias de sensibilização e parceria.
- Saúde e Saneamento Ambiental - o plano deve abordar a questão da saúde relacionada aos aspectos que envolvem saneamento ambiental e que podem auxiliar no controle e na prevenção de doenças, na melhoria da qualidade de vida e na produtividade dos indivíduos.

Meio Ambiente e sustentabilidade

Consoante a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente nº 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, conceitua meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). Assim sendo, o conceito engloba tudo o que nos cerca, desde as águas dos mares, rios e lagos até as cadeias de montanhas; desde as formações florestais até os núcleos urbanos; desde a atmosfera até o subsolo; desde elementos da natureza até simples objetos de uso cotidiano.

O meio ambiente e a sustentabilidade estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento sustentável, que se configura como uma estratégia de crescimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade dos recursos naturais (meio ambiente) de atender as necessidades das futuras gerações. Surgiu no contexto da crescente conscientização de uma crise ecológica iminente, que foi amplamente debatida no Relatório Brundtland de 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum”, na Conferência das Nações Unidas

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), de 1992, e na Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre Desenvolvimento Natural (Rio+20) (FERREIRA, 2020).

O desenvolvimento sustentável é uma das ferramentas para alcançarmos a sustentabilidade, que pode ser considerada como o equilíbrio daquilo que a natureza nos fornece, oferecendo um limite para o consumo dos recursos naturais. O conceito da sustentabilidade é algo que ultrapassa os limites de uma definição tradicional, vista apenas relacionada aos aspectos ambientais (RAMSEY, 2015). Está ligada à capacidade do ambiente de suportar as atividades antrópicas, considerando a análise de vulnerabilidade social, econômica e política (CECAGNO et al., 2020), e serve como horizonte para a sociedade em uma era de graves desigualdades econômicas, sociais e de elevado impacto ambiental (CECAGNO et al., 2020).

Segundo Ignacy Sanchs, quando avaliamos a sustentabilidade, ele deixa aberto que se deve ter uma visão holística dos problemas da sociedade, e não focar apenas na gestão dos recursos naturais. Deve-se pensar em algo que vise uma verdadeira metamorfose do modelo civilizatório atual (SANCHS, 2000).

A questão ambiental no Brasil é marcada desde o período da Colônia, o que pode ser observado pelo próprio nome do país, que é resultado da exploração maciça da árvore pau-brasil, deixando de lado o seu nome antigo religioso de Santa Cruz (ARAÚJO; FERREIRA; CARVALHO, 2018). Cada etapa da exploração e progresso, com os vários ciclos da economia brasileira, foi de certa maneira marcada por desastres ecológicos, sendo seguidos por fases de ausência de progresso e decadência. (BOEIRA, 2004).

Sendo assim, medidas para a contenção dos problemas ambientais gerados pelas explorações sem limites, crimes ambientais, como também as análises, avaliações e estudos ambientais, devem vir acompanhadas de políticas públicas ambientais favoráveis, como é o caso da utilização de instrumentos presentes na legislação ambiental em vigor no Brasil. (RAMACCIOTTI; SOUZA; DANTAS, 2020).

Na Constituição Federal brasileira, mais especificamente no artigo 225, diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, ratificando e garantindo a importância e o caráter de proteção dos nossos ecossistemas. (ROCHA, 2021).

Portanto, as políticas públicas se responsabilizam em assumir a função de promover e assegurar a proteção, conservação e medidas de gerar menos impactos ao meio ambiente, na tentativa de garantir desta forma o futuro das presentes e futuras gerações. (ARAÚJO; FERREIRA; CARVALHO, 2018).

O grande desafio para a sustentabilidade tem sido como estimá-la e, neste sentido, indicadores têm sido criados a partir de uma observação mais ampla para tentar envolver a complexidade ambiental, tendo como finalidade tornar-se uma alternativa para contribuir com o processo de gestão ambiental no setor público e privado corroborando para o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e periféricas. (PINTÉR; STAMP, 2012).

A sustentabilidade nas comunidades urbanas

A sustentabilidade é um direito fundamental, direito de todos, e que deve ser garantido pelo Estado e pela sociedade. Como alternativa para o direito à sustentabilidade local voltada para a ideia social e ecológica, utiliza-se a concepção de cidades inteligentes ou smart cities, ou seja,

cidades que conjugam o desenvolvimento humano, o meio ambiente e as comunicações digitais e tecnológicas, com o intuito de tornar o meio agrícola ecoeficiente, além de uma produção sustentável e uma economia com finalidade colaborativa. (CECAGNO, 2020).

As cidades são ecossistemas criados pelos seres humanos, mas ainda com estudos limitados. Há uma necessidade urgente, de ampliar a percepção sobre o seu funcionamento, o que consome e o que produz no ambiente (FREIRE, 2010). O processo desordenado de crescimento de uma cidade pode ser gerenciado para prezar a capacidade de resiliência que a natureza demanda, isto é, o ordenamento e o planejamento do território devem estar fundamentados nos princípios da sustentabilidade, promovendo um desenvolvimento inclusivo e equitativo. (GASPAR, 1996; MARTINS & CÂNDIDO, 2013).

Portanto, cabe analisar o ser humano e o sistema no qual ele está inserido, na tentativa de encontrar uma contextualização para os problemas socioambientais. O ser humano é o principal causador desses problemas, que se utiliza do progresso e do capital para usufruir dos bens naturais, não respeitando os ciclos vitais da natureza.

Um exemplo de recurso natural são os rios, muitas vezes presentes nas áreas urbanas, nas periferias, nos centros das cidades e em parte das comunidades aqui estudadas. Conectam grupos humanos e lugares e desempenham um papel importante na reprodução de valores sociais, crenças culturais e formas de vida (ANDERSON et al., 2019; AGRAMONT et. al., 2022). Apesar de ser considerada uma área física e sempre ter diversos estudos voltados para o aspecto ambiental, também possui grande importância econômica e social, pois a sua conservação tem um efeito econômico direto na geração de renda com as atividades de pesca e criação de animais aquáticos (aquicultura), quando esses estão em boas condições ambientais (SINGH, 2021), além de ser indispensável no bem-estar das pessoas, tornando-se um campo de usos sociais, balneabilidade, de ação política e de tomada de decisões, que podem exercer um papel fundamental como instrumento de gestão, planejamento e educação ambiental. (ANA, 2016).

Os impactos negativos como despejo de esgotos irregulares, grande quantidade de resíduos sólidos arremessados no rio, comprometem a qualidade da água e colocam em risco as próprias atividades econômicas que possam vir a serem implementadas nas águas (SINGH, GUPTA, DAHIYA 2021), as comunidades a jusante (HUANG, 2018), meios de subsistência, identidades sociais, saúde mental e física.

Uma premissa fundamental é que a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos são os principais determinantes da sustentabilidade de longo prazo dos sistemas socioecológicos e comunidades urbanas. Com um declínio contínuo na biodiversidade local com a retirada da mata ciliar para a construção de casas, esgotos despejados sem nenhum tratamento nas ruas e vielas das comunidades, acúmulo de resíduos, criação de animais insalubres e nos serviços ecossistêmicos, é crucial entender como a biodiversidade interage e como a mudança da terra pode modificar essas interações ao longo do tempo, sendo imprescindível estudar os aspectos envolvendo a sustentabilidade para as comunidades para que se possa implantar programas e projetos eficientes e obter relações positivas no desenvolvimento dos territórios estudados para obtenção de uma maior qualidade de vida e conforto ambiental. (HOONCHONG et al., 2020).

Expostos os conceitos base sobre os três pilares que constituem a construção do diagnóstico socioeconômico, ambiental e de inclusão de gênero, passamos para as etapas de elaboração do PDT.

3.2. Etapas de elaboração do PDT

A elaboração do PDT possui quatro etapas, a primeira construção de um Diagnóstico Socioterritorial, ambiental e de inclusão de gênero do CBR, a segunda a elaboração do próprio plano, a terceira sua validação e por fim a implementação.

Figura 7 - Etapas e pilares estratégicos do PDT.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho de 2022.

A etapa do **Diagnóstico Socioterritorial, ambiental e de inclusão de gênero do CBR**, tem como ponto de partida dados primários e secundários oriundos dos Eixos 1 e 2, pesquisas qualitativas, processos de escutas da população e dados secundários oficiais do governo federal, estadual e municipal. Nessa etapa serão identificados as principais dificuldades e oportunidades do território e os diversos grupos que o compõem. Como a população objeto da intervenção possuem características distintas em relação às soluções (reassentamento, regularização fundiária, etc), além de subgrupos com necessidades específicas, tanto a coleta de dados e sua análise serão realizadas de forma distintas, como detalhado no item metodologia de coleta de dados.

Na segunda etapa, elaboração do **Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR**, pretende-se envolver de forma ativa, além dos técnicos do Consórcio, da UEP e secretarias municipais afins, diversos grupos que compõem a comunidade. Para tal fim, serão utilizadas as instâncias de participação já constituídas e preconizadas pelo programa (ex: comitês e CAPs), e outros espaços de escuta e proposições fomentados pelos instrumentos de intercâmbio e planos de ação comunitária (PAC). Esses dois últimos detalhados mais adiante nesse documento.

O PDT deve conter na sua estrutura as atividades, justificativa, impacto socioambiental, esperado, cronograma, estimativa de custos, modalidades de implementação. Importante destacar que o plano trará além de novas iniciativas de desenvolvimento territorial, deverá dar importância a já existentes oriundas do poder públicos e sociedade civil que possam ser replicadas no CBR.

Após a elaboração do PDT a etapa seguinte é de **validação** do documento. Essa aprovação será feita pela UEP, secretarias municipais envolvidas e população do CBR. Nessa etapa ocorrerão discussões internas com a PMJP, partes interessadas e comunidades. Para esse último público além de reuniões será feita a consulta pública, conforme prevista no programa. Validado o PDT, a etapa seguinte é sua implementação e monitoramento das atividades.

3.3. Objetivos do PDT

O PDT tem como objetivos:

- Promover a participação das mulheres, das famílias, dos grupos vulneráveis ou que sofrem algum tipo de discriminação;

- Propor atividades diretamente ligadas ao combate à discriminação contra mulheres e grupos vulneráveis;
- Implantar ações de inclusão de gênero no desenvolvimento socioeconômico do CBR;
- Trabalhar a inclusão social, redução das desigualdades sociais, promoção da cultura local, saúde e bem-estar da família , atividades de artes e lazer através de atividades relacionadas ao tema do desenvolvimento humano e/ou criativo;
- Desenvolver iniciativas no tema de luta contra violências de gênero, sendo domésticas ou no espaço público;
- Buscar iniciativas de melhoria da qualificação profissional dos moradores do CBR;
- Desenvolver ações voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo local;
- Fomentar o associativismo e empreendedorismo que tenham aderência com o perfil da comunidade;
- Fomentar o acesso ao mercado de trabalho formal através das iniciativas de qualificação profissional respeitando a vocação local;
- Promover articulação para fortalecer a rede de apoio para formação de parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil;
- Desenvolver ações voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo local;
- Divulgar práticas e conceitos de preservação e conservação ambiental nas comunidades implicará em equilíbrio e sustentabilidade do programa, com o meio ambiente e com o planeta;
- Trabalhar a temática da Gestão de Resíduos Sólidos como ponto fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais;
- Fomentar ações que garantam que as residências atinjam padrões mínimos de habitabilidade, salubridade, segurança e conforto ambiental, possibilitando o acesso à assistência técnica construtiva gratuita, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei da Assistência Técnica (Lei 11.888/08);
- Propor atividades de revalorização de espaços degradados, ou sujos, ou considerados perigosos, ou simplesmente pouco valorizados;
- Propor ações no sentido de minimizar as questões relacionadas a problemas de saúde e que sejam decorrentes do meio ambiente.

3.4. Princípios e Diretrizes

O Plano de Desenvolvimento Territorial - PDT deve atender a OP 710 - Reassentamentos Involuntários, principalmente nos que se refere às seguintes diretrizes e orientações:

- Assegurar a participação das comunidades, tanto na concepção, execução e sustentabilidade do projeto.
- Considerar o reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável, que deve favorecer o acesso à condições adequadas de moradia e aos serviços essenciais.
- Criar oportunidades econômicas para a população deslocada. Para além da identificação das atividades já existentes nas comunidades do CBR , é preciso vislumbrar e fomentar novas dentro do perfil dos moradores.
- Proporcionar um nível aceitável de habitação e serviços, ou seja, acesso aos serviços básicos e aos equipamentos de educação, saúde e apoio social.

3.5. Metodologia e fontes de informação da Elaboração do PDT

Todo processo que envolve impacto na vida das pessoas deve ter a transparência da informação como ponto orientador. Saber quais as informações necessárias, sua utilidade,

forma de coleta e, por fim, sua divulgação é um processo que deve ser construído de forma clara e transparente.

Para tanto a população deve ser incorporada como parte integrante do processo e ser garantido mecanismo e instâncias de participação, tais como: as Comissões de Acompanhamento Permanente (CAP), formada por membros de cada comunidade, comitês e consultas públicas. Um dos exemplos é o Comitê Temático de Acompanhamento das Oportunidades de Geração de Trabalho e Renda, subdividido em três subgrupos: comerciantes (instalado em janeiro de 2022), e dos Trabalhadores de Reciclagem e Criadores de Animais (instalado em março de 2022). Desde então são realizadas reuniões para levantar as demandas específicas de cada grupo.

Além disso, os escritórios de gestão local - ELO, oferecem o plantão social de forma permanente, no período das 08:00 às 17:00h, de segunda a sexta. O atendimento acontece de forma individual ou coletiva, há também a abordagem no campo e o atendimento remoto.

Foto 1 - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Oportunidades de Trabalho e Renda - Subgrupo Comerciantes. Janeiro, 2022.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA.

Foto 2 - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Oportunidades de Trabalho e Renda - Subgrupo Trabalhadores de Reciclagem e Criadores de Animais. Fevereiro, 2022.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA.

Foto 3 - Reunião do Comitê de Acompanhamento das Oportunidades de Trabalho e Renda - Subgrupo Comerciantes. Janeiro, 2022.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA.

Foto 4 - Atendimento social no ELO. Maio, 2022.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA.

Foto 5 - Instalação da Comissão de Acompanhamento Permanente (CAP). junho, 2022.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA.

Além desses espaços de participação e escuta foi realizado entre dezembro de 2021 e março de 2022 um cadastro censitário em parte das comunidades identificadas, nesse período, como área de risco. Os dados coletados possibilitaram traçar um perfil socioeconômico do público que sofrerá o deslocamento físico e o deslocamento econômico[2]. Esse conjunto de informações coletadas no Eixo 1 e Eixo 2 serão base para o diagnóstico socioeconômico, ambiental e de inclusão de gênero.

O TDR também determina para além desses dados a coleta de informações complementares como dados primários qualitativos e dados primários quantitativos, a coletar potencialmente de maneira amostral. Incluir questões de gênero, como a caracterização das desigualdades salariais, educacionais e também temas ambientais e socioeconômicos. Nesse sentido, no processo de elaboração desse diagnóstico e da elaboração do plano PDT a utilização dos instrumentos perfil comunitário, intercâmbio, plano de ação comunitário e pesquisas amostral da população que não sofrerá relocação e qualitativa de grupos específicos. Todos esses instrumentos serão detalhados no próximo item.

3.4.1. Instrumentos participativos de coleta de dados

Na metodologia proposta para a construção e execução do PDT tem como elemento essencial a participação das comunidades (moradores e trabalhadores) desde o início da elaboração do processo. Para tanto, além da pesquisa censitária/cadastral, propomos uma coleta de informações construída de forma coletiva e participativa, onde moradores, trabalhadores e técnicos, tenham oportunidade de compartilhar seus conhecimentos. Para tanto, iremos utilizar três ferramentas: o perfil comunitário, o intercâmbio e o plano de ação comunitária.

Inicialmente a aplicação desses instrumentos estavam distribuídos em duas etapas, o perfil no momento da elaboração do diagnóstico e os dois últimos no momento da construção do PDT. Porém, conforme a execução do projeto e as respostas da população a essa execução foi necessário a flexibilização da aplicação dos instrumentos. Dessa forma, a avaliação da sua aplicação e o momento dependerá da aceitação por parte da comunidade.

- **Perfil comunitário**

É um instrumento que oportuna o rememorar a história e/ou coleta de informações específicas/temáticas de um território ou grupo organizado, através das experiências

[2] Deslocamento físico, perda do terreno residencial ou perda do abrigo. Deslocamento econômico é a perda de terreno, bens ou acesso a bens, incluindo aqueles que levam a perda de fontes de renda ou outros meios de subsistência.

individuais e coletivas. Pode ser construído a partir de entrevistas orientadas, mapeamentos e construção de linha do tempo. Cada forma de aplicação é definida de acordo com a informação de interesse, para o resgate da história do grupo ou território a linha do tempo e o grupo focal, caso o interesse seja levantamento de informações territoriais a aplicação se dá pelo mapeamento. Para a elaboração do PDT propomos a utilização da linha do tempo e mapeamento.

O perfil comunitário aplicado através da linha do tempo

Para a construção da linha do tempo é necessário um grupo de pessoas com idade, tempo de moradia ou vivência no grupo diversas. Além disso, a/o facilitador deve previamente fazer uma pesquisa sobre o grupo ou território, como tempo de existência, eventos ou legislações que determinaram sua consolidação.

Munido das informações prévias, o facilitador conduz a atividade através de perguntas orientadas, ora individuais ora coletivas. O primeiro passo é identificar na linha do tempo todos os participantes e o tempo de pertencimento aquele território ou grupo. Em seguida, questionar marcos importantes que interferiram para a consolidação do grupo ou território. Exemplo: início da ocupação no território, chegada da energia elétrica, tempo de fundação do grupo, etc. Todos os dados são registrados através de tarjetas organizados de forma cronológica e expostos ao grupo. O resultado é a construção de uma linha do tempo onde entrelaçam marcos importantes para o grupo ou território que se entrelaçam com as histórias pessoais e coletivas valorizando a presença de cada pessoa, sua contribuição para as conquistas do grupo e os eventos coletivos que interferem no coletivo e na vida pessoal de cada participante.

Foto 6 - Construção do Perfil Comunitário das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ANIMA, julho de 2022.

Foto 7- Construção do Perfil Comunitário das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ANIMA, julho de 2022.

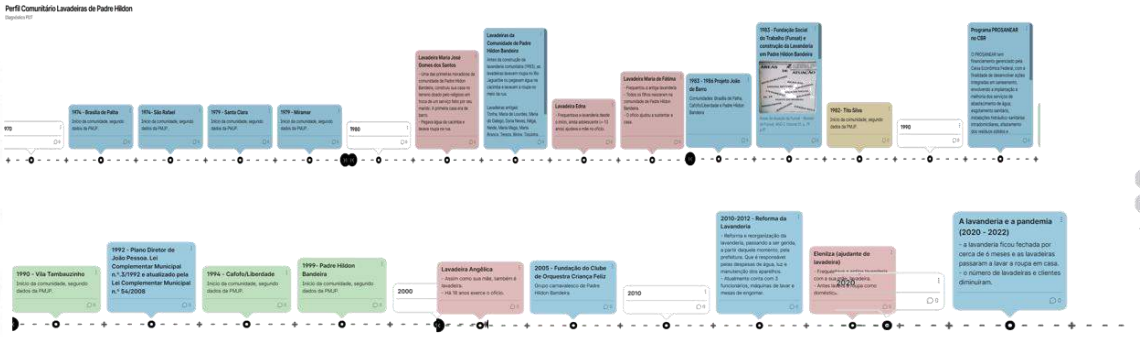


Figura 8 - Perfil comunitário construído através da linha do tempo das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.julho, 2022.

O perfil comunitário aplicado através do mapeamento.

A aplicação do Perfil Comunitário através do mapeamento tem como objetivo coletar informações sobre experiências positivas e negativas num determinado território, ou seja, identificar as formas de relação existentes nesse território, suas fragilidades e potencialidades.

O primeiro passo é a escolha da temática a ser trabalhada, que pode ser desde a sensação de insegurança, qualidade ambiental ou áreas mais favoráveis às brincadeiras infantis. Definida a temática é escolhido o perfil do grupo (apenas mulheres, grupos LGBTQIP+, idosos, trabalhadores do território). Vencida essas etapas, passamos para a fase de aplicação.

Inicialmente é realizada uma roda de conversa sobre a temática, nesse momento o facilitador oportuniza aos participantes o nivelamento e a construção de um consenso sobre a temática e os itens as informações que serão coletadas. Munidos de um mapa do local, o grupo faz um passeio no território e identifica as informações elencadas na roda de conversa. Ao final da visita esses pontos são expostos para o coletivo e classificados como fragilidades e potencialidades do território.

. Figura 9 - Resultado do mapeamento realizado por jovens sobre a qualidade ambiental na sua comunidade
Fonte: Lúcia Siqueira, 2018.

Figura 10 - Resultado do mapeamento realizado com moradores de uma comunidade em Recife sobre a sensação de insegurança no território
Fonte: Lúcia Siqueira, 2008.

- **Intercâmbio**

Troca de experiências, conhecimento de realidades diversas, problemas semelhantes e soluções possíveis são alguns dos resultados oriundos do intercâmbio. Além disso, a coleta de

informações através deste instrumento oportuniza um processo de aprendizagem horizontal entre comunidades, organizações e/ou governos que baseia-se na lógica de "fazer é saber" e ajuda a desenvolver uma visão coletiva. Dessa forma, propomos na fase de elaboração e execução do PDT intercâmbio entre as comunidades dentro e fora do CBR, visitas a instituições que possuam experiências exitosas a fim de impulsionar novas possibilidades tanto de incremento das atividades identificadas como vislumbrar novas.

Essa troca de experiência pode ocorrer em três níveis: entre moradores de uma mesma comunidade, moradores de comunidades diferentes pertencentes ao CBR, ou com outros parceiros, sejam comunidades, instituições com experiências exitosas que possam servir de inspiração para elaboração e execução do PDT. Os intercâmbios são balizados pelos pilares estratégicos do PDT (Inclusão de Gênero, Diversidade e Vulnerabilidades; Geração de Trabalho e Renda; Sustentabilidade Ambiental) e devem envolver não só os moradores e trabalhadores do CBR como também os técnicos da PMJP como forma de estimular a aproximação e o comprometimento desses dois grupos na sustentabilidade do Plano.

- **Plano de Ação Comunitária - PAC**

É um instrumento de planejamento simples e participativo onde a partir de dados coletados numa etapa anterior, um determinado grupo elenca ações prioritárias, atores envolvidos e prazos de execução.

Para a construção do PDT, a partir dos resultados do Diagnóstico socioterritorial, ambiental e de inclusão de gênero do CBR, grupos representativos de cada comunidade ou pilar estruturante proporá um PAC que servirá de subsídio para as ações do Plano.

3.4.2. Metodologia de coleta dados

O primeiro passo de qualquer intervenção em uma determinada realidade é o conhecimento do território e das pessoas que nele vivem. Só a partir desse conhecimento e análise interpretativa dessa realidade é que podemos planejar ações que possam minimizar os impactos negativos e impulsionar os impactos positivos da intervenção de uma determinada realidade. Dessa forma, é necessário buscar fontes confiáveis e seguras que servirão como linha de base para elaboração de propostas que retratem as reais necessidades daquele território e da população em que nele vive.

Neste item, iremos descrever a metodologia de coleta de dados utilizados para a elaboração do Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e de Inclusão de Gênero do CBR.

É importante destacar que o Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e de Inclusão de Gênero, base para o Plano de Desenvolvimento Territorial, tem como público-alvo todos os moradores e trabalhadores do Complexo Beira Rio - CBR. Isso inclui tanto a população que será reassentada como a população que será consolidada no território e objeto da regularização fundiária e urbanística. A definição do universo desses dois grupos é produto do estudo das áreas de risco elaborado pelo Consórcio ENGECONSULT/TECGEO, e aprovado pela PMJP. Essa distinção é importante porque tem rebatimento na origem da informação sobre esses dois públicos e, consequentemente, na análise dessas conforme apresentando no item a seguir.

A coleta de dados incluiu questões de gênero, a fim de verificar pontos como a caracterização das desigualdades salariais, educacionais e também temas ambientais e socioeconômicos.

Esses dados permitirá, ainda, entender as dinâmicas do território, suas principais vulnerabilidades, como também seus potenciais e vocações.

Pesquisas

Para a elaboração do diagnóstico nos fundamentamos em fontes secundárias oficiais (poder público e instituições de pesquisas reconhecidas) e em diversas fontes de dados primários coletados ao longo da implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário nas comunidades do CBR através do Programa João Pessoa Sustentável (Eixo 01 e 02). São eles:

- **Pesquisa censitária** (cadastral) - aplicada nos imóveis contidos na poligonal definida como área de risco (estudo realizado entre dezembro de 2021 e março de 2022), ou seja, coleta de dados das famílias previstas naquele momento a serem reassentadas.
- **Pesquisa amostral** - realizada com 10% do universo de imóveis localizados na poligonal definida como fora da área de risco (estudo realizado em junho e julho de 2022), ou seja, coleta de dados dos imóveis passíveis de consolidação no território.
- **Pesquisa qualitativa** com moradores que desenvolvem atividades econômicas no CBR - comerciantes, criadores de animais e catadores.

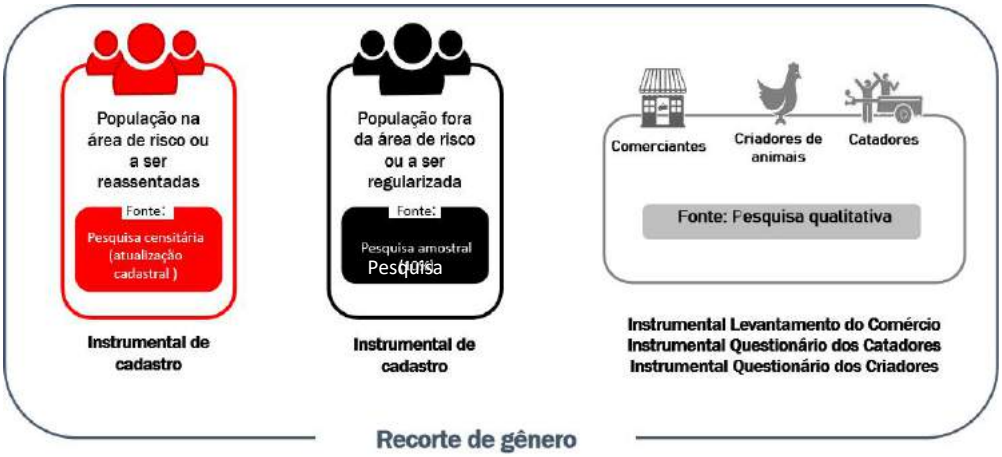


Figura 11 - Fontes de coleta de informações do PDT.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho de 2022

A escolha das fontes de informações primárias acima elencadas partiu da caracterização do público-alvo do PDT. Como mencionado anteriormente, o público do Plano é formado por dois grupos de população do mesmo território que serão impactadas pela intervenção de formas distintas, as famílias que serão reassentadas e as famílias que serão consolidadas no território.

Ainda dentro desses dois universos temos subgrupos com necessidades específicas para além da habitação, como as famílias que desenvolvem atividades econômicas no território, que podem vir a ter impacto negativo na situação socioeconômica, por isso foram consideradas como um grupo relevante no diagnóstico. Dessa forma, foram consideradas as pesquisas qualitativas com os comerciantes, criadores de animais e pessoas que trabalham com a coleta de recicláveis, realizadas pelos especialistas em Meio Ambiente e Geração de Renda.

A seguir iremos detalhar a metodologia de coleta de dados das fontes primária utilizadas no diagnóstico.

■ **Pesquisa censitária/ cadastral**

A pesquisa censitária cadastral foi realizada entre dezembro de 2021 e março de 2022, em parte da comunidade classificada, naquele momento, como área de risco. Em maio de 2022, esse estudo foi revisado e acarretou na mudança e redução do número de edificações em risco. Denominamos esses dois momentos como cenário 1 e cenário 2, respectivamente. Para o diagnóstico do PDT iremos utilizar as informações do cenário 1, por abranger um maior número de cadastros e assim representar o registro de uma maior parte do CBR. O que corresponde atualmente a 666 imóveis.

O primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa foi a identificação de todos os imóveis do CBR através da selagem[3], que envolveu os seguintes procedimentos:

a. **Produção de mapa das comunidades** com a numeração dos selos, marcada sobre cada edificação, além dos selos adesivos produzidos em escritório.
b. **Atribuição do selo cadastral às edificações**, que seguiu Cadastro da Ação de Combate a Fome – duas letras iniciais para definir a comunidade, uma letra para definir a quadra (A.B, etc.) e o número referente ao imóvel.

Após a selagem foi iniciada a coleta de dados que ocorreu através da aplicação de questionário estruturado, elaborado especialmente para atender as necessidades do projeto, sendo composto por perguntas objetivas e fechadas (de múltiplas escolhas), e complementado por perguntas abertas, de natureza qualitativa.

Figura 12 - Exemplo de mapa de selagem- trecho da comunidade de Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ ÂNIMA. 2021.

Figura 13 - Selo usado para selagem.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ ÂNIMA. 2021.

Foto 8 - Aplicação do selo.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ ÂNIMA. 2021.

[3] Antes da selagem acontecer foram realizadas mobilizações nos territórios através de convites online e divulgação porta a porta, convidando para uma reunião comunitária que ocorreu em cada uma das 8 comunidades para apresentação do projeto, da equipe e das ações iniciais.

O pré-teste foi realizado na Vila Tambauzinho, entre agosto e setembro de 2021, ainda com o formulário em meio físico. Após o pré-teste, o formulário sofreu alguns ajustes e inclusões a pedido da PMJP e foi transformado em meio eletrônico.

Os conceitos que balizaram o formulário de pesquisa, sobretudo, aqueles relacionados à identificação dos domicílios, função e/ou uso de imóveis, composição de moradores, caracterização familiar, informante principal e atividades econômicas desenvolvidas foram elaborados pelo Consórcio e apresentados no Manual de Cadastro. O treinamento dos entrevistadores/cadastradores foi realizado pela PMJP e DEMACAMP/ANIMA.

Figura 14 - Espelho do aplicativo.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ ÂNIMA.

Para a definição de domicílio baseou-se na definição usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, qual seja:

> ...o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais dessa definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. (IBGE, 2010, p. 24).

Os domicílios particulares são aqueles cuja finalidade é a de servir de moradia a uma ou mais pessoas e/ou famílias, com ou sem laços de parentesco. Porém, numa realidade como a do CBR, sabe-se que o domicílio pode ser usado para além da moradia, atendendo à outras funções/usos tais como de produção e/ou comercialização de bens e serviços. Neste sentido, usou-se as seguintes definições:

- **Residencial** – quando o domicílio é, exclusivamente, residencial, abrigando uma ou mais pessoas e, ainda, uma ou mais famílias, com ou sem parentesco.
- **Misto** – quando dois usos são combinados, por exemplo, residencial e econômico/comercial, porque, como foi dito acima, a família ou pessoa residente exerce, na própria casa alguma atividade econômica: costura, faz manicure e cabelo, barbeiro, faz alimentos e/ou outros produtos para a comercialização etc.
- **Comercial** – quando se trata de um estabelecimento, exclusivamente, comercial.
- **Religioso** – quando se trata de um imóvel, exclusivamente, de uso religioso.
- **Institucional** – quando o imóvel é, exclusivamente, sede de uma associação de moradores, sindicato, e/ou outra instituição.

Alguns critérios foram definidos para a identificação do informante principal, denominado de **principal responsável**. Este foi considerado como um morador permanente, adulto, homem ou mulher, que se identifique como tal ou que tenha sido indicado, por outro (s) morador (es), como o responsável pelas finanças, gestão ou decisões da casa. Após a identificação do responsável principal pelo domicílio, foi levantado o número de moradores e de famílias residentes naquela unidade.

Foi considerado como **família** "a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos, que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, formando um grupo doméstico que vive sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros". Assim, foram considerados **moradores todas** as pessoas que, permanentemente, viviam no domicílio no momento da pesquisa, tendo ou não relações de parentesco com o responsável pela unidade domiciliar (DEMACAMP/ANIMA. Manual de Instruções, 2021, p. 6). Sendo assim, a pessoa responsável pela unidade familiar e os demais moradores permanentes do domicílio, com ou sem laços de parentesco, integraram o que se passou a chamar de moradores ou familiares da unidade em questão (IBGE, 2010).

■ **Pesquisa amostral**

A pesquisa amostral foi aplicada nos imóveis passíveis de consolidação, que não foram cadastrados na pesquisa censitária. Ou seja, do total de 1.917 imóveis selados, 666 foram objeto da Pesquisa censitária/cadastral, restando um universo de 1251 imóveis passíveis de consolidação distribuídos nas oito comunidades do CBR, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Universo de imóveis cadastrados e não cadastrados

COMUNIDADES	TOTAL DE Nº IMÓVEIS IDENTIFICADO NA POLIGONAL DO PROJETO	Nº DE IMÓVEIS IDENTIFICADO NA POLIGONAL DA ÁREA DE RISCO DO PROJETO (IMÓVEIS CADASTRADOS)	Nº IMÓVEIS IDENTIFICADOS FORA DA POLIGONAL DA ÁREA DE RISCO DO PROJETO (IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS)
Padre Hildon Bandeira	343	203	140
Brasília de Palha	122	2	120
Cafofo/Liberdade	50	9	41
Miramar	259	11	248
Tito Silva	294	184	110
Vila Tambauzinho	29	7	22
São Rafael	453	222	231
Santa Clara	367	98	296
TOTAL	**1.917**	**736**	**1181**

Fonte: DEMACAMP- ANIMA. Junho de 2022.

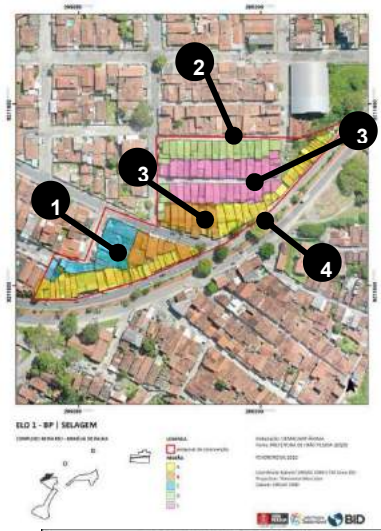
O levantamento de dados foi realizado entre os meses de junho e julho de 2022. O instrumental utilizado foi o mesmo da pesquisa censitária, (formulário composto por perguntas objetivas, fechadas e por perguntas abertas, de natureza qualitativa). E por meio eletrônico. Essa escolha do mesmo instrumental possibilita a construção de um único banco de dados para o PDT, composto pelas informações da pesquisa censitária e a amostral. A esse conjunto de dados serão somados o conteúdo das pesquisas qualitativas acima mencionadas.

A técnica de seleção de amostra utilizada foi a de "amostragem por conglomerados". A técnica consiste em subdividir a população em grupos definidos por conveniência (no caso da presente pesquisa a partir da setorização das comunidades), e alguns destes elementos no interior do grupo são selecionados por sorteio ou outros critérios. (Barbetta 2002 pg 49).No

caso da pesquisa amostral do PDT, buscou-se também elementos (imóveis) que garantisse a heterogeneidade na amostra a partir da seleção de domicílios com diferentes padrões construtivos. O percentual da amostra foi de 10% no número de imóveis de cada setor cadastral de cada comunidade como mostram as figuras e a tabela 2 abaixo.

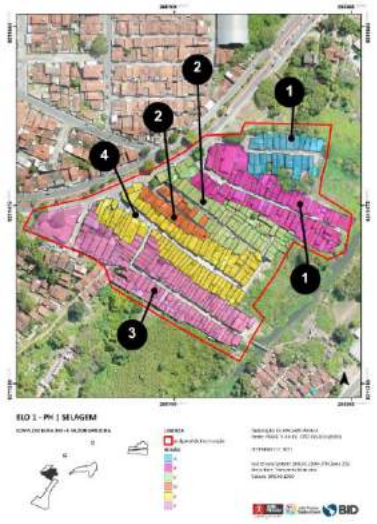
ELO 1 - Cafofo/Liberdade		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	8	1
B	5	1
C	20	2
D	5	1
E	3	1
TOTAIS	41	6

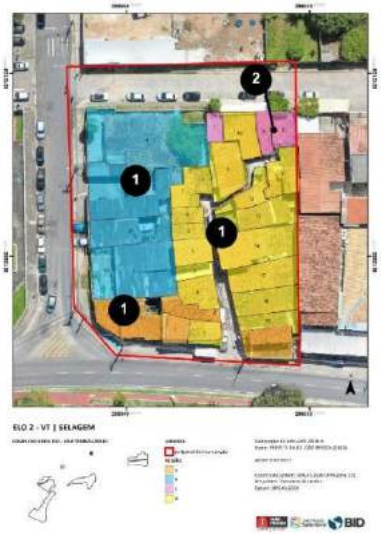
Figura 15 - Número da pesquisa amostral na comunidade Cafofo/Liberdade.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.



ELO 1 - Brasília de Palha		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	42	4
B	12	2
C	9	1
D	24	2
E	33	3
TOTAIS	120	12

Figura 16 - Número da pesquisa amostral na comunidade Brasília de Palha.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.



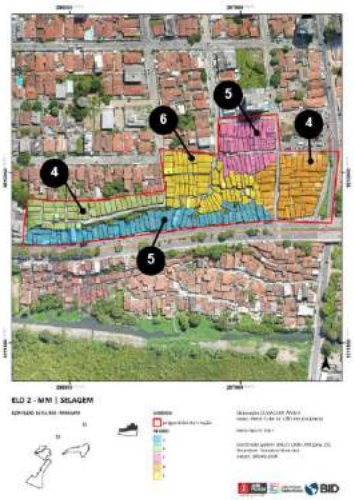


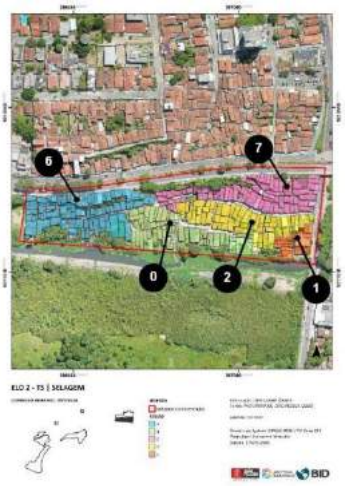
ELO 1 - Padre Hildon Bandeira		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	9	1
B	7	1
C	30	2
D	23	2
E	40	4
F	31	3
TOTAIS	140	13

Figura 17 - Número da pesquisa amostral na comunidade Padre Hildom Bandeira.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.

ELO 2 - Vila Tambauzinho		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	1	1
B	3	1
C	3	2
D	15	1
TOTAIS	22	5

Figura 18 - Número da pesquisa amostral na comunidade Vila Tambauzinho.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.



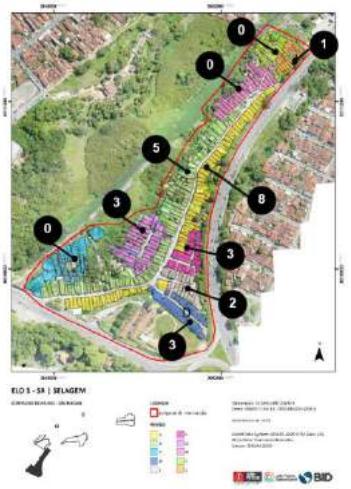


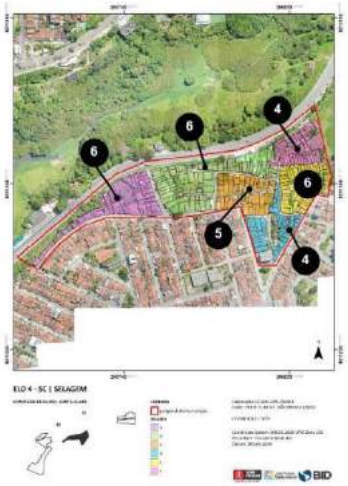
ELO 2 - Miramar		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	54	5
B	44	4
C	46	5
D	41	4
E	63	6
TOTAIS	248	24

Figura 19 - Número da pesquisa amostral na comunidade Miramar.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.

ELO 2 - Tito Silva		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	32	3
B	0	0
C	69	7
D	9	1
E	0	0
TOTAIS	110	11

Figura 20 - Número da pesquisa amostral na comunidade Tito Silva.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.





ELO 3 - São Rafael		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	79	8
B	41	4
C	0	0
D	29	3
E	19	2
F	29	3
G	29	3
H	0	0
I	0	0
J	5	1
TOTAIS	231	23

Figura 21 - Número da pesquisa amostral na comunidade São Rafael.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.

ELO 4 - SANTA CLARA		
SETOR	Nº SELO REGULARIZAÇÃO	10%
A	56	6
B	62	6
C	53	5
D	42	4
E	62	6
F	31	4
TOTAIS	306	31

Figura 22 - Número da pesquisa amostral na comunidade Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022.

Tabela 2 - Universo de imóveis da poligonal do projeto, cadastrados

Comunidades	Total de nº imóveis identificado na poligonal do projeto	N. De imóveis cadastrados na pesquisa censitária.	Nº imóveis identificados fora da poligonal da área de risco do projeto (imóveis não cadastrados)	**10% dos selos fora da área de risco**
Padre Hildon Bandeira	343	203	140	13
Brasília de Palha	122	2	120	12
Cafofo/Liberdade	50	9	41	6
Miramar	259	11	248	24
Tito Silva	294	184	110	11
Vila Tambauzinho	29	7	22	5
São Rafael	453	222	231	23
Santa Clara	367	98	296	28
TOTAL	**1.917**	**736**	**1181**	**122**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA. Junho, 2022

■ Pesquisas qualitativas

A pesquisa qualitativa com os catadores de materiais recicláveis tem como objetivo coletar informações sobre o modo de vida e percepções acerca das pessoas que trabalham nessa ocupação das 8 comunidades do CBR. Esse universo, envolve tanto os moradores que possuem domicílios inseridos na área classificada como de risco (março de 2022), como também, para os que estão fora dela.

O instrumental produzido através da plataforma do Google Forms, é uma entrevista estruturada, composta por cinco partes: (i) Dados Sociais (Informações pessoais); (ii) Econômico (Ocupação); (iii) Condições de Trabalho; (iv) Educação Ambiental e; (v) Caracterização dos Materiais Coletados. O instrumental foi aplicado nos mês de maio de 2022 e as informações inseridas no banco de dados do PDT, que assim como os dados das pesquisa censitária e cadastral tem como elo o número do selo.

A busca por esse público se deu de cinco formas:

- Pesquisa no banco oriundo da pesquisa censitária, no qual o entrevistado relatava essa atividade como 1ª ou 2º ocupação (Pesquisa censitária/cadastral).
- No momento da instalação do Comitê de Oportunidade e Geração de Trabalho e Renda para os catadores de Material Reciclável, Criadores de Animais e Comerciantes. Nesse momento, nove pessoas declararam realizar essa atividade (comitê).

- Indicação dos técnicos que participaram do processo de selagem das comunidades do CBR, que identificaram a presença de pessoas que vivem da coleta de materiais recicláveis (processo de selagem).
- Conversa informal com as lideranças das comunidades (a grande maioria já tinha sido entrevistada).
- Indicação de outros catadores que não estavam na relação a partir de conversas com os entrevistados.

Por essa metodologia, ao total foram identificadas 56 pessoas que podem desenvolver a atividade de coleta de materiais de recicláveis, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 -Pessoas identificadas por comunidade que podem desenvolver a atividade de coleta de materiais recicláveis.

Comunidades	Pesquisa censitária /cadastral	Comitê	Processo de selagem	Conversa com a liderança	Indicação de outros catadores	Total
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0
Cafofo Liberdade	0	1	0	2	0	3
Miramar	0	1	1	0	2	4
Padre Hildon Bandeira	6	3	1	0	2	12
Santa Clara	4	1	3	0	1	9
São Rafael	18	2	2	0	0	22
Tito Silva	2	1	0	1	2	6
Vila Tambauzinho	0	0	0	0	0	0
Total						**56**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA

Do total de 56 pessoas, 35 foram entrevistadas, 05 não quiseram por alegar falta de tempo ou interesse, 09 pessoas não fazem ou não realizam mais essa atividade econômica, 03 se mudaram dos imóveis e 04 não foi possível localizar para que pudesse responder ao questionário (ver tabela 4).

Tabela 4 -Justificativa do total de selos cadastrados

Justificativas	ELO 1		ELO 2		ELO 3	ELO 4	Total
	Padre Hildon	Cafofo Liberdade	Tito Silva	Miramar	São Rafael	Santa Clara	
Quantidade de cadastros realizados	05	01	05	02	17	05	35
Pessoas que não quiseram	0	02	0	0	03	0	05
Não faz mais/ não realizam	04	0	0	0	02	03	09
Mudou-se	02	0	0	0	0	01	03
Não localizado/não estava em casa	1	0	1	2	0	0	04
TOTAL							**56**

Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

É importante destacar que esses valores podem ser considerados baixos em relação ao tamanho do universo das comunidades analisadas, porém, é importante mencionar a dificuldade de reconhecimento visual a partir da estrutura física do imóvel, além do que esse tipo de atividade apresenta características de permanência temporária, com alto grau de rotatividade, muitas vezes pode ser considerada como atividade econômica de "bico" por aqueles que a exercem e que podem existir pessoas que a executam como atividade secundária (2º ocupação) e que não foram entrevistadas. A grande maioria dos participantes

são pessoas conhecidas na comunidade por viverem dessa ocupação como renda principal, se autodeclararem nessa atividade e praticarem esse trabalho de forma mais regular e frequente.

Criadores de animais

Assim como a pesquisa qualitativa de catadores de materiais recicláveis, a pesquisa dos criadores de animais tem como objetivo coletar informações sobre o modo de vida e percepções acerca das pessoas que trabalham nessa ocupação das 8 comunidades do CBR.

O instrumental produzido através da plataforma do Google Forms, é uma entrevista estruturada, composta por cinco partes: (i) Dados Sociais (Informações pessoais); (ii) Econômico (Ocupação); (iii) Caracterização do Trabalho; (iv) Condições dos animais e (v)Educação Ambiental. O instrumental foi aplicado no mês de junho de 2022 e as informações inseridas no banco de dados do PDT, que assim como os dados das pesquisa censitária e cadastral tem como elo o número do selo.

A busca por esse público aconteceu da mesma forma que o de catadores:

- Pesquisa no banco oriundo da pesquisa censitária, no qual o entrevistado relatava essa atividade como 1ª ou 2º ocupação.
- No momento da instalação do Comitê de Oportunidade e Geração de Trabalho e Renda para os catadores de Material Reciclável, Criadores de Animais e Comerciantes. Nesse momento, nove pessoas declararam realizar essa atividade.
- Indicação dos técnicos que participaram do processo de selagem das comunidades do CBR, que identificaram a presença de pessoas que vivem da coleta de materiais recicláveis.
- Conversa informal com algumas lideranças das comunidades (os citados já tinham sido entrevistados).
- Indicação de outros catadores que não estavam na relação a partir de conversas com os entrevistados.

Por essa metodologia, ao total foram identificadas 74 pessoas que podem desenvolver a atividade de coleta de materiais de recicláveis, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 5 -Número de pessoas que podem exercer a atividade de criação de animais por comunidade.

Comunidades	Pesquisa censitária/cadastral	Comitê	Processo de selagem	Conversa com a liderança	Indicação de outros catadores	Total
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0
Cafofo Liberdade	0	1	1	0	0	2
Miramar	0	0	0	0	0	0
Padre Hildon	7	2	2	0	4	15
Santa Clara	5	1	0	0	0	6
São Rafael	26	1	10	0	2	39
Tito Silva	10	0	2	0	0	12
Vila Tambauzinho	0	0	0	0	0	0
Total						**74**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA

Do total de 74 pessoas, 39 foram cadastradas, 04 não quiserem por alegar falta de tempo ou interesse, 23 pessoas não fazem ou não realizam mais essa atividade econômica (algumas pessoas se desfizeram dos animais) e 08 não foi possível localizar para que pudesse responder ao questionário (ver tabela 06).

Tabela 6 -Justificativa do total de selos cadastrados.

Justificativas	ELO 1		ELO 2		ELO 3	ELO 4	Total
	Padre Hildon	Cafofo Liberdade	Tito Silva	Miramar	São Rafael	Santa Clara	
Quantidade de cadastros realizados	09	0	09	16	05	39	09
Pessoas que não quiseram	0	0	0	04	0	04	0
Não faz mais/ não realizam	04	2	0	16	01	23	04
Mudou-se	0	0	0	0	0	0	0
Não localizado/não estava em casa	02	0	03	03	0	08	02
TOTAL							**74**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA

Comerciantes

A identificação das atividades econômicas do CBR foi feita no segundo semestre de 2021 e consistiu em vistoria realizada pela equipe de trabalho que percorreu rua a rua os oito territórios identificando e georreferenciando as atividades econômicas encontradas.

Tal identificação, no entanto, não conseguiu capturar a totalidade das atividades existentes no território. Isso se deve ao fato de que algumas atividades não são de fácil identificação a partir de vistorias externas. São exemplos as atividades das costureiras, de lojas online, vendedoras de cosméticos entre outras.

Tal obstáculo foi superado a partir da finalização, no primeiro semestre de 2022, do cadastramento socioeconômico das áreas de risco das oito comunidades que compõem o CBR. O cadastramento permitiu investigar individualmente a realidade de cada família e a identificação de atividades antes ocultas.

A partir do cruzamento dessas duas fontes primárias de dados a equipe de trabalho realizou, nos meses de maio, junho e julho de 2022, vistorias a 160 famílias das comunidades. Abaixo a quantidade de atividades econômicas identificadas na área de risco em cada uma das etapas.

Tabela 7 -Atividades econômicas identificadas na área de risco em cada uma das etapa

Comunidade	Identificação das atividades econômicas (2º semestre de 2021)	Cadastramento socioeconômico (1º Semestre de 2022)	Vistorias atividades Econômicas (maio, junho e julho de 2022)
Brasília de Palha	0	1	0
Cafofo Liberdade	0	2	1
Miramar	6	3	3
Padre Hilton Bandeira	29	36	20
Santa Clara	17	15	19
São Rafael	53	41	64
Tito Silva	22	19	35
Vila Tambauzinho	2	2	1
Total	**129**	**119**	**175**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral. Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA

A vistoria de junho serviu para refinar as informações das duas fontes originais, aproximar a equipe de trabalho dos comerciantes e compreender a dinâmica e características dos empreendimentos.

Foto 9 - Oficina de costura em São Rafael.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Foto 10 - Fabricação de vasos e esculturas em Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Foto 11- Produção personalizados para festas em Tito Silva.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Foto 12 - Salão de Beleza em Padre Hildon Bandeira..
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

4. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO COMPLEXO BEIRA RIO

4.1. O território

O Complexo Beira Rio é formado por oito comunidades: Brasília da Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael. Essas comunidades estão localizadas em 5 bairros distintos, que são: Expedicionários, Torre, Miramar, Tambauzinho e Castelo Branco.

A origem da ocupação do CBR, assim como as 150 comunidades existentes em João Pessoa[4], é produto de ondas migratórias de pessoas do interior do estado em busca de emprego e melhores condições de vida, ocorridas a partir da década de 1960, combinadas com a falta de capacidade de resposta do poder público às demandas de moradia e acesso à infraestrutura à essa população. Foi nesse período, como destacam Dieb e Martins (2017), que o avanço urbano sobre a bacia do Rio Jaguaribe se intensificou, abrindo espaço às ocupações ribeirinhas que se estabeleceram nesse local devido a sua localização, acesso a água e, consequentemente, a produção agrícola. Nesse contexto, o cuidado com o patrimônio ambiental referente ao Rio foi negligenciado, o que proporcionou o aparecimento de problemas urbanos anos mais tarde, trazendo consigo impactos socioambientais e degradação da sua bacia.

Segundo informações da Prefeitura de João Pessoa, a ocupação do CBR teve início na década de 70, os dados oficiais apontam que a comunidade mais antiga é Santa Clara, seguidas das comunidades de Brasília de Palha, São Rafael e Miramar, cuja origem remonta a década de 70, as demais surgiram na década de 80.

Algumas comunidades são muito próximas umas das outras, como Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade e Padre Hildon Bandeira, fazendo com que suas histórias e as de seus moradores e das comunidades se misturem muitas vezes. Em 1983 o Jornal A União lança uma reportagem referente a uma visita que a primeira-dama do Estado, Lúcia Braga, juntamente com o prefeito de João Pessoa, Oswaldo Trigueiro do Valle, realizou à comunidade Brasília de Palha, atendendo a um convite do Padre Hildon Bandeira. Na ocasião, o Centro Social Nossa Senhora da Esperança foi visitado, assim como a quadra esportiva polivalente. Dentre as falas registradas nos chama atenção: “umas das representantes das famílias que residem no Conjunto N.S da Esperança (abaixo da lavanderia) pediu a dona Lúcia Braga que intercedesse junto a Cagepa para a extensão da rede d’água para suas casas (cerca de 52 famílias)” (JORNAL A UNIÃO, setembro de 1983). Ao que tudo indica, a reportagem faz menção a região que hoje é chamada de comunidade Padre Hildon Bandeira.

Na aplicação do perfil comunitário das lavadeiras de Padre Hildon Bandeira, foi narrado que desde meados da década de 1980 já havia ocupação naquela localidade, fruto da doação de terrenos por parte da Igreja Católica, na ocasião liderada naquela região por Padre Hildon, e em seguida se efetivado através do desenvolvimento do Projeto João de Barro, desenvolvido pelo Governo do Estado da Paraíba.

[4] João Pessoa apresenta mais de 90% dos bairros com presença de núcleos urbanos informais, isso corresponde a mais de 100 mil pessoas vivendo em situações precárias de moradia, coleta e tratamento de esgoto, pavimentação das ruas, iluminação pública, ou com deficiências de espaços de lazer, creches, escolas, dentre outros equipamentos públicos e comunitários, além da falta de legalização fundiária de seus imóveis. Fonte: Termo de Referência para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo Beira Rio - CBR. Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa, PB. ano 2019.

Tal Projeto começou a ser desenvolvido no governo de Wilson Braga Leite, durante o mandato que se estendeu de 1983 a 1986, e esteve sob a responsabilidade da Fundação Social do Trabalho, Funsat, numa parceria com a Companhia Estadual de Habitação (Cehap) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. A primeira comunidade a ser beneficiada foi a Padre Zé, se estendendo mais posteriormente para outras localidades, a exemplo da Beira Rio. Naquele momento a Funsat era presidida pela primeira-dama Lúcia Braga, nome lembrado e citado pelos moradores da comunidade de Padre Hildon Bandeira, no momento da aplicação do já citado perfil comunitário, e em conversas com mulheres da localidade.

Figura 23 - Sede da Funsat.
Fonte: RODRIGUES, 2017, p. 91

Figura 24 - Áreas de atuação da Funsat
Fonte: RODRIGUES, 2017, 93

Ainda em meados de 1984, alguns jornais da época, como A União e Correio da Paraíba, ainda relatam alguns desabamentos e inundações, que ocorreram na "favela Beira Rio". Nessa ocasião, a Funsat coordenou a "Operação Desabrigados". Inicialmente algumas famílias foram abrigadas na Associação de Moradores e outras no 1º Agrupamento de Engenharia e Codecipa. A partir desse momento o Projeto João de Barro começou a ser desenvolvido na localidade. De acordo com reportagem do Correio da Paraíba, de abril de 1985, cerca de 212 casas foram entregues na "favela Beira Rio". Parte da população que não pode permanecer na favela Beira Rio foi relocada para o conjunto habitacional Renascer II, localizado às margens da BR 230, limite de João Pessoa com o município de Cabedelo.

Figura 25- "Operação desabrigado".
Fonte: Rodrigues, 2017, p. 114.

Figura 26 - Conjunto Renascer II.
Fonte: Jornal do Correio da Paraíba, 01 de março de 1985, p.1

Pela generalização com que se referem à "favela Beira Rio", visualizar com exatidão em qual das 8 comunidades, o Projeto João de Barro foi desenvolvido se torna uma tarefa árdua, mas nos indica que naquela área outrora já havia ocorrido um processo de intervenção urbanística e habitacional, importante para história do CBR.

Além das casas entregues, a Revista da Funsat, publicação oficial do órgão do governo do estado à época, relata em sua edição nº 02, Ano I (1983), a construção de lavanderias, sendo uma delas na comunidade Beira Rio, chegando a promover, entre os meses de outubro e novembro daquele ano, o curso de lavadeiras, certificando 17 mulheres da comunidade. "Todas as senhoras aprovadas no curso de especialização promovido pelo Sine, já estão desempenhando suas funções em unidades de lavanderias construídas pelo Sistema Nacional de Empregos, através da Funsat" (REVISTA DA FUNSAT, ed. Nº 02, Ano I, 1984, p. 14).

A lavanderia existente no Complexo Beira Rio é a localizada na comunidade Padre Hildon Bandeira, que atende mulheres de lá e de outras comunidades próximas, como Brasília de Palha e Cafofo/Liberdade. De acordo com relatos de moradores, a lavanderia foi construída pelo beato, a fim de ajudar as mulheres daquela região. Ao que tudo indica, o líder religioso contou com o apoio da Fundação Social do Trabalho para o desenvolvimento desta empreitada.

Em conformidade com Dieb e Martins (2017), descarta-se que a comunidade Santa Clara surgiu após a construção dos conjuntos habitacionais Castelo Branco I, II e III, também no decorrer das décadas de 1960 e 1970, ocupação efetivada em áreas residuais nas proximidades dos conjuntos citados. Fator importante no processo de ocupação daquela região foi a construção do Campus da Universidade Federal da Paraíba, construído nas terras da Fazenda São Rafael. Em seguida os três conjuntos habitacionais foram construídos, e as ocupações "indevidas" tiveram início.

No fim da década de 90 e início dos anos 2000, o CBR foi objeto de nova intervenção urbanística, o PROJETO PRÓSANEAR. O programa tinha a finalidade de desenvolver ações integradas em saneamento, envolvendo a implantação e melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, instalações hidráulico-sanitárias intradomiciliares, afastamento dos resíduos sólidos e microdrenagem, com ações de caráter social, em áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda (até três salários mínimos).

Rememorar a história das comunidades que compõem o Complexo Beira Rio reafirma a importância destas na composição territorial do município de João Pessoa. Para finalizar este ponto vale destacar dois fatores: O primeiro diz respeito a longevidade da história dessas comunidades, fator que reforça a existência de um elo entre seus moradores, assim, a relação de vizinhança, de parceria e amizade estabelecida entre eles no decorrer de todo esse período deve ser levado em conta no processo de reassentamento. Dessa forma, como determinam as prerrogativas do BID, o Plano de Desenvolvimento Territorial deve legitimar essas relações e buscar efetivar ações que minimizem ao máximo os impactos negativos a serem sofridos pelos moradores/as. O segundo fator diz respeito ao histórico de luta que essas comunidades carregam. Como ressalta Rodrigues (2017), a "comunidade Beira Rio", desde a década de 1980, apresenta um perfil de grande representatividade quando o assunto é a reivindicação de melhorias, fator que também deve ser levado em consideração na elaboração do PDT. As melhorias implementadas pelo programa não devem, e nem podem resultar em um apagamento da história dessas comunidades e dos sujeitos que delas fazem parte.

4.1.1. Localização

O CBR possui 291.250 m^2 de área, da qual 57% são ocupadas pelas Comunidades de Santa Clara e São Rafael, seguidas por Padre Hildon Bandeira, Tito Silva e Miramar, além das demais de menor porte. Rodeadas de bairros nobres.

Figura 27 - Complexo Beira Rio.

As comunidades do Complexo Beira Rio - CBR estão integradas à malha urbana do município de João Pessoa, tendo principal acesso por meio de duas Avenidas, quais sejam: Avenida Pedro II e Avenida Beira Rio, onde há serviço regular de transporte coletivo. Internamente nas comunidades a acessibilidade é precária, há vielas com largura de 70 centímetros e sem pavimentação na comunidade de Padre Hildon ou mesmo topografia acidentada como em Miramar, com escadarias sem corrimão de proteção.

Nem todas as ruas da comunidades são reconhecidas pelo município, a comprovação disso é que há moradores que não recebem suas correspondências em casa (cerca 38%). Nessa situação, retiram em uma residência de vizinho ou parente, ou na Associação de Moradores ou na lavanderia comunitária (Comunidade de Padre Hildon), por exemplo. Esse é um dado que deve ser levado em consideração pois a falta de um endereço residencial pode comprometer a contração para o trabalho ou mesmo, para os comerciantes, dificultar a chegada e entrega de materiais no caso de profissionais que produzem os produtos e vendem para fora da comunidade.

Em relação ao domínio dos terrenos que as comunidades foram consolidadas temos terrenos públicos e privados. As comunidades de Brasília de Palha, Vila Tambauzinho e Cafofo/Liberdade são de propriedade particular, já Miramar possui uma situação ímpar, onde parte da comunidade está localizada em terreno público e parte em terreno privado. As demais são de domínio público, sendo: Tito Silva e São Rafael de propriedade da União, Santa Clara estadual e Padre Hildon Municipal.

A seguir apresentamos de forma sucinta a descrição das oito comunidades.

Quadro 2 - Comunidades do CBR: área, tempo de ocupação, domínio e bairros

Comunidades	Descrição
Brasília da Palha	A comunidade Brasília de Palha está localizada entre os bairros Torre e Expedicionários, sendo uma das mais antigas em termos de ocupação. Segundo os dados oficiais, a comunidade existe há cerca de 47 anos. Sua área corresponde a 14.920 m² (5% do CBR), ocupa terreno de propriedade privada.
Cafofo/Liberdade	A comunidade Cafofo/Liberdade está localizada no bairro dos Expedicionários, às margens da Avenida Ministro José Américo de Almeida (Av. Beira Rio). É a menor das comunidades em termos territoriais, sua área corresponde a 3.330 m² (1% do CBR), ocupa terreno de propriedade privada.
Miramar	A comunidade Miramar está localizada no bairro que tem o mesmo nome, bairro de Miramar, um dos mais tradicionais da cidade, e que recebe o conhecido bloco de carnaval, As Muriçocas de Miramar, às margens da Avenida Ministro José Américo de Almeida (Av. Beira Rio), com cerca de 40 anos de ocupação. Sua área corresponde a 32.000 m², equivalente a 11% do CBR e parte localizada em área pública e parte em privada.
Tito Silva	A comunidade Tito Silva está localizada no bairro de Miramar, entre as margens do Rio Jaguaribe e da Avenida Ministro José Américo de Almeida (Av. Beira Rio), com cerca de 39 anos de ocupação, e está inserida em uma área considerada de interesse ecológico pela Constituição do Estado da Paraíba, artigo 227º e Zona de Preservação pelo Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, estando subordinada às normas especiais de uso e ocupação do solo. Possui uma área de 34.980 m^2 em terreno de propriedade da União.
Padre Hildon Bandeira	A comunidade Brasília de Palha está localizada entre os bairros do Expedicionários e Torre, sendo uma das mais antigas em termos de ocupação. Segundo os dados oficiais, a comunidade é ocupada há cerca de 47 anos. Sua área corresponde a 14.920 m², o equivalente a 5% do CBR, a menor delas.
Vila Tambauzinho	A comunidade Vila Tambauzinho está localizada no bairro de Tambauzinho, também às margens da Avenida Ministro José Américo de Almeida (Av. Beira Rio), e possui 32 anos de ocupação, de acordo com os dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa, com uma área de 3.500 m² (1% do CBR) todo em terreno de propriedade privada.
Santa Clara	Localizada no Bairro do Castelo Branco, nas proximidades da BR 230, no entanto, por esta via não existe acesso formal à comunidade. Sua área corresponde a 72.870 m², o equivalente a 25% do Complexo Beira Rio, implantada em terreno público de domínio da União.
São Rafael	A comunidade São Rafael também é uma das comunidades de ocupação mais antiga, com cerca de 47 anos de ocupação. Está localizada no bairro do Castelo Branco, próximo à Mata do Buraquinho, área de preservação ambiental, especificamente entre a BR 230 e a bacia do Rio Jaguaribe. Territorialmente, a comunidade também se encontra nas proximidades da Universidade Federal da Paraíba, instituição com quem mantém estreita relação. Sua área corresponde a 92.150 m², o equivalente a 32% do CBR, implantada em terreno público de domínio da União.

Segundo o Plano Diretor vigente (Lei Complementar Municipal n.º.3/1992 e atualizado pela Lei Complementar Municipal n.º 54/2008) todas as oito comunidades são Zonas Especiais de Interesse Social, o que possibilita destinações específicas e normas próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo. Em seu art. 33 define:

> Art. 33. ZEIS são aquelas destinadas primordialmente à produção, manutenção e à recuperação de habitações de interesse social e compreendem:
> I - terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra;

> II - glebas ou lotes urbanos, isolados ou contíguos, não edificados, subutilizados ou não utilizados com área igual ou superior a 1.000 m²;
> III - edificações de valor para o Patrimônio Histórico que abriga ocupação plurifamiliar subnormal.

Para a urbanização e regularização fundiária são estabelecidas as seguintes condições:

> Art. 36. Não são passíveis de urbanização e regularização fundiária as favelas, ou assentamentos assemelhados, localizados em áreas de uso público, nos seguintes casos:
> I - localizados sobre rede principal de água ou esgotos ou sob redes de alta tensão;
> II - localizados em área que apresente risco à segurança de seus ocupantes, constatado através de laudo técnico de órgão competente;
> III - localizados em área destinada à realização de obras de interesse coletivo, sobretudo nas áreas de praças e de equipamentos de uso institucional;
> IV - existentes há menos de doze meses, contados a partir da publicação desta lei.

Em 2015, segundo o PDRR (2017), o CBR era integrado por 1.817 edificações e 1.960 famílias. O levantamento realizado pelo Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA, em 2021, identificou 1.917 edificações no momento da selagem em toda área do CBR objeto do Projeto. A Pesquisa censitária aponta a presença de 787 famílias na área de risco. O levantamento amostral permite-nos inferir que a área regularizável possui 1190 famílias. Dessa forma as oito áreas que compõem o Complexo Beira Rio possuem um total estimado de 1977 famílias.

Do total de edificações levantadas em 2021, 38,3% (736 edificações) correspondem a imóveis situados na poligonal de risco por estarem em áreas de preservação, construídas sobre tubulações ou de risco geológico, de inundações/enchentes. Há ainda casos incluídos nessa poligonal de casas construídas em calçadas, trechos de rua e acessos e em áreas necessárias para melhoria urbanística. É nessa parte da comunidade que foi aplicado a pesquisa censitária/cadastral. As demais 1181 edificações (61,7% do total) localizadas fora da área de risco, serão objeto de regularização urbanística e fundiária. Foi nesse território que aplicamos a pesquisa amostral.

4.1.1. Aspectos ambientais

O meio físico deste tópico foi caracterizado a partir da definição sobre meio ambiente contida na Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, nº 6.938/1981, que o conceitua como conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (BRASIL, 1981). O meio físico pode contemplar: o clima, o subsolo, o ar e as águas, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, entre outros.

O CBR está inserido na Bacia do Rio Jaguaribe, uma bacia intra-urbana bastante expansiva, típica de zona costeira e sub costeira sedimentar do Nordeste Oriental Brasileiro. Alimentada por diversas fontes, o curso do rio Jaguaribe tem uma extensão aproximada de 21km, nasce a sudoeste do núcleo urbano de João Pessoa no bairro de Oitizeiro (ENGECONSULT/TECGEO; 2021) . De acordo com alguns estudos e levantamentos, está inserido em ambiente urbano e encontra-se totalmente degradado, poluição essa oriunda principalmente da destinação irregular dos resíduos sólidos, e esgotos domésticos e isso implica em danos ambientais e sociais que devem ser sanados, pois tais problemas não geram apenas a degradação ambiental,

demonstra o descaso da sociedade perante sua história que está intrinsecamente ligada a esse corpo hídrico que dá nomes a bairros e a ruas da cidade de João Pessoa.
Segundo Santos (2016), o rio Jaguaribe foi transformado em um imenso esgoto doméstico a céu aberto, e em decorrência da poluição dessas águas, as comunidades ribeirinhas que ocupam suas margens, podem sofrer diversas doenças causadas pela poluição (SOUZA, 2010, SANTOS et al, 2016).Além disso, devido a retirada de sua mata ciliar, as porções de terra das margens do rio, já sem a sustentação das raízes, adentram ao rio, junto com resíduos sólidos carreados de outros lugares e também jogados pela população do entorno, causando o assoreamento.

A cobertura vegetal da bacia do Jaguaribe é formada por espécies arbustivas e arbóreas, predominantemente caracterizada pela influência do clima e da compartimentação morfo-pedológica e assim também por interferências antrópicas. Por esse aspecto, a mata ciliar demonstra-se por uma heterogeneidade fisionômica, florística e estrutural (FARIAS, et al. 2021). Devido a presença do rio a fauna deste local é mais visível e intensa do que nas outras comunidades que abrangem o programa, como também mais presente nos relatos de avistamento dos moradores dessas localidades. Foram encontradas 49 espécies dos grupos taxonômicos: peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. (FARIAS, et al. 2021).

A formação mais frequente é representada por uma vegetação formada por herbáceas e lenhosas arbustivas e arbóreas baixas, muito densas e com algumas árvores esparsas. Trata-se de um ecótono e também de uma formação secundária conhecida na área sob o nome de "tabuleiro". Espécies florestais da Mata Atlântica misturam-se com espécies do cerrado e das formações arbustivas e arbóreas litorâneas. (FARIAS, 2021).

Em relação a caracterização ambiental podemos dividir as 8 comunidades em 3 grupos distintos reunindo as semelhanças e características peculiares sobre os aspectos biológicos, geográficos, físicos e ambientais.

.

Figura 28 - Agrupamento das comunidades do CBR segundo suas características ambientais
Fonte Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA.

O primeiro grupo reuniu as comunidades de Padre Hildon, São Rafael e Tito Silva. São consideradas as maiores comunidades em relação ao tamanho e densidade populacional. As

mesmas têm em comum, estarem situadas e estabelecidas, linearmente, às margens do Rio Jaguaribe em áreas de alta vulnerabilidade social, e sujeita à inundação devido ao aumento do volume do rio, por conta das chuvas e por estarem muitas casas localizadas em áreas de inundação de várzea, consideradas Áreas de Preservação Permanente – APP[5]. Além disso, a comunidade de São Rafael fica próxima à Reserva da Mata do Buraquinho, sofrendo também influência do campus da Universidade Federal da Paraíba. (QUEIROZ, 2009, p. 89).

O segundo grupo é compreendido pelas comunidades de Cafofo Liberdade, Brasília de Palha, Vila Tambauzinho e Miramar. São comunidades com ocupações antigas e com quase nenhum elemento natural preservado. Neste grupo estão presentes as 3 menores em relação ao tamanho da área em ordem crescente (Cafofo Liberdade, Vila Tambauzinho e Brasília de Palha). E o terceiro grupo, de forma particular, se enquadra a comunidade de Santa Clara em relação às questões ambientais, localiza-se em suas áreas, lugares com declividade acentuada, que de acordo com a lei 12.651/2012, configura-se em Áreas de Preservação Permanente – APP, inciso V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive. Além disso, encontra-se em suas imediações uma nascente com coordenadas geográficas referenciadas pela Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa.

Nos itens a seguir o CBR apresentaremos a caracterização dos domicílios e tipologia das edificações encontradas em todo CBR, como fonte de dados usaremos a pesquisa censitária/cadastral e a pesquisa amostral.

4.1.2. Caracterização dos domicílios no CBR

Do total de domicílios onde foram aplicadas a pesquisa censitária cadastral, 74,4% foram declarados como próprios e 19% como alugados, os restantes se distribuem nas categorias de “cedido”. "ocupado” e de “outras situações”, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 - Domicílios cadastrados por situação. 2021/2022

CBR	Próprio	Alugado	Cedido	Ocupado	Outro	NS/NR	Total
No	548	142	41	1	2	2	736
%	74,46	19,29	5,57	0,14	0,27	0,27	100,0

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Os resultados da pesquisa amostral seguem a mesma tendência, sendo 82% dos domicílios da amostra declarados como próprios, seguidos de 14% alugados e 3%.
Quanto ao uso dos domicílios/imóveis, a maioria foi de uso residencial, na pesquisa censitária o percentual chega a 90% do total e na amostral 73%, que somados aos de uso misto totalizam mais de 95% como mostra a figura 24.

[5] Essas áreas foram conceituadas na Lei 12.651/ 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, popularmente conhecida como Novo Código Florestal., em seu artigo 4º, que considera as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, desde a borda da calha do leito regular, em larguras mínimas estabelecidas para o rio em questão a preservação da sua mata ciliar (PMJP, 202O, p. 39).

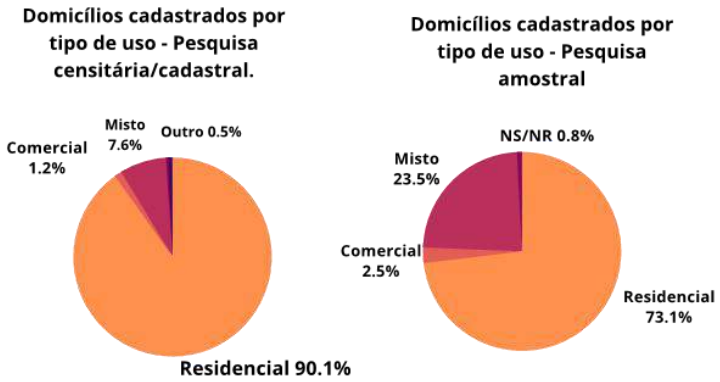


Figura 29 - Domicílios cadastrados por tipo de uso, 2021/2022
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA, 2021/2022.

Tabela 9 - Domicílios cadastrados por situação. 2021/2022

2021	Residencial	Comercial	Misto	Religioso	Outro[6]	NR/NS	Total
NO	663	9	56	3	4	1	736
%	90,08	1,22	7,61	0,41	0,54	0,14	100,0

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Ao contrário do esperado, o índice de coabitação no CBR, especialmente da coabitação involuntária[7], foi relativamente baixo, predominando as famílias únicas, 88% do total das famílias que responderam a pesquisa censitária/cadastral (ver quadro 4) e 100% do total da amostra, conforme figura abaixo.

Em relação ao documento existente do domicílio, a maioria dos entrevistados na pesquisa censitária/amostral declarou não possuir qualquer tipo de documentação, correspondendo a 73% do total. Todavia, cerca de 23% dos demais declararam possuir documento de compra, apenas 0,8% dos respondentes afirmaram ter escritura, esses estão localizados nas comunidades de Padre Hildon, Santa Clara e São Rafael.

Já na pesquisa amostral o cenário muda um pouco, 46,2% da amostra afirma não possuir nenhum documento e 30,6% declaram que possuem algum documento, seja promessa de compra e venda, seja escritura. Os entrevistados que afirmaram possuir escrituras estão nas comunidades de Brasília de Palha, São Rafael e Vila Tambauzinho.

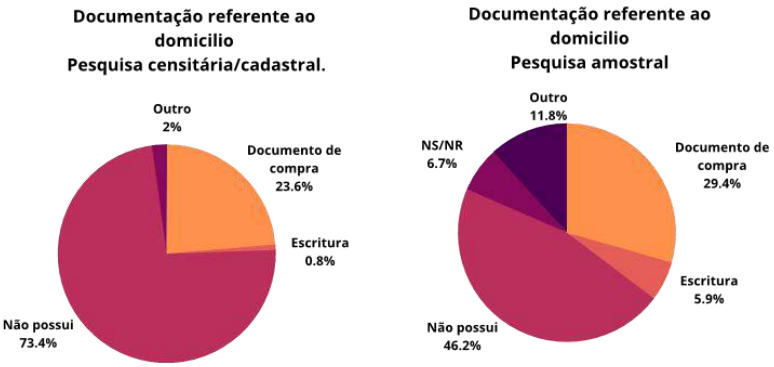


Figura 30 - Documentação referente ao domicílio.
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA, 2021/2022.

[6] Esta categoria está assim distribuída: 3 garagens usadas como domicílios, 1 em Tito Silva e 2 em Padre Hildon, e um em área de criação de animais em Santa Clara.
[7] Um dos componentes do deficit habitacional.

Ainda sobre a situação legal do domicílio foi indagada se existia alguma ação legal ou judicial sobre ele, sendo que 99% do total declararam negativamente. Mesmo que inexpressivo, vale destacar que houve ação legal nas comunidades Padre Hildon, Santa Clara, Vila Tambauzinho e Tito Silva.

4.1.2. Tipologia das edificações

A maior parte das edificações existentes no CBR são casas térreas, menos de 10% do total de domicílios são de 02 pavimentos, térreo mais um, distribuídas nas diversas áreas. Na área identificada com risco, apenas uma área, Tito Silva, contempla 3 domicílios com 4 pavimentos e, acima de 4 pavimentos só há registro de 2 unidades em Santa Clara (ver Tabela 10 e Figura 31). Resultados da pesquisa amostral, apontam para um cenário de verticalização, de dois a três pavimentos nas comunidades de Brasília de Palha, Miramar, Vila Tambauzinho e Santa Clara. Não foram identificadas edificações com 4 ou mais pavimentos na área consolidada do CBR.

Tabela 10 - Número de pavimentos - pesquisa censitária/cadastral.

Comunidade	Pavimentos						Total
	1 Pav.	2 Pav.	3 Pav.	4 Pav.	Mais de 4 Pav.	NR/NS	
Brasília de Palha	1	1	0	0	0	0	**2**
Cafofo/Liberdade	6	1	0	0	0	0	**7**
Miramar	14	0	0	0	0	0	**14**
Padre Hildon Bandeira	191	27	0	0	0	0	**218**
Santa Clara	74	2	0	0	2	1	**79**
São Rafael	198	12	1	0	0	0	**211**
Tito Silva	169	24	4	3	0	0	**200**
Vila Tambauzinho	4	1	0	0	0	0	**5**
Total	657	68	5	3	2	1	**736**
%	**89,3**	**9,2**	**0,7**	**0,4**	**0,3**	**0,1**	**100,0**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

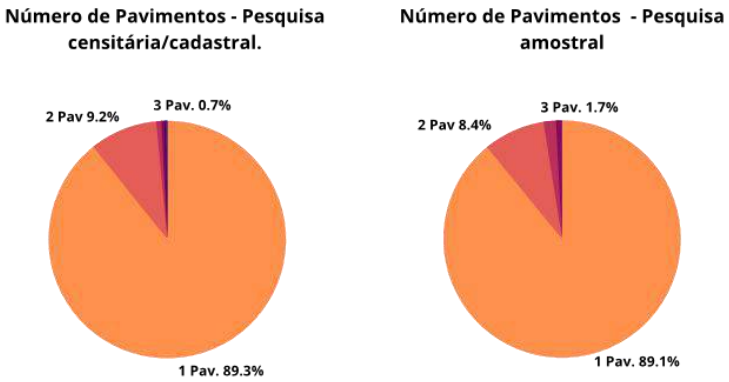


Figura 31 - Número de pavimentos.
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA, 2021/2022.

Quanto à densidade interna dos domicílios, foi levantado o número de cômodos de cada unidade, verificando-se que a maior parte dos domicílios na área inserida na poligonal de risco, têm entre 5 e 6 (quase 40%); entre 7 ou mais cômodos mais de 13%; entre 3 e 4 cômodos representam 37,6% e 10% das moradias têm apenas um a dois cômodos (Tabela 11).

Tabela 11 - Número de cômodo pesquisa censitária/cadastral.

Comunidades	1 – 2 cômodos	3 - 4 cômodos	5 - 6 cômodos	7 - 8 cômodos	9 ou mais cômodos	Total
Brasília de Palha	0	1	0	0	1	**2**
Cafofo/Liberdade	0	4	3	0	0	**7**
Miramar	2	4	8	0	0	**14**
Padre Hildon Bandeira	18	72	94	29	5	**218**
Santa Clara	7	32	30	10	0	**79**
São Rafael	22	79	80	23	7	**211**
Tito Silva	25	83	73	18	1	**200**
Vila Tambauzinho	0	2	3	0	0	**5**
Total	**74**	**277**	**291**	**80**	**14**	**736**
%	**10,1**	**37,6**	**39,5**	**10,9**	**1,9**	**100,0**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Na área consolidada observou-se o padrão similar ao anteriormente identificado, porém com um indicativo de aumento no nas edificações com mais entre 5 e 6 (quase 50%); entre 7 ou mais cômodos mais de 17%. Já as edificações com menos de 3 cômodos os percentuais diminuem, entre 3 e 4 cômodos representam 22% e 7,6% das moradias têm apenas um a dois cômodos (ver figura 32).

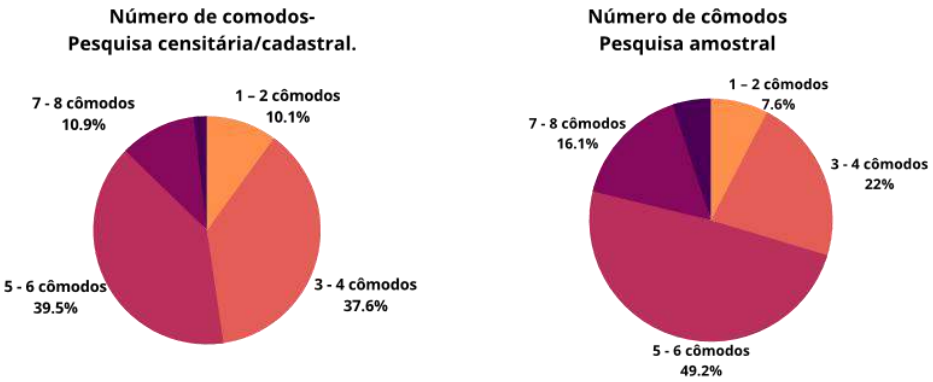


Figura 32 - Número de cômodos
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA, 2021/2022.

Após o exposto, torna-se possível identificar um padrão das características dos domicílios encontrados no CBR. Em sua predominância de domicílios de uso residencial, de um pavimento e com mais de 5 cômodos. A maioria dos respondentes declarou seu imóvel como próprio, apesar de grande parte não possuir registro legal dessa condição, porém em sua maioria não foi objeto de contestação, não possuem nenhuma ação judicial. Poucos casos foram registrados nas duas comunidades localizadas em terreno de propriedade da União (Santa Clara e Tito Silva).

4.1.3. Equipamentos públicos e comunitários

Ainda dentro da análise do território, neste item quantificar os equipamentos existentes no interior ou proximidades do CBR. Aqui, iremos apresentá-lo em dois grupos, o primeiro os equipamentos públicos existentes no CBR englobando aqui os serviços de saúde, educação e assistência. O segundo grupo diz respeito aos equipamentos/instituições comunitárias

elencadas como referência para população a partir das informações coletadas nas pesquisas censitária/cadastral e amostral.

Equipamentos públicos

O CBR tem em seu entorno ou adjacências seis postos do Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF. São eles: ESF Torre 1; ESF Hildon Bandeira; ESF São Rafael; ESF Miramar; ESF Santa Clara 5 e ESF Tito Silva. As informações da pesquisa censitária/amostral mostram que todos os responsáveis pelas famílias fazem uso desses estabelecimentos no caso de necessidade.

Tabela 12 - Principal responsável e ESF mais utilizado.

Estratégia de Saúde da Família	ESF mais utilizados no CBR	
	Nº	%
ESF Torre 1	170	21,60
ESF Hildon Bandeira	72	9,15
ESF São Rafael	225	28,59
ESF Miramar	78	9,91
ESF Santa Clara 5	85	10,80
ESF Tito Silva	157	19,95
Total	787	100,0

Fonte: Pesquisa Censitária/cadastral, 2021/2022

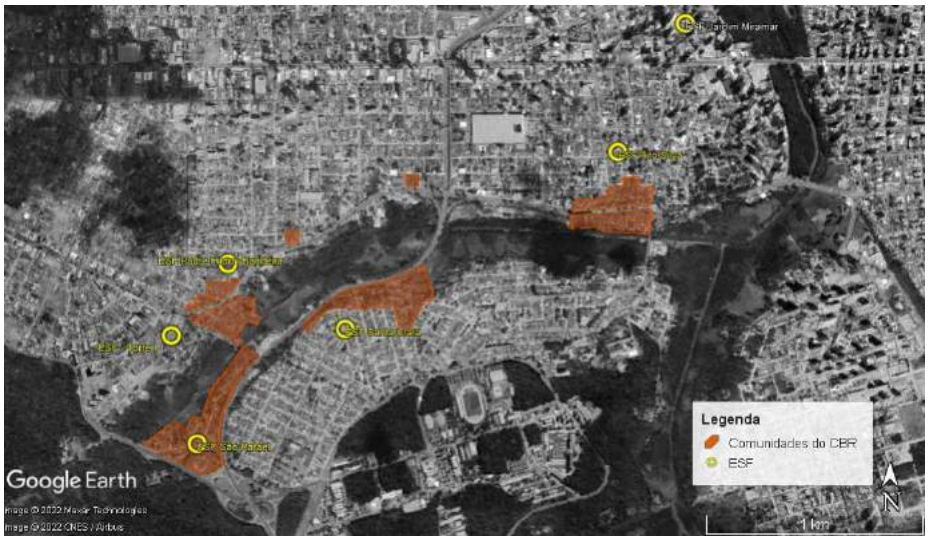


Figura 33 - Localização dos ESF.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Em relação aos equipamentos públicos de ensino, as comunidades dispõem no seu território e nas proximidades de instituições de ensino municipal e estadual. Quadro abaixo elenca todas elas.

Quadro 3 - Escolas municipais e estaduais no CBR

Rede	Nome	Bairro
Municipal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Aruanda	Bancários
	EEEF São Rafael	Castelo Branco
	EMEF Con João de Deus	Expedicionários
	EMEIEF Gov Leonel Brizola	Tambauzinho
	EMEF Con Mathias Freire	Torre

	CREI Santa Clara	Castelo Branco
	CRECHE Pre-Esc Julian N De Figueiredo	Castelo Branco
	CREI Casulo Adalgisa Vieira	Cruz das Armas
	CREI Delegada Maria Teresa De Souza Leite	Miramar
	CREI Nossa Senhora da Boa Esperança	Torre
Estadual	EEEF Des Braz Baracuhy	Castelo Branco
	EEF José Vieira	Tambauzinho
	EEEF Professor João José Da Costa	Torre
	Escola Cidadã Integral Técnica Professor Raul Córdula	Torre

Foram identificadas cinco escolas de ensino fundamental da rede municipal, localizadas nos bairros dos Bancários, Castelo Branco, Expedicionários, Tambauzinho e Torre. Das cinco creches identificadas, duas estão localizadas no bairro de Castelo Branco, as demais em Miramar, Torre e uma no bairro de Cruz das Armas. Da rede estadual identificamos quatro, duas no bairro da Torre, uma no Tambauzinho e outra no Castelo Branco.

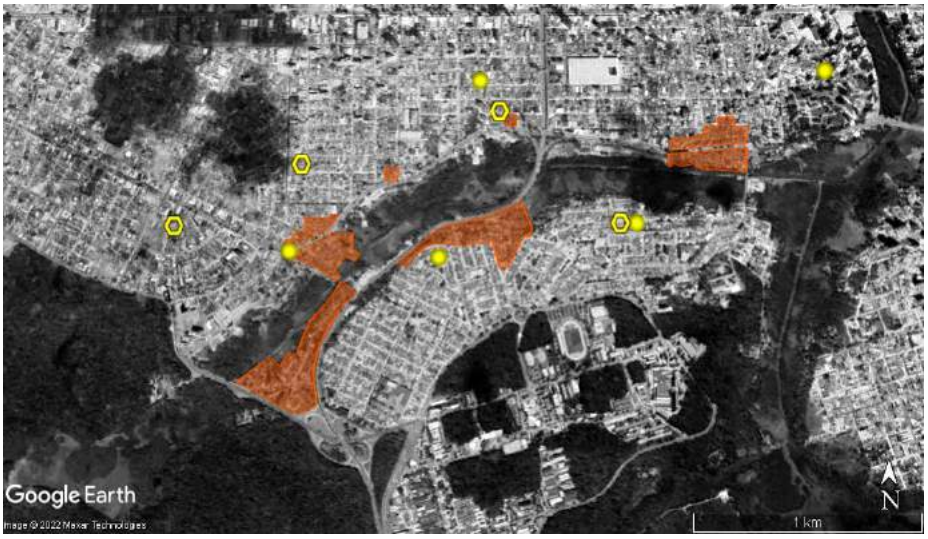


Figura 34 - Instituições de ensino municipal.
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA

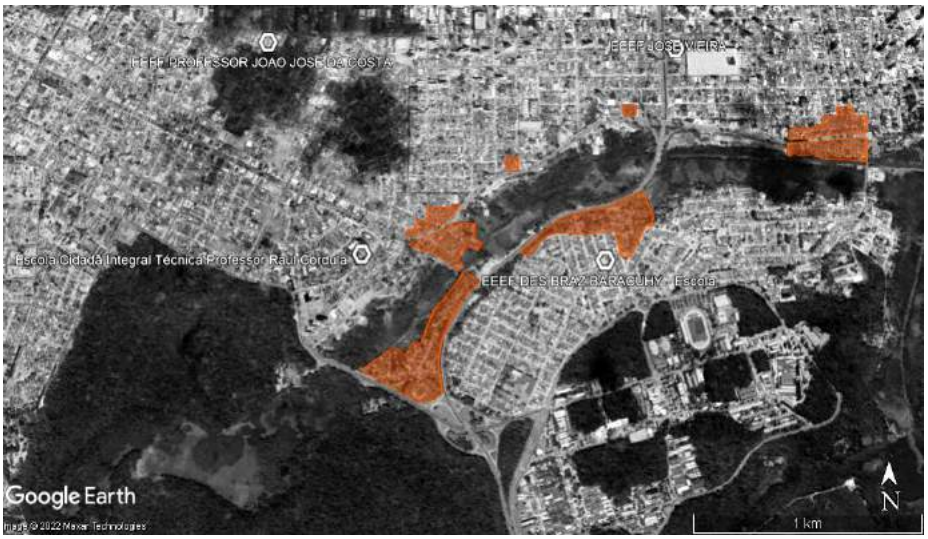


Figura 35 - Instituições de ensino estadual.
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA

Além dessas instituições de ensino há no entorno do CBR a Universidade Federal da Paraíba e a Escola de Educação Básica EEBAS vinculada a essa universidade.
Outro equipamento municipal importante é a Lavanderia de Padre Hildon Bandeira, em especial ao público feminino daquela região. Construída na década de 80, a lavanderia é apontada como a principal fonte de renda da maioria das mulheres que lá se encontram. Como mostra o relato de uma das lavadeiras no momento de construção do Perfil Comunitário:

> Construir a lavanderia foi benção, pois facilitou o processo. Primeiro foram construídas as pedras (pias de pedras), o que já ajudava demais, com muitos varais e uma tábua grande para a gente passar a roupa. Depois a prefeitura veio e construiu essa como está agora. (Fala de uma lavadeira de Padre Hildon Bandeira).

Em 2010 a lavanderia passou por reforma e reorganização, passando a ser gerida, a partir daquele momento, pela prefeitura. Hoje, conta com 3 funcionários, máquinas de lavar e mesas de engomar. A prefeitura é responsável pelas despesas de água, luz e manutenção dos aparelhos. O equipamento já chegou a contar com cerca de 90 lavadeiras cadastradas, número bem menor atualmente devido ao tempo fechado que passou durante a pandemia (relatos das próprias lavadeiras).

Fora do CBR, mas importante para as mulheres das comunidades, há outro equipamento importante para esse grupo, a Delegacia da Mulher. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) são unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual cometidos contra as mulheres. A CPI estadual do Feminicídio (2021) apontou que existem quinze (15) DEAM's em todo estado. Destas, duas (2) estão localizadas em João Pessoa. A da zona sul na Avenida Valdemar Naziazeno, nº155, bairro João Paulo II; a da zona norte na Avenida Maximiano Figueiredo,nº 499, bairro Centro[8].

Quando observada a distância entre as duas DEAM's e as comunidades que compõem o Complexo Beira Rio, verifica-se um perímetro de aproximadamente 2 km de distância da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher da zona Norte, localizada no centro da cidade. Essa proximidade pode ser um elemento facilitador, no tocante ao combate à violência que as mulheres dessas comunidades sofrem ou possam vir a sofrer. Vale destacar que os casos subnotificados são enormes, e que a denúncia e o acolhimento das vítimas é indispensável.

[8] Distribuição de todas as Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher: 02 João Pessoa, 01 Cabedelo, 01 Santa Rita, 01 Bayeux, 01 Mamanguape, 01 campina Grande, 01 Queimadas, 01 Picuí, 01 Monteiro, 01 Sousa, 01 Patos e 01 Cajazeiras.

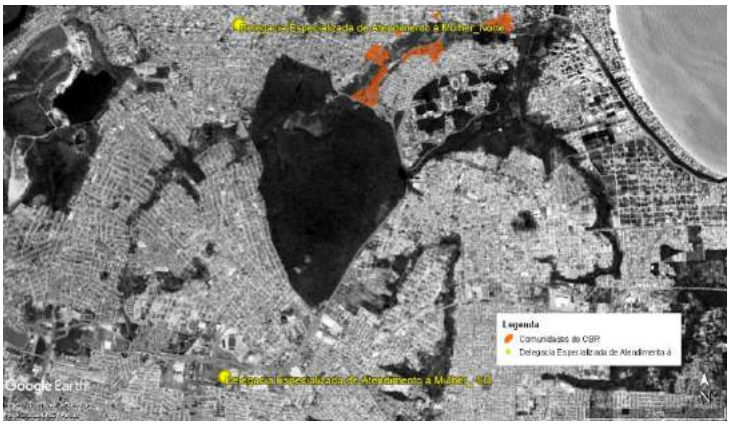


Figura 36 - Localização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).
Fonte: DEMACAMP-ÂNIMA.

Para além das duas delegacias, e de imensa importância para as mulheres, principalmente no tocante ao enfrentamento e combate à violência sofrida por este grupo, é o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), ligado a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM/PMJP), localizado na rua Afonso Campos, nº 111, bairro Centro. O Centro de Referência é um equipamento público municipal, cuja finalidade é consolidar as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica, familiar e sexual perpetrada contra as mulheres residentes no município de João Pessoas. Implantado em setembro de 2007, o Centro acolhe, orienta e encaminha mulheres vítimas de violência para a Rede de Atendimento.

Junto ao programa João Pessoa Sustentável, o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra[9] vem realizando atendimentos nas comunidades que compõem o Complexo Beira Rio, sempre na última quinta-feira do mês, com calendário previamente formulado e disponibilizado no endereço eletrônico da Prefeitura de João Pessoa. Os atendimentos são realizados nos Escritórios Locais (ELO), por uma equipe multidisciplinar composta por advogadas, psicológicas, assistentes sociais e a coordenadora do Centro.

Foto 13 - Plantão de atendimento da equipe do centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra no Elo de Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. Agosto, 2022.

Foto 14 - Plantão de atendimento da equipe do centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra junto com a equipe do Consórcio Demacamp-Ânima no Elo de Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. Agosto, 2022.

[9] O Centro de Referência desenvolve diversas ações visando prevenir a violência de gênero através da promoção de oficinas, palestras, terapias em grupo, rodas de diálogos, dentre outras atividades.

Para além dos equipamentos públicos, há no CBR espaços/instituições de participação comunitárias, como associações de moradores e igrejas. Com o intuito de mensurar a participação dos responsáveis das famílias nas oito comunidades, o instrumental das pesquisas censitária/cadastral e amostral perguntou aos entrevistados se participavam de alguma instituição comunitária. Se por um lado, as respostas mostram o baixo grau de participação da população naquele momento, por outro mostra quais as instituições são referências para a população no CBR. A figura abaixo mostra essas instituições elencadas pelos respondentes.

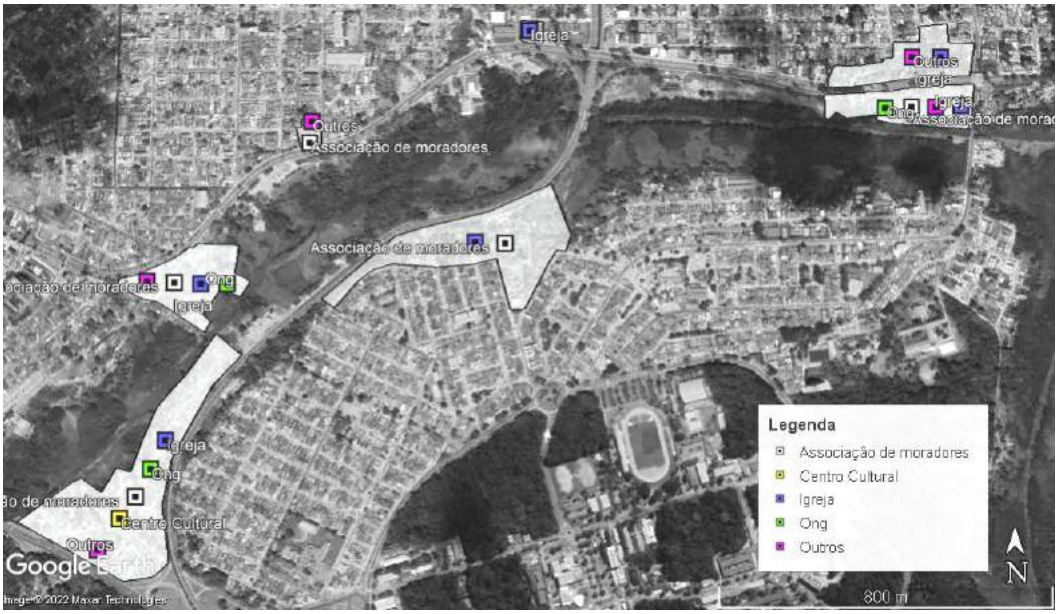


Figura 37 - Locais de participação apontados pelos entrevistados - pesquisa censitária/cadastral.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

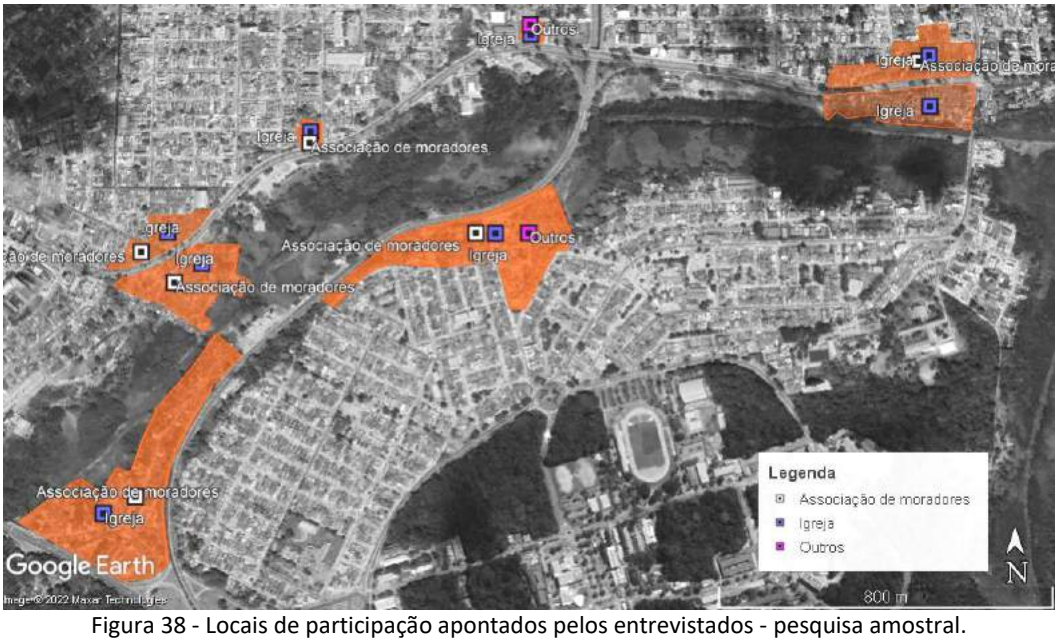


Figura 38 - Locais de participação apontados pelos entrevistados - pesquisa amostral.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

O grupo de respondentes da pesquisa amostral aponta como referência as associações de moradores e a igreja. Já no caso da população que será realocada o número de instituições é ampliado e são elencados a mais centro cultural e ongs. Nos dois casos, quantitativamente, a igreja se apresenta como a instituição com mais capacidade de agregar as famílias do CBR.

Vale destacar também o Instituto Voz Popular, sediado na comunidade de São Rafael, tem atuação em três áreas, Radiodifusão Comunitária, Economia Solidária e Crescimento Territorial Sustentável, através das seguintes ações: Rádio Comunitária Voz Popular, padaria comunitária São Rafael, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, o ponto de Cultura Voz da Periferia e o Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer[10]. A Rádio Comunitária Voz Popular foi fundada em 2000, com a instalação de vinte caixas de som espalhadas na comunidade de São Rafael (18 caixas) e em Padre Hildon Bandeira (duas caixas) .

Há também dois blocos de carnaval, o Muriçocas do Miramar, fundado em 1986 por moradores do bairro com o mesmo nome. Desfila na quarta-feira que antecede a semana da festa de momo, chamada pelos foliões de quarta-feira de fogo, uma referência à quarta-feira de cinzas. Na comunidade de Padre Hildon Bandeira há, desde 2005, o Clube de Orquestra Criança Feliz, que desfila na comunidade e faz apresentações em outras partes da cidade nas comemorações de momo.

4.2. Caracterização Socioeconômica do CBR

A pesquisa censitária/cadastral aponta a presença de 787 famílias na área denominada de risco. O levantamento amostral permite-nos inferir que a área possui 1190 famílias. Dessa forma as oito áreas que compõem o Complexo Beira Rio possuem um total estimado de 1977 famílias.

A pesquisa censitária/amostral nos revela que 66% das famílias respondentes têm como responsáveis mulheres e 34% homens. Esse percentual se mostra mais expressivo nas comunidades de Padre Hildon e Tito Silva. A menor proporção é encontrada em Miramar, Santa Clara e São Rafael, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 - Principal responsável por gênero - pesquisa censitária/cadastral.

Comunidade	Gênero				Total	%
	MASCULINO	%	FEMININO	%		
Brasília de Palha	2	0,7%	0	0,0%	2	0,3%
Cafofo/Liberdade	5	1,9%	2	0,4%	7	0,9%
Miramar	8	3,0%	10	1,9%	18	2,3%
Padre Hildon Bandeira	63	23,6%	168	32,3%	231	29,4%
Santa Clara	36	13,5%	49	9,4%	85	10,8%
São Rafael	86	32,2%	138	26,5%	224	28,5%
Tito Silva	63	23,6%	150	28,8%	213	27,1%
Vila Tambauzinho	4	1,5%	3	0,6%	7	0,9%
Total	**267**	100,0%	**520**	100,0%	**787**	100,0%
CBR (em relação ao total cadastrado)	**267**	**33,9**	**520**	**66,1**	**787**	100,0

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022 e PDRR, 2017. p. 33

Para a análise da variável idade, optou-se por usar os seguintes intervalos de classe: até 16 anos, de 17 a 24 anos, entre 25 e 49 anos, de 50 a 59 anos e acima de 59 anos. Os resultados nos revelaram uma maior concentração de responsáveis pela família na faixa etária situada entre 25 e 49 anos, correspondendo a, praticamente, 60,0% do total na pesquisa

[10] Fonte: http://institutovozpopular.webnode.com

censitária/cadastral, que se somada à proporção de pessoas na faixa seguinte (50 a 59), totalizam-se 76,5%. Na faixa que corresponde a 25 e 49 anos, 31% são de São Rafael, 29% de Padre Hildon e 24,9% de Tito Silva.

Tabela 14 -Principal responsável por idade - pesquisa censitária/cadastral

Comunidade	Idade					Total
	Até 16 anos	Entre 17 e 24 anos	Entre 25 e 49 anos	Entre 50 e 59 anos	Acima de 59 anos	
Brasília de Palha	0	0	1	1	0	2
Cafofo/Liberdade	0	1	5	1	0	7
Miramar	0	2	7	2	7	18
Tito Silva	0	26	117	40	30	213
Padre Hildon Bandeira	1	33	136	34	27	231
Vila Tambauzinho	0	0	4	0	3	7
Santa Clara	1	8	53	15	8	85
São Rafael	0	16	147	39	22	224
Total	**2**	**86**	**470**	**132**	**97**	**787**
CBR	**0,25 %**	**10,93 %**	**59,72 %**	**16,77%**	**12,363%**	**100,0 %**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Os dados da pesquisa amostral apontam para uma configuração de responsáveis de família mais velhos, a soma do percentual da faixa etária de 50 a 59 anos e acima dos 59 anos, totalizam 49,4%. Já na faixa etária de 25 a 29 anos o percentual é de 45%. Uma hipótese para a composição é que na área mais consolidada (aplicada a pesquisa amostral) reside a primeira geração de moradores das comunidades. Enquanto na área de risco, parte dela com ocupação mais recente, principalmente às margens do rio Jaguaribe, moram as segunda ou terceira geração de responsáveis pelas famílias.

Em relação à escolaridade dos responsáveis pelas famílias os dados são preocupantes, completaram o ciclo básico (fundamental e ensino médio) apenas 28,1% dos respondentes da área considerada de risco (fonte pesquisa censitária/cadastral) e 34,5% da área consolidada (pesquisa amostral). A porcentagem de responsáveis pela família não alfabetizada fica entre 9% e 11% nas duas áreas, como mostra a figura a seguir.

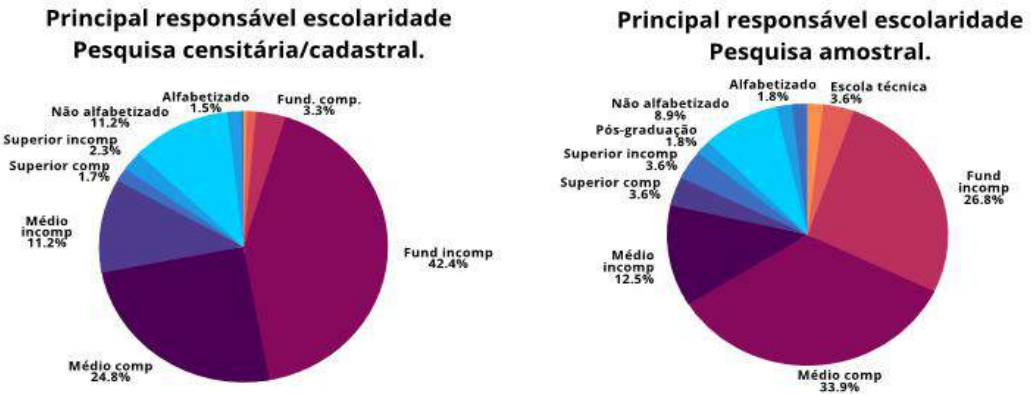


Figura 39 - Escolaridade dos responsáveis pela família no CBR.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Em relação à cor do principal responsável no CBR, os dados mostram que prevalecem as pessoas pretas e pardas correspondendo a mais de 70% de todos os respondentes. Além disso foi detectado a presença, mesmo que número reduzido, de etnia indígena, com residência nas Comunidades de Miramar, Padre Hildon Bandeira e São Rafael.

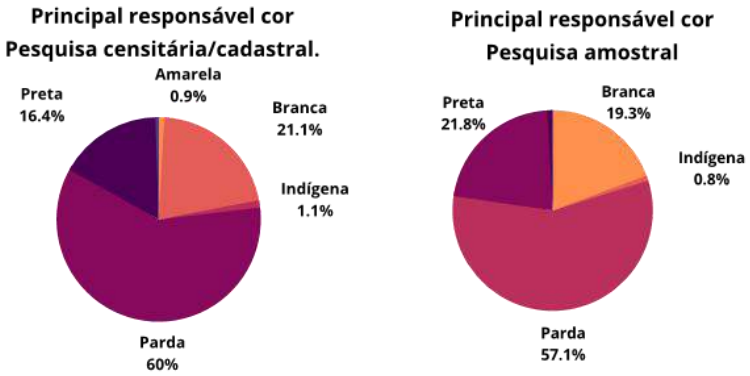


Figura 40 - Cor dos responsáveis pela família no CBR.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Na área de risco do total, 52% vivem maritalmente, sendo que 21% se declararam casados, 16% vivem com companheira/o e 15% mantêm uma união estável. Dos demais entrevistados, 43% se declararam solteiros. Cenário similar encontramos da área consolidável (pesquisa amostral), 58,7 % vivem maritalmente e 37,8% são solteiros.

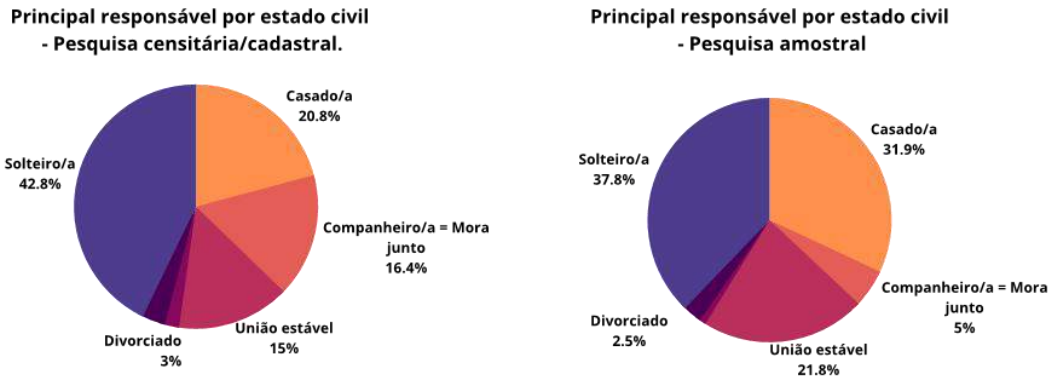


Figura 41 - Principal responsável por estado civil .
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Sobre o tempo de residência no domicílio visitado na área de risco (pesquisa censitária/amostral), observa-se que 53% moram no domicílio há mais de 10 anos, desses 5 % sempre moraram. Os demais, 33% dos residentes moram no domicílio pesquisado há menos de 5 anos, portanto, há menos tempo. Na área consolidável, a maioria absoluta (97%) mora do domicílio a mais de 10 anos, sendo 43% sempre morando no domicílio e 44% moram a mais de 30 anos.

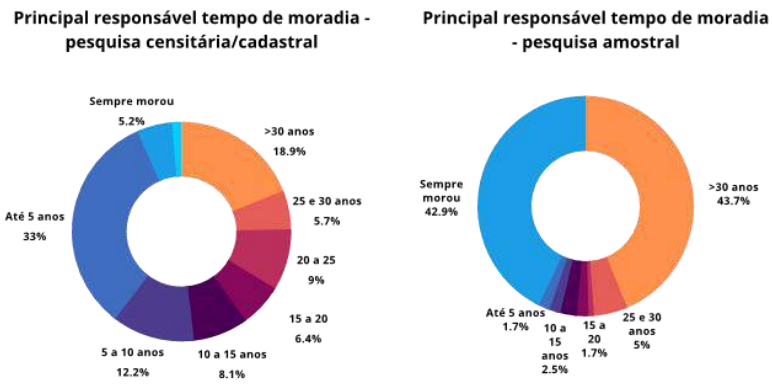


Figura 42 - Principal responsável tempo de moradia no domicílio.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Dentre a população estudada, poucas pessoas declaram apresentar algum tipo de deficiência, como mostra a figura 39, apesar de percentual reduzido, existem pessoas com deficiência em todas as comunidades do CBR. Quando perguntado qual o tipo de deficiência, verifica-se que, tanto em números absolutos, quanto relativos, 57% declararam ter deficiência física, seguida pela deficiência mental que corresponde a 20% deste dos respondentes da pesquisa censitária/cadastral, como mostra a Tabela 15.

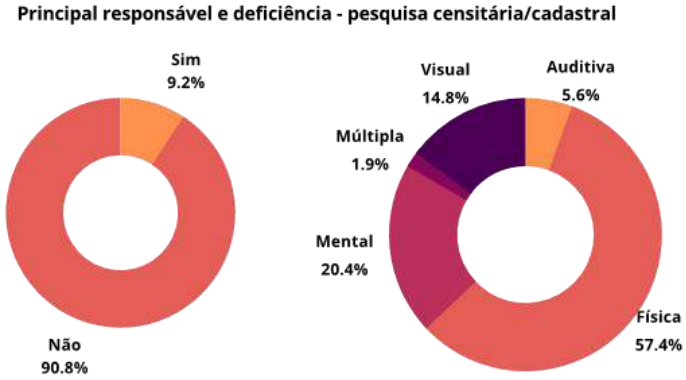


Figura 43 - Principal responsável e deficiência..
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Tabela 15 - Principal responsável e deficiência

Comunidade	Deficiência		Total
	SIM	NÃO	
Brasília de Palha	0	2	2
Cafofo/Liberdade	1	6	7
Miramar	7	11	18
Padre Hildon Bandeira	13	218	231
Santa Clara	6	79	85
São Rafael	13	211	224
Tito Silva	10	203	213
Vila Tambauzinho	0	7	7
Total	**50**	**737**	**787**
% em relação ao total de cadastrados	6,4	93,6	100

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Destaca-se que os casos de deficiência física demandam especial atenção no processo de relocação das famílias e no processo de requalificação urbanística do Projeto João Pessoa Sustentável no Complexo Beira Rio, garantindo a acessibilidade universal para todos. No caso da deficiência mental é necessário que os equipamentos de saúde e assistência estejam preparados para o atendimento a esse público.

Em relação ao acesso a programas sociais, chama atenção que apenas 41% do total de respondentes estão na área de risco e 26,9% na área consolidável. A maior parte dos principais responsáveis que residem na área de risco não são inscritos no CadÚnico e estão concentrados nas comunidades de Tito Silva, São Rafael e Padre Hildon. Já na área consolidável, a concentração está em Santa Clara, Miramar, Brasília de Palha e Padre Hildon, como mostra a figura abaixo.

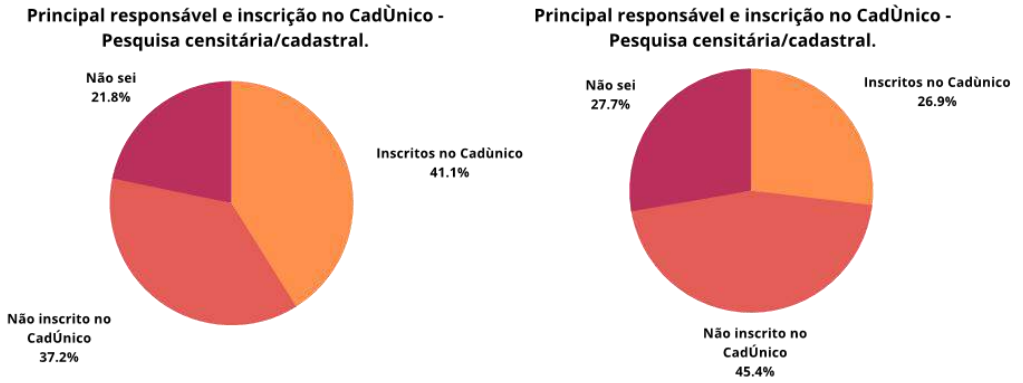


Figura 44 - Principal responsável e inscrição no CadÚnico.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

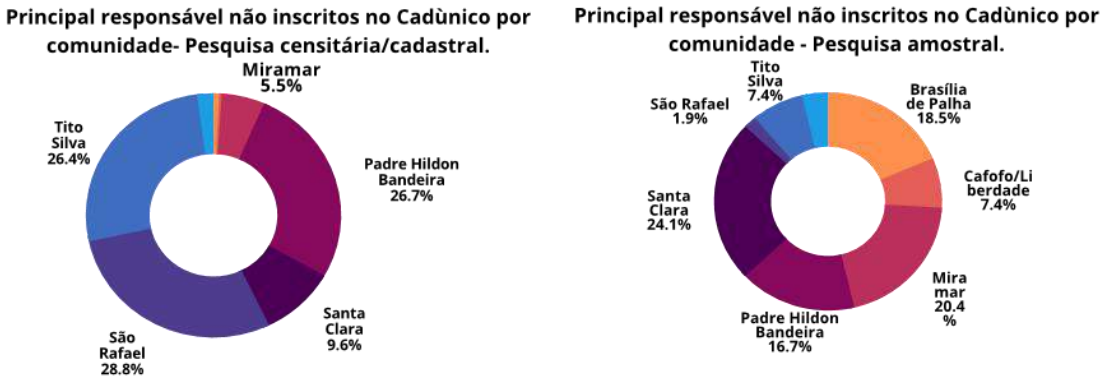


Figura 45 - Inscrição no CadÚnico por comunidade.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Os beneficiários do Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) na área de risco, estão concentrados nas comunidades de Padre Hildon, São Rafael e Tito Silva. Na área consolidada a amostra aponta que o número de beneficiários é mais distribuído entre as comunidades do CBR, com maiores percentuais nas comunidades de São Rafael, Santa Clara, Padre Hildon e Miramar.

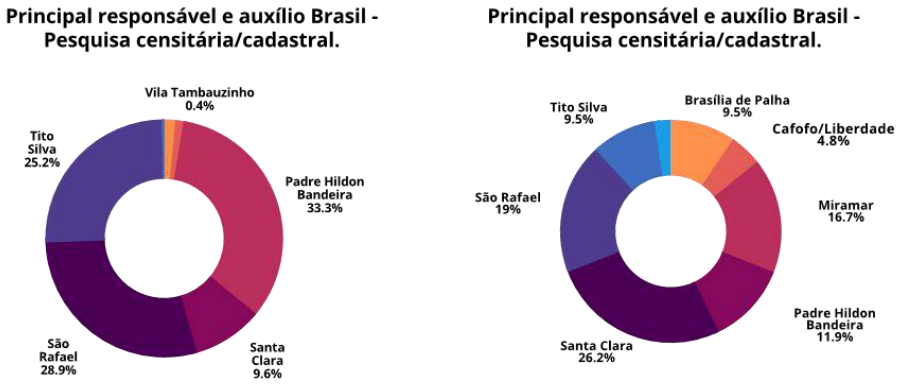


Figura 46 - Beneficiários do Auxílio Brasíl por comunidade.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

4.3. Caracterização do gênero no CBR

Como mencionado anteriormente, no CBR as mulheres são maioria dos responsáveis pela família. Na área de risco, objeto de aplicação da pesquisa censitária/cadastral, 66,1% das famílias cadastradas são chefiadas por mulheres e estão concentradas, principalmente, nas comunidades de Padre Hildon Bandeira, Tito Silva e São Rafael. Todas se autodeclararam cisgênero e ninguém se identificou fora do eixo binário Homem/Mulher.

Esse mesmo cenário é repetido na área consolidável, os dados da amostral apontam para 76,4% famílias cujo principal responsável são mulheres, e 23,6% homens. Destas, 20,9% se autodeclaram brancas, 19,8% pretas, e 59% mulheres pardas. Fazendo um recorte de gênero, as mulheres cadastradas na pesquisa amostral estão localizadas nas comunidades descritas no quadro abaixo. Diferente da área de risco, as famílias chefiadas por mulheres estão distribuídas em todas comunidades.

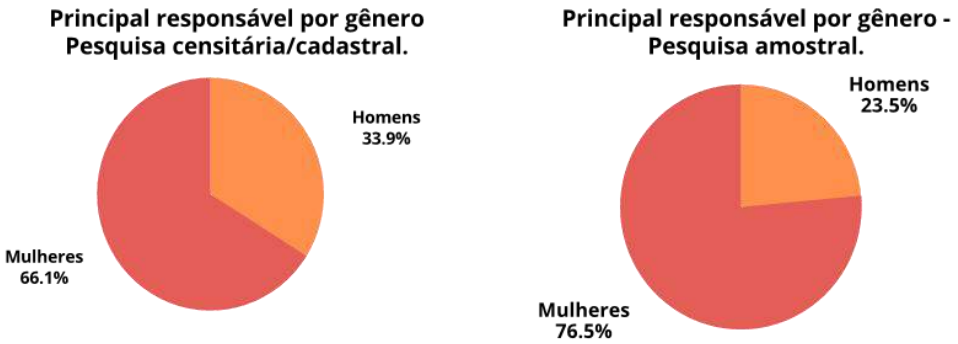


Figura 47- Principal responsável por gênero.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

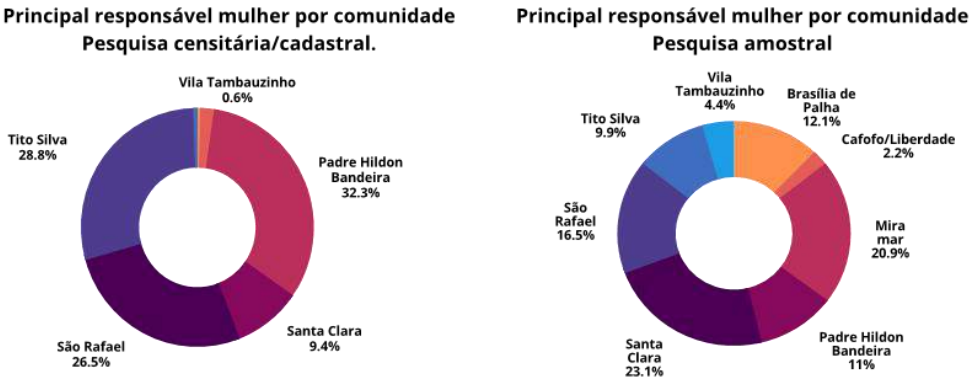


Figura 48- Principal responsável por gênero por comunidade.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Quando observada a situação domiciliar das famílias cadastradas chefiadas por mulheres, respondentes a pesquisa censitária/cadastral, constatamos que 67,9% destas são próprias, 18,3% alugadas e 5,8% cedidas. Em relação aos resultados da pesquisa amostral o percentual de mulheres que declaram seu domicílio como próprio subiu para 80,3%, o percentual de alugados baixou para 15,4% e cedidos representam 3,2%. Tanto os dados da pesquisa amostral, como da censitária/cadastral reafirmam a importância da conquista de uma unidade habitacional pelos moradores das comunidades que compõem o CBR.

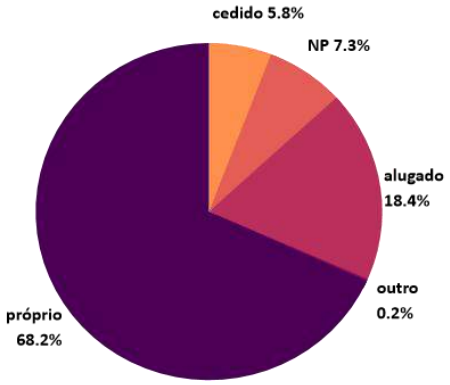


Gráfico 1 - Situação domiciliar das famílias lideradas por mulheres
Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Outro dado que merece ser observado é o estado civil dessas mulheres, destacando que grande parte delas vivem maritalmente. Como mostra a tabela 16, as mulheres residentes na área considerada de risco (pesquisa censitária/cadastral), pouco mais da metade declaram viver nessa condição. 21% se declararam casadas, 16% vivem com companheira/o e 15% mantêm uma união estável. Dentre as demais entrevistadas, 2,7% são divorciadas, 2,3% separadas, e 39,3% solteiras. Entre as residentes na área consolidável o percentual das que vivem maritalmente chega a 62%. Solteiras, separadas e divorciadas somam um percentual de 41%.

Tabela 16 - Estado Civil das mulheres chefes de família por comunidade

Comunidade	Estado civil						
	Casada	Companheiro/a mora junto	Divorciada	Separada	Solteira	União estável	Total
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0	0
Cafofo/Liberdade	0	0	0	0	2		2
Miramar	2	1	0	0	4	3	10
Padre Hildon Bandeira	38	30	6	2	66	26	168
Santa Clara	13	7	0	2	22	5	49
São Rafael	28	29	4	2	54	21	138
Tito Silva	26	23	4	6	55	36	150
Vila Tambauzinho	0	0	0	0	2	1	3
Total	107	90	14	12	205	92	520

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

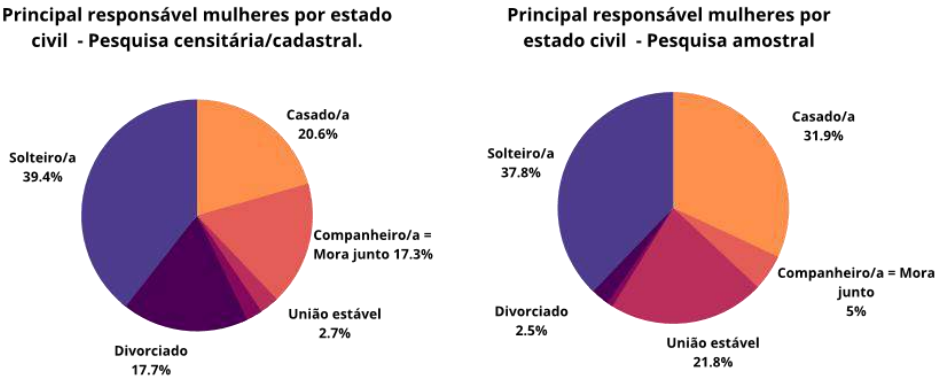


Figura 49 - Principal responsável mulher por estado civil.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.

Em relação à faixa etária das principais responsáveis mulher, os dados apontam uma maior concentração entre 25 e 49 anos, correspondendo a um total de 310 mulheres (pesquisa censitária/cadastral). Vale destacar a presença das 67 mulheres na faixa de 17 a 24 anos de idade, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 17 - Principal responsável por idade (com recorte de gênero).

Comunidade	Idade					Total
	Mulheres até 16 anos	Mulheres entre 17 e 24 anos	Mulheres entre 25 e 49 anos	Mulheres entre 50 e 59 anos	Mulheres acima de 59 anos	
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0
Cafofo/Liberdade	0	0	2	0	0	2
Miramar	0	2	4	1	3	10
Tito Silva	0	18	86	23	23	150
Padre Hildon Bandeira	1	29	98	23	17	168
Vila Tambauzinho	0	0	2	0	1	3
Santa Clara	1	6	30	8	4	49
São Rafael	0	12	88	21	17	138
Total	**2**	**67**	**310**	**76**	**65**	**520**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Quando verificado a escolaridade dos/as responsáveis pelas famílias, foi possível observar uma grande quantidade de pessoas que não concluíram a educação básica (fundamental e médio) e existência de pessoas não alfabetizadas. Fazendo um recorte de gênero na área de risco (pesquisa censitária/cadastral), entre as mulheres chefes de família, 220 das 520 não concluíram o Ensino Fundamental (42,3%), 133 concluíram o Ensino Médio (25,6%), e 10 possuem Ensino Superior. Nenhuma fez pós graduação. Importante observar que dos/as, 13 chefes de família que possuem algum curso superior, 10 são mulheres. O número/percentual de mulheres não alfabetizadas e que não concluíram o Ensino Fundamental evidencia mais uma face das vulnerabilidades enfrentadas por este grupo.

Tabela 18 - Principal responsável mulher por escolaridade por comunidade

Comunidade	Idade												Total
	EJA	Esc téc	Fund. comp	Fund incomp	Médio comp	Médio incomp	Sup comp	Sup incomp	Pós-grad	Não alfa	Alfa b	NR	
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cafofo/Liberdade	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Miramar	0	0	0	4	3	0	1	0	0	2	0	0	10
Tito Silva	0	2	7	65	49	24	2	3	0	16	0	0	150
Padre Hildon Bandeira	0		3	16	11	6	3	2	0	6	2	0	168
Vila Tambauzinho	3	2	2	71	30	13	2	2	0	12	1	0	3
Santa Clara	0	1	6	62	39	16	2	6	0	17	0	1	49
São Rafael	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	138
Total	3	5	19	220	133	59	10	14	0	53	3	1	**520**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Na área consolidada (pesquisa amostral) o alto número de mulheres que não concluíram o Ensino Fundamental mais uma vez chama a atenção. 30 Mulheres não concluíram o Ensino Fundamental (32,9%), 14 não são alfabetizadas (15,4%), 25 concluíram o Ensino Médio (27,5%), e 4 possuem curso superior (4,4%). Mais uma vez, o número de mulheres não alfabetizadas e que não concluíram o Ensino Fundamental evidenciam mais uma face das vulnerabilidades enfrentadas por este grupo.

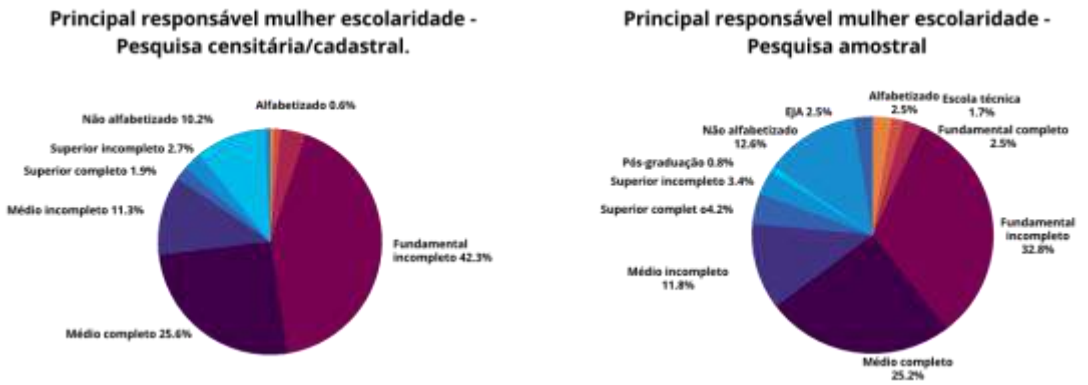


Figura 50 - Principal responsável mulher por escolaridade.
Fonte:Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Em relação à ocupação, no sentido de estar ou não trabalhando, do total de 787 principais responsáveis da pesquisa censitária/cadastral nas 8 unidades do CBR, 462 declararam que estavam ocupadas, 241 que não estavam trabalhando, mas que estavam a procura de trabalho remunerado, encontrando-se, assim, na situação de desempregadas, e 84 pessoas declararam que não estavam trabalhando (desempregados) nem procurando trabalho remunerado, como demonstra o quadro abaixo.

Tabela 19 - Situação de ocupação dos/as responsáveis pelas famílias

Cadastrados	Total	%
	787	100%
Ocupado	462	59%
Não está trabalhando, mas está procurando trabalho	241	31%
Não está trabalhando nem procurando trabalho	84	11%

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Dos/as 325 pessoas em situação de desemprego, 206 são mulheres, correspondendo a 85% do total. 35 são homens, atingindo o percentual de 15%. Ainda vale destacar que entre as pessoas que afirmaram não estar trabalhando nem à procura de trabalho, 67% são mulheres, correspondendo a quase 80% do total. No que diz respeito à faixa etária, essas mulheres são mais idosas, com 79% possuindo 59 anos ou mais de idade. Já das 241 pessoas declararam que não estão trabalhando, mas procurando trabalho, a grande maioria possuem 30 anos ou mais de idade, com um percentual de 65%.

Tabela 20 - Principal responsável em situação de desemprego por gênero.

Total	241	%
Homens	35	15%
Mulheres	206	85%
30 anos ou mais de idade	156	65%

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Os dados apontam que, embora as mulheres correspondam a 66% da população cadastrada como principal responsável da família, elas representam 53% do total de pessoas ocupadas, ou seja, que estejam trabalhando e que recebem alguma remuneração em dinheiro pelo exercício da sua atividade. Esse dado inclui todas as formas de trabalho remunerado, como o emprego assalariado com e sem carteira, o trabalho por conta própria etc.

Fazendo um comparativo entre homens e mulheres, percentualmente, apenas as comunidades de Padre Hildon Bandeira e Tito Silva apresentam uma maior incidência de mulheres na situação de "ocupadas", 39,7% de mulheres e 23,3% de homens em Padre Hildon Bandeira, e 25,9% de mulheres e 22,3 % de homens em Tito Silva, como é possível observar abaixo.

Tabela 21 - Principal responsável ocupado por gênero por comunidade

Comunidade	**Ocupados**					
	Homens	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
Brasília de Palha	2	0,9%	0	0,0%	2	0,4%
Cafofo/Liberdade	5	2,3%	2	0,8%	7	1,5%
Miramar	7	3,3%	4	1,6%	11	2,4%
Padre Hildon Bandeira	50	23,3%	98	39,7%	148	32,0%
Santa Clara	27	12,6%	17	6,9%	44	9,5%
São Rafael	72	33,5%	59	23,9%	131	28,4%
Tito Silva	48	22,3%	64	25,9%	112	24,2%
Vila Tambauzinho	4	1,9%	3	1,2%	7	1,5%
Total	215	100,0%	247	100,0%	462	100,0%
CBR	215	46,5%	247	53%	462	100,0%

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Quando observados os dados de todos os residentes dos domicílios cadastrados, além do principal responsável, outras 378 pessoas foram declaradas como ocupadas. Do total, 73% são homens, o que representa ampla maioria.

Tabela 22 - Ocupados por gênero dos residentes dos domicílios cadastrados por comunidade, exceto o principal responsável.

Comunidade	Ocupados					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Brasília de Palha	0	0,0%	1	1,0%	1	**0,3%**
Cafofo/Liberdade	0	0,0%	0	0,0%	0	**0,0%**
Miramar	3	1,1%	2	2,0%	5	**1,3%**
Padre Hildon Bandeira	90	32,6%	28	27,5%	118	**31,2%**
Santa Clara	26	9,4%	10	9,8%	36	**9,5%**
São Rafael	83	30,1%	37	36,3%	120	**31,7%**
Tito Silva	73	26,4%	22	21,6%	95	**25,1%**
Vila Tambauzinho	1	0,4%	2	2,0%	3	**0,8%**
Total	276	100,0%	102	100,0%	378	**100,0%**
CBR	276	73,0%	102	27,0%	378	**100,0%**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Entre os/as principais responsáveis ocupados, os trabalhadores por conta própria são a maioria, correspondendo a 50,6% do total. Em seguida temos os/as assalariados com carteira, que correspondem a 26,5%, e os/as assalariados sem carteira, equivalente a 10,2%. Entre os homens, o percentual de assalariados com carteira corresponde a 14,5%, um pouco maior que o percentual verificado entre as mulheres, que atingem 11%. Já em relação aos/as assalariados sem carteira, as mulheres apresentam um percentual maior, 5,4%, enquanto os homens atingem 4,8%. Apenas duas pessoas se declararam cooperativadas, duas mulheres, correspondendo a 0,4% do total, como é possível verificar no quadro abaixo.

Outro dado de grande importância quando pensado nas questões de gênero diz respeito ao percentual de empregados/as domésticos/as com e sem carteira, sendo possível observar uma enorme prevalência das mulheres. Entre as empregadas domésticas com carteira as mulheres atingem o percentual de 5,8%, enquanto nenhum homem relatou exercer esta função. Entre os/as empregados/as sem carteira, 2,6% são mulheres, e dois homens afirmaram exercem este tipo de atividade, correspondendo a 0,2%. Esses dados nos mostram o quanto a atividade ligada ao trabalho doméstico está intensamente associada ao público feminino, e ressalta a importância da Lei Complementar nº 150, DE 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Esse dispositivo garantiu aos trabalhadores/as domésticos uma regulamentação junto às leis do trabalho, assegurando, assim, a muitas mulheres que exercem essa função, um conjunto de direitos de cunho trabalhista[11].

Os resultados da pesquisa amostral há um equilíbrio entre a situação de emprego e desemprego. 38,7% das mulheres chefes de família estão desempregadas, 38,7% trabalhando, e 22,6% "não se aplica". O percentual de ocupados entre os homens, chefes de família, de acordo com a pesquisa amostra, é menor. A distribuição por comunidade pode ser observada no quadro abaixo.

[11] Lcp 150 (planalto.gov.br).

Tabela 23 -Principal responsável ocupado por gênero em cada comunidade

Comunidade	Homens (%)	Mulheres (%)
Brasília de Palha	5,0%	17,1%
Cafofo/Liberdade	15,0%	0,0%
Miramar	10,0%	22,9%
Padre Hildon Bandeira	10,0%	8,6%
Santa Clara	20,0%	22,9%
São Rafael	40,0%	11,4%
Tito Silva	0,0%	11,4%
Vila Tambauzinho	0,0%	5,7%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa amostral, 2022.

Ainda em relação à ocupação, quando verificado as demais pessoas ocupadas residentes nos domicílios cadastrados, observou-se os seguintes dados:

Tabela 24 -Demais pessoas ocupadas por gênero residentes no domicílio, exclusive o principal responsável

Comunidade	Homens	Mulheres
Brasília de Palha	20,0%	12,1%
Cafofo/Liberdade	5,0%	3,0%
Miramar	16,7%	36,4%
Padre Hildon Bandeira	10,0%	15,2%
Santa Clara	25,0%	9,1%
São Rafael	13,3%	15,2%
Tito Silva	10,0%	9,1%
Vila Tambauzinho	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa amostral, 2022

Ao observar os dados da situação de ocupação, já descritos acima, é possível verificar um percentual de desemprego muito maior para as mulheres, se comparado aos homens. Do total de 520 mulheres chefes de família, 39,6% estão desempregadas, percentual três vezes superior à realidade vivenciada pelos homens, que apresentam um percentual de 13,1% de desempregados. Tal dado evidencia mais um elemento de vulnerabilidade relacionada à questão de gênero, e que merece ser observada para a construção do PDT.

No que se refere a remuneração do trabalho da ocupação principal do principal responsável na pesquisa censitária/cadastral, 16,3%, do total declararam receber, no máximo, o equivalente a meio salário-mínimo, e 51,7% entre meio e um salário-mínimo, ou seja, 67% recebem o equivalente a, no máximo, um salário-mínimo, o que representa a realidade da grande maioria dos/as chefes de família das comunidades que compõem o Complexo Beira Rio. Apenas 2,4% dos/as respondentes afirmaram receber mais de dois salários-mínimo, como é possível verificar no quadro abaixo. Na pesquisa amostral, a renda mensal dos/as chefes familiares ocupados, verifica-se que a 52% recebem entre 1100 a 2200 reais mensais.

Tabela 25 -Percentual da remuneração do trabalho principal do responsável pela família por comunidade

Comunidade	Até 1/4	Mais de ¼ a 1/2	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	NR/NS	Total
Brasília de Palha	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Cafofo/Liberdade	0,0%	14,3%	71,4%	14,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Miramar	27,3%	9,1%	27,3%	27,3%	9,1%	0,0%	100,0%
Padre Hildon Bandeira	3,4%	15,5%	58,8%	20,3%	2,0%	0,0%	100,0%
Santa Clara	4,5%	13,6%	25,0%	54,5%	2,3%	0,0%	100,0%
São Rafael	6,1%	13,0%	54,2%	24,4%	1,5%	0,8%	100,0%
Tito Silva	2,7%	3,6%	53,6%	36,6%	1,8%	1,8%	100,0%
Vila Tambauzinho	14,3%	14,3%	14,3%	28,6%	28,6%	0,0%	100,0%
CBR	**4,8%**	**11,5%**	**51,7%**	**29,0%**	**2,4%**	**0,6%**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Tabela 26 - Renda Mensal do principal responsável ocupado por comunidade

Comunidade	R$ 1,00 a R$ 275,00	R$ 276,00 a R$ 550,00	R$ 551,00 a R$ 1100,00	R$ 1101,00 a R$ 2200,00	Acima de R$ 2200,00	Demais casos
Brasília de Palha	0	0	4	3	0	0
Cafofo/Liberdade	0	0	0	3	0	0
Miramar	2	2	2	3	0	1
Padre Hildon Bandeira	0	0	0	5	0	0
Santa Clara	1	1	3	6	1	0
São Rafael	1	0	0	9	0	2
Tito Silva	3	0	1	0	0	0
Vila Tambauzinho	0	0	1	0	0	1
Total	**7**	**3**	**11**	**29**	**1**	**4**

Fonte: Pesquisa amostral, 2022

Na pesquisa censitária constatamos um cenário geral de baixa remuneração do trabalho apontado como ocupação principal, e fazendo um recorte de gênero, as mulheres, comparativamente aos homens, apresentam uma maior concentração nesses dois estratos inferiores de renda. 21,6% das mulheres recebem até meio salário-mínimo, quando para os homens este percentual é de 10,2%, duas vezes menor. Ainda foi possível observar que a grande maioria das mulheres se situam na faixa de renda de 1/2 a 1 salário-mínimo, equivalente a cerca de 60%. Para os homens esse percentual é menor, chegando a 43,3%. Apenas 19,4% das mulheres possuem um rendimento superior a um salário-mínimo. Já entre os homens esse percentual é 46,6%, mais que o dobro da realidade feminina. Esses dados podem ser observados nos quadros abaixo.

Tabela 27 -Percentual da remuneração do principal trabalho dos responsáveis homens por comunidade

Comunidade	Até ¼	Mais de ¼ a 1/2	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	NR/NS	Total
Brasília de Palha	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Cafofo/Liberdade	0,0%	0,0%	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Miramar	28,6%	0,0%	28,6%	42,9%	0,0%	0,0%	100,0%

Padre Hildon Bandeira	2,0%	4,0%	52,0%	40,0%	2,0%	0,0%	100,0%
Santa Clara	3,7%	7,4%	22,2%	63,0%	3,7%	0,0%	100,0%
São Rafael	1,4%	13,9%	47,2%	33,3%	2,8%	1,4%	100,0%
Tito Silva	2,1%	2,1%	41,7%	50,0%	4,2%	0,0%	100,0%
Vila Tambauzinho	0,0%	25,0%	0,0%	50,0%	25,0%	0,0%	100,0%
CBR	**2,8%**	**7,4%**	**43,3%**	**42,8%**	**3,3%**	**0,5%**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Tabela 28 -Percentual da remuneração do principal trabalho das responsáveis mulheres por comunidade

Comunidade	Até ¼	Mais de ¼ a ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	NR/NS	Total
Brasília de Palha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cafofo/Liberdade	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Miramar	25,0%	25,0%	25,0%	0,0%	25,0%	0,0%	100,0%
Padre Hildon Bandeira	4,1%	21,4%	62,2%	10,2%	2,0%	0,0%	100,0%
Santa Clara	5,9%	23,5%	29,4%	41,2%	0,0%	0,0%	100,0%
São Rafael	11,9%	11,9%	62,7%	13,6%	0,0%	0,0%	100,0%
Tito Silva	3,1%	4,7%	62,5%	26,6%	0,0%	3,1%	100,0%
Vila Tambauzinho	33,3%	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	0,0%	100,0%
CBR	**6,5%**	**15,0%**	**59,1%**	**17,0%**	**1,6%**	**0,8%**	**100,0%**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Na pesquisa amostral, fazendo um recorte de gênero, percebe-se que as 11 pessoas que recebem entre 551 e 1100 reais são mulheres (31,4%), e 18 das 29 que recebem entre 1100 e 1220 são homens (62%).

Tabela 29 -Renda Mensal do principal responsável homem ocupado por comunidade

Comunidade	R$ 1,00 a R$ 275,00	R$ 276,00 a R$ 550,00	R$ 551,00 a R$ 1100,00	R$ 1101,00 a R$ 2200,00	Acima de R$ 2200,00	Demais casos	Total
Brasília de Palha	0	0	0	1	0	0	1
Cafofo/Liberdade	0	0	0	3	0	0	3
Miramar	0	0	0	1	0	1	2
Padre Hildon Bandeira	0	0	0	2	0	0	2
Santa Clara	0	0	0	3	1	0	4
São Rafael	0	0	0	8	0	0	8
Tito Silva	0	0	0	0	0	0	0
Vila Tambauzinho	0	0	0	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**18**	**1**	**1**	**20**

Fonte: Pesquisa amostral, 2022

Tabela 30 -Renda Mensal da principal responsável mulher ocupado por comunidade

Comunidade	R$ 1,00 a R$ 275,00	R$ 276,00 a R$ 550,00	R$ 551,00 a R$ 1100,00	R$ 1101,00 a R$ 2200,00	Acima de R$ 2200,00	Demais casos	Total
Brasília de Palha	0	0	4	2	0	0	6
Cafofo/Liberdade	0	0	0	0	0	0	0
Miramar	2	2	2	2	0	0	8
Padre Hildon Bandeira	0	0	0	3	0	0	3
Santa Clara	1	1	3	3	0	0	8
São Rafael	1	0	0	1	0	2	4
Tito Silva	3	0	1	0	0	0	4
Vila Tambauzinho	0	0	1	0	0	1	2
Total	**7**	**3**	**11**	**11**	**0**	**3**	**35**
Percentual	**20%**	**8,6%**	**31,4%**	**31,4%**	**0**	**8,6%**	

Fonte: Pesquisa amostral, 2022

Outro indicador importante, que dialoga com a situação de ocupação e a composição da renda familiar, diz respeito à inclusão em programas sociais. O dado observado apresenta mais uma discrepância de gênero, pois apontam que 47,3% das mulheres chefes de família recebem algum tipo de auxílio advindo de programas sociais, em sua grande maioria o Auxílio Brasil, quando apenas 16,1% dos homens são assistidos pelo mesmo programa. Este dado demonstra a importância dos programas sociais para o público feminino, no que diz respeito ao sustento e à manutenção da renda familiar.

O trabalho por conta própria é uma alternativa de sobrevivência, frente ao cenário de desemprego que assola a sociedade brasileira como um todo. Dos 119 cadastros realizados na pesquisa amostral, 9 (dos 28) homens chefes de família afirmaram trabalhar por conta própria (32,2%). Entre as mulheres, de um total de 91 chefes de família, 22 afirmaram trabalhar por conta própria (24,2%). Do total de 31 chefes de família que afirmaram trabalhar por conta própria, 19 deles/elas estão entre a faixa etária dos 25 aos 49 anos (26%). A distribuição por comunidade e percentual pode ser observada no quadro abaixo.

Tabela 31 - Principal responsável trabalhando por conta própria por comunidade

Comunidade	Homens	%	Mulheres	%
Brasília de Palha	1	11,1%	5	22,7%
Cafofo/Liberdade	2	22,2%	0	0,0%
Miramar	1	11,1%	6	27,3%
Padre Hildon Bandeira	2	22,2%	1	4,5%
Santa Clara	3	33,3%	4	18,2%
São Rafael	0	0,0%	1	4,5%
Tito Silva	0	0,0%	4	18,2%
Vila Tambauzinho	0	0,0%	1	4,5%
Total	9	100,0%	22	100,0%

Fonte: Pesquisa amostral, 2022

As mulheres chefes de família deste grupo que trabalham por conta própria afirmaram que aumentar o negócio seria o seu “plano para o futuro”. A procura por trabalho assalariado

também foi destacada. Dentre as principais dificuldades foram elencadas: a dificuldade de acesso à comunidade (Santa Clara), a pouca valorização do trabalho, a dificuldade de deslocamento, a falta de equipamentos, dentre outros. O fator pandemia também apareceu enquanto um agravante dessas situações.

Assim, diante da discussão de gênero apresentada e dos dados observados (pesquisa cadastral censitária e pesquisa amostral), os quais reafirmaram as condições de vulnerabilidade enfrentadas pelo público feminino das comunidades que compõem o Complexo Beira Rio, bem como da relevância da conquista de uma unidade habitacional, sugere-se que os domicílios adquiridos sejam formalmente documentados no nome da mulher responsável pela unidade familiar. Vale destacar a existência da Lei Municipal nº 12.014/2010, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo poder executivo municipal que priorize o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de habitação; e da Lei Municipal nº 12.169/2011, que dispõe sobre a efetivação do direito à moradia no amparo à habitação em 30% das construções de habitação popular às mulheres em situação de violência e vítimas do abandono.

Esta medida comunga com a "POLÍTICA OPERACIONAL SOBRE IGUALDADE DE GÊNEROS EM DESENVOLVIMENTO" do Banco Internacional (ou interamericano) de Desenvolvimento (BID), que se compromete a apoiar ações específicas destinadas a abordar as necessidades específicas das mulheres e homens, reconhecendo que, por causa de diferenças de gênero, esses dois grupos desfrutam de vantagens diferentes e enfrentam barreiras diversas no desenvolvimento de suas potencialidades. O reconhecimento dessas diferenças é um passo de extrema importância na construção de uma sociedade baseada no princípio da equidade.

Recorte de Sexualidade

A questão da sexualidade é outro recorte muito importante quando falamos da questão "gênero". Sexualidade, identidade de gênero e sexo biológico, são três conceitos distintos, mas que muitas vezes ainda se confundem na cabeça das pessoas. Cada um está associado à experiência, à vivência e à identificação dos indivíduos, no entanto, cada um à sua maneira. De antemão vale destacar a importância do respeito à diversidade humana.

Quando nos referimos à sexualidade, faz-se menção a "orientação sexual" dos/as sujeitos/as. Vale destacar que a compreensão da orientação sexual está além da atração sexual por alguém, que pode ser o gênero oposto (heterossexual), ou do mesmo gênero (homossexual), englobando todos os aspectos da personalidade como valores, crenças, desejos, relações, pensamentos e sentimentos.

Ainda é importante destacar que independente de papéis de gênero e do sexo biológico, a orientação sexual varia de pessoa para pessoa e, no aspecto social, pode estar em constante transformação. Segue algumas expressões usadas para classificar a orientação sexual individual:

- Heterossexual - Pessoa que sente atração sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do gênero oposto ao seu.
- Homossexual - Pessoa que sente atração sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo (ou gênero). O termo homossexual pode se referir a homossexuais femininas (lésbicas) ou homossexuais masculinos (gays).
- Bissexual - Pessoa que pode sentir atração por pessoas de ambos os gêneros feminino e masculino de maneira emocional, afetiva ou sexual. "

Atualmente, com o advento de diversos processos de luta e resistência, passou-se a fazer uso da sigla LGBTQIAP+, para fazer menção aos seguintes grupos: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais.

No instrumento de aplicação das pesquisas, censitária/cadastral e amostral, após questionar sobre o gênero e se o/a participante seria transgênero, foi perguntado sobre a orientação sexual, e dado as seguintes opções: heterossexual, bissexual, lésbica, gay, e "prefere não responder".

Heterossexuais

A heterossexualidade é a orientação sexual que apresentou o maior quantitativo de pessoas. Cerca de 98% dos/as responsáveis familiares que participaram da Pesquisa censitária/cadastral assim se afirmaram. Vale destacar que o modelo padrão imposto pela sociedade moderna ocidental centraliza a heterossexualidade, e acaba deslegitimando as demais.

Pessoas que se auto definem homossexuais

A exposição/afirmação/aceitação da homossexualidade ainda é um processo tenso e complexo, em especial em um dos países mais homofóbicos do mundo como o Brasil. Cerca de 20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população), se identificam como pessoas LGBTQIAP+, de acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Cerca de 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIAP+, segundo pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford.

Ainda vale lembrar que desde 2019, a homofobia é criminalizada no Brasil. estando atrelada à Lei de Racismo, Lei nº 7716/89, que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional". A prática da lei contempla atos de "discriminação por orientação sexual e identidade de gênero". O termo homofobia ainda é bastante utilizado para definir o crime que contempla as outras pessoas LGBTQIAP+[12].

Dos 787 cadastros realizados na pesquisa, 3 mulheres se afirmaram lésbicas (Tito Silva, Padre Hildon Bandeira e São Rafael), 1 mulher bissexual (Padre Hildon Bandeira), 3 homens gays (1 em Padre Hildon Bandeira e 2 em São Rafael), 2 homens bissexuais (Santa Clara e São Rafael), e 2 homens "preferiram não responder" (Tio Silva e Santa Clara). Ninguém se autodeclarou pertencente a outro grupo que compõe a sigla LGBTQIAP+. Já dos 119 cadastros realizados na pesquisa amostra, ninguém se autodeclarou homossexual.

Vale destacar a existência de leis no âmbito do município de João Pessoa em defesa dos direitos da população LGBTQIAP+. A Lei nº 12.400, de 5 DE julho de 2012, que cria a Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, que está vinculada ao Gabinete do Prefeito, localizada no Parque Solon de Lucena, nº216, centro; a Lei Ordinária nº 13.049, 17 de julho de 2015, que cria o Conselho Municipal de combate à discriminação e promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e o Fundo Municipal de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - FMLGBT/JP; a Lei N.º 11.735 de 17 de julho de 2009, que dispõe sobre a criação do Dia 17 de maio como o "Dia Municipal de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia" em João Pessoa; a Portaria nº 384, de 26

[12] Disponível em: A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização - Fundo Brasil. Acesso em 22 de jun. 2022.

de fevereiro de 2010 que “Estabelece o direito ao uso e tratamento pelo nome social às travestis e transexuais, no âmbito do governo municipal, em especial na rede de ensino, saúde e assistência social, na forma que indica”.

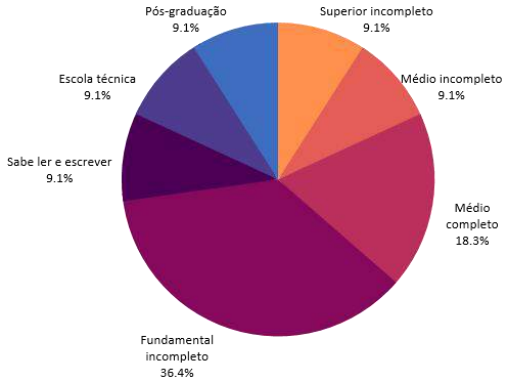
No âmbito o estado da Paraíba destacamos: Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003 “Proíbe discriminação em virtude de orientação sexual”; a Lei 8.185/07, que amplia os direitos previdenciários a casais em união estável, inclusive do mesmo sexo, da Previdência Social do Estado; a Lei N.º 9.318 de 30 de dezembro de 2010 que autoriza o Poder Executivo a instituir no Estado da Paraíba, o Programa “Paraíba sem Homofobia”; o Decreto N.º 32.159 de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais (usuárias/os servidora/o) nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual; a Lei nº 11.000 de 24 de outubro de 2017: Cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba – CEDLGBT; a Lei N.º 9.025 de 30 de dezembro de 2009, que institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual De Combate À Homofobia, Lesbofobia e Transfobia na Paraíba; Lei nº 10.895, de 29 de maio de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual.

Esses dados inferem uma reflexão sobre dois pontos. O primeiro seria a falta de conhecimento a respeito da temática, ainda encarada de forma tímida e preconceituosa pela sociedade, de uma forma geral. O desconhecimento da discussão e das próprias nomenclaturas é um fator a ser destacado, tendo em vista que parte significativa da sociedade não conhece os termos “Cisgênero e Transgênero”, bem como não compreendem o seu significado. Assim, os dados verificados são passíveis de reanálise, bem como suscitam a necessidade de tornar tal discussão mais acessível ao público das comunidades. O segundo ponto diz respeito ao medo, justificado pelos números de violência citados acima, e pelo próprio processo de auto aceitação.

Nesse sentido, é de suma importância o PDT pensar formas e estratégias de possibilitar o acesso das comunidades a essas discussões, bem como trabalhar importantes noções como respeito, tolerância e combate à todas as formas de preconceito e discriminação.

Em relação à escolaridade dos/as responsáveis que se declararam homossexuais ou “preferiram não responder”, cujos dados estão presentes acima, é possível observar que 33,3% não concluíram o Ensino Fundamental, e apenas 16,7% concluíram o Ensino Médio.

Gráfico 2 - Escolaridade dos/as responsáveis que se afirmaram homossexuais ou “preferiram não responder”



Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Em relação à ocupação principal das pessoas que compõem este grupo, verificou-se algumas, que são: diarista, empregada doméstica, cozinheiro, garçonete, cuidador de idosos, técnico em enfermagem, professor e servidor público. Destes, apenas 33,3% trabalham de carteira assinada. Apenas duas pessoas exercem outras atividades para complementar a renda mensal, e 2 recebem alguma renda de programas sociais (Auxilio Brasil).

Quando questionados/as quanto às principais dificuldades, as principais elencadas foram estas: "não ter trabalhos recorrentes", "baixo valor das diárias", "pouco tempo para descanso", "baixa remuneração", "não ter renda fixa". Nos planos para o futuro apontaram: "aumentar o negócio", "mudar de atividade" e "ter uma casa". Os principais talentos elencados pelos/as responsáveis homossexuais e que preferiram não responder" foram: cozinhar, dançar, lecionar e servir".

Quando perguntado "o que a comunidade tinha de pior", foram apontados elementos como "a falta de espaços de lazer e profissionalizantes", "a falta de políticas públicas ativas dentro da comunidade", "a falta de estrutura (enchentes)", e "tráfico".
É de suma importância o reconhecimento deste grupo enquanto sujeitos/as de direitos, e a execução de um Plano de Desenvolvimento Territorial que os inclua em suas pautas e agendas, a fim de impulsionar as potencialidades que as próprias comunidades têm.

Recorte racial

Existe no Brasil um imenso abismo racial, que não é construto de hoje, mas de uma herança antiga em nossa sociedade. Essa desigualdade é fruto de uma estrutura racista em que nossa organização social se assenta, somada à exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atinge a população brasileira, em particular a população de negras e negros.

Para pensarmos essa situação, fazemos uso de alguns conceitos que são centrais, e que foram construídos ao longo do tempo, através das relações entre os grupos. Alguns desses conceitos são "raça" e "etnia". O termo "raça" é majoritariamente utilizado para fazer menção a população negra. No entanto, é de suma importância compreendermos os sentidos da sua utilização. No campo das ciências naturais, o termo "raça" é usado para fazer referência à características biológicas/físicas de determinados grupos. Tal uso serviu como justificativa por muito tempo para justificar a noção de "superioridade e inferioridade racial".

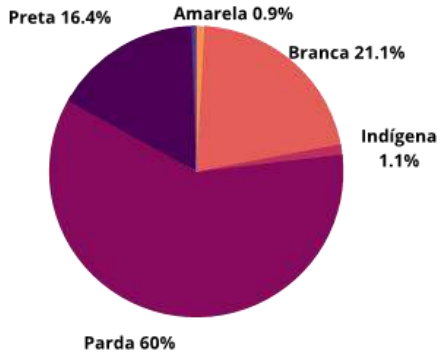
Como destaca Nilma Lino Gomes (2005), com o advento político no Movimento Negro, o termo "raça" foi revisto e politizado, passando a está relacionado a questão de pertencimento racial. Essa concepção pontua que a identificação das raças é um construto social, cultural e político, e não um dado natural. Nossa análise neste recorte parte desse entendimento.
Outro conceito central nessa reflexão é "etnia". Após a ênfase num viés biológico do conceito de raça, muitos intelectuais e educadores passaram a rejeitar o seu uso, optando pelo termo etnia, para fazer menção ao seguimento negro da população. Buscava-se a superação da ideia de que existem raças humanas. Dessa forma, "etnia" passou a ser usado para se referir ao pertencimento ancestral étnico e racial dos negros/as e outros grupos.

Atualmente, muitos intelectuais fazem uso do termo "étnico racial", levando em consideração a dimensão racial, ligada às características físicas, bem como a dimensão cultural, ligada a fatores como a linguagem, as tradições e as ancestralidades.

Para atender essa demanda, o instrumento aplicado para a realização da pesquisa, censitária/cadastral e amostral, trouxe a questão "cor", das quais foram assinaladas as

seguintes opções: Branca, Amarela, Preta, Parda, Indígena e prefere não responder. O levantamento mostrou que no Complexo Beira Rio prevalecem as pessoas pretas e pardas, correspondendo a 76% do conjunto, como podemos visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Principal responsável por cor.



Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

O quadro abaixo apresenta os dados referentes ao principal responsável familiar, sem distinção de gênero, por cor em cada comunidade.

Tabela 32 - Principal responsável por cor em cada comunidade

Comunidade	Cor						total
	amarela	branca	indígena	parda	Preta	Prefiro não responder	
Brasília de Palha	0	0	0	1	1	0	2
Cafofo/Liberdade	0	3	0	4	0	0	7
Miramar	0	5	1	8	2	2	18
Padre Hildon Bandeira	3	45	4	142	36	1	231
Santa Clara	0	11	0	48	25	1	85
São Rafael	4	37	4	150	29	0	224
Tito Silva	0	64	0	116	33	0	213
Vila Tambauzinho	0	1	0	3	3	0	7
Total	**7**	**166**	**9**	**472**	**129**	**4**	**787**

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Mulheres Negras

Retomando a discussão sobre a desigualdade racial que assola a sociedade brasileira, é de grande importância destacar que elas são ainda mais gritantes quando se trata das mulheres negras (pretas e pardas). Tal afirmação se sustenta com base em três vertentes: o preconceito de gênero (vivido por todas as mulheres), o de raça (que se direciona à população preta e parda) e o de classe (que atinge os mais vulneráveis economicamente). Essas vertentes também apontam para esse grupo de mulheres como as que mais sofrem enquanto vítimas do racismo e do sexismo.

Certamente este é o cenário enfrentado pelas 74,8% de mulheres pretas e pardas chefes de família, como demonstra o gráfico abaixo, das 8 comunidades cujos dados foram obtidos através da Pesquisa censitária/cadastral. Nessa direção, vale mencionar a Lei Municipal nº 13.183/2016, que cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher, nos termos da constituição Federal, da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, e dá outras providências.

O quadro abaixo apresenta os dados referentes à responsável familiar feminina por cor em cada comunidade.

Tabela 33 -Principal responsável Mulher por cor em cada comunidade

Comunidades	Cor						
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Prefiro não responder	Total
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0	0
Cafofo/Liberdade	0	2	0	0	0	0	2
Miramar	0	4	0	3	1	2	10
Padre Hildon Bandeira	3	34	2	104	24	1	168
Santa Clara	0	7	0	28	13	1	49
São Rafael	0	21	3	95	19	0	138
Tito Silva	0	49	0	78	23	0	150
Vila Tambauzinho	0	1	0	1	1	0	3
Total	3	118	5	309	81	4	520

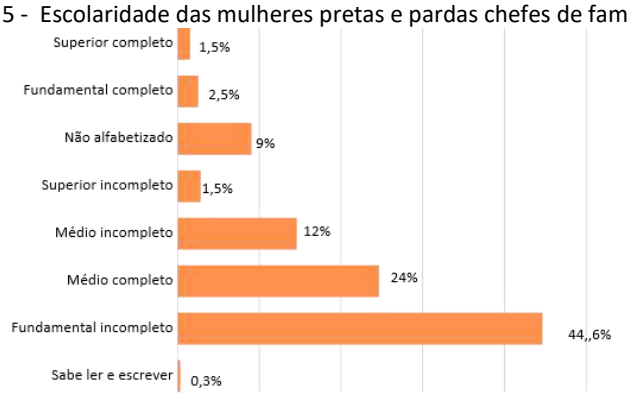
Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

Quando observado o cenário composto por responsáveis femininas, foi possível verificar que 5 mulheres se autodeclararam indígenas, 81 pretas (15,6%), 309 pardas (59,4%), 118 brancas, 3 amarelas (0,57%), e 4 preferiram não responder (0,76%). A distribuição por "cor" em cada uma das 8 comunidades que compõem o CBR pode ser observada no quadro acima. Já os dados da pesquisa amostral apontam que das 91 mulheres chefes de família cadastradas, 19 se autodeclaram brancas (20,8%), 18 pretas (19,8%), e 54 pardas (59,3%), correspondendo a grande maioria.

Escolaridade

A luta pelo acesso a educação sempre foi uma das bandeiras de luta da população negra e do movimento negro. Desde a consolidação da abolição, entendia-se que a escolarização poderia se apresentar como a porta de entrada para o mercado de trabalho e, consequentemente, para o livre usufruto da cidadania.

Gráfico 5 - Escolaridade das mulheres pretas e pardas chefes de família



Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

De acordo com os dados apresentados, 44,6% das mulheres pretas e pardas responsáveis familiares não concluíram o Ensino Fundamental. Quando comparado com os percentuais de escolaridade geral, sem distinção de gênero, e de todas as mulheres, sem distinção racial, observa-se um aumento nesse quesito. Seguindo essa mesma perspectiva comparativa, 9% se

autodeclararam “não alfabetizadas”, 1% a menos da média observada quando comparado com os percentuais de sem distinção de gênero, e de todas as mulheres, sem distinção racial. Ainda nessa direção, 1,5% das mulheres responsáveis pretas e pardas possuem Ensino Superior Completo, percentual um pouco menor, quando comparado com os percentuais sem distinção de gênero, e de todas as mulheres, sem distinção racial.

O acesso à educação sempre foi uma das grandes demandas contestadas pelo Movimento Negro e pelo Feminismo Negro, entendido também como uma das principais estratégias de combate ao Racismo e a Discriminação Racial. Com o intuito de eliminar ou proibir as discriminações fundadas em gênero e raça, o Brasil assinou vários compromissos internacionais neste sentido, ratificou a CEDAW, Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Protocolo Facultativo da CEDAW e quase todas as convenções da Organização Internacional do Trabalho, OIT. Além disso, também assinou uma das mais antigas convenções internacionais, a CERD – Convenção Internacional para a Eliminação da Desigualdade Racial. Dessa forma, o incentivo à escolarização dessa desse grupo populacional deve ser enfatizado, como elemento possibilitador e construtor de positividades, que podem ser revertidas para o próprio convívio no interior das comunidades e para o seio dos novos espaços que serão constituídos após a concretização do processo de reassentamento.

O instrumento aplicado na realização da Pesquisa censitária/cadastral também questionou se os/as participantes chefes de família possuíam algum curso profissionalizante. 30,7% das mulheres responsáveis pelo seu núcleo familiar responderam que sim, já haviam cursado algum curso profissionalizante. Feito o recorte racial, 30,3% das mulheres pretas e pardas responderam “sim” frente ao questionamento. Também foi possível observar que muitas mulheres apontaram o interesse em fazer algum curso, seja de natureza profissionalizante, técnico ou até mesmo superior.

Dessa forma, diante da importância já mencionada quanto a questão da escolarização, somada ao interesse apresentado pelas mulheres cadastradas, vale destacar a necessidade da oferta de cursos no interior das comunidades, que possam atender ao público em geral, e ao público feminino, em particular. O aperfeiçoamento em termos de escolarização pode proporcionar experiências vantajosas a essas mulheres, e colaborar de forma efetiva com o gerenciamento financeiro do seu núcleo familiar.

Quando perguntado aos/as participantes da Pesquisa censitária/cadastral se eles/as possuíam algum talento, fazendo o recorte de gênero, diversas possibilidades podem ser observadas e direcionadas à oferta de cursos. Foram considerados “talentos” a atividade que o/a entrevistado/a definiu como sendo uma habilidade, estando ela ou não relacionada ao seu trabalho ou profissão. De acordo com as respostas dos/as participantes, foram organizados os quadros abaixo apresentados, apresentando os talentos por comunidade.

Tabela 34 -Principal responsável e talentos nas comunidades

Comunidade	Talentos	Quant. citadas
Brasília de Palha	Falar em público	1
Cafofo/Liberdade	Trabalhar	4
	Cozinhar	1
	Fazer faxina	1
	Mecânico em geral	1
Miramar	Cozinhar	2
	Alegria e se divertir	1
	Esporte	1
	Consertar coisas	1

	Costurar	1
	Fazer laço de cabelo, almofada	1
	Jogar bola	1
	Olhar carro. Ajuda pedreiro	1
	Oração	1
	Pintura de verniz	1
	Trabalhar bem	1
Padre Hildon Bandeira	Fazer comida, cozinhar, confeitaria, fazer bolos, fazer doces, pudins, pão, salgados etc.	66
	Arrumar a casa, serviços domésticos, organizar a casa, tarefas domésticas, faxinas etc.	17
	Ajeitar cabelo; cabeleireiro; cortar cabelo; fazer unha com gel; cabelo; manicure; nail designer	12
	Comunicação, lidar com o público, vendas	10
	Cantar, ouvir música, tocar bateria, dançar	7
	Lavar, passar, engomar	6
	Consertos especializados: motos, televisão, ar-condicionado, mecânica de carros, eletrônica etc.	6
	Construção civil, construir casas, trabalhar como pedreiro, servente etc.	5
	Costurar, fazer crochê, artesanato, trabalhos manuais etc.	4
	Cuidar de pessoas, idosos, crianças,	4
	Trabalhar na reciclagem	2
	Arbitragem de jogo de futebol	1
	Comer e dormir	1
	Decoração	1
	Dirigir	1
	Pescar	1
	Ensinar	1
	Manutenção de prédios	1
	Pintar (não especificado)	1
	Pintar casas	1
Santa Clara	Fazer bolos e doces, cozinhar em geral, fazer bolos, fazer doce americano.	12
	Artesanato, artesanato com cimento, peças em artesanatos (sem especificação), barra de pano de prato e toalha.	6
	Cortar cabelo masculino, designer de sobrancelhas, fazer unhas, trabalho com cabelos.	5
	Construir casas, pedreiro, pintura de residência, serviços na área da construção civil.	4
	Consertos e/ou serviços especializados: instalação de todo tipo de porta, consertar ventiladores, trabalhar com ferragem, trabalhar com marketing e informática.	4
	Fazer o que gosta no seu trabalho, só trabalhar (sem especificação)	4
	Fazer limpeza, limpar a casa, caprichosa na limpeza	3
	Cuidar dos filhos, de crianças, cuidar sem especificação.	3
	Ensinar, lecionar (sou geógrafa).	3
	Sei vender bem, vendas, vender.	3
	Administrar bem as atividades diárias	1
	Cantar na Igreja	1
	Dançar	1
	Dirigir	1
	Louvar	1
São Rafael	Cozinhar	54
	Arrumar a casa, faxina, dona de casa, lavar e passar roupa	13
	Cabelo, unha, maquiagem	9
	Artesanato em geral, corte e costura, crochê, criar móveis, fazer	9

	mosaicos	
	Atividades especializadas: soldador, conserto de TV, de bicicleta, prótese dentária, fotógrafa	7
	Cuidados com terceiros: idosos, crianças, pessoas	5
	Trabalhar (não especificado)	6
	Jogar (futebol)	6
	Cantar, músico,	5
	Pintar (não especificado)	4
	Oratória, falar em público, liderança religiosa	2
	Dar aula, professor de dança	2
	Dirigir (não especificado)	2
	Administrar, organizar	2
	Administrar, organizar	1
	Pescar	1
	Lavar carros	1
	Vendas, vender	1
	Reciclagem: restaurar móveis	1
	Estudar	1
	Serviços gerais	1
Tito Silva	Fazer comida, cozinhar, confeitaria, fazer bolos, fazer doces, pudins, pão, salgados etc.	29
	Arrumar a casa, serviços domésticos, organizar a casa, tarefas domésticas, faxinas, passar e lavar roupa etc.	19
	Consertos e/ou serviços especializados: conserta máquina de costura; faz manutenção de *software*, marcenaria, serralheria, body piercing	13
	Construção civil, construir casas, trabalhar como pedreiro, servente etc.	9
	Designer de unhas, unhas em gel, manicure, cabelereira	8
	Costurar, fazer crochê, artesanato, trabalhos manuais etc.	7
	Desenhar, lecionar, estudar, escrever (escreve bem, boa letra)	6
	Vendas, trabalhar com revendas (sem especificação)	6
	Administrar, atendimento, comunicação	5
	Cuidar de pessoas, idosos, crianças,	3
	Dirigir	2
	Dormir e comer	1
	Eu acho que faço muito bem o meu trabalho	1
	Facilidade de aprender coisas diferentes	1
	Jogar bola	2
	Lavar carro	2
	Lutar	1
	Pilotar motos e dirigir carro.	1
	Serviço gerais	1
	Trabalhar (sem especificação no formulário)	9

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022

É possível observar que a produção de alimentos se destaca em quase todas as comunidades, assim como outros serviços que podem ser realizados no próprio domicílio, como costura, trabalhos artesanais, cuidar de crianças, manicure/pedicure, maquiagem e cabeleireira. Essas informações podem servir de base e impulsionar a oferta de cursos direcionados a responder às demandas desses grupos. Assim, considera-se que a partir dos quadros acima apresentados, é possível realizar a indicação de cursos profissionalizantes a serem disponibilizados/ofertados, capazes de atender aos interesses potenciais das comunidades do Complexo Beira Rio, e impulsionar o empoderamento feminino, entendido enquanto ponto chave pela Política Operacional Sobre Igualdade de Gênero em Desenvolvimento.

Emprego

Outro elemento a ser pensado, quando pautamos a questão de gênero e interseccionamos com a raça, está relacionado ao "emprego". No instrumento de realização da pesquisa foram disponibilizadas as opções "ocupada/o", "desocupada/o" ou "NP - não se aplica". Das 520 mulheres que realizaram o cadastro como responsável familiar, 206 estão desempregadas. Dentre as principais dificuldades elencadas estão: "distância", "valor do trabalho", "locomoção", "dificuldades nas vendas", "humilhação por pessoas que têm mais condições", "falta de emprego formal", "ter que vender fiado (a crédito)".

Fazendo a intersecção gênero e raça, das 390 mulheres negras, (81 pretas e 309 pardas) responsáveis familiares que participaram da Pesquisa censitária/cadastral, 155 estão desempregadas: 42 em Tito Silva, 41 em Padre Hildon Bandeira, 18 em Santa Clara, 54 em São Rafael. Destas, 46,4% recebem algum tipo de auxílio, a grande maioria o Auxílio Brasil. Apenas 11% trabalham com carteira assinada. Em relação à renda, 64,8% ganham até meio salário mínimo, 32% entre meio e um salário mínimo, e apenas 2,5% recebem mais de um salário mínimo.

Diversas dessas mulheres afirmaram possuir cursos profissionalizantes, como informática básica, cuidadora de idosos, recepcionista, auxiliar odontológico, atendente de farmácia, manicure, camareira, bombeira civil, unhas em gel, operadora de caixa, técnica em radiologia, telemarketing, aderecista, idiomas, confeitaria, artesanato, maquiagem e técnico em enfermagem. Outras afirmam possuir interesse/vontade em fazer algum curso, a fim de aprimorar seus conhecimentos e habilidades.

Tais dados evidenciam a possibilidade e a importância, já ressaltada acima, da oferta de cursos que impulsionem as positivações que essas mulheres possuem, aprimorando seus conhecimentos e habilidades e que possibilitem a inserção delas no mercado de trabalho, gerando autonomia e empoderamento a este grupo.

Nessa perspectiva, é indicado o diálogo com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de João Pessoa, a qual oferece um conjunto de serviços que podem colaborar com o processo de integração das mulheres do Complexo Beira Rio, a exemplo do "Curso Básico de Crochê", destinado à mulheres que estão à procura de conhecimento de técnicas artesanais objetivando o trabalho e a geração de renda; do Curso de Contabilidade Básica para Empreendedoras, destinado às mulheres que produzem e comercializam ou produzem e pretendem comercializar; e o curso de Formação de Doulas Comunitárias Voluntárias., destinado a toda e qualquer mulher a partir dos 21 (vinte e um) anos, que tenha disponibilidade e vontade para servir a outras mulheres[13].

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é uma variável fundamental na construção de uma sociedade justa, inclusiva e igualitária, fator que pode possibilitar uma estabilidade financeira no núcleo familiar liderados por essas mulheres, como preconiza a Política Operacional Sobre Igualdade de Gênero em Desenvolvimento.

Violência contra a mulher

Como dito anteriormente o serviço de atendimento municipal às as mulheres vítimas de violência é realizado no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB). Todos os atendimentos realizados nesse equipamento são registrados em instrumental próprio e nas Fichas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SIINAN). De acordo os dados disponibilizados pelo Centro de Referência, no recorte de janeiro de 2021 a junho de 2022, 15

[13] A Carta de Serviços pode ser obtida na íntegra no site da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em: Políticas Públicas para as Mulheres (joaopessoa.pb.gov.br).

mulheres residentes nos bairros localizados as comunidades que formam o Complexo Beira-Rio receberam atendimento no CRMEB (11 em 2021, 4 em 2022).

Tabela 35 - Distribuição doa atendimentos realizado pelo CRMEB por bairros.

BAIRRO	NÚMERO DE CASOS
Castelo Branco	1
Centro	4
Expedicionários	1
Miramar	2
Tambaú	3
Tambauzinho	1
Torre	3

Fonte: CRMEB – SEPPM/PMJP

Das 15 mulheres residentes nos bairros localizados no perímetro do CBR, 12 estão na faixa etária dos 31 aos 60 anos de idade. Do total de mulheres atendidas, 9 se autodeclararam brancas. Um dado bastante sugestivo diz respeito à escolaridade. Das 15 mulheres atendidas 6 possuíam ensino superior completo e 4 incompleto. Dentre as demais, 1 havia concluído o ensino médio, 1 possuía o ensino médio incompleto e duas não responderam. O elevado grau de instrução apresentado por 10 das 15 mulheres evidencia a importância da educação no tocante ao encorajamento à denúncia e à procura de atendimento especializado junto a aparelhos públicos.

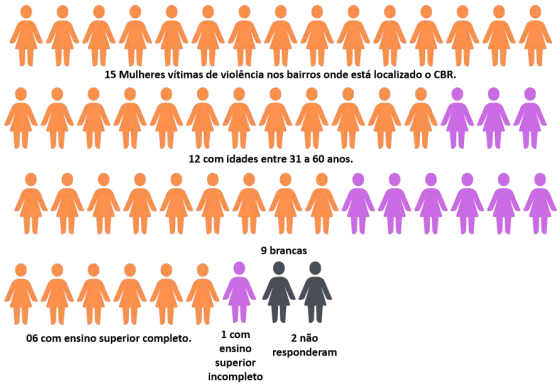


Figura 51 - Perfil das mulheres vítimas de violência nos bairros do CBR.
Fonte: CRMEB – SEPPM/PMJP. Janeiro de 2021 a junho de 2022.

Muitas mulheres são violentadas diariamente, e nem todas denunciam o agressor ou buscam ajuda especializada. Tal fato acaba gerando um cenário de subnotificação. Dentre as principais justificativas para a não realização da denúncia estão: o medo do agressor, a dependência financeira ou afetiva/emocional em relação ao agressor, não conhecer os seus direitos enquanto vítima de violência, não saber onde denunciar, a percepção de que nada acontece com o agressor quando denunciado, além de fatores que explicitam o funcionamento machista e patriarcal da sociedade, como a preocupação com a criação dos filhos e a sensação de que é dever da mulher preservar o casamento e a família.

No tocante ao estado civil das mulheres atendidas, 6 eram casadas, 6 solteiras e 3 viúvas. Todas as mulheres afirmaram que sofreram algum tipo de violência dentro da própria residência, e praticados por homens da sua convivência familiar (5 - cônjuge, 6 – namorado, 1 – ex-namorado, 1 – pai, 2 – filho). Os dados apontam dois elementos muito importantes: o próprio lar, como espaço de agressão, e o perfil do agressor. A violência física e a psicológica foram as mais evidenciadas. Em relação à sexualidade 13 se autodeclararam heterossexuais e 2 bissexuais.

Tabela 36 - Mulheres Atendidas no CRMEB nos anos 2016 a 2019.

Bairros	2016	2017	2018	2019	Total
Castelo Branco	03	02	03	06	14
Centro	03	04	03	05	15
Expedicionários	01	-	01	01	03
Miramar	02	-	02	03	07
Tambauzinho	02	-	-	01	03
Torre	04	-	02	02	08
Total de mulheres	15	06	11	18	50

Fonte: CRMEB – SEPPM/PMJP

Além do CRMEB, a Diretoria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, se apresenta enquanto o responsável pela manutenção de programa de prevenção ao feminicídio "Ronda Maria da Penha" instituída por Lei municipal nº 13.772/2019, cuja finalidade é monitorar o cumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, deferidas pela Vara de Violência Doméstica da Comarca de João Pessoa, contribuindo, assim, para a efetividade das ações de proteção às mulheres em situação de violência doméstica, sexual e/ou familiar. Nas áreas que envolvem os bairros do Centro, Castelo Branco e Tambauzinho, bairros que compõe o Complexo Beira Rio – CBR, a Ronda Maria da Penha realizou 384 visitas e monitoramentos ao longo dos anos de 2018 e 2019, configurando forte incidência para os casos de violência contra a mulher. Assim, a existência de um Centro de Referência da Mulher, de Delegacias Especializadas, e os serviços realizados por eles se mostram mais que necessários no combate a estrutura de violação dos direitos das mulheres.

Recorte PcD e Gênero

A sigla PcD significa Pessoa com Deficiência, nomenclatura apontada como correta pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Esta é a forma correta de se denominar aqueles/as que possuem algum tipo de deficiência. Vale destacar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania[14].

Pensar na construção de uma sociedade igualitária e justa, também requer uma reflexão a respeito da inclusão de Pessoas com Deficiência. Dentre as pessoas, chefes de família, que realizaram a Pesquisa censitária/cadastral, 6,4%, o que corresponde a 50 pessoas, declararam apresentar algum tipo de deficiência, abrangendo quase todas as comunidades, exceto Brasília da Palha e Vila Tambauzinho. A tabela abaixo apresenta os dados.

Tabela 37 - PcD por comunidade

Comunidade	Deficiência		Total
	Sim	Não	
Brasília de Palha	0	2	2
Cafofo/Liberdade	1	6	7
Miramar	7	11	18
Padre Hildon Bandeira	13	218	231
Santa Clara	6	79	85
São Rafael	13	211	224
Tito Silva	10	203	213
Vila Tambauzinho	0	7	7

[14] Disponível em: L13146 (planalto.gov.br). Acesso em 22 de jun. 2022.

Total	50	737	787
% em relação ao total de cadastrados	6,4	93,6	100

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Das 50 pessoas que afirmaram possuir algum tipo de deficiência, 30 delas são mulheres, número que corresponde a 60% do total de responsáveis familiares com deficiência.

Tipos de deficiência

As deficiências são divididas em cinco tipos: deficiência física, visual, auditiva, mental, e a deficiência múltipla, conceituada como a associação de duas ou mais deficiências. Considerando o tipo de deficiência, observou-se que a deficiência física representa 57% do total, seguida pela deficiência mental que corresponde a 20%, como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 38 - Principal responsável e tipo de deficiência por comunidade

Comunidade	Tipo de deficiência					Total
	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	Visual	
Brasília de Palha	0	0	0	0	0	0
Cafofo/Liberdade	0	1	0	0	0	1
Miramar	1	2	1	0	4	8
Padre Hildon Bandeira	0	10	2	0	1	13
Santa Clara	0	2	4	0	0	6
São Rafael	1	8	3	1	3	16
Tito Silva	1	8	1	0	0	10
Vila Tambauzinho	0	0	0	0	0	0
Total	3	31	11	1	8	54
% em relação ao total de cadastrados	5,56	57,41	20,37	1,85	14,81	100,0

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Fazendo um recorte de gênero, das 30 mulheres que afirmaram possuir algum dos cinco tipos de deficiência mencionados, sete (7) possuem deficiência visual (4 Miramar, 1 Padre Hildon Bandeira, 1 São Rafael); uma (1) possui deficiência auditiva (São Rafael); dezesseis (16) deficiência física (1 Cafofo/Liberdade, 3 Tito Silva, 5 Padre Hildon Bandeira, 1 Santa Clara, 6 São Rafael); e nome (9) deficiência mental (1 Miramar, 1 Tito Silva, 2 Padre Hildon Bandeira, 2 Santa Clara, 3 São Rafael). Duas mulheres afirmaram possuir deficiência múltipla (uma (1) auditiva e mental, e uma (1) visual e auditiva).

Buscou-se, ainda, verificar a existência de pessoas deficientes entre os familiares do/a responsável principal, chegando-se aos resultados observáveis na tabela abaixo.

Tabela 39 - Familiares do responsável principal e deficiências

Comunidade	Tem alguma deficiência		
	SIM	NÃO	Total
Brasília de Palha	1	3	4
Cafofo/Liberdade	0	11	11
Miramar	5	20	25
Padre Hildon Bandeira	21	424	445
Santa Clara	2	138	140
São Rafael	27	392	419
Tito Silva	16	309	325
Vila Tambauzinho	0	9	9
Total	72	1.306	1.378
CBR % em relação ao total de familiares	5,2%	94,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Ao todo são 72 pessoas familiares com deficiência, que somadas aos 50 responsáveis pela família, chega-se a um total de 125 deficientes, o correspondente à, aproximadamente, 6% de pessoas deficientes no conjunto do Complexo Beira Rio. Vale destacar que tanto o Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização (PERR), quanto o Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT), devem levar em consideração todos os tipos de deficiência apontados, no seu processo de elaboração e execução. Ainda vale destacar que os casos de deficiência física demandam especial atenção no processo de realocação das famílias, bem como no processo de requalificação urbanística que envolve o Projeto João Pessoa Sustentável em todo o Complexo Beira Rio. Questões como a garantia à acessibilidade, a oferta de atendimento adequado e a execução de políticas de inclusão devem fazer parte de todo o escopo do projeto.

Assistência às Pessoas com Deficiência

A assistência às pessoas com deficiência deve ser assegurada pelo estado, como aponta o Art. 8º da Constituição Federal de 1988:

> É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Os dados evidenciam que o Complexo Beira Rio possui seis postos do Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, em seu entorno ou adjacências, sendo eles: ESF Torre 1; ESF Hildon Bandeira; ESF São Rafael; ESF Miramar; ESF Santa Clara 5 e ESF Tito Silva. Todas/as os/as principais responsáveis pelas famílias fazem uso desses estabelecimentos no caso de necessidade.

Tabela 40 -Principal responsável e ESF mais utilizado

Estratégia de Saúde da Família	ESF mais utilizados no CBR	
	Nº	%
ESF Torre 1	170	21,60
ESF Hildon Bandeira	72	9,15
ESF São Rafael	225	28,59
ESF Miramar	78	9,91
ESF Santa Clara 5	85	10,80
ESF Tito Silva	157	19,95
Total	787	100,0

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

Diante do cenário apresentado, e da importância da garantia de atendimento adequado às pessoas com deficiência, vale destacar a necessidade dos postos de saúde, e/ou os ESF estarem preparados para a realização destes atendimentos A assistência à pessoa com deficiência deve ir além da questão da saúde, como a oferta de cursos que valorizem e profissionalizem as habilidades dessas pessoas, e o incentivo à inserção no mercado de trabalho.

4.4. Sustentabilidade ambiental no CBR

4.4.1. A gestão de Resíduos sólidos nas comunidades do CBR

Para a escrita desse tópico foi utilizado o conceito de sustentabilidade como norteador das questões, pois está ligada à capacidade do ambiente de suportar as atividades antrópicas (geração de resíduos), considerando a análise de vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

A problemática dos resíduos sólidos existe desde os primórdios da humanidade, atingindo seu ápice no período do sistema capitalista que promove a competitividade produtiva, induz cada dia mais ao consumo desenfreado, a busca do 'ter' para 'ser' (categoriza uma grande inversão de valores), gerando obsolescência programada dos produtos e consequentemente o descarte de resíduos que ainda teriam utilização como se fossem descartáveis. Esse descarte, na maioria das vezes são realizados de forma inadequada e depositados em locais impróprios para o recebimento desse material.

A gestão dos resíduos sólidos é um tema fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, a gestão integrada é o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para a temática de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável. Colaboram com a gestão o gerenciamento (execução), que é definido como o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

De acordo com a Empresa de Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR, João Pessoa- PB, responsável pela coleta e gerenciamento dos resíduos do município, existe coleta nas comunidades do CBR. O cadastro Socioeconômico (pesquisa cadastral), que coletou informações apenas dos moradores definidos em áreas de risco à época no local de estudo, valida a coleta de resíduos nas comunidades a partir das informações fornecidas e analisadas no cadastro pela equipe de consultores responsáveis pela elaboração do diagnóstico socioeconômico do CBR. Essa pesquisa foi elaborada e aplicada pela equipe do consórcio ÂNIMA/DEMACAMP nos meses de dezembro de 2021, janeiro, fevereiro e março de 2022. De acordo com a pergunta do item 13.22, "sobre destinação e disposição do lixo produzido no domicílio, e o atendimento por coleta pública", foi possível realizar este levantamento.

Perfil de cada comunidade do CBR sobre os resíduos sólidos

Em relação a todas as comunidades, este levantamento se ateve a identificar como se dá a disposição do lixo produzido no domicílio. Verifica-se que 99% dos entrevistados declararam serem atendidos por coleta regular do lixo que produzem. Destes, 84% responderam que esta coleta é feita na porta de suas casas e 15% em outro local (Tabela 39). Apenas 1 entrevistado declarou jogar o lixo em terreno baldio ou na rua, na comunidade de Padre Hildon Bandeira e 3 responderam que a coleta é irregular e em outro lugar que não a porta da casa (2 em São Rafael e 1 em Vila Tambauzinho).

Tabela 41 -Referente aos dados obtidos de cada comunidade em relação a coleta de resíduos sólidos através da Pesquisa censitária/cadastral.

Comunidade	Coleta dos resíduos sólidos					Total
	Regular na porta	Regular outro local	Irregular outro local	Terreno baldio ou rua	NR/NS	
Brasília de Palha	2	0	0	0	0	2
Cafofo Liberdade	6	1	0	0	0	7
Miramar	14	0	0	0	0	14
Padre Hildon Bandeira	165	52	0	1	0	218
Santa Clara	78	0	0	0	1	79
São Rafael	165	52	0	1	0	211
Tito Silva	166	43	2	0	0	200
Vila Tambauzinho	4	0	1	0	0	5
total	619	112	3	1	1	736
%	84,0	15,2	0,4	0,1	0,1	100

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2021/2022.

A pesquisa amostral segue percentual semelhante, do total da amostra, 89,91% apresentam coleta regular de resíduos na porta, 9,24% pessoas disseram possuir coleta regular em outro local (caçamba longe) e menos de 1% não respondeu ou não sabe.

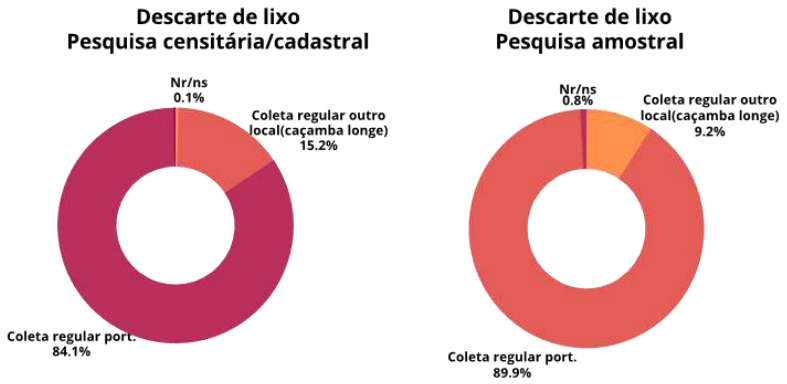


Figura 52 - Descarte de lixo - pesquisa censitária/cadastral e amostral.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022.

Por mais que a pesquisa aponte que as comunidades do complexo Beira Rio são atendidas por coleta de resíduos, também são encontrados lixos armazenados de forma incorreta (foto13), além de resíduos encontrados no chão e animais sendo criados neste mesmo espaço (foto 14). Portanto, é importante que esse tema também seja inserido nas atividades de educação ambiental que serão propostas e executadas pelo Plano de Desenvolvimento Territorial.

Foto 15 - Lixo encontrado em um domicílio na comunidade de São Rafael sem estar acondicionado de forma correta.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima, 2022.

Foto 16 - Animal encontrado na comunidade de Padre Hildon em meio ao lixo.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima, 2022.

A seguir, apresentamos uma caracterização de cada comunidade em relação aos resíduos sólidos.

Quadro 4 - Caracterização das comunidades do CBR em relação aos resíduos sólidos

Comunidades	Caracterização em relação aos resíduos sólidos
Padre Hildon	Na pesquisa censitária/cadastral, foram entrevistadas 218 pessoas, o qual verifica-se que todos são atendidos por coleta, sendo que, quase 76%, 165 domicílios, responderam que dispõem de "coleta regular na porta". Os demais domicílios, também são atendidos por coleta regular em outro local (caçamba longe), cerca de 26%, é irregular em outro local (caçamba longe) por menos de 1%, ou seja, apenas 1 pessoa. Na pesquisa amostral o percentual aumenta e 100% do total declararam possuir coleta regular na porta.
Cafofo Liberdade	Para a comunidade de Cafofo Liberdade 7 pessoas foram entrevistadas na pesquisa censitária/cadastral. Este levantamento se ateve a identificar como se dá a disposição do lixo produzido no domicílio e, verifica-se que todos eles, 100% dos entrevistados são atendidos por coleta regular, sendo que 6 (seis) dos 7 (sete) entrevistados responderam que dispõem de "coleta regular na porta", o que corresponde a quase 86% e menos de 15%, o que equivale a um domicílio, a coleta regular se dá em outro local (caçamba longe). Em parte considerável da comunidade (resultados da pesquisa amostral) 83,33% afirmaram ter coleta regular na porta e 16,66% coleta regular em outro local (caçamba longe).
Brasília de Palha	Para a comunidade de Brasília de Palha apenas 2 pessoas que estão em área de risco (pesquisa censitária/cadastral). O resultado obtido foi que 100% dos entrevistados responderam que dispõem de "coleta regular na porta". Na pesquisa amostral, o cenário é o mesmo, 91,66% declararam ter a coleta regular de resíduo na porta e 8, 33% coleta regular em outro local (caçamba longe).
Tito Silva	Para a comunidade de Tito Silva foram entrevistadas na pesquisa censitária/cadastral , das 200 pessoas, o qual verifica-se que todos são atendidos por coleta, sendo que 92%, 184 domicílios, responderam que dispõem de "coleta regular na porta" e 8% são também atendidos por coleta, porém em outro local (caçamba longe). Na área consolidável o cenário é bem diferente, cerca de 54,54% apresentam coleta regular de resíduos na porta e cerca de 45% afirmaram ter coleta regular em outro local (caçamba longe).
Miramar	Para a comunidade de Miramar foram entrevistadas 14 pessoas localizadas em áreas de risco. Este levantamento se ateve a identificar como se dá a disposição do lixo produzido no domicílio e, verifica-se que todos eles são atendidos por coleta, sendo que 100%, 14 domicílios, responderam que dispõem de "coleta regular na porta". Apesar de um percentual menor de coleta na porta (87,5%), a pesquisa amostral aponta para o e 12,5% afirmaram ter coleta regular em outro local (caçamba longe).

Vila Tambauzinho	Para a comunidade de Vila Tambauzinho, tanto os respondentes da pesquisa censitária/cadastral como da amostral, 100% dos entrevistados são atendidos por coleta. Na pesquisa censitária/cadastral, dos 100%, 80% dispõem de coleta regular na porta e 20%, 1 domicílio, é atendido por coleta em outro local.
São Rafael	Na comunidade de São Rafael, por exemplo, verifica-se que todos eles são atendidos por coleta, dos 211 domicílios, 166, quase 80% responderam que dispõem de "coleta regular na porta". Os demais domicílios, são também atendidos por coleta, porém, 43, cerca de 20% disseram possuir coleta regular em outro local longe, e menos de 1%, coleta irregular em outro local (caçamba longe), pois devido a questão de acessibilidade nas ruas e vielas da comunidade, muitas vezes o caminhão compactador não tem acesso. Os resultados da pesquisa amostral apontam que 95% dos cadastrados disseram ter coleta regular de resíduos na porta e cerca de 4,3%, uma pessoa disse não saber ou não respondeu.
Santa Clara	Para a comunidade de Santa Clara, verifica-se que quase todos os 78 entrevistados, 98%, são atendidos por "coleta regular na porta", e menos de 2%, ou seja, 1 domicílio não respondeu a essa questão. A pesquisa amostral o cenário é 96% apresentam coleta regular de resíduos na porta e apenas, 4%, uma pessoa afirmou ter coleta regular em outro local (caçamba longe).

Fonte: Pesquisas censitária/cadastral e amostral, 2022.

4.4.2. Saneamento Ambiental

Para a escrita desse tópico foi utilizado o conceito de sustentabilidade como norteador das questões, pois está ligada à capacidade do ambiente de suportar as atividades antrópicas (disposição de esgotos domésticos, abastecimento e tratamento de água) considerando a análise de vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

O saneamento básico é um direito garantido pela Constituição Federal e instituído e regulamentado pela Lei nº. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, que é um conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, tais como: esgotamento sanitário, abastecimento e tratamento de água, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Assim sendo, esse é um dos principais temas para a identificação e medida da qualidade de vida de uma comunidade, município ou qualquer aglomerado urbano e a qualidade do serviço interfere diretamente na saúde, no que se refere, por exemplo à incidência de doenças de veiculação hídrica (diarréia, vômitos), mortalidade infantil, gastos com médicos, internações e medicamentos. As principais doenças ligadas ao saneamento são: diarréia por Escherichia Coli, febre tifóide, cólera, leptospirose, hepatite A, verminoses e giardíase.

A organização Mundial de saúde (OMS), em 1946, definiu saúde, como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças, passando oficialmente do modelo biológico de ser humano para o modelo biopsicossocial (ROSA, FRANCETO e MOSCHINI- CARLOS, 2012).

A compreensão dos processos infecciosos somados aos avanços das tecnologias, tanto da área sanitária, como da área de diagnóstico e terapêutica, contribuiu enormemente para a redução dos níveis de inúmeras doenças e de certa forma, provocou um distanciamento do entendimento desses processos como resultado das alterações do meio ambiente e das condições sociais e econômicas das populações (ROSA et al; 2021).

No entanto, à medida que se verificou a consolidação da divisão da geopolítica em áreas ricas e pobres, consolidou-se também um cenário de distribuição de doenças distinto. Os espaços

menos privilegiados economicamente, carentes de recursos sanitários e de planejamento de ocupação de território, em sua maioria sofre com grandes impactos na saúde, através de doenças relacionadas a causas infecciosas. (ROSA, FRANCETO e MOSCHINI- CARLOS, 2012).

A saúde da população, também sucumbe aos efeitos do seu padrão de vida consumista, urbano exposto a um elevado adensamento populacional confinado em ambientes com alta concentração de poluentes atmosféricos, ligados à falta de tratamento de esgoto e deposição de lixo irregular.

Nas comunidades aqui estudadas, há um quadro recorrente em regiões mais periféricas de ruas não calçadas e solos contaminados com excremento de animais, esgotos, água de chuva parada, resíduos sólidos e pessoas andando descalças e crianças brincando na rua, sendo mais predominantes nos setores I, C de criação de animais em Padre Hildon perto do Rio Jaguaribe, e em São Rafael. A maioria das outras ruas e vielas da comunidade tem calçamento, mas muitas vezes é encontrado resíduos, água corrente e esgoto.

Abastecimento de água

Quanto ao abastecimento de água, o resultado da pesquisa cadastral mostram que 196 domicílios dos 736 entrevistados contam com rede de abastecimento regular com relógio medidor, o que representa 27% do total, seja medidor individual (21%), seja coletivo (6%); 39% ou 287 domicílios são abastecidos por meio de rede sem relógio medidor e cerca de 33% ou 239 casas abastecem de forma irregular (Tabela 32). Portanto, a maioria dos entrevistados dispõem de água em suas residências, porém 72% deles têm a ligação sem relógio ou de forma irregular.

Dos 736 domicílios, 1,22% não contam com abastecimento de água potável, declarados pelos responsáveis de 8 domicílios na comunidade de Padre Hildon Bandeira, e em 1 domicílio em Tito Silva. Portanto, pode-se afirmar que o Complexo Beira Rio possui abastecimento de água. A comunidade de Padre Hildon foi a que mais declarou possuir ligação irregular.

Tabela 42 -Dados obtidos de cada comunidade em relação ao abastecimento de água através de pesquisa cadastral realizada.

Comunidade	Abastecimento de água						Total
	Rede Relógio individual	Rede Relógio Coletivo	Rede sem relógio	Ligação irregular	Sem abastecimento de água	NR/NS	
Brasília de Palha	1	0	0	1	0	0	2
Cafofo Liberdade	1	0	2	4	0	0	7
Miramar	7	7	0	0	0	0	14
Padre Hildon Bandeira	66	8	54	82	8	0	218
Santa Clara	10	1	36	31	0	1	79
São Rafael	30	19	104	54	0	4	211
Tito Silva	31	10	91	67	1	0	200
Vila Tambauzinho	5	0	0	0	0	0	5
Total	151	45	287	239	9	5	736
%	20,5	6,1	39,0	32,5	1,2	0,7	100

Fonte: Pesquisa cadastral, 2021/2022.

Os dados da pesquisa amostral apontam que dos 119 domicílios cadastrados, 72% contam com rede de abastecimento regular, com relógio medidor seja medidor individual, 68%, seja coletivo, 5%, outros 5% são abastecidos por meio de rede sem relógio medidor e 16% abastecem de forma irregular . Portanto, todos os entrevistados dispõem de água em suas residências.

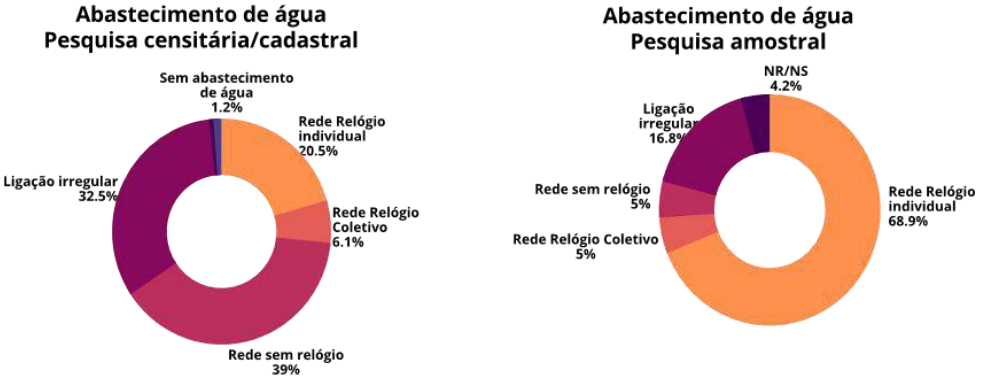


Figura 53 -Abastecimento de água - pesquisa censitária/cadastral e amostral.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022.

Os dados sobre armazenamento de água revelam que cerca de 89% ou 653 pessoas não armazenam água potável, acredita-se que isso aconteça devido a grande maioria ser abastecida por água, para os que armazenam, 6% ou 44 disseram guardar em tambor com tampa, 2,1% ou 16 em caixa d'água com tampa, 1,5% ou 11 em outros recipientes e menos de 1% para cada uma das 3 categorias restantes, tambor sem tampa, caixa d'água sem tampa e 1 pessoa não respondeu (ver tabela 41).

Tabela 43 -Dados obtidos de cada comunidade em relação a forma de armazenamento da água através de pesquisa cadastral realizada

Comunidade	Forma de armazenamento da água							Total
	Não armazena	Caixa d'água com tampa	Caixa d'água sem tampa	Tambor com tampa	Tambor sem tampa	Outros recipientes	NR/NS	
Brasília de Palha	0	2	0	0	0	0	0	2
Cafofo Liberdade	7	0	0	0	0	0	0	7
Miramar	12	0	0	2	0	0	0	14
Padre Hildon Bandeira	196	4	0	13	1	4	0	218
Santa Clara	72	2	1	2	1	0	1	79
São Rafael	179	2	0	22	3	5	0	211
Tito Silva	187	6	0	5	0	2	0	200
Vila Tambauzinho	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	653	16	1	44	5	11	1	731
%	89,3	2,1	0,13	6	0,6	1,5	0,13	100

Fonte: Pesquisa cadastral, 2021/2022.

Em relação a forma de armazenamento de água potável, os dados da pesquisa amostral seguem a mesma tendência da pesquisa censitária/cadastral, dos 119 entrevistados, 75% responderam que não armazenam, 11% usam tambor com tampa, 6,72% dos domicílios armazenam em caixa d'agua com tampa e 1,68% das pessoas não responderam.

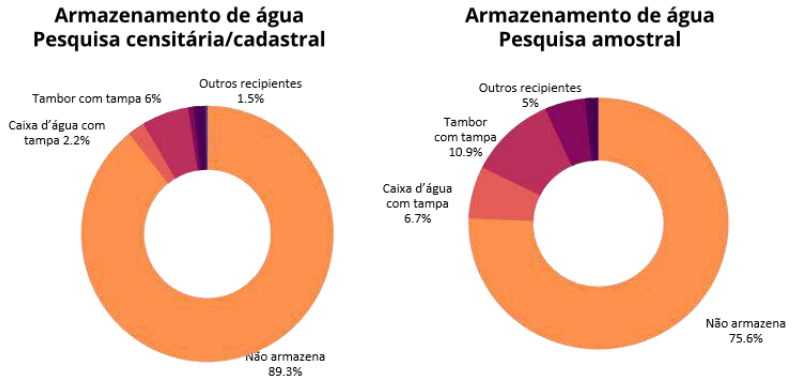


Figura 54 -Armazenamento de água - pesquisa censitária/cadastral e amostral
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022.

Tratamento de água

O dado sobre a forma de tratamento da água utilizado pelas famílias é preocupante, como se pode verificar a seguir, na Tabela 42, pois 505 cadastrados declararam não utilizarem qualquer tratamento da água, perfazendo um total de mais de 69% das famílias. As outras 122 famílias, declararam que usam filtros para o tratamento da água potável o que representa 1,6% ou 12 pessoas fervem a água que consomem, 93 famílias ou 12% utilizam outro tratamento (compram água mineral, utilizam outro produto ou água tratada da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba) e 4 não responderam a essa questão (menos de 1%). Na proporção entre número de entrevistados e quantidade de pessoas que declararam não utilizar tratamento, Santa Clara possui maior número, do total de 79 pessoas entrevistadas, 61 afirmaram não realizar nenhum tratamento.

.

Tabela 44 -Dados obtidos de cada comunidade em relação ao tratamento de água através de pesquisa cadastral realizada.

Comunidade	Tratamento de água					Total
	Ferve	Filtro	Outros	Sem tratamento	NR/NS	
Brasília de Palha	0	2	0	0	0	2
Cafofo Liberdade	1	1	1	4	0	7
Miramar	0	3	1	10	0	14
Padre Hildon Bandeira	2	43	35	138	0	218
Santa Clara	0	15	2	61	1	79
São Rafael	7	32	0	169	3	211
Tito Silva	2	26	54	118	0	200
Vila Tambauzinho	0	0	0	5	0	5
Total	12	122	93	505	4	736
%	1,6	16,6	12,6	68,6	0,6	100

Fonte: Pesquisa censitária/cadastral, 2022/2022.

Os dados sobre a forma de tratamento de água utilizado pelas famílias são preocupantes. Como se pode verificar a seguir, na Tabela 42, dos 114 cadastrados, 66% declararam não utilizar qualquer tratamento para a água, 28,94% das famílias declararam que usam filtros para o tratamento da água potável e 2,63% fervem a água que consomem.

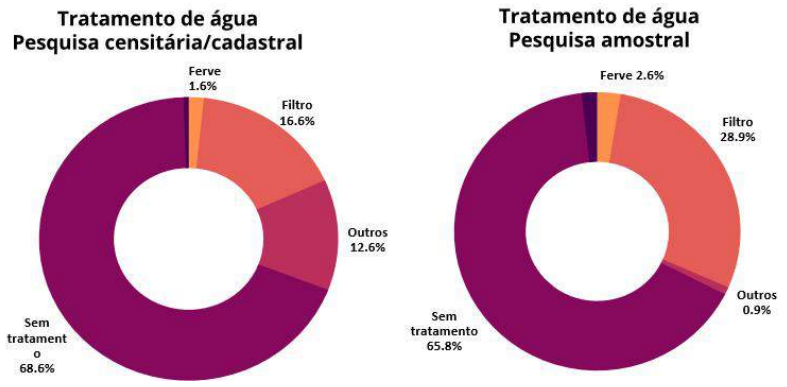


Figura 55 -Tratamento de água - pesquisa censitária/cadastral.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022.

Esgotamento sanitário

Os dados sobre a falta de esgotamento sanitário revelam que cerca de 66% ou 473 domicílios da área considerada de risco (pesquisa censitária/amostral), descartam de forma inadequada o esgoto sanitário, "direto no córrego", na rua ou por meio de fossa negra (Tabela 43).

Tabela 45 -Dados obtidos de cada comunidade em relação ao descarte de esgoto sanitário através de pesquisa cadastral realizada.

Comunidade	Descarte de esgoto sanitário								Total
	Ligação oficial rede pública	Ligação improvisada rede pública	Fossa séptica	Fossa negra	Direto no córrego	Direto na rua ou viela	Tubulação vai para o vizinho	NR/NS	
Brasília de Palha	1	1	0	0	0	1	0	0	2
Cafofo Liberdade	1	2	0	0	4	0	0	0	7
Miramar	2	0	0	0	10	2	0	0	14
Padre Hildon Bandeira	44	17	0	1	143	4	1	8	218
Santa Clara	37	9	1	0	26	1	0	5	79
São Rafael	19	11	3	5	167	1	1	4	211
Tito Silva	40	35	3	0	122	0	0	0	200
Vila Tambauzinho	3	1	0	0	1	0	0	0	5
Total	147	76	7	6	473	8	2	17	736

Fonte: Pesquisa cadastral, 2021/2022

.

Observa-se que apenas 30% dos domicílios descartam adequadamente o esgoto, sendo 20% por meio de ligação regular à rede pública; 10% têm ligação improvisada e 1% utiliza fossa séptica.

Os dados apresentados pela pesquisa amostral para esse tema são diferentes qundo comparados aos resultados obtidos pela pesquisa cadastral, onde é observado grande quantidade de domicílios sem esgotamento sanitário. Pode-se inferir que possivelmente tal diferença se explique pela localização das áreas de localização dos domicílios e a quantidade do público entrevistado, que para a pesquisa amostral foi menor.

As visitas "*in loco*" confirmam os dados obtidos em relação à falta de esgotamento sanitário adequado. Foi possível observar em alguns domicílios quintais com canos expostos, além de tubulações externas para a rua. Abaixo segue figuras da comunidade Tito Silva (foto 15) e da comunidade do Miramar sem esgotamento sanitário adequado (foto 16).

Foto 17 -Falta de esgotamento adequado na comunidade de Miramar.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima, 2022.

Foto 18 -Falta de esgotamento na comunidade Tito Silva.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima, 2022.

Na área consolidável (pesquisa amostral), 75% da amostra tem ligação oficial com a rede pública, e 5% apresentam ligação improvisada com a rede pública, para os que não possuem esgotamento, 7,56% o destino é direto para o córrego e 1,68% para a rua/viela, além disso, 10% das pessoas não responderam. Ou seja, apontam para um cenário distinto da pesquisa censitária/cadastral.

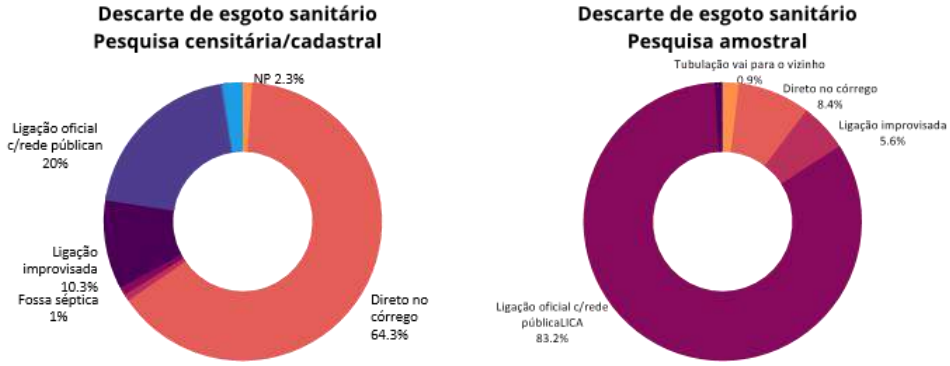


Figura 56 -Esgotamento sanitário - pesquisa censitária/cadastral.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022.

A partir desse levantamento a falta de tratamento da água para consumo e esgotamento sanitário são um dos problemas de maior relevância a serem abordados em atividades de educação ambiental e saúde pública dentro das comunidades analisadas, pois são um dos principais meios de transmissão de doenças. A exemplo dos dados coletados na área de risco, dos 736 entrevistados, 22% ou 48 pessoas disseram ter doenças que podem estar relacionadas com questões ambientais de poluição e falta de saneamento básico. Na área consolidável, essa mesma questão aponta para 27% da amostra. As doenças citadas foram: sinusite, asma, alergia, rinite alérgica, cansaço, hepatite e leptospirose.

Perfil das comunidades em relação ao saneamento ambiental

A seguir será apresentado um quadro resumo das informações de cada comunidade em relação ao saneamento ambiental.

Quadro 5 -Caracterização das comunidades do CBR em relação ao saneamento ambiental

Comunidades	Abastecimento de água	Armazenamento de água	Tratamento de água	Esgotamento sanitário
Padre Hildon	Na área demarcada como de risco, a comunidade dispõe de água potável para o seu consumo. Dos 218 domicílios, 30.3%, (66 domicílios) tem rede com relógio individual, 3,6% (8) apresentam rede com relógio coletivo,25% têm rede sem relógio, e 37,5% apresentam ligação irregular, e por fim 3,6%, (8 domicílios) não têm abastecimento. Na área consolidável, o resultado, neste quesito, foi que 34% do total da amostra contam com rede de abastecimento regular, com relógio medidor. Portanto, a maioria dos entrevistados dispõem de água em suas residências, porém mais de 62% deles têm ligação sem relógio ou de forma irregular.	Em relação a forma de armazenamento de água potável, 90% do universo da pesquisa censitária/amostral, responderam que não armazenam. Dos 22 que armazenam, 2%, usam caixa d'água com tampa, 6%, usam tambor com tampa e 2% dos domicílios usam tambor sem tampa ou outros recipientes. Na pesquisa amostral, a forma de armazenamento da água potável, quase 70% da amostra relataram que não armazenam 15,38% usam tambor com tampa e os outros 15,38% dos domicílios armazenam em outros recipientes.	Sobre os dados em relação ao tratamento de água utilizado pelas famílias, mais de 64% dos respondentes da pesquisa censitária/cadastral declararam não praticar qualquer tratamento da água que consomem. Apenas 21% informaram que tratam a água, sendo que 20% usam filtros e 1% ferva a água. Ainda, 16% informaram que utilizam outra forma de tratamento da água. Na área consolidada, apenas 38,46% informaram que tratam a água, sendo que 30,76% usam filtros e 7,69% fervem a água. Os demais, 61,53% não fazem nenhum tratamento na água que consomem.	Em parte da comunidade considerada de risco, os resultados revelam que 68% dos domicílios estão sem esgotamento, sendo que destes, 66% descartam o esgoto sanitário "direto no córrego", 2% "direto na rua ou viela", os demais domicílios ou 1%, dispõem de "fossa negra" e o outro a "tubulação vai para o vizinho". Portanto, apenas 28% dos domicílios descartam adequadamente o esgoto, sendo 20% por meio de ligação regular à rede pública e 8% têm ligação improvisada. Os resultados da área consolidável indicam um cenário distinto, que 84,61% dos domicílios descartam o esgoto adequadamente por meio de ligação regular à rede pública e 15,38% das habitações têm ligação improvisada.
Cafofo Liberdade	O resultado da pesquisa censitária/cadastral mostra que apenas 14,28% ou 1 domicílio conta com rede de abastecimento regular, com relógio medidor; 28,57% são abastecidos por meio de rede sem relógio medidor e os demais, 4 (quatro) domicílios, 57% do total,	Quanto à forma de armazenamento, 100% dos entrevistados disseram não armazenar água potável nem na área de risco, nem na área consolidada.	Os dados da pesquisa censitária/amostral, apenas 28,57% dos respondentes informaram que tratam a água, sendo que 14% destes, usam filtro e os demais fervem a água. Uma família informou que utiliza galão de água mineral e que por isso dispensa o	Assim como nas demais comunidades do CBR, os dados da área de risco (pesquisa censitária/cadastral) apresentam que quase 86% do total dos domicílios não têm esgotamento, sendo que 58% descartam o esgoto sanitário "direto no córrego"; 29%

Comunidades	Abastecimento de água	Armazenamento de água	Tratamento de água	Esgotamento sanitário
	são abastecidos por ligação irregular. Os dados sobre o abastecimento de água da pesquisa amostral apontam para um cenário semelhante, do total do universo apenas 16.66% dos domicílios contam com rede de abastecimento regular, com relógio individual e os demais 83,33% são abastecidos por ligação irregular.		tratamento. Na pesquisa amostral nenhum respondente disse fazer tratamento de água para consumo.	têm "ligação improvisada na rede pública" e apenas 14% conta com "ligação oficial na rede pública". O cenário apresentado pela pesquisa amostral mostra que 50% dos domicílios têm "ligação improvisada na rede pública" e os outros 50% dos domicílios contam com "ligação oficial na rede pública".
Brasília de Palha	Para esta comunidade, apenas duas pessoas foram entrevistadas, pois eram as únicas em área de risco. O resultado para abastecimento de água foi que 50% ou 1 domicílio é abastecido por meio de rede pública com relógio medidor e os outros 50% contam com ligação irregular. Os dados coletados na pesquisa amostral apontam para 83,33% dos domicílios são abastecidos por meio de rede pública com relógio individual, 8,33% com ligação irregular na rede de abastecimento e outros 8,33% não sabem ou não responderam.	Quanto à forma de armazenamento de água potável, os respondentes declararam que utilizam caixa d'água com tampa na área de risco. Na área consolidável 66% não armazenam, 8,33% utilizam caixa d'água com tampa, outro armazena em outros recipientes e 16,66% usam caixa d'agua com tampa.	100% declararam que usam filtros na área de risco. Já na consolidável, 66% dos entrevistados declararam não praticar qualquer tratamento da água que consomem. 41,66% informaram que tratam a água, sendo que 23,7% usam filtros e 8,33% outro tratamento. .	Quanto ao esgotamento sanitário, os respondentes da pesquisa censitária/cadastral contam com a rede pública sendo um domicílio a ligação é oficial e o outro é ligação improvisada. Os respondentes da pesquisa amostral afirmaram que 91,66% ter ligação oficial com a rede pública e 8,33% não souberam ou não responderam.
Tito Silva	Em relação à questão de abastecimento de água, parte da comunidade localizada na área de risco dispõe de água potável para o seu consumo. Do universo de respondentes 15% apresentam Rede com relógio individual, 5% rede com relógio coletivo; 20% com rede de abastecimento regular; 46% são	Como dispõe de água para o consumo, a maior parte do universo de respondentes das duas pesquisas aplicadas na comunidade não armazenam água. Na pesquisa censitária/ cadastral 93% responderam que não armazenam, 3% ou 6 pessoas usam caixa d'água com tampa, 3% ou 6	Os dados sobre a ausência de tratamento de água pelas famílias respondentes da pesquisa censitária/cadastral são relevantes, pois 59% dos entrevistados declararam não utilizar qualquer tratamento para água consumida, para os demais, 41% famílias informaram que tratam a água,	Os dados revelam que 61% dos domicílios na área de risco descartam o esgoto sanitário "direto no córrego". Apenas 39% dos domicílios, descartam adequadamente o esgoto, sendo 20%, 40 domicílios, por meio de ligação regular à rede pública; 17%, 35 unidades habitacionais, têm

Comunidades	Abastecimento de água	Armazenamento de água	Tratamento de água	Esgotamento sanitário
	abastecidos por meio de rede sem relógio medidor; 33% abastecem de forma irregular e menos de 1% não tem rede de abastecimento de água. A parte da comunidade considerada área consolidável, dispõe de água potável para o seu consumo, 36% apresentam rede com relógio individual e 63% abastecem de forma irregular.	famílias usam tambor com tampa e os 2 domicílios ou 1% restante usa outros recipientes não especificados. No universo dos respondentes da área consolidável 54% responderam que não armazenam, 9% usam caixa d'água com tampa e 36% usam tambor com tampa.	sendo que 13% usam filtros, 1% ferve a água e 27% informaram que utilizam outra forma de tratamento de água. Na pesquisa amostral , 54% declararam não praticar qualquer tratamento da água utilizada, 45% das famílias informaram que tratam a água, sendo que 27% usam filtros e 18% fervem a água.	ligação improvisada e 2%, 3 moradias, utilizam fossa séptica. Na área consolidável, os dados revelam que 27% descartam o esgoto sanitário "direto no córrego", 54% das moradias, descartam adequadamente o esgoto por meio de ligação regular à rede pública, 9% disseram que seu esgoto vai para a tubulação do vizinho e 9% não responderam.
Miramar	Para esta comunidade, na área de risco, 100% dos respondentes declaram contar com rede de abastecimento regular, com relógio medidor, seja individual (50% ou 7 domicílios), seja coletivo (50%).	Seguindo a dinâmica das outras comunidades, a maior parte dos respondentes moradores na área de risco, responderam que não armazenam água (85%) e apenas 15% usam tambor com tampa.	O dado sobre a maneira de tratar a água, em sua maioria os respondentes afirmaram não tratar a água, 72% deles na pesquisa censitária/cadastral e 66% na pesquisa amostral. Dos que tratam, os respondentes da pesquisa censitária 21% informaram que tratam a água por meio de filtro, e 7% compram água mineral. Na amostral, 66% dos 24 entrevistados declararam não utilizar qualquer tratamento de água e 33% informaram que tratam a água por meio de filtro.	Na área de risco, os dados revelam que 86% dos domicílios não tem esgotamento sanitário, sendo que 71%, descartam o esgoto sanitário "direto no córrego"; 14%, "direto na rua ou viela" e outros 14% dos domicílios descartam adequadamente o esgoto, por meio de ligação oficial à rede pública. Na amostra da área consolidável o cenário é diferente, os dados indicam que 8,33% dos domicílios, descartam o esgoto sanitário "direto na rua ou viela", 4,16% não responderam e a grande maioria, 87,5% dos domicílios, descartam adequadamente o esgoto, por meio de ligação oficial à rede pública.
Vila Tambauzinho	Em Vila Tambauzinho, 100% dos respondentes afirmaram que dispõem de boas condições, sendo abastecidas por meio da rede pública, com relógio medidor individual.	Quanto à forma de armazenamento de água potável, 80% não armazenam, e 20% armazenam em tambor com tampa.	Quanto à forma de tratamento da água utilizada pelas famílias, a pesquisa não apresentou respostas, pois essa comunidade foi piloto da aplicação, e essa pergunta só foi inserida após a realização desse	Os dados revelam que 80% ou 4 domicílios na área de risco, descartam o esgoto por meio de ligação com a rede pública, embora 60% tenha a ligação oficial e 20% ligação improvisada. Todavia, ainda

Comunidades	Abastecimento de água	Armazenamento de água	Tratamento de água	Esgotamento sanitário
	Do universo da amostra na área consolidável, 60% das habitações são abastecidas por meio da rede pública, com relógio medidor individual, 20% com rede pública com relógio coletivo e os outros 20% rede sem relógio.		cadastro experimental.	existe 20% que descartam o seu esgoto diretamente no córrego. Na área consolidável a amostra apontou que 100 %, descartam seu esgoto a partir de ligação com a rede pública oficial.
São Rafael	Os resultados sobre abastecimento de água da pesquisa censitária/cadastral mostram que , 24% dos domicílios contam com rede de abastecimento regular, com relógio medidor, seja individual seja coletivo; 50% dos domicílios são abastecidos por meio de rede sem relógio medidor e 25% usam de forma irregular e menos de 2% não responderam. A maioria dos domicílios dispõe de ligação em rede, para o abastecimento de água potável, como visto anteriormente, mais de 50% deles têm a ligação sem relógio ou de forma irregular. Dos respondentes da pesquisa amostral, 65% relataram contar com rede de abastecimento regular com relógio medidor, 60% individual e 5% coletivo. Além disso, 17% são abastecidos por meio de rede sem relógio medidor e 13% são abastecidos de forma irregular.	Sobre o armazenamento de água potável, 85% dos entrevistados na pesquisa censitária/cadastral responderam que não armazenam água, 10% usam tambor com tampa, 2% domicílios outros recipientes, 1,5% tambor sem tampa e menos de 1% caixa d'água com tampa. Quanto a forma de armazenamento da água potável, os dados da pesquisa amostral apontam para 86% não armazenam, 4,34% utilizam caixa d'água com tampa e 8,69% tambor com tampa.	O dado sobre a forma de tratamento da água utilizado pelas famílias é relevante, 81% dos entrevistados na área de risco declararam não praticar qualquer tratamento da água que consomem. Apenas 19% informaram que tratam a água, sendo que 15% usam filtros e 3% fervem a água. O cenário baseado nas respostas da pesquisa amostral é preocupante, pois 21% dos entrevistados, declararam não realizar qualquer tratamento da água que consomem, apenas 30,43% das pessoas informaram que tratam a água usando filtro e 3,34% das pessoas não responderam.	Para esse tema a pesquisa censitária/cadastral são apresentados os seguintes dados: 84% dos domicílios não tem esgotamento sanitário adequado, sendo que 80% dos domicílios descartam o esgoto sanitário "direto no córrego", cerca de 2% das habitações dispõem de fossa negra; 1% "direto na rua ou viela" e 1% a "tubulação vai para o vizinho. Apenas 15% dos domicílios descartam adequadamente o esgoto, sendo 9% das habitações por meio de ligação regular à rede pública; 5%, das moradias têm ligação improvisada e 1%, utilizam a fossa séptica. Sobre este item são apresentados os seguintes dados na pesquisa amostral: 22%, descartam o esgoto sanitário "direto no córrego", 56% descartam adequadamente sendo 52,17% das habitações por meio de ligação regular à rede pública, 4,23% com ligação improvisada com a rede pública e 21,73% não responderam.

Comunidades	Abastecimento de água	Armazenamento de água	Tratamento de água	Esgotamento sanitário
Santa Clara	Em relação à questão do abastecimento de água, é importante destacar como a comunidade dispõe de água potável para o seu consumo. Dos 79 domicílios cadastrados na pesquisa censitária, 14% das moradias contam com rede de abastecimento regular, com relógio medidor, seja medidor individual 13%), seja coletivo (1%); 46% são abastecidos por meio de rede sem relógio medidor, e cerca de 40% abastecem de forma irregular. Deste modo, a maioria dos entrevistados dispõem de água em suas residências, porém 86% deles têm a ligação sem relógio ou de forma irregular. O mesmo cenário se apresenta com os dados da pesquisa amostral, do total de respondentes afirmaram que 84% das moradias contam com rede de abastecimento regular, com relógio medidor, 4% de ligação irregular, 4 % de rede sem relógio e 8% não souberam ou não responderam.	Sobre o armazenamento da água potável, 91% dos respondentes da pesquisa censitária/cadastral afirmaram que não armazenam água, 3% usam tambor com tampa, 3% usam caixa d'água com tampa, e 1%, usa caixa d'água sem tampa e a outra tambor sem tampa. Já os respondentes da pesquisa amostral, 80% afirmaram que não armazenam, 8% usam caixa d'água com tampa, outros 8% recipientes e 4% não souberam informar ou não responderam.	O dado sobre a maneira de tratar a água utilizado pelas famílias é relevante, pois 78% das famílias entrevistadas na área de risco, declararam não fazerem uso de qualquer tratamento da água. As outras, 19% das famílias, informaram que usam filtros para o tratamento da água potável. Na área consolidada foram coletados os seguintes dados amostrais: 64% dos entrevistados declararam não praticar qualquer tratamento da água que consomem, apenas 32% das pessoas informaram que tratam a água usando filtro e 4% das pessoas não responderam	Quanto à falta de esgotamento sanitário adequado na comunidade de Santa Clara, os dados revelam que cerca de 35% dos domicílios descartam o esgoto sanitário "direto no córrego" ou na rua. Todavia, 60% dos domicílios descartam adequadamente o esgoto, sendo 47%, por meio de ligação regular à rede pública; 11% dos domicílios têm ligação improvisada e 1% utiliza fossa séptica. Os dados na área consolidável são mais positivos, cerca de 80% dos domicílios descartam por meio de ligação regular à rede pública, 4% das pessoas disseram descartar o esgoto sanitário "direto no córrego", e 16% das pessoas não sabem ou não responderam.

Fonte: Pesquisas censitária/cadastral e amostral, 2022.

4.4.3. Melhorias Habitacionais, salubridade e habitabilidade

O programa João Pessoa Sustentável prevê o tema das Melhorias Habitacionais para as edificações que não serão relocalizadas, mas que necessitam de intervenções pontuais, visando a garantia da qualidade, salubridade e habitabilidade dessas edificações. Esta frente de trabalho é subdivida em duas ações: a regularização fundiária através da ação municipal de entrega de títulos de propriedade e a promoção da reforma do imóvel. Esta última, uma decisão familiar, mas que deve ser fomentada pelo poder público municipal através da oferta à assistência técnica construtiva gratuita (conforme estabelecido na Lei da Assistência Técnica - Lei 11.888/08), incorporação desses moradores aos programas habitacionais e linhas de créditos dos governos federal, estadual e municipal ou microcrédito concedidos por organizações privadas e da sociedade civil.

Como forma de mensurar a necessidade da melhoria habitacional no CBR foi tomado como referência o conceito de inadequação domiciliar da Fundação João Pinheiro - FJP. Segundo essa instituição, a inadequação de uma moradia pode ser caracterizada pela inadequação de infraestrutura urbana e pela inadequação edilícia. No caso do CBR, a inadequação de infraestrutura será erradicada através das obras de urbanização e da relocação das moradias em áreas de risco para o conjunto habitacional, por isso não será objeto de análise deste item do documento. Para análise da inadequação edilícia encontrada no CBR, serão avaliados os seguintes componentes elencados pela FJP: inexistência de banheiro exclusivo, armazenamento de água inadequado e piso inadequado. Além desses componentes trazermos outros dados oriundos do instrumental da pesquisa censitária/cadastral e da pesquisa amostral. São eles: inexistência de cozinha, existência e tipo de revestimento externo e interno do domicílio e problemas existentes na estrutura da casa. Isto posto, agrupamos os componentes de análise em três grupos:

- Existência de banheiro e cozinha - que aponta para necessidade de construção e acréscimo de cómodos e/ou módulos sanitários à casa.
- Armazenamento da água - aponta para a necessidade de compra de reservatórios, caixas d'águas ou cisternas, para o armazenamento adequado da água e combate às doenças hídricas.
- Tipo de revestimento (paredes externas e internas e piso) existente nos imóveis - indicará a necessidade de investimento de materiais para melhor conforto ambiental e salubridade da edificação.
- Problemas com a estrutura da casa - elencados aqui os problemas com goteiras, infiltrações e no alicerce da casa. Que apontaram para a necessidade de reformas mais estruturais nas edificações.

A análise abrange tanto na área consolidada como na área considerada de risco (cenário 1).

Existência de banheiro e cozinha

Para caracterizar as condições da moradia, considera-se como um dos pontos relevantes a existência ou não de cozinha e de banheiro e em que situação. Conforme mostra o gráfico 57, a grande maioria das moradias que fazem parte desse levantamento dispõe de cozinha interna, mais de 90%. Apenas 8,4% da pesquisa censitária/cadastral e 5% da amostral não tem cozinhas, os domicílios têm cozinha externa que ficou abaixo de 1%, segundo os entrevistados. Esses dois últimos dados foram constatados nas comunidades de Padre Hildon Bandeira, Santa Clara, São Rafael e Tito Silva.

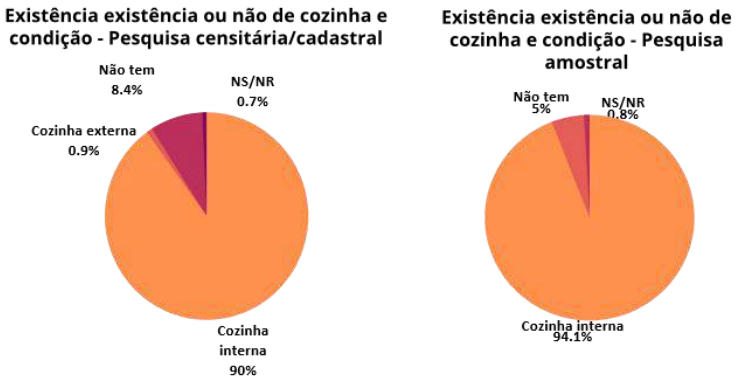


Figura 57 -Existência existência ou não de cozinha e condição dos domicílios do CBR.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Foi levantado a existência ou não de banheiro e sua localização (interna ou externa ao domicílio). Como pode ser verificado na Gráfico 58, o resultado neste quesito foi positivo, considerando que nas duas pesquisas a grande maioria das moradias possuem banheiro interno (mais de 94%). A existência de banheiro, porém externo a casa, ficou abaixo de 3% do total e está presente nas comunidades de Miramar, Padre Hildon , São Rafael, Santa Clara e Tito Silva. Já a inexistência de banheiro teve um percentual abaixo de 2,5% e foi constatado em Padre Hildon, São Rafael. Santa Clara e Tito Silva.

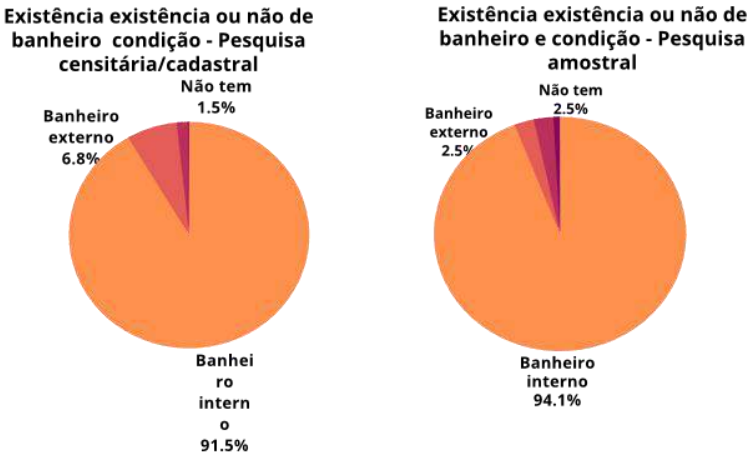


Figura 58 - Condição da existência do banheiro nos domicílios do CBR.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Armazenamento da água

Como já relatado anteriormente, grande maioria dos domicílios contam com rede de abastecimento regular, independente de possuir ou não relógios com medidores ou de forma irregular, conforme declararam os responsáveis pelas famílias entrevistadas. Esse cenário tem efeito nos dados sobre a forma de armazenamento da água, pouco mais de 7% das famílias participantes da pesquisa censitária/cadastral utilizam algum recipiente para o armazenamento de água.

Já na pesquisa amostral, o cenário é um pouco modificado, mesmo seguindo a tendência de grande parte da família não armazenar água (75,8%), os que armazenam chegam a mais de 20%. Esse dado, aponta a necessidade da compra de recipientes adequados para o armazenamento até a estabilização da regularidade do abastecimento. Além da precisão de uma ação de educação ambiental, uma vez que a água é, sem dúvida, o principal veículo de transmissão de doenças, como mencionado.

Tipo de revestimento

As construções nas comunidades do CBR são, em sua grande maioria, em alvenaria. Na pesquisa censitária/cadastral 53% das construções são em alvenaria com revestimento, 38% dessas com revestimento na fachada e laterais. As edificações em alvenaria e sem revestimento (38% do total) estão presentes nas comunidades de Miramar, Padre Hildon Bandeira, Santa Clara, São Rafael e Tito Silva. As casas construídas com madeira, misto e outros tipos de materiais somam menos de 2% do total e foram identificadas nas comunidades de São Rafael e Santa Clara.

Na área do CBR onde foi aplicada a pesquisa amostral, o percentual de construções em alvenaria com revestimento segue a mesma tendência, mais de 79% da amostra. Construções com alvenaria sem revestimento representam 19,3% e outros tipos de materiais não foram encontrados em nenhuma das comunidades. O que reforça a caracterização de consolidação dessa parte das comunidades.

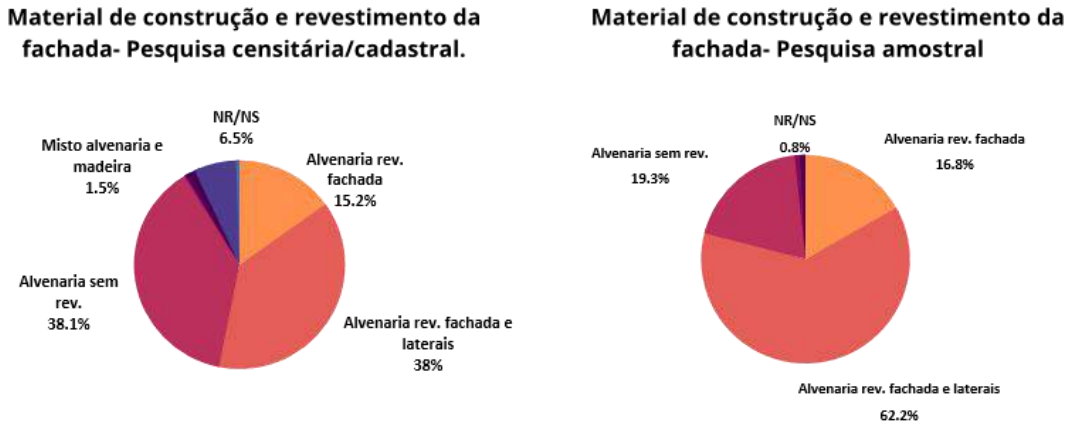


Figura 59 -Material de construção das casas d*o CBR.*
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

À vista disso, conclui-se que as comunidades do CBR possuem um padrão construtivo razoável, em sua maioria. Como pode ser observado na figura abaixo, os resultados da pesquisa censitária/cadastral, cerca de 90% do total, apresentam paredes internas revestidas, seja com reboco e pintura (80%), ladrilhos ou cerâmica (3%), misto (6%) ou outro (1%). Da amostra coletada esse percentual chega a 100%.

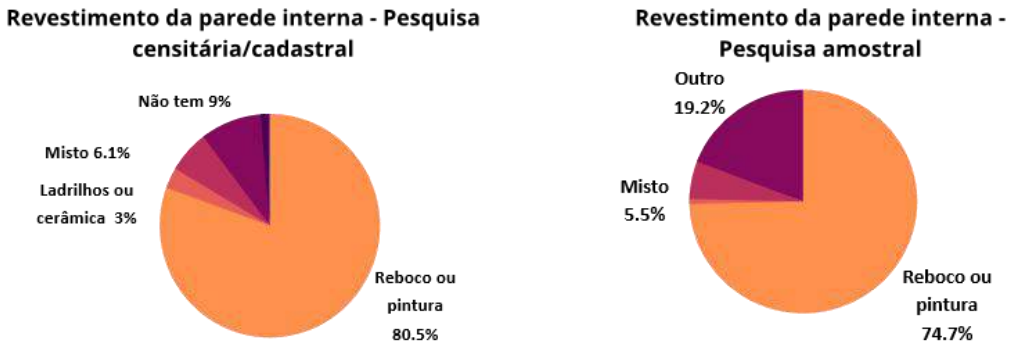


Figura 60 -Tipo de revestimento das paredes internas das casas.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

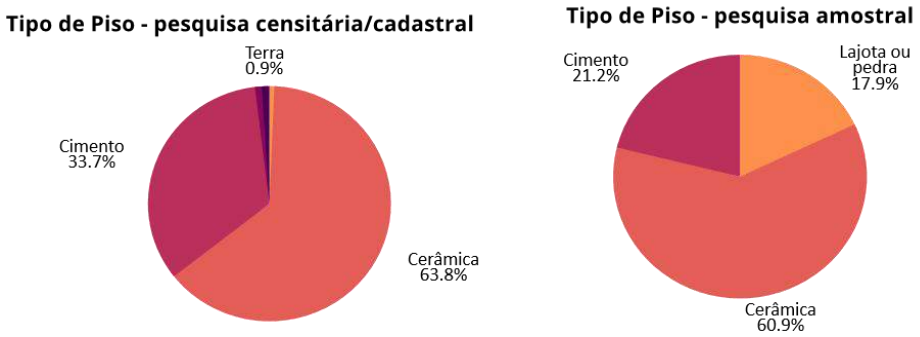


Figura 61 -Tipo de piso.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Em relação ao tipo de revestimento dos pisos dos domicílios, menos de 1% dos domicílios na pesquisa amostral não tem piso revestido. Estes estão nas comunidades de São Rafael, Tito Silva e Santa Clara. Na pesquisa amostral, os resultados ainda são mais positivos, nenhum domicílio tem piso revestido.

Problemas com a estrutura da casa

Com relação à construção dos imóveis, a maior parte dos entrevistados responderam que seus domicílios não apresentam problema. Porém, foram detectados problemas no alicerce, rachaduras e goteiras. Na pesquisa censitária/cadastral 10,2% dos entrevistados afirmaram que suas casas possuem problemas no alicerce, relatos dos moradores das comunidades de Padre Hildon, Santa Clara, São Rafael e Tito Silva. Na Pesquisa censitária/cadastral o percentual foi de 35,9% dos imóveis na área consolidada, apesar de ser um indicativo por ser resultado de uma pesquisa amostral, esse dado lança um alerta e necessidade de avaliação em edificações encontradas nas comunidades de Brasília de Palha.

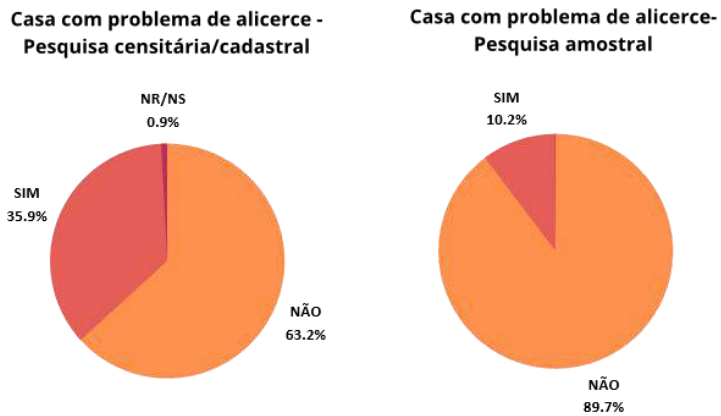


Figura 62 -Problemas de alicerces.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Problemas com rachaduras foram relatadas em todas as comunidades, representa 42,9% da pesquisa censitária/cadastral e 23,9% da amostral, situações como essas devem servir de alerta para necessidade não só de uma linha de crédito ou subsídios para reforma, mas também para o acompanhamento da defesa civil municipal principalmente no momento da execução das obras.

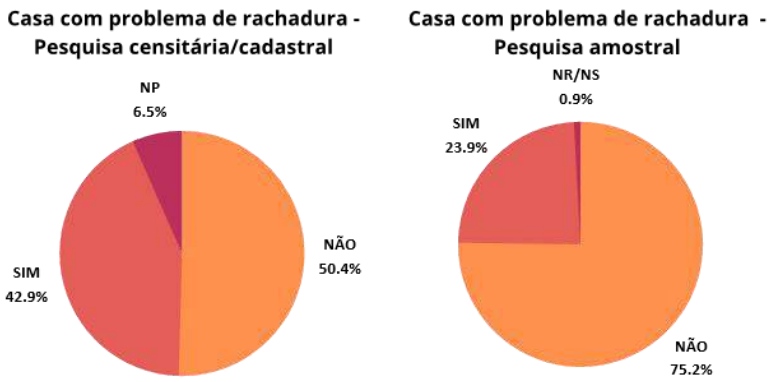


Figura 63 -Problemas *rachaduras nas casas.*
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Da mesma forma que as rachaduras, foram constatados problemas com goteiras e infiltração em todas as comunidades, o que implica na demanda de reforma de telhados em todas as comunidades do CBR.

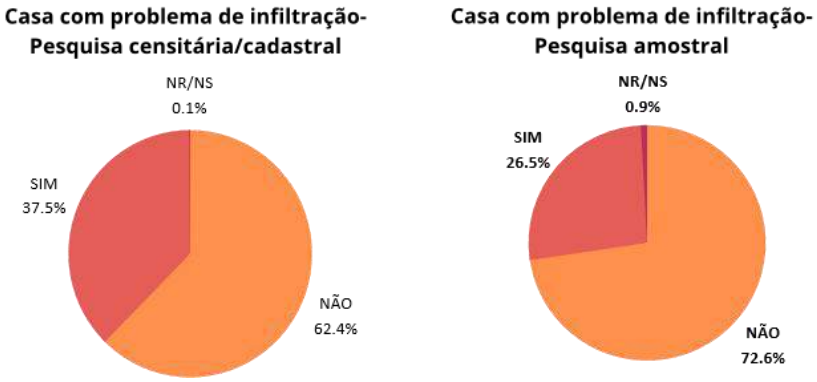


Figura 64 -Problemas *de goteiras*
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

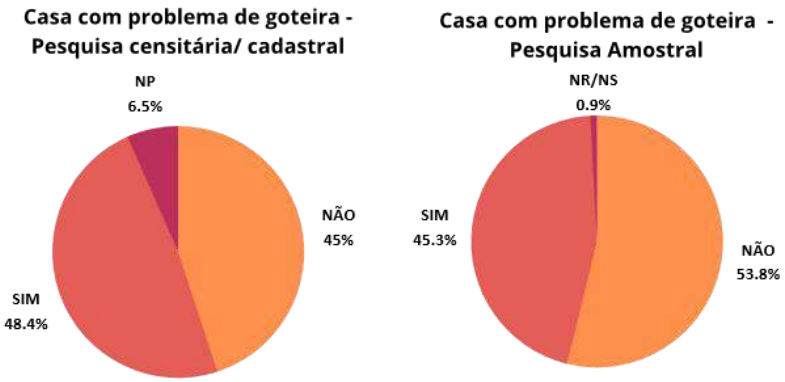


Figura 65 -Problemas de goteira
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA

Diante desse cenário, constatamos a necessidade do estudo de ações para melhorias habitacionais nas oito comunidades do CBR. Abaixo apresentamos indicativos de ações de melhoria habitacional para cada comunidade.

Quadro 6 - Indicativo de ação de melhoria habitacional nas comunidades do CBR

Comunidade	Indicativo de ação de melhoria habitacional					
	Novo banheiro contíguo adaptável	Nova cozinha contígua ou adaptação de um cômodo ao uso	Revestimento e pintura externa	Revestimento e pintura interno	Reforma da Cobertura	Reforma estrutural (rachaduras e problemas no alicerce).
Brasília de Palha					X	X
Cafofo/Liberdade			X		X	
Miramar	X		X		X	
Padre Hildon Bandeira	X	X	X		X	X
Santa Clara	X	X	X	X	X	X
São Rafael	X	X	X	X	X	X
Tito Silva	X	X	X	X	X	X
Vila Tambauzinho					X	

Na Paraíba há programas e projetos de melhorias habitacionais desenvolvidos, como por exemplo o programa de assistência técnica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Programa Cuidar do Lar da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Além dessas iniciativas, faz parte do processo de elaboração do PDT a busca por outras iniciativas e arranjos possíveis para suprir a demanda identificada nesse diagnóstico.

4.5. Caracterização econômica do CBR

O Brasil vem experimentando nos últimos meses a retomada de sua economia a partir do aumento da população economicamente ocupada e consequente redução do desemprego. De acordo com o último levantamento da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), no mês de abril de 2022 a taxa de desocupação da População Economicamente Ativa (PEA) ficou em 9,5%, número significativamente menor do que a medida no mesmo período de 2021 – 14,4%.

O cenário de melhora na economia deve ser observado cautelosamente devido ao crescimento da inflação. De acordo com IPEA, em revisão realizada em 30 de junho de 2022, a expectativa, a partir do Índice de Preços Gerais ao Consumidor (IPCA), é que o país feche o ano de 2022 com 6,6% de inflação.

Além da corrosão do poder de compra do trabalhador outro elemento que deve ser destacado ao se observar o crescimento da população economicamente ocupada diz respeito ao perfil das vagas geradas:

> Mesmo diante desta melhora mais expressiva nos últimos meses, o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta uma série de desafios a serem superados. Não obstante ao fato de que o país ainda possui um contingente de aproximadamente 11 milhões de desempregados, é preciso salientar que, apesar da recuperação mais forte do emprego formal, a maior parte das novas vagas ainda está sendo gerada

nos segmentos informais da economia. No último trimestre móvel, encerrado em abril de 2022, segundo a PNAD Contínua, enquanto o montante de trabalhadores com carteira avançou 11,6%, na comparação interanual, o contingente de ocupados sem carteira cresceu 20,8%. (IPEA, 2022. Pg. 2).

De acordo com dados do PNAD em 2021 a Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) possuía aproximadamente 588 mil pessoas economicamente ativas. Deste montante cerca de 18% estavam desempregadas, 47% possuíam formas de trabalho protegidas e 35% formas de trabalho não protegidas. Por trabalho protegido compreende-se os empregados com carteira assinada, trabalhadores por conta própria com previdência, funcionários públicos e empregadores. Já por trabalho não protegido compreende-se os trabalhadores sem carteira e os demais trabalhadores por conta própria sem previdência social. (KRAYCHETE, 2022).

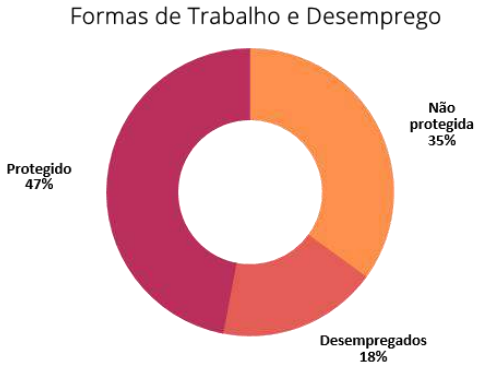


Gráfico 6 - Formas de Trabalho e Desemprego RMJP - 2021
Fonte: Kraychete (2022)

O trabalho protegido corresponde a menos da metade da PEA sendo a soma dos desempregados e dos trabalhadores sem proteção equivalente a 53% na RMJP. Entre a população ocupada (Total da PEA menos os desempregados) a RMJP possuía em 2021 aproximadamente 136 mil ocupações, cerca 28% do total, composto por trabalhadores da economia dos setores populares. A estimação dos trabalhadores da economia popular, a partir dos dados do PNAD, leva em conta o trabalhador "ocupado por conta própria" excluindo desse conjunto de atividades o segmento que agrupa profissionais liberais. (KRAYCHETE, 2021).

Os trabalhadores da economia dos setores populares na RMJP de maneira geral possuem renda inferior ao conjunto da população ocupada. Os dados de 2021 apontam que 67% dos trabalhadores envolvidos neste setor ganhavam até um salário-mínimo e mais de 90% desses trabalhadores não recebiam mais que dois salários-mínimos.

A tabela abaixo apresenta a faixa de renda da população ocupada e dos trabalhadores da economia dos setores populares para o RMJP em 2021.

Tabela 46 - Faixa de Renda População ocupada e Trabalhador da Economia Popular - 2021

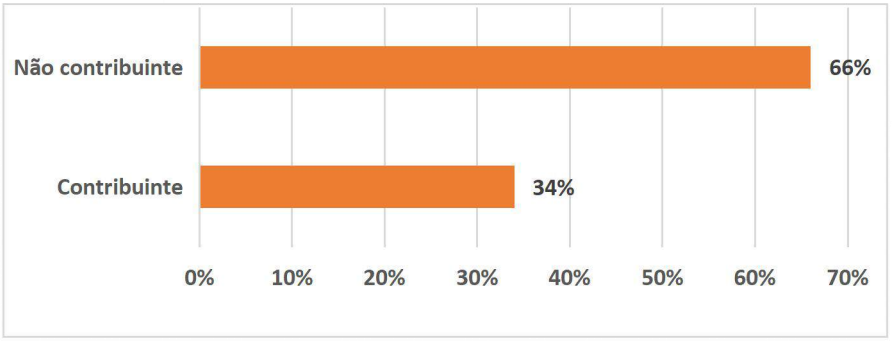
Faixa de renda em Salário-Mínimo	População Ocupada RMJP	Trabalhadores da Economia Popular RMJP
Até 1/2	13,70%	31,05%
1/2 ⊣ 1	36,85%	36,03%
1 ⊣ 2	30,11%	24,75%
2 ⊣ 3	7,07%	3,59%
3 ⊣ 5	6,41%	3,08%

5 ⊣ 10	3,21%	0,99%
Acima de 10	2,65%	0,51%
Total	**100%**	**100%**

Fonte: Kraychete (2022)

Os trabalhadores da economia dos setores populares na RMJP majoritariamente (66%) não contribuem para a Previdência Social experimentando em seu cotidiano de trabalho insegurança constante ligadas a possíveis interrupções de suas atividades.

Gráfico 7 - Trabalhador da economia popular por contribuição para a previdência social RMJP 2021.



Fonte: Kraychete (2022)

O presente olhar sobre o setor da economia popular na RMJP permite situar a economia do Complexo Beira Rio a inserindo em contexto mais amplo. A seção passa agora a analisar a economia do setor popular nas oito comunidades.

A pesquisa censitária/cadastral aponta a presença de 787 famílias na área de risco. O levantamento amostral permite-nos inferir que a área consolidável possui 1190 famílias. Dessa forma as oito áreas que compõem o Complexo Beira Rio possuem um total estimado de 1977 famílias.

A grande maioria (66%) dos domicílios em toda comunidade são as mulheres as principais responsáveis. A tabela abaixo apresenta para área de risco quantidade de domicílios e as chefias discriminadas por gênero.

Tabela 47 - Principal responsável pela família por gênero na área de risco do CBR

Comunidade	Domicílios Chefia Mulheres	Domicílios Chefia Homens	Total de Domicílio
Brasília de Palha	0	2	2
Cafofo Liberdade	2	5	7
Miramar	10	8	18
Padre Hilton Bandeira	168	63	231
Santa Clara	49	36	85
São Rafael	138	86	224
Tito Silva	150	63	213
Vila Tambauzinho	3	4	2
Total	**520**	**267**	**787**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022

A pesquisa amostral não nos permite a exata quantificação do universo de domicílios chefiados por mulheres, no entanto, os dados possibilitam inferir que o mesmo padrão da área cadastral

provavelmente é seguido, pois as entrevistas da área consolidável apontam que 76% dos domicílios as mulheres são as principais responsáveis.

A pesquisa censitária/cadastral indica que aproximadamente 59% dos principais responsáveis estavam ocupados, estando os demais responsáveis pelos domicílios à procura de trabalho ou tendo desistido da procura.

Tabela 48 - Principal responsável - ocupação e desemprego no CBR

Comunidade	Chefes Ocupados	Chefes procurando emprego	Chefes desempregado e sem procura por emprego	Total de domicílios
Brasília de Palha	2	0	0	2
Cafofo Liberdade	7	0	0	7
Miramar	11	0	7	18
Padre Hilton Bandeira	148	57	26	231
Santa Clara	44	30	11	85
São Rafael	131	73	20	224
Tito Silva	112	81	20	213
Vila Tambauzinho	7	0	0	7
Total	462	241	84	787

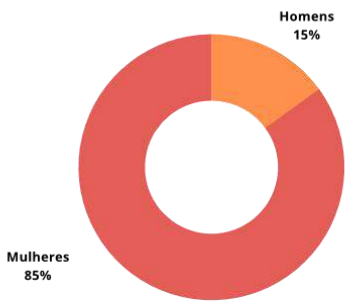
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. 2022

No que diz respeito a área consolidável os dados indicam que a condição de ocupação, observada se mantém. Entre os principais responsáveis da área amostral, 57% estavam ocupados. Tais dados precisam ser analisados com cautela por se tratar de uma amostra do universo, no entanto, podem indicar que o mesmo padrão de desocupação se observa no conjunto das áreas podendo haver pouca diferença entre as áreas de risco (cadastrada) e consolidável (amostral).

É necessário especial atenção para os lares que são chefiados por pessoas desocupadas. Conforme apontando anteriormente, mulheres chefiam 66% dos domicílios da área cadastral do Complexo Beira Rio (520 entre os 787 existentes). No entanto, ao se observar os domicílios onde o chefe familiar está desocupado, a participação feminina é de 85%. Para área consolidável padrão muito semelhante é encontrado ao se observar os domicílios com chefes desocupados a participação dos lares liderados por mulheres é de 87%.

Os dados acima provavelmente indicam a interação, nas comunidades do Complexo Beira Rio, de padrão onde cabe às mulheres, mesmo quando reconhecidas como principais responsáveis, o papel de cuidado com as atividades domésticas.

Gráfico 8 - Principais responsáveis desocupados por gênero



Fonte: Consórcio DEMACAMP/ÂNIMA - Pesquisa censitária/cadastral.

Além dos chefes de família, outras 378 pessoas residentes nos domicílios (familiares do responsável principal) foram declaradas como ocupadas nas comunidades que compõe o Complexo Beira Rio. A tabela abaixo descreve por área e sexo esse contingente.

Tabela 49 - Familiares do responsável principal ocupados.

Comunidade	Mulheres Ocupadas	Homens Ocupados	Total
Brasília de Palha	1	0	1
Cafofo Liberdade	0	0	0
Miramar	2	3	5
Padre Hilton Bandeira	28	90	118
Santa Clara	10	26	36
São Rafael	37	83	120
Tito Silva	22	73	95
Vila Tambauzinho	2	1	3
Total	102	276	378

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

Ao se considerar os chefes de famílias e demais trabalhadores das comunidades do Complexo Beira Rio, temos um total de 840 pessoas ocupadas identificadas na área de risco.

Tabela 50 - Total de Ocupados por sexo na área de risco das comunidades CBR

Comunidade	Mulheres Ocupadas	Homens Ocupados	Total
Brasília de Palha	1	2	3
Cafofo Liberdade	2	5	7
Miramar	6	10	16
Padre Hilton Bandeira	126	140	266
Santa Clara	27	53	80
São Rafael	96	155	251
Tito Silva	86	121	207
Vila Tambauzinho	5	5	10
Total	349	491	840

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

No que tange a escolaridade da força de trabalho das Comunidades do Complexo Beira Rio entre os 840 trabalhadores ocupados da área de risco, aproximadamente metade (49,17%) não completou o ensino médio. A tabela abaixo detalha a escolaridade da força de trabalho ocupada nas comunidades.

Tabela 51 - Escolaridade da força de trabalho ocupada área cadastral

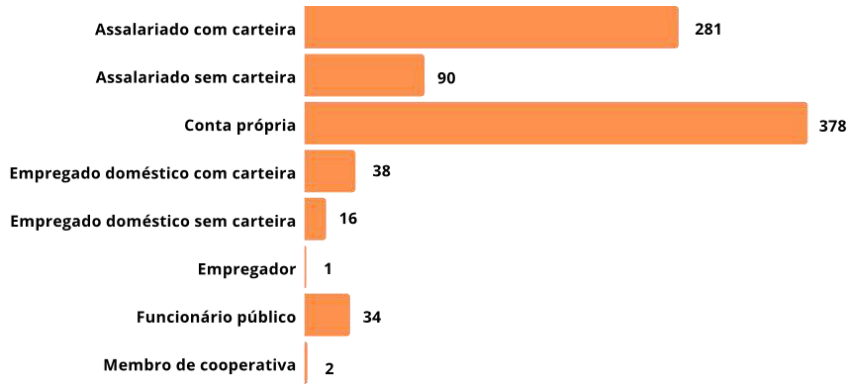
Escolaridade	Principais responsáveis	Demais ocupados	Total	Participação em relação ao total
Não alfabetizado	46	23	69	8,21%
Sabe ler e Escrever	7	8	15	1,79%
Fundamental incompleto	184	140	324	38,57%
Fundamental completo	10	8	18	2,14%
Médio incompleto	50	54	104	12,38%
Médio completo	135	115	250	29,76%
Superior incompleto	12	11	23	2,74%
Superior completo	9	13	22	2,62%
Cursando EJA	1	4	5	0,60%

Escola técnica	7	1	8	0,95%
Outros	1	1	2	0,24%
Total	**462**	**378**	**840**	**100,00%**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

Em relação a forma de trabalho entre os 840 ocupados nas comunidades o modelo predominante é a do trabalho exercido por conta própria (45,0%). Segue-se a ela a dos assalariados com carteira (33,45%) e sem carteira (10,71%). O gráfico abaixo quantifica o tipo de ocupação dos trabalhadores do Complexo Beira Rio.

Gráfico 9 - Formas de ocupação da força de trabalho ocupada Área cadastral CBR



Os dados da pesquisa amostral apontam que as formas de ocupação dos trabalhadores do CBR seguem padrão semelhante com o trabalho por conta própria, sendo a forma de ocupação mais recorrente nas áreas consolidáveis do Complexo Beira Rio.

Os chefes de famílias da área de risco no CBR em sua grande maioria, aproximadamente 68%, declaram receber até 1 salário-mínimo. A tabela abaixo mostra a remuneração da chefia de acordo com o sexo.

Tabela 52 - Principal responsável. Remuneração com ocupação principal (pesquisa censitária/cadastral)

Salário-Mínimo (em R$)	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Até 1/4	16	6,48%	6	2,79%	22	4,76%
Mais de 1/4 até 1/2	37	14,98%	16	7,44%	53	11,47%
Mais de 1/2 até 1	146	59,11%	93	43,26%	239	51,73%
Mais de 1 até 2	42	17,00%	92	42,79%	134	29,00%
Mais de 2	4	1,62%	7	3,26%	11	2,38%
NR/NS	2	0,81%	1	0,47%	3	0,65%
Total	**247**	**100,00%**	**215**	**100,00%**	**462**	**100,00%**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

O cenário geral é de baixa remuneração. Chama atenção os dados ligados aos domicílios chefiados por mulheres. A renda com a ocupação principal de pouco mais de 53% dos domicílios chefiados por homens é de até 1 salário-mínimo. Por sua vez, a renda com a ocupação principal em lares de chefia feminina é de até 1 salário-mínimo em 80% das vezes.
A análise geral da renda per capta familiar do conjunto das famílias das comunidades, incluindo as famílias cujo chefes estão desempregados, mostra a baixa remuneração e vulnerabilidade social na qual algumas das famílias estão inseridas.

Mais da metade das famílias (52,4%) na área de risco do Complexo Beira Rio possuem renda per capta de até ½ salário-mínimo. Chama atenção o número de 5,46% das famílias da área de risco que declararam não possuir nenhuma renda no momento do cadastramento. A tabela abaixo quantifica o número de famílias, por comunidade, a partir da renda per capta.

Tabela 53 - Renda familiar per capta área de risco CBR.

Comunidade	Zero	Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 Até 2	Mais de 2	Total
Brasília de Palha	0	0	0	1	1	0	2
Cafofo Liberdade	0	1	3	3	0	0	7
Miramar	2	4	5	4	2	1	18
Padre Hilton	6	37	76	85	25	2	231
Santa Clara	7	12	28	22	13	3	85
São Rafael	9	49	63	76	25	2	224
Tito Silva	19	29	61	77	26	1	213
Vila Tambauzinho	0	0	2	1	3	1	7
Total	**43**	**132**	**238**	**269**	**95**	**10**	**787**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

Os dados acerca da renda per capta das famílias em área consolidável guardam semelhança nas faixas renda per capta zero e até ¼ de salário-mínimo. Há, no entanto, para área consolidável maior participação de famílias cuja renda per capta está entre ½ e 1 salário-mínimo, a tabela abaixo apresenta a participação em cada faixa de renda per capta para a área cadastral e amostral.

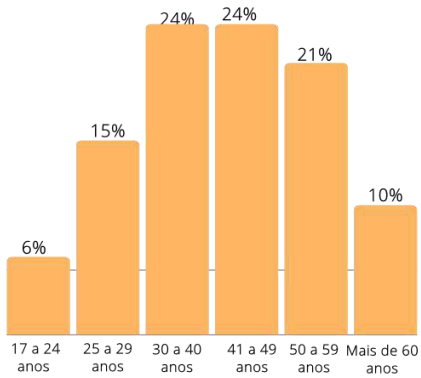
Tabela 54 - Renda familiar per capta CBR

Comunidade	Zero	Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 até 2	Mais de 2
Área Cadastral	5,46%	16,77%	30,24%	34,18%	12,07%	1,27%
área consolidável	5,04%	15,13%	25,53%	44,54%	10,08%	1,68%

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

Ao se analisar os trabalhos por conta própria deve-se registrar que boa parte desses trabalhadores e trabalhadoras (55% aproximadamente) possuem mais que 40 anos de idade. Dessa forma tais atividades não são ocasionais ou realizadas por quem é jovem e aguarda colocação no mercado assalariado. Trata-se de atividade permanente que em grande medida se explica pela impossibilidade de acesso a formas de assalariamento protegidas.

Gráfico 10 - Trabalhadores por conta própria por faixa etária pesquisa cadastral.

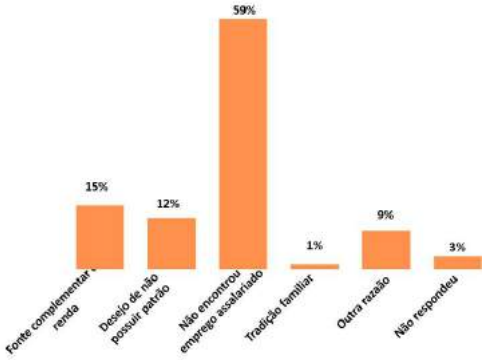


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022

O mesmo padrão acima retratado para área cadastral é verificado para área amostral. Nela pouco mais de 60% dos trabalhadores por conta própria possuem mais de 40 anos de idade.

Os trabalhadores por conta própria quando perguntados sobre o principal motivo que os levaram a tal forma de trabalho apresentam como principal razão o fato de não terem encontrado emprego assalariado (59,4%). Apenas 12% dos entrevistados responderam trabalhar por conta própria, tendo como motivação o desejo de não possuir patrão. Dessa forma o que movimenta, de maneira geral, esse contingente na direção do trabalho por conta própria é a falta de acesso ao mercado de trabalho protegido e não a escolha pelo empreendedorismo.

Gráfico 11 -Motivação para o trabalho por conta própria área cadastral

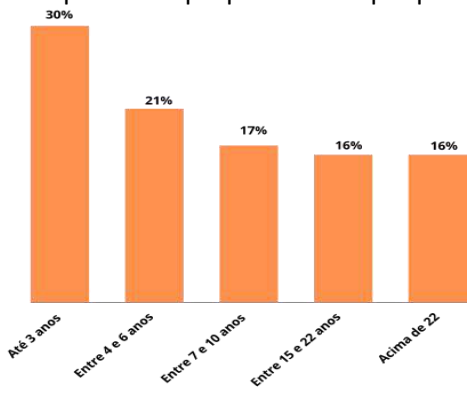


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022.

Os dados da pesquisa amostral possuem grande diferença quando comparados aos dados acima. A principal razão para a opção pelo trabalho por conta própria é o desejo de não possuir patrão (45%). Para 32% dos trabalhadores por conta própria o principal motivo para tal escolha é a obtenção de renda complementar. Apenas 13% alegaram que não ter encontrado emprego assalariado foi o principal motivo para opção.

Entre os trabalhadores por conta própria aproximadamente 64% declararam já ter trabalhado em algum momento da vida com carteira assinada. Cerca de 36% nunca obtiveram emprego assalariado protegido. Dada a faixa etária elevada dos trabalhadores e baixo nível de escolaridade, há um claro obstáculo para o ingresso de tal força de trabalho no mercado formal e assalariado.

Gráfico 12 -Trabalhador por conta própria e o tempo que exerce a atividade



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima - Pesquisa censitária/cadastral, 20221/2022.

Apenas 30% dos trabalhadores por conta própria das comunidades do Complexo Beira Rio atuam faz menos de 3 anos na atividade. Essa informação pode apontar um crescimento das atividades informais e busca por renda ligadas a pandemia da COVID 19. Por outro lado, aproximadamente metade (49% do total) de tal força de trabalho atua por conta própria faz mais de sete anos mostrando que tal modalidade não é temporária ou um "bico" e sim uma fonte de renda regular para parte significativa dos trabalhadores das comunidades.

Apenas 8,1% dos trabalhadores da área cadastral que declararam trabalhar por conta própria afirmaram estar registrados como MEI. Dessa maneira a grande maioria dessa fração não contribui para previdência social estando sujeitos a incertezas ligadas ao futuro e interrupções de renda mediante doenças ou acidentes. São trabalhadores que estão inseridos no trabalho desde muito jovens, mas excluídos de todo e qualquer direito.

Os trabalhadores e trabalhadoras que atuam por conta própria nas comunidades do Complexo Beira Rio exercem diversas atividades, entre as mais comuns temos as diaristas, com 19,2% do total, as atividades ligadas à construção civil (Pedreiros, Pintores, Serralheiros) com 13,25% do total. A tabela abaixo aponta as principais atividades encontradas na área de risco.

Tabela 55 - Atividades por conta própria área cadastral do CBR com mais de uma aparição

Tipo de Atividade Econômica	Participação
Diarista	19,23%
Pedreiro, Pintor, Servente de Pedreiro	13,25%
Venda de Alimentos ou Bebidas	10,68%
Catador de reciclável	7,26%
Atividades ligadas à beleza	4,27%
Cuidador de Idoso	3,42%
Motoboy	2,99%
Venda de Roupas	2,14%
Motorista de Aplicativo	1,71%
Comerciante	1,71%
Flanelinha	1,71%
Marcenaria	1,71%
Mecânico	1,71%
Mercearia	1,28%
Costureira	1,28%
Lavadeira	1,28%
Baba	0,85%
Feirante	0,85%
Cozinheiro	0,85%
Descarregador de Caminhão	0,85%
Serviços Gerais	0,85%
Produção de Alimentos	0,85%
Produção de Personalizados para festa	0,85%

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Entre os trabalhadores por conta própria entrevistados na área consolidável há participação maior no acesso ao MEI, cerca de 30% do total declarou exercer sua atividade de maneira formal como microempreendedor. Esse aumento em relação a área de risco pode ser explicado pelo tipo de ocupação dos entrevistados. Enquanto na área de risco havia maior participação de diaristas, pedreiros, por exemplo, na área consolidável houve maior participação de pequenos comerciantes, fiteiros e pequenos comércios de roupas.

Tabela 56 - Atividades por conta própria área consolidável do CBR

Tipo de Atividade Econômica	Participação
Venda de Alimentos ou bebidas	27,03%
Comercialização de Roupas	10,81%
Diarista	8,11%
Atividades Ligadas à beleza	8,11%
Mercearia	5,41%
Vendedor	5,41%
Bazar	5,41%
Borracheiro	2,70%
Catador de Material reciclável	2,70%
Lavadeira	2,70%
Artesão	2,70%
Costureira	2,70%
Pintor	2,70%
Motorista	2,70%
Encanador	2,70%
Mecânico	2,70%
Comércio de Eletrônicos	2,70%
Criação de Animais	2,70%

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A presente seção retratou a economia no Complexo Beira Rio a partir da renda de seus moradores e ocupações. As duas próximas seções se dedicarão ao trabalho por conta própria exercido no próprio domicílio, ou seja, as atividades econômicas existentes nas áreas. Enquanto a próxima seção se dedicará a quantificar tais atividades, a subsequente fará uma análise sobre os tipos de atividades econômicas existentes e tecerá comentários sobre a condição socioeconômica das famílias empreendedoras.

Análise Quantitativa das atividades Econômicas das comunidades

Anteriormente caracterizou-se a economia dos setores populares como aquela que abrange os trabalhos individual ou familiar e diferentes modalidades associativas marcada por diversos tipos de atividades e possuidora de uma lógica peculiar, no caso a necessidade de prover e reprover os meios de vida.

Amparado em tal caracterização compreende-se como "atividades econômicas nas comunidades" todas os serviços, comércios e produções geradas pelo trabalho que ocorrem total ou parcialmente nas unidades tendo como objetivo gerar renda para os trabalhadores e seus familiares.

A partir de tal definição são abrangidos não só comércios como restaurantes, mercados, salões, mas também atividades de trabalhadores e trabalhadoras das mais diferentes ordens tais como vendedores de dindim, criadores de animais, costureiras, vendedoras de cosméticos, trabalhadores ligados à reciclagem etc.

As oito comunidades que compõem o Complexo Beira Rio possuem um total de 387 atividades econômicas conforme tabela abaixo.

Tabela 57 - Quantitativo de atividades econômicas por área

Comunidade	Pesquisa Cadastral	Pesquisa Amostral	Total de Atividades Econômicas	Participação em relação ao total
Brasília de Palha	0	36	36	9,30%
Cafofo Liberdade	1	13	14	3,62%
Miramar	3	59	62	16,02%
Padre Hilton Bandeira	51	28	79	20,41%
Santa Clara	20	27	47	12,14%
São Rafael	64	30	94	24,29%
Tito Silva	35	11	46	11,89%
Vila Tambauzinho	1	8	9	2,33%
Total	**175**	**212**	**387**	**100%**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As 387 atividades econômicas identificadas nas comunidades do Complexo Beira Rio estão localizadas em 355 selos conforme a tabela abaixo.

Tabela 58 - Número de selos com a presença de atividades econômicas por área

Comunidade	Selos em área de risco	Selos em área Amostral	Total de selos
Brasília de Palha	0	33	33
Cafofo Liberdade	1	12	13
Miramar	2	53	55
Padre Hilton Bandeira	48	26	74
Santa Clara	19	24	43
São Rafael	56	29	85
Tito Silva	34	11	45
Vila Tambauzinho	1	6	7
Total	**161**	**194**	**355**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A diferença do número de empreendimentos reconhecidos (387) e selos com atividades econômicas identificadas (355) se explica pela localização, em 32 unidades, de duas atividades econômicas. Francisco Junior, morador da comunidade São Rafael (Selo SRB051) é um desses exemplos. Em seu lote há uma marcenaria que produz diversos tipos de móveis para consumidores finais e empresas. Há também no local uma criação de galos de raça. A renda com as atividades são a principal fonte de renda de Francisco Júnior e seus familiares.

Foto 19 - Criação de animais e Marcenaria em mesmo lote.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA. Junho/2022.

Foto 20 - Criação de animais e Marcenaria em mesmo lote.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA. Junho/2022.

A tabela abaixo descreve por área o número de lotes com uma ou duas atividades econômicas. Vale destacar que não foi encontrado nenhum selo com a ocorrência de três atividades.

Tabela 59 - Número de selos Selos com a ocorrência de uma ou duas atividades econômicas

Comunidade	Selos com uma atividade	Selos com duas atividades	Total de selos
Brasília de Palha	30	3	33
Cafofo Liberdade	12	1	13
Miramar	48	7	55
Padre Hilton Bandeira	69	5	74
Santa Clara	39	4	43
São Rafael	76	9	85
Tito Silva	44	1	45
Vila Tambauzinho	5	2	7
Total	**323**	**32**	**355**

Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA. Junho de 2022.

Os números acima apresentados são superiores aos identificados no Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (2017) do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa. Os números do Plano Diretor, a partir de levantamento realizado em 2015, apontavam a existência de 182 unidades com atividades econômicas nas áreas que compõem o Complexo Beira Rio (PMJP, 2017, p.29).

O aumento de 95% (o número passou de 182 para 355) das atividades econômicas identificadas em 2022 em relação aos números de 2017 possivelmente está relacionado ao tempo passado entre os levantamentos e as diferenças metodológicas utilizadas nas respectivas pesquisas.

O levantamento de atividades econômicas de 2017 utilizou como fonte dados de 2015 sendo necessário que se leve em conta a diferença de tempo de sete anos entre as coletas de informações de ambos os estudos. Além disso, deve-se sublinhar que a pandemia da COVID-19 também se relaciona com possíveis crescimentos da informalidade.

> Nesse contexto, além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado. (COSTA, 2020).

Dessa forma, o aumento do desemprego a partir da crise sanitária da COVID-19 pode ter causado um crescimento do número de atividades informais nas áreas do Complexo Beira Rio.

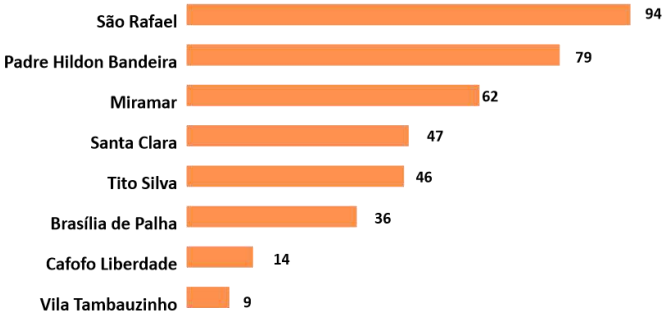
Quanto às diferenças metodológicas entre ambos os estudos, cabe destacar que os números atuais se valeram, em uma de suas etapas, de um método de percorrer as oito comunidades rua a rua fazendo vistoria em todo território realizando levantamento fotográfico e localização georreferenciada das atividades econômicas reconhecidas permitindo assim a identificação de atividades possivelmente não localizadas no estudo anterior.

O número de atividades econômicas em área de risco também é superior aos apontados pelo Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (2017) como constando em área de risco. A atualização dos dados indica 161 selos com empreendimento econômico, enquanto os dados

do levantamento anterior apontavam a existência de 43 atividades econômicas em área de risco (PMJP, 2017, p.31).

A seção agora fará análise sobre a quantidade de atividades em cada uma das comunidades.

Gráfico 13 - Atividades Econômicas no CBR por Comunidade.



Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA. Junho de 2022.

Figura 66 - Distribuição das atividades econômicas no CBR.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA. 2022.

1 – São Rafael (94 Atividades)
2 – Padre Hildon Bandeira (79 Atividades)
3 – Miramar (62 Atividades)
4 – Santa Clara (47 Atividades)
5- Tito Silva (46 Atividades)
6 – Brasília de Palha (36 Atividades)
7- Cafofo-Liberdade (14 Atividades)
8- Vila Tambauzinho (9 Atividades)

A comunidade São Rafael é a que possui maior quantidade de atividades econômicas entre as oito áreas do Complexo Beira Rio, concentrando pouco mais de 24% dos 387 empreendimentos localizados nos territórios. As atividades econômicas de São Rafael se espalham sobretudo pela rua principal, Arquivista Jonas Careca, acessada pela BR e que cruza a comunidade.

Há também forte concentração de atividades nas proximidades do Rio Jaguaribe com marcante presença de trabalhadores ligados à reciclagem e criação de animais. Vale destacar, que cerca de 40% das 94 atividades identificadas na comunidade estão ligadas a catação de materiais recicláveis ou criação de animais em grande parte concentradas em regiões lindeiras ao rio.

Mais de dois terços (64 de um total de 94) das atividades econômicas localizadas em São Rafael estão em área de risco, apontada como área de risco, sendo esse o território com a segunda maior concentração de atividades em tal condição.

A comunidade Padre Hilton Bandeira é a segunda área com maior atividade econômica concentrada em cerca de 20% dos 387 empreendimentos identificados nas áreas do Complexo Beira Rio. Boa parte das atividades identificadas são formadas por comércios que se concentram na Avenida Beira Rio, há também em significativa presença de atividades no entorno da lavanderia pública e na rua da ponte que liga a comunidade de Padre Hildon Bandeira e São Rafael.

Em Padre Hildon Bandeira também se registra grande concentração de atividades localizadas em área de risco merecendo este número atenção para os futuros encaminhamentos ligados às diferentes soluções comerciais para os moradores da área.

A comunidade de Miramar é a terceira com maior registro de atividade econômica. Na área foram identificadas aproximadamente 16% dos 387 empreendimentos econômicos das comunidades do Complexo Beira Rio.

As atividades encontradas na comunidade se concentram em pequenos comércios localizados na Avenida Beira Rio e nas imediações do Mercado Público de Miramar, nas proximidades da Avenida Tito Silva.

Diferente das comunidades de São Rafael e Padre Hildon Bandeira a comunidade de Miramar não apresenta grande número de atividades econômicas em área de risco. Dos 62 empreendimentos da área, apenas 3, cerca de 5%, estão em tal condição.

A comunidade de Santa Clara é a quarta com maior número de atividades econômicas. A área possui cerca de 12% dos 387 empreendimentos encontrados nas comunidades do Complexo Beira Rio.

Foto 21 - Comercialização e produção de Vasos em Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.
Junho/2022.

Foto 22 - Comercialização e produção de Vasos em Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP-ÂNIMA.
Junho/2022.

Em Santa Clara identifica-se uma expressiva concentração de atividades às margens da rodovia. De maneira geral ali localizam-se atividades, como as ligadas ao comércio de vasos e esculturas, retratados nas imagens acima, que encontraram no grande fluxo de veículos da rodovia uma oportunidade para desenvolvimento de suas atividades.

A comunidade de Tito Silva é a quinta com maior concentração de atividades econômicas entre as áreas do Complexo Beira Rio. Nela encontram-se cerca de 12% dos 387 empreendimentos das comunidades.

De maneira geral é possível afirmar que nesta comunidade não há grande concentração de atividades em um único ponto. Os empreendimentos se espraiam por suas ruas e vielas internas.

Há no entanto um elemento fundamental que aponta necessidade de atenção para a Comunidade Tito Silva embora seja apenas a quinta com mais atividades econômicas identificadas ela é a que proporcionalmente possui mais empreendimentos em área de risco e, portanto, passível de remoção.

A tabela abaixo retrata a concentração de atividades em área de risco em relação ao total de empreendimentos.

Tabela 60 - Concentração de atividades em área de risco em relação ao total de empreendimentos.

Comunidade	Atividades em área de risco	Total de atividades econômicas	área de risco em relação ao total
Brasília de Palha	0	36	0,00%
Cafofo Liberdade	1	14	7,14%
Miramar	3	62	4,84%
Padre Hilton Bandeira	51	79	64,56%
Santa Clara	20	47	42,55%
São Rafael	64	94	68,09%
Tito Silva	35	46	76,09%
Vila Tambauzinho	1	9	11,11%
Total	**175**	**387**	**100%**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Tito Silva tem 35 de suas 46 atividades econômicas localizadas em áreas cadastradas. As comunidades São Rafael, Padre Hilton Bandeira e Santa Clara, conforme apontado anteriormente, também aparecem com grande parte de suas atividades em área de risco. Destaca-se por outro lado as comunidades Brasil de Palha, Cafofo Liberdade e Vila Tambauzinho, que analisaremos na sequência, com baixo número de atividades em área de risco.

A comunidade Brasília de Palha possui cerca de 9% das 387 atividades encontradas nas comunidades do Complexo Beira Rio. Nenhuma delas encontra-se em área de risco.

De maneira geral as atividades econômicas na comunidade Brasília de Palha se concentram na avenida Beira Rio sendo constituídas comércios que se valem do fluxo de veículos e pedestres na via para comercialização de seus produtos e serviços.

Na comunidade Cafofo Liberdade foram identificados cerca de 7% dos 387 empreendimentos das áreas que compõem o Complexo Beira Rio. Desses, apenas 1 encontra-se em área de risco.

Em Cafofo Liberdade, de maneira muito semelhante ao identificado em Brasília de Palha, observa-se a concentração dos empreendimentos, em geral comércio ou prestação de serviço, na Avenida Beira Rio.

A comunidade Vila Tambauzinho é a que possui menor quantidade de atividades econômicas entre as áreas do Complexo Beira Rio. Nela encontramos 9 dos 387 empreendimentos, cerca de 2% do total. Na comunidade há apenas um empreendimento localizado em área de risco.

Na presente seção foram apresentadas a quantidade de atividades econômicas nas áreas do Complexo Beira Rio. A próxima seção se dedicará a caracterização dessas atividades e análise do perfil socioeconômico dos empreendedores.

Análise Qualitativa das atividades Econômicas das comunidades.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), possui 21 seções, sendo a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional. O IBGE construiu a CNAE procurando identificar e padronizar as diversas atividades econômicas encontradas em território nacional.

> Ao prover uma base padronizada para a coleta, análise e disseminação das estatísticas relativas à atividade econômica, a CNAE permite ampliar a comparabilidade entre as estatísticas econômicas provenientes de distintas fontes nacionais, e das estatísticas do País no plano internacional. (IBGE,2007).

As 387 atividades econômicas identificadas nas oito comunidades que compõem o Complexo Beira Rio estão classificadas abaixo de acordo com as 21 seções do CNAE.

Tabela 61 - Atividades encontradas no CBR de acordo com o CNAE

Seção	Denominação da Seção CNAE	Total	%
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	43	11,11%
B	Indústrias extrativas	0	0,00%
C	Indústrias de transformação	26	6,72%
D	Eletricidade e gás	0	0,00%
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	40	10,34%
F	Construção	3	0,78%
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	180	46,51%
H	Transporte, armazenagem e correio	0	0,00%
I	Alojamento e alimentação	25	6,46%
J	Informação e comunicação	0	0,00%
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0	0,00%
L	Atividades imobiliárias	1	0,26%
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	0	0,00%
N	Atividades administrativas e serviços complementares	7	1,81%
O	Administração pública, defesa e seguridade social	0	0,00%
P	Educação	1	0,26%
Q	Saúde humana e serviços sociais	0	0,00%
R	Artes, cultura, esporte e recreação	6	1,55%
S	Outras atividades de serviços	55	14,21%
T	Serviços domésticos	0	0,00%
U	Organismos internacionais e outras instituições etraterritoriais	0	0,00%
Total		**387**	**100 %**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As atividades ligadas à comercialização de produtos (fiteiros, venda de roupas, cosméticos, dindim etc.) nas oito comunidades com Complexo Beira Rio fazem com que a Seção G seja a com maior participação, somando quase metade das atividades nas comunidades. Ainda aparecem com destaque às atividades de serviços (manicures, consertos de eletrodomésticos etc.) agrupadas na seção S com quase 14% do total. As atividades ligadas à criação de animais, reunidas na seção A, e as ligadas à reciclagem, reunidas na seção E somadas representam pouco mais de 20% do total encontrado nas comunidades do Complexo Beira Rio.

A tabela abaixo detalha a identificação das atividades no CBR a partir do tipo de atividade desenvolvida por cada empreendimento identificado. Tal caracterização é fundamental para que seja possível o estabelecimento, ao longo do desenvolvimento do trabalho, de ações específicas e focadas na peculiaridade dos principais ramos.

Tabela 62 - Atividades Específicas no CBR

Tipo de Atividade Econômica	Quantidade	Participação
Criação	43	11,11%
Fiteiro	40	10,34%
Reciclagem	40	10,34%
Barbearia, Manicure e Salão de Beleza	37	9,56%
Produção e Comercialização de Açaí, Bolos, Doces, Sorvetes e Salgados	34	8,79%
Mercearia ou Minimercado	26	6,72%
Comercialização de Roupas	25	6,46%
Oficina Mecânica - Serviços Automotivos em Geral	21	5,43%
Comércio e Serviços ligados à Construção Civil	14	3,62%
Bares, Restaurante, Pizzaria e Similares	13	3,36%
Lanchonete	12	3,10%
Distribuidores de Água, Bebidas ou Gás	11	2,84%
Assistência técnica de Eletrônicos e Eletrodomésticos	10	2,58%
Serviços ligados à Costura	9	2,33%
Comercialização de Cosméticos	9	2,33%
Comércio ou Produção de Vasos e Itens de Jardim	7	1,81%
Serviços Gráficos - Fotocópias e Plastificação	6	1,55%
Comércio de Móveis e Artigos Domésticos	4	1,03%
Bazar	4	1,03%
Jogos e Apostas	3	0,78%
Lava Jato	3	0,78%
Estúdio de Tatuagem	2	0,52%
Academias de Condicionamento Físico	2	0,52%
Hortifruti	2	0,52%
Serviços ligados à Lavanderia	2	0,52%
Produção e Venda de personalizados para festa	2	0,52%
Mercearia e Minimercado	1	0,26%
Serviço de Dedetização	1	0,26%
Serviços Imobiliários	1	0,26%
Instituição Escolar	1	0,26%
Comércio de Piscinas	1	0,26%
Cuidadora de Crianças ou Idosos	1	0,26%
Total	**387**	**100%**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima

Dadas as especificidades de algumas das atividades econômicas encontradas no Complexo Beira Rio a presente seção se divide em três partes, passando a análise separada das atividades ligadas à reciclagem, a criação de animais e, por fim, das demais atividades econômicas encontradas nas comunidades que compõem o Complexo Beira Rio.

Reciclagem: perfil dos catadores de materiais recicláveis do CBR

A profissão de catadores de materiais recicláveis - CMR foi reconhecida oficialmente no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), sob o nº 5192-05, do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de 22 de outubro de 2002, com a seguinte definição: catadores são aqueles que "catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis".

Estes profissionais, tanto os inseridos em cooperativas e associações, quanto os que trabalham de forma autônoma, são em grande parte responsáveis pela movimentação do mercado da reciclagem no Brasil. Eles representam o elo essencial entre o consumo da sociedade e a indústria da reciclagem.

Os catadores são importantes para o desenvolvimento da reciclagem, principalmente nas etapas de coleta, segregação, acondicionamento, armazenamento e encaminhamento para usinas de reciclagem (IPEA, 2017). Segundo estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017), os catadores prestam importante serviço ambiental, ao contribuir para a reciclagem, pois tal atividade permite o reaproveitamento de materiais extraídos e transformados em bens de consumo. Além disso, garantem e mantêm a integridade dos serviços ecossistêmicos, como regulação do clima, formação do solo, abastecimento de água potável e diminuição de materiais destinados ao aterro entre outros. A tais aspectos soma-se a redução de material descartado no meio ambiente, o que oferece externalidades positivas em ambientes urbanos (IPEA, 2010).

Os serviços ambientais urbanos estão relacionados aos serviços públicos de melhoria da qualidade da água, destinação adequada de resíduos, tratamento de esgoto, redução da emissão de gases de efeito estufa e manutenção de áreas verdes (IPEA, 2010). A maioria desses serviços são bens públicos que os usuários não podem ser limitados por seu uso e o consumo de uma pessoa não afeta o de outra. Assim, o poder público é o comprador do serviço em nome da sociedade, que por meio da contratação, paga os participantes dos sistemas de pagamento de serviços ambientais – PSA, pelas práticas conservacionistas (KEMKES *et al*., 2010; VATN, 2015).

A aplicação de pesquisa qualitativa junto aos catadores das oito comunidades do CBR teve como objetivo compreender a atividade de tal categoria. Entre o total de 40 catadores identificados nas comunidades, 35 profissionais responderam ao questionário restando 5 (2 em Cafofo-Liberdade e 3 em São Rafael) que não tiveram interesse. A tabela abaixo descreve a quantidade de catadores por área que participaram da pesquisa.

Tabela 63 - Catadores participantes da pesquisa por comunidade

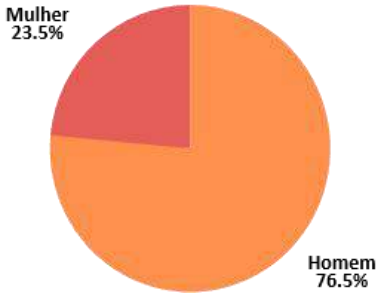
Comunidade	Catadores que responderam ao questionário
Brasília de Palha	0
Cafofo Liberdade	1
Miramar	2
Padre Hilton Bandeira	5
Santa Clara	5
São Rafael	17

Tito Silva	5
Vila Tambauzinho	0
Total	**35**

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A atividade de catação de materiais recicláveis é predominantemente exercida por homens no Complexo Beira Rio. Do total de entrevistados 76,5% (26) são homens, cabendo às mulheres participação de 23,5%.

Gráfico 14 - Catadores de recicláveis por gênero.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

O instrumental utilizado para a coleta de dados em relação aos catadores de materiais recicláveis foi um questionário, que objetivou coletar informações relacionadas ao modo de vida e percepções acerca dos/as catadores/as das 8 comunidades a serem reassentadas do Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio, executado pelo Consórcio Demacamp-Ânima.

Os dados obtidos a partir da aplicação do instrumental evidenciam um total de 35 catadores/as. Desse total, 8 são mulheres, 22,8%, e estão localizadas nas seguintes comunidades: 3 em Padre Hildon Bandeira, 4 em São Rafael e 1 em Tito Silva.

Quatro dessas mulheres catadoras residem em imóvel próprio, sendo 2 em Padre Hildon Bandeira, 2 em São Rafael, e quatro em Imóvel alugado, sendo 1 em Padre Hildon Bandeira, 2 em São Rafael e 1 em Tito Silva.

Para sete mulheres deste grupo, a coleta de resíduos é a ocupação principal, e uma delas não soube responder o questionamento. No que diz respeito a pertencer ou não a alguma Associação de Catadores, apenas uma relatou está associada. Seis delas afirmaram querer trabalhar de forma associativa. Uma justificou que trabalhar sozinha tem acesso ao dinheiro mais rápido (São Rafael) e outra relatou que não tem interesse por não ter confiança em receber o dinheiro (São Rafael).

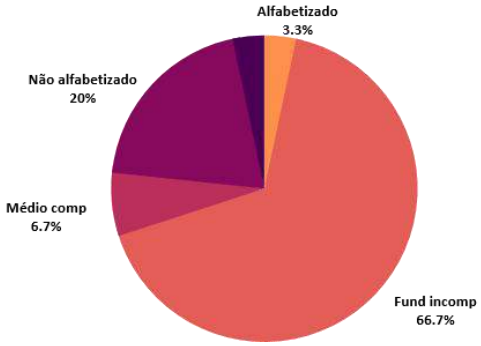
Quando observado a renda que essas mulheres obtêm através da atividade de coleta, foi possível verificar um valor entre 300 e 500 Reais, com exceção de uma pessoa, que relatou uma renda de 2.000 (São Rafael). Sete das oito mulheres catadoras afirmaram receber algum auxílio como forma de complementação da renda.

Em relação ao desejo de participar de alguma oficina de capacitação, seis delas afirmaram possuir (2 - Padre Hildon Bandeira, 3 - São Rafael, 1 - Tito Silva), e duas afirmaram que não gostariam de participar de oficina de capacitação (1 - Padre Hildon Bandeira, 1 - São Rafael). Dentre as possibilidades de oficinas foram sugeridas as de preparação de sabão ecológico, separação de resíduos e fabricação de tinta caseira.

Em relação à escolaridade das 8 mulheres catadoras, uma não é alfabetizada, sete não concluíram o Ensino Fundamental.

O padrão de escolarização para as mulheres é um retrato geral dos trabalhadores da área. A categoria apresenta baixo grau de escolarização. A grande maioria, cerca de 57,1% (20), declarou possuir o ensino fundamental incompleto, e destes muitos têm dificuldade para ler e escrever. Além disso, 17,1% (6) não são alfabetizados ou possuem menos de 1 ano de estudo.

Gráfico 15 - Escolaridade dos catadores de recicláveis .



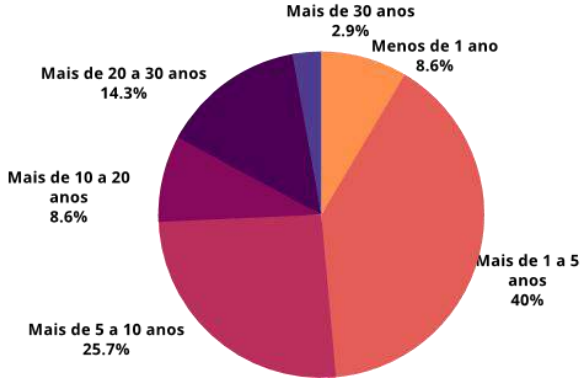
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A idade do público varia dos 22 a 60 anos de idade. Com maior número de pessoas nascidas em João Pessoa, cerca de 65,71% (23). Em relação aos imóveis, o total de 85,71% (30 pessoas) estão localizados em áreas de risco, e o restante 14,29% (5 pessoas) dos entrevistados apresentam seus imóveis fora da área de risco.

A atividade foi considerada como ocupação principal, cerca de 91,4% (32) dos entrevistados, apenas duas pessoas que responderam ao questionário disseram que tal atividade é um complemento de renda, representando 5,7% do total.

A grande maioria trabalha sozinho ou tem a ajuda de parentes. Em relação ao tempo que trabalha coletando materiais, cerca de 40% afirmaram que já estão trabalhando, entre um 1 e 5 anos na área. Pode-se observar, diante de tal dado, que durante a pandemia houve crescimento de tal atividade nas comunidades do Complexo Beira Rio.

Gráfico 16 - Tempo de trabalho com recicláveis .



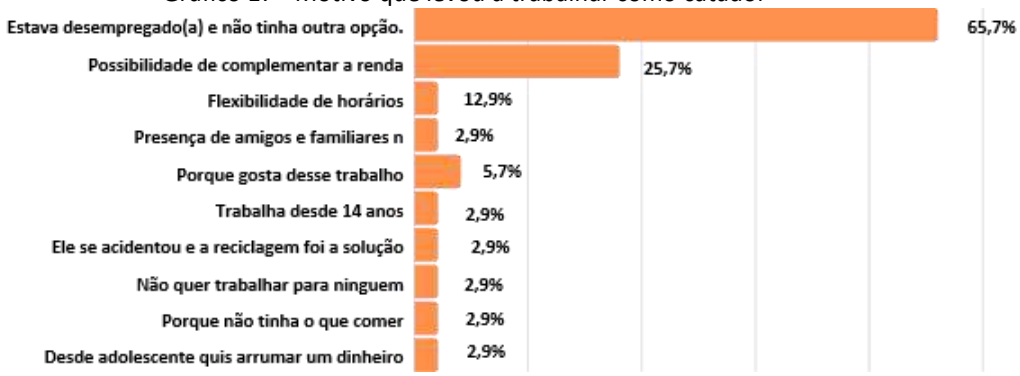
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Além disso, quando perguntados sobre o motivo de trabalhar em tal atividade (ver gráfico), a grande maioria respondeu que iniciou esse trabalho por estar desempregado (65,7%). Para

25,7% dos entrevistados o início da atividade ocorreu como uma possibilidade de complementação de renda.

Deve-se destacar que 68,57 % (24) dos catadores não estão inseridos em programas de transferência de renda. Dessa forma vivem especificamente da coleta de materiais recicláveis para garantir o sustento de seus familiares.

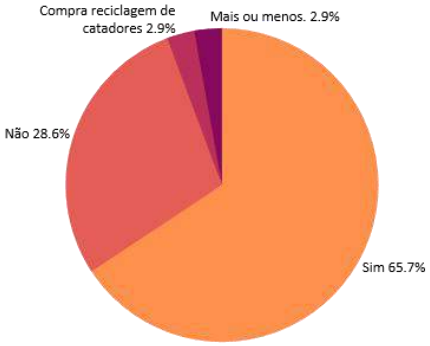
Gráfico 17 - Motivo que levou a trabalhar como catador



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

No que diz respeito ao cooperativismo e associativismo, a grande maioria dos entrevistados, cerca de 94,3% (33), não conhecem nenhuma associação de catadores. Apenas dois entrevistados citaram a experiência "Mobilização, inclusão e formação de catadores/as de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa: uma experiência necessária", ligada à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O programa universitário mencionado tem como objetivo formalizar e organizar o trabalho dos catadores em cooperativas, oferecendo alfabetização e adquirindo equipamentos de trabalho e proteção individual para os trabalhadores.

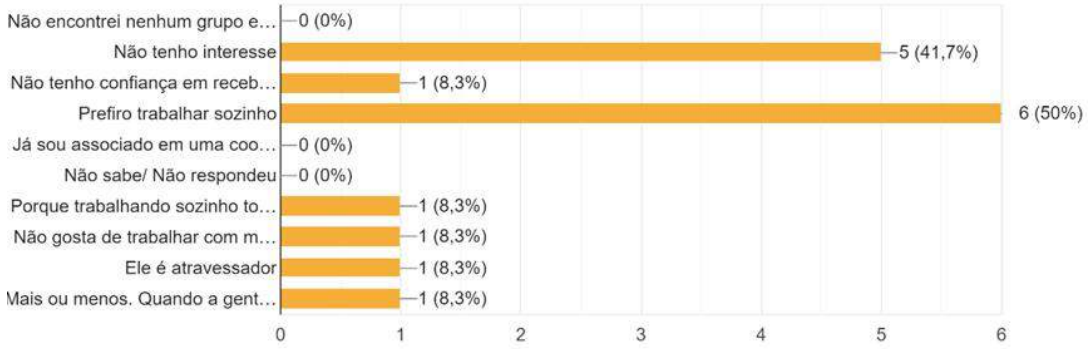
Gráfico 18 - Gostaria de trabalhar de forma associativa .



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Apesar do pouco conhecimento acerca de experiências cooperativas, 65,7% dos entrevistados mostraram-se propensos a aderir a formas associativas ou cooperativas de trabalho. Entre os que não manifestaram interesse em integrar uma cooperativa ou associação a resposta mais comum 50% está ligada ao fato de preferirem atuar sozinhos.

Gráfico 19 - Motivo para não integrar a cooperativa ou associação



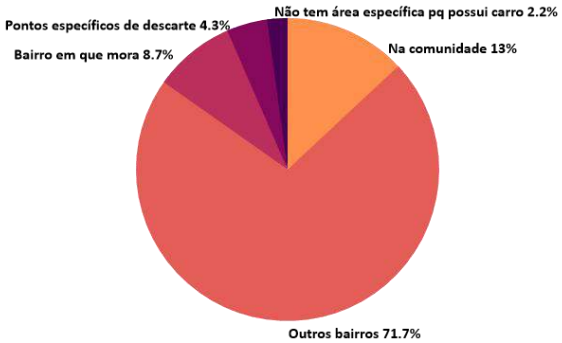
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A criação e formação de uma associação de catadores é algo que pode trazer dignidade para a vida do catador, pois regulamenta a profissão, traz segurança, condições de salubridade com a utilização dos equipamentos individuais de proteção, além de fornecer as condições mínimas de equipamentos e locais adequados para o armazenamento do material, além de ser um instrumento presente na Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, lei 12.305/2010, e ser incentivada no decreto federal nº 5.940/2006.

A PNRS destina recursos financeiros para que os catadores de materiais sejam capacitados e a criação de cooperativas e outras formas de associação sejam encorajadas, tornando-a uma atividade mais digna, com menos agravos e uma maior rentabilidade (ROSA E ZANGRANDE, 2015).

As condições de trabalho, para a grande maioria dos catadores, são precárias, de alta vulnerabilidade e insalubridade. Quando questionados sobre qual a área de coleta, a grande maioria dos catadores afirma coletar em outros bairros (94,3%).

Gráfico 20 - Área de coleta



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

O quadro abaixo apresenta os bairros no entorno das comunidades mais e menos comumente visitados pelos catadores.

Quadro 7 - Bairros comumente visitados pelos catadores.

Catadores /comunidades	Mais visitados	Menos visitados
Catadores de São Rafael	Torre, Castelo Branco e Bancários	Miramar, Água fria, Mangabeira, Expedicionários, Cabo Branco e Tambaú
Catadores de Tito Silva	Castelo Branco, Miramar e Tambauzinho	Manaíra, Torre e Bairro dos Estados
Catadores de Padre Hildon	Tambauzinho, Torre, Bairro dos estados	São José, Centro
Catadores de Santa Clara	João Agripino e Bancários	
Catadores de Miramar	Cabo branco, brisamar e Bairro dos estados.	
Catadores de Cafofo Liberdade	Altiplano e Bairro dos estados	

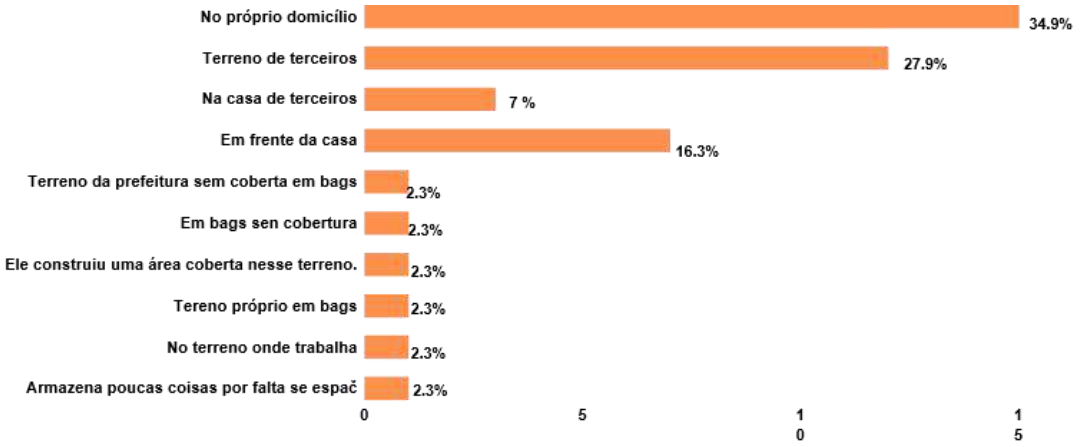
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Esses dados são importantes pois ajudam a entender as possíveis rotas que são percorridas pelos catadores na cidade. Além disso servem de subsídio para se refletir sobre os tipos de veículos adequados para tal categoria bem como sobre localização para instalação de um galpão para armazenamento de materiais para tal categoria.

Durante o desenvolvimento do trabalho identificou-se uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis chamada Astramare, localizada no bairro dos Estados, área essa utilizada como rota pelos trabalhadores das comunidades de Padre Hildon Bandeira, Miramar, Cafofo Liberdade e Tito Silva.

No que diz respeito ao armazenamento do material coletado, 48,57% afirmaram guardar esses materiais no próprio domicílio. 17,14% guardam a coleta em frente de casa. 48,7% dos entrevistados armazenam o material em terrenos seja em área pública ocupada ou em terrenos cedido por familiares ou amigos.

Gráfico 21 - Onde armazena o material

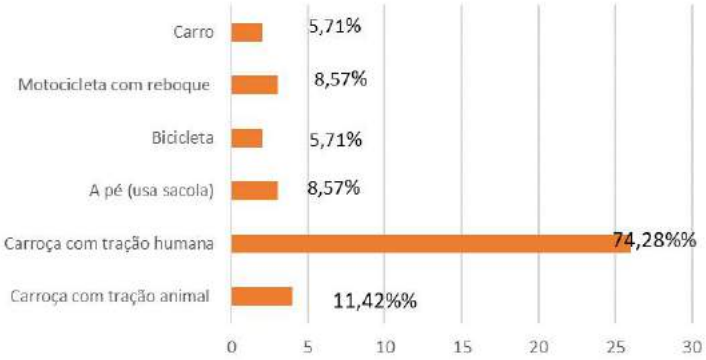


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Geralmente o resíduo é separado no local da coleta ou no espaço em que se armazena. A maioria diz coletar os materiais em carroça de tração humana 74,10%, (26) ainda existindo a presença (11,42%) da utilização de carroça com tração animal. Em relação a legislação, esse tipo de transporte na cidade de João Pessoa é proibido. A lei nº 13.170/2016, proíbe o trânsito

de veículos de tração animal, a condução de animais com carga e o trânsito montado nas vias públicas asfaltadas e calçadas de João Pessoa.

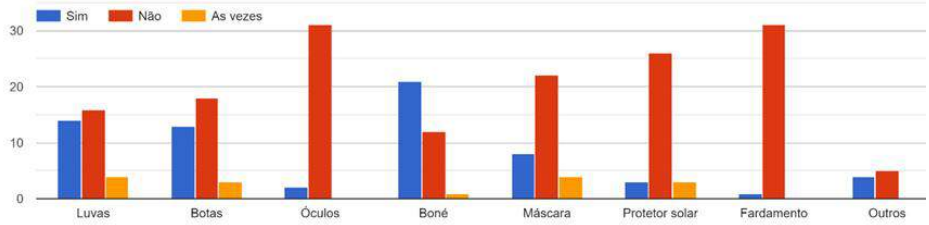
Gráfico 22 - Que tipo de transporte você utiliza na coleta



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Sobre os equipamentos individuais de proteção – EPI'S, a maioria utiliza boné (21), luva (14) e bota (tênis) (12) como item de proteção individual. Os itens que são menos utilizados são os óculos de proteção, o fardamento e o protetor solar. Mesmo as luvas sendo o segundo EPI mais utilizado, cerca de 60% dos trabalhadores não a utilizam. Tal fato está diretamente ligado a 38,9% já terem se cortado durante o exercício da atividade

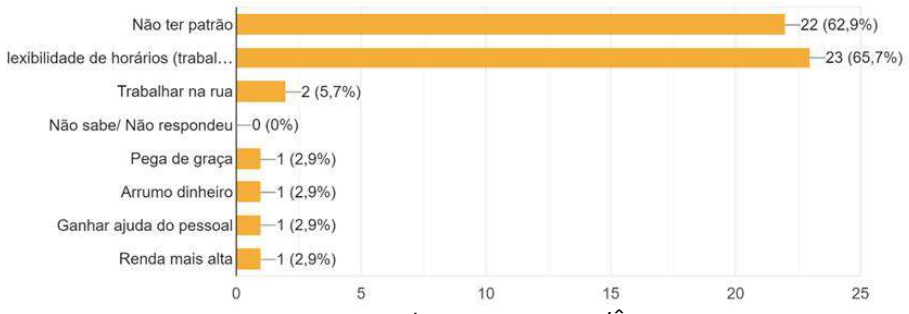
Gráfico 23 - Tipos de equipamentos de proteção individual



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Em relação à pergunta "3.10 – O que é bom no seu trabalho?", duas afirmações ficaram praticamente empatadas com mais de 60% cada: não ter patrão e a flexibilidade de horários que o trabalho permite.

Gráfico 24 - O que é bom no seu trabalho?

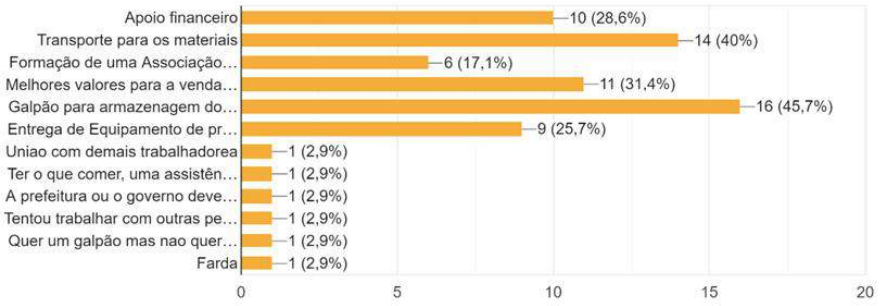


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As reclamações mais citadas foram: o baixo valor de venda dos materiais, não ter um lugar apropriado para guardar os materiais e o preconceito e desvalorização da profissão.

A maioria cita que o que pode ser feito para melhorar as condições de trabalho: a construção de galpão para armazenar os materiais coletados, transporte adequado para o trabalho e melhores valores para a venda.

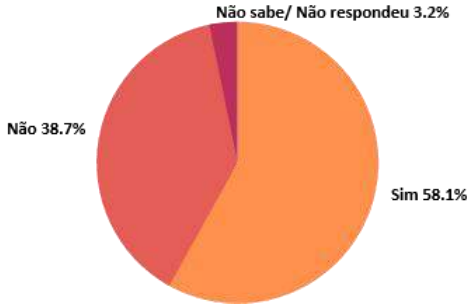
Gráfico 25 - O que pode melhor o seu trabalho



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A Lei nº 9795/ 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. E em seu artigo 1º, estabelece o conceito de educação ambiental, um conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Sobre essa temática em específico, 58,3% dos entrevistados disseram que gostariam de participar de cursos de capacitação realizados pelo programa.

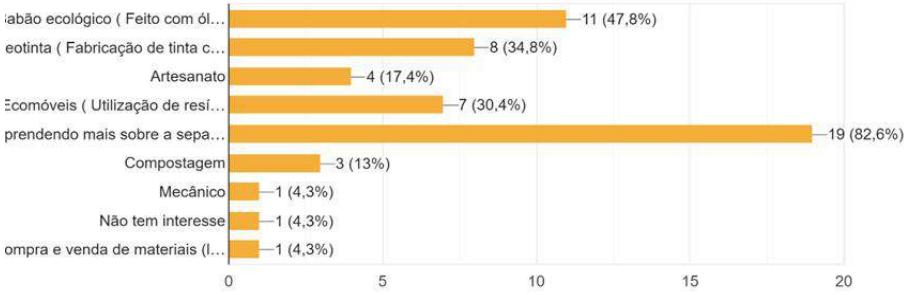
Gráfico 26 - Gostaria de participar de alguma oficina de capacitação?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

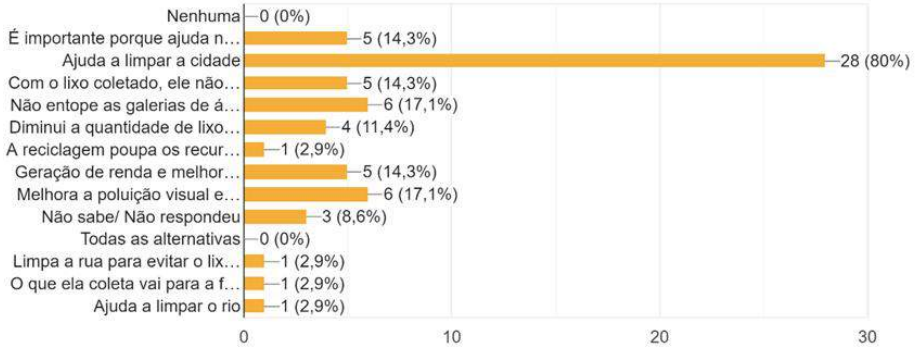
Foram sugeridos alguns temas de oficinas para que pudessem ser trabalhados em encontros coletivos de educação ambiental. A tabela abaixo apresenta os cursos de maior interesse da categoria.

Gráfico 27 - Qual o tipo de capacitação gostaria de participar?



Sobre o conhecimento que os catadores possuem em relação a importância do trabalho realizado para a cidade, pessoas e meio ambiente. A grande maioria dos entrevistados compreendem que o seu trabalho ajuda a limpar a cidade 80%, demonstrando possuir conhecimento básico em relação a importância do trabalho exercido, produzindo contextos para serem tratados e abordados nos comitês e oficinas.

Gráfico 28 - Qual a importância do seu trabalho para o meio ambiente?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

O reuso dos materiais também é algo muito comum entre as pessoas que coletam materiais recicláveis, pois a grande maioria, 71,1% dizem reutilizar os materiais encontrados no lixo, seja para uso próprio, de parentes ou amigos.

O que é caracterizado como material reciclável nos dias atuais depende muito da forma como as empresas recicladoras estão coletando, da viabilidade, tecnologia disponível, se estão instaladas próximas a região da coleta ou na mesma cidade e do mercado de oferta e procura dos recursos naturais, como por exemplo, os minerais alumínio, chumbo, níquel.

Os materiais citados pelos catadores para a venda de recicláveis são informados na tabela abaixo:

Quadro 8 -Materiais para a venda na reciclagem por categoria.

MATERIAIS CITADOS PARA A VENDA NA RECICLAGEM POR CATEGORIA	
ITEM	**MATERIAL**
Plástico	
1	Plástico PET
2	Plástico rígido Ex. Catemba: Recipientes de produtos de limpeza, iogurte, depósitos de sorvete
3	Plástico tipo embalagens e sacos
4	Plástico resistente Ex. Cadeiras, canos (pvc)
Metal	
1	Metal alumínio
2	Metal cobre
3	Metal ferro Ex. Lata de leite
4	Metal ferro Ex. Lata de óleo, de sardinha (lata de flandres)
5	Metal inox Ex. panelas, tampas
6	Metal chumbo Ex. Baterias
Vidro	
1	Vidro transparente Ex. Garrafa de Run Montila e de Cachaça
2	Vidro Âmbar Ex. Garrafa de vinho (Quinta do morgado)
Papel	
1	Papel branco
2	Papelão

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. Pesquisa qualitativa de catadores

O ranking abaixo apresenta a lista de materiais mais comumente coletados pelos entrevistados.

Quadro 9 -Ranking dos materiais mais citados.

RANKING DOS MATERIAIS MAIS CITADOS	
Material	**Porcentagem**
1º Metal alumínio (35)	100%
2º Plástico PET (34)	97,14%
3º Metal cobre (32)	81,42%
4º Plástico rígido (Catemba) Recipientes de produtos de limpeza, iogurte31	88,57%
5º Metal ferro 31	88,57%
6º Plástico tipo embalagens e sacos 30	85,71%
7º Plástico resistente Ex. Cadeiras, canos (pvc)... 29	82,85%
8º Sucata 24	68,57%
9º Metal inox Ex. panelas, tampas...23	65,71%
10º Papelão e Papel Branco 19 e 18	54,38%

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. Pesquisa qualitativa de catadores

Os materiais menos citados foram os vidros, paletes, bombonas, para-choques, óleo de cozinha e caixinha tetra pak.

O valor obtido com as vendas dos produtos coletados sofre grandes oscilações. Por isso existe a necessidade, para a maioria dos catadores, de possuir espaço adequado para o armazenamento de produtos. Dependendo do valor dos materiais e da quantidade eles podem permanecer guardados por mais de 6 meses. Geralmente, materiais com grande volume são armazenados por no máximo 2 meses.

Foi relatado por unanimidade que o preço do material é formado pelos chamados “atravessadores” ou “intermediários”. A grande maioria dos catadores entrevistados relatou vender seus materiais para tais intermediários. Uma parcela pequena relatou conseguir comercializar o material coletado diretamente com empresas de reciclagem.

Quadro 10 -Materiais mais citados para a venda na reciclagem por categoria

MATERIAIS MAIS CITADOS PARA A VENDA NA RECICLAGEM POR CATEGORIA					
ITEM	**Plástico**	**Peso mínimo/mês**	**Peso máximo/mês**	**Valores (R$ mínimo /máximo kg)**	**Valores (R$ máximo / kg)**
1	Plástico PET	20kg	300kg	0,80 a 2,20	2.30
2	Plástico rígido Ex. Catemba: Recipientes de produtos de limpeza, iogurte, depósitos de sorvete	10 kg	600 kg	0,80 a 1,70	2,20
3	Plástico tipo embalagens e sacos	10 kg	600 kg	0,50	1,30
4	Plástico resistente Ex. Cadeiras, canos (pvc)	15kg	150kg	1,00	2,50
Metal					
1	Metal alumínio	1kg a 30kg	380 kg	5,00 a 7,00	8,70
2	Metal cobre	1kg a 10kg	150 kg	30,00 a 39,00	42,00
3	Metal ferro Ex. Lata de leite	20kg a 300kg	3 T	0,40	1,00
5	Metal inox Ex. panelas, tampas	4kg a 15kg	120kg	7.00	9,00
6	Metal chumbo Ex. Baterias *poucas pessoas coletam	1kg a 5kg	30kg	4,00	6,00
Vidro					

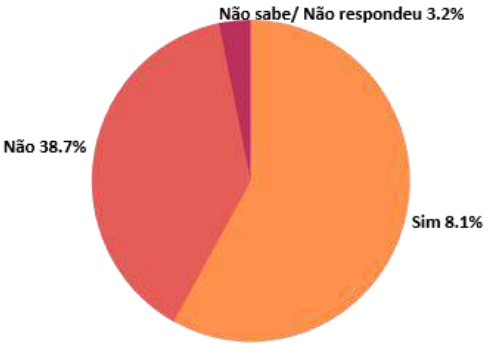
1	Vidro transparente Ex. Garrafa de Run Montila e de Cachaça	100	200	0,05	0,50
Papel					
1	Papel branco	15kg a 300kg	1T	0,15 a 0,30	0,80
2	Papelão	200kg a 500kg	2 T	0.15 a 0,30	0,45

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima. Pesquisa qualitativa de catadores

Sobre a variação entre o peso vendido e o armazenado, os valores oscilam dependendo da necessidade do trabalhador, alguns vendem todos os dias ou toda semana devido a necessidade de se ter o dinheiro com certa rapidez. Os materiais que são armazenados em maior quantidade são os plásticos, ferro, papel e papelão. É impossível poder estimar com precisão os valores mensais baseados em apenas um mês de análise, pois trata-se de venda esporádica, que vai depender do mercado, da obtenção na rua e do tempo do catador para liberá-los.

Sobre os resíduos eletroeletrônicos, 57,1% disseram não coletar esse tipo de material, e os que o coletam, 42,9%, dizem vender placas de computador (mais citado), televisão, geladeira, monitor, ar-condicionado, entre outros. Esses materiais não são fáceis de encontrar nas ruas, e muitos deles quando encontram realizam um desmanche do aparelho, por exemplo, de uma geladeira podem ser retiradas as peças e vendidas como sucata.

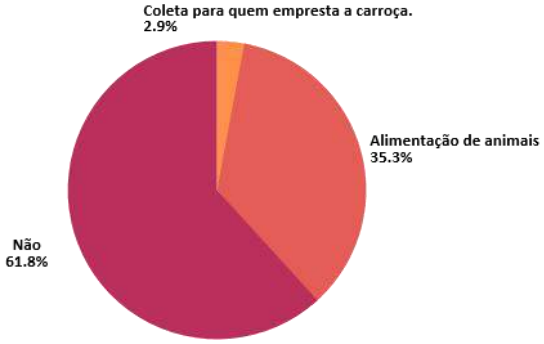
Gráfico 29 - Coleta resíduos eletrônicos.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Em relação à coleta de resíduos orgânicos, 61,8% disseram não coletar e os que disseram sim, 35,3%, coletam para alimentação dos animais. Não foi citado por nenhum dos entrevistados a coleta para a compostagem. Alguns deles possuem parceria com alguns restaurantes para coletar restos de comida.

Gráfico 30 -Coleta resíduos orgânicos para compostagem.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Foto 23 - Espaço do selo SRC- 02 para armazenamento da reciclagem.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Foto 24 - Espaço do selo SRC- 02 para armazenamento da reciclagem.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Foto 25 -Espaço na comunidade São Rafael para armazenamento da reciclagem.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Criação de animais

O grupo de criadores de animais foi escolhido para aplicação de pesquisa qualitativa por estar diretamente relacionado aos temas de saneamento (saúde pública) e sustentabilidade ambiental, por se tratar também de atividade que gera impacto ambiental tanto positivo como negativo no ambiente e por ser umas das profissões mais afetadas com o reassentamento. Deverá ser oferecido soluções para futuros problemas e/ou implicações e a melhoria da atividade e condições de trabalho, além de fornecer novas oportunidades e alternativas para a geração de trabalho e renda para aqueles que desejam mudar de profissão.

Segundo a Lei Complementar nº 07, de agosto de 1995, que dispõe sobre o Código de Postura da Cidade de João Pessoa a criação de animais é proibida, devido às questões de salubridade, que envolvem problemas de saúde pública (por exemplo, doenças causadas por parasitas), mau cheiro, poeira, barulho, poluição (por causa do estrume e dos rejeitos, por exemplo, dos matadouros), competição e conflitos por causa de espaço, animais desgarrados / problemas de trânsito (os animais que perambulam livremente pelas ruas e estradas podem ocasionar acidentes) e problemas de saúde dos animais criados em alta densidade.

De acordo com uma corrente de analistas e planejadores, muitos desses problemas são contrabalançados pelas vantagens que a atividade oferece. Por essas vantagens que a criação

de animais em áreas urbanas continua existindo e se multiplicando, incluindo múltiplos significados para os produtores dos setores urbanos: apoio econômico, tradição, continuidade cultural e/ou religiosa e coesão comunitária (RUAF, 2000).

A aplicação da pesquisa qualitativa objetivou avaliar a percepção da qualidade de vida, impactos ambientais gerados e condições de trabalho dos criadores de animais, das 8 comunidades do Complexo Beira Rio.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de identificações realizadas em cada comunidade.

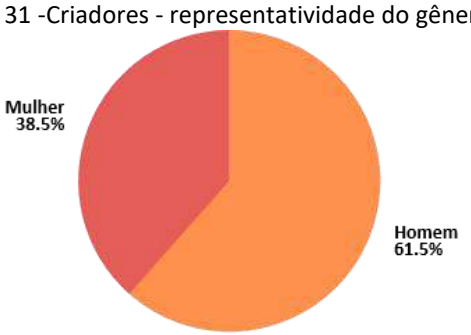
Tabela 64 - Quantidade de criadores por comunidade.

Justificativas	ELO 1		ELO 2	ELO 3	ELO 4	TOTAL
	Padre Hildon	Cafofo Liberdade	Tito Silva	São Rafael	Santa Clara	
Quantidade de cadastros realizados	09	0	09	16	05	39
Pessoas que não quiseram responder	0	0	0	04	0	04
Não faz mais/não realizam	04	2	0	16	01	23
Mudou-se	0	0	0	0	0	0
Não localizado/não estava em casa.	02	0	03	03	0	08
Total						74

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A atividade de criação de animais é exercida predominantemente por homens 61,5% (24). As mulheres possuem participação de 38,5% (15) na atividade.

Gráfico 31 -Criadores - representatividade do gênero no CBR.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As criadoras estão distribuídas nas seguintes comunidades: 3 em Padre Hildon Bandeira, 2 em Santa Clara, 5 em São Rafael e 5 em Tito Silva. 86,6% das mulheres criadoras residem em imóvel próprio (3 - Padre Hildon Bandeira, 1 - Santa Clara, 5 - São Rafael, 4 - Tito Silva), uma em imóvel alugado (Santa Clara), e uma em imóvel cedido (Tito Silva).

Observou-se que a criação de galinhas é predominante entre as criadoras. Das 15 mulheres, 14 apontaram criar galinhas, 2 afirmaram criar cavalos (Tito Silva). Apenas 4 dessas mulheres relataram que a criação é a sua principal fonte de renda, 2 em São Rafael, 1 em Padre Hildon Bandeira e 1 em Santa Clara. Como forma de complementação de renda, 14 delas recebem auxílio social (Auxílio Brasil).

Quando questionadas se a criação era voltada para comercialização, quatro categorias puderam ser verificadas: a) criação para consumo próprio, sendo observadas um total de seis (2 em Padre Hildon Bandeira, 1 em Santa Clara, 1 em São Rafael e 2 em Tito Silva); b) criação

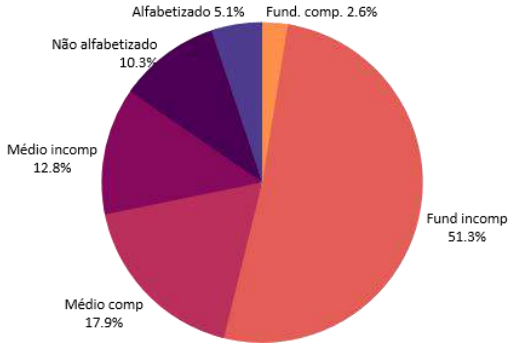
exclusiva para comercialização, sendo relatava por apena uma (1) criadora em Santa Clara; c) criação “mista” para consumo próprio e comercialização, apresentando um total de quatro (4), (sendo 1 em Padre Hildon Bandeira, 2 em São Rafael e 1 em Tito Silva); d) criação por hobby, sendo apontado por quatro delas (sendo 2 em São Rafael e 2 em Tito Silva).

Das 15 mulheres criadoras de animais, nenhuma pertence ou pertenceu a uma Cooperativa. Destas, sete apresentaram não ter interesse em se associar, e cinco gostariam de se associar. Três mulheres não souberem ou não quiseram responder.

Sete criadoras relataram que gostariam de participar da oficina de capacitação, sendo 2 em Padre Hildon Bandeira, 2 em Santa Clara e 3 em Tito Silva. Sete não gostariam de participar de oficina de capacitação, (1 em Padre Hildon Bandeira, 4 em São Rafael e 2 em Tito Silva). Uma criadora não soube responder (São Rafael). As oficinas de interesses apontadas pelas criadoras foram: técnicas de criação, produção de biogás e saúde pública.

Há um baixo grau de escolarização entre os criadores. 57,1% (20) dos entrevistados possuem o fundamental incompleto. Apenas 17,9% (7) tem o ensino médio completo. A tabela abaixo apresenta o nível de escolarização dos criadores entrevistados no Complexo Beira Rio.

Gráfico 32 - Escolaridade criadores de animais

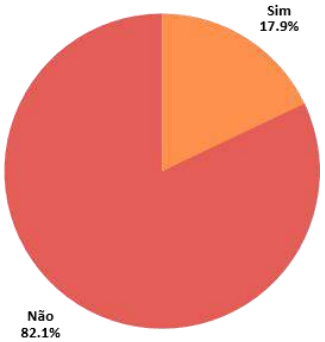


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A maioria das atividades de criação 87,2 % (34) é exercida em área identificada como própria. A maioria das atividades, cerca de 85%, ocorrem em área de risco, estando as demais localizadas em área regularizável.

Para maioria dos entrevistados no Complexo Beira Rio a atividade de criação de animais é considerada uma ocupação secundária. 82,1% dos entrevistados consideram as atividades uma 2ª ocupação.

Gráfico 33 -Ocupação principal.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A tabela abaixo quantifica por área os animais mais comumente criados nas comunidades do Complexo Beira Rio.

Tabela 65 -Tipo de animais encontrados no CBR

Animais	Comunidades				
	São Rafael	Padre Hildon Bandeira	Tito Silva	Santa Clara	Total por tipo de animal
Galinha	434	70	82	49	635
Porco	91	32	8	0	131
Vaca	4	0	2	4	10
Cavalo	3	3	2	3	11
Pato	0	NR	2	0	2
Cabra	5	0	0	0	5

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A tabela abaixo apresenta o número mínimo e máximo, por criador, dos animais mais comumente encontrados no Complexo Beira Rio.

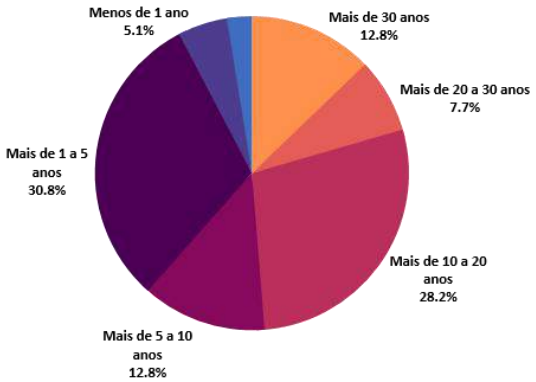
Tabela 66 -Número mínimo e máximo de animais por criador.

Tipos	Valor mínimo/pessoa (unid.)	Valor máximo / pessoa (unid.)
Galinhas	01	100
Porcos	02	30
Cavalos	01	12
Vaca	02	04
Cabra	0	5

Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Em relação ao tempo em que o criador exerce a atividade: cerca de 30,8 % afirmaram que criam entre um 1 e 5 anos e 28,2% afirmaram trabalhar entre 10 e 20 anos com criação de animais.

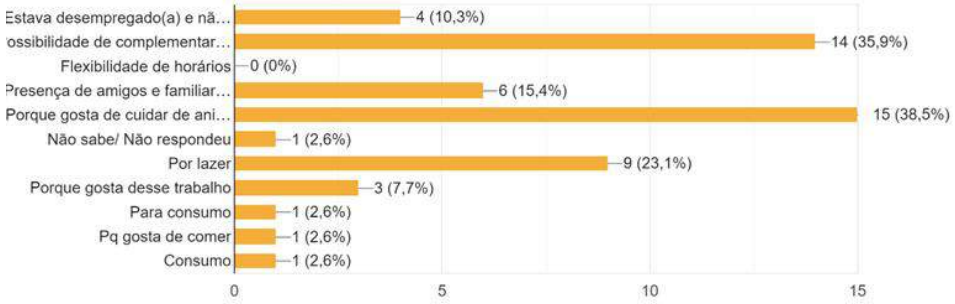
Gráfico 34 -Tempo de criação de animais.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A opção por exercer como segunda atividade essa ocupação relaciona-se com as respostas obtidas na pergunta “Por que começou a criar animais?”, as respostas mais frequentes, foram: “Porque gosta de cuidar de animais” com 38,5% (15), "Possibilidade de complementar a renda” com 35,9% (14), “Por lazer” com 23,1% (9), “Presença de amigos e familiares no setor” com 15,4% (6). A resposta “Estava desempregado(a) e não tinha outra opção de trabalho” 10,3% (4) foi a menos relevante em relação a importância.

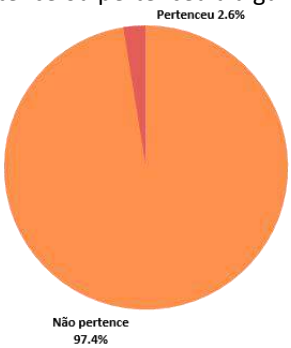
Gráfico 35 - Por que começou a criar animais?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Praticamente por unanimidade as pessoas disseram não conhecer nenhuma associação e consequentemente não pertencem a nenhuma associação de criadores.

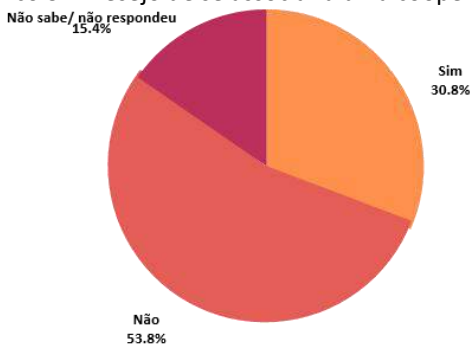
Gráfico 36 -Pertence ou pertenceu a alguma cooperativa?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Foi também perguntado se existe o desejo de se associar a uma cooperativa ou associação de criadores. 53,8% (21) disseram que não, 30,8% (12) disseram que sim. O motivo mais alegado para negativa foi: “não ter interesse” 61,5%.

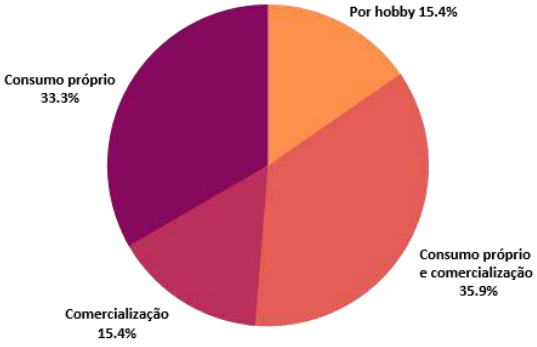
Gráfico 37 -Desejo de se associar a uma cooperativa?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Para 56,4% dos criadores a atividade tem finalidade comercial. No entanto, 43,58% dos entrevistados declararam exercer a atividade para consumo próprio ou lazer.

Gráfico 38 -Criação de animais, consumo próprio ou comercialização.

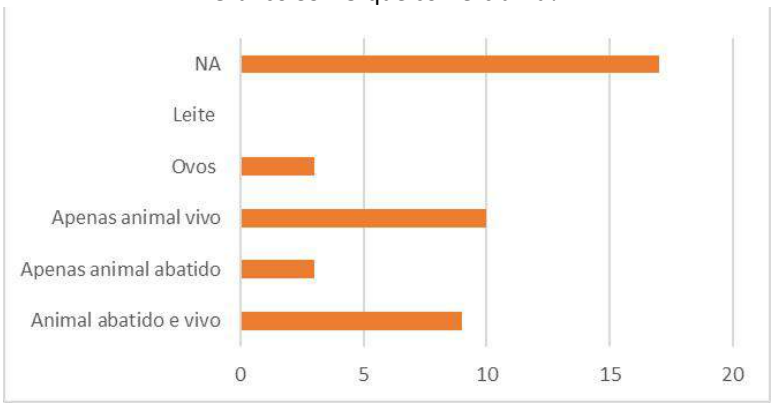


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Entre os 22 criadores que declaram comercializar os animais é possível afirmar que a maioria vendem animais vivos, logo após aparece o grupo que vende os animais vivos ou abatidos.

Mesmo as aves sendo os animais mais criados, apenas três criadores relataram vender ovos. Sobre o local em que os animais são abatidos, para os 13 que apenas consomem todos realizam o abate na cozinha. Entre as 12 pessoas que abatem para a venda: 4 delas realizam o abate no quintal, 2 na cozinha, 1 em um quarto, 3 no local em que cria e 2 em outros espaços.

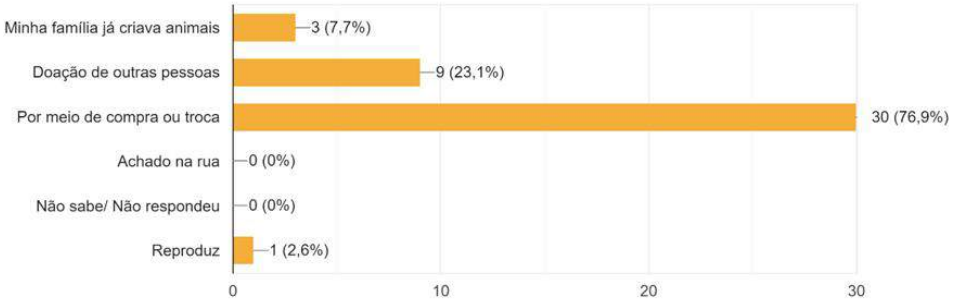
Gráfico 39 - O que comercializa?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A maioria, 76,9%, relatou que adquire os animais por meio de compra. Foi percebido nas entrevistas e relatado por algumas pessoas, uma tradição familiar de criar os animais para quem vivia no interior e em áreas rurais, e que ao chegarem nos centros urbanos acabam por retomar algumas dessas tradições, como é o caso da criação.

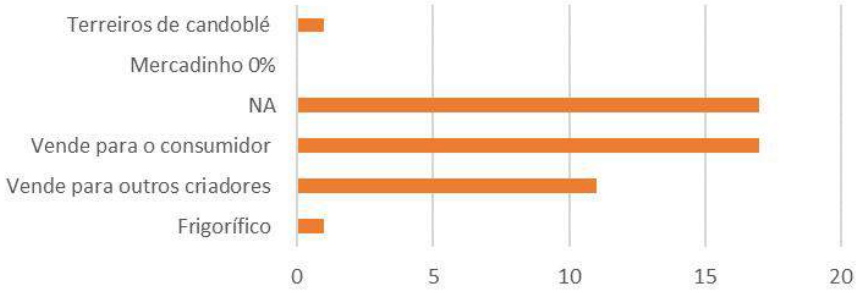
Gráfico 40 -Como adquiriu o animal.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Os animais abatidos são vendidos para consumidores da própria comunidade e amigos. Os animais vivos, de maneira geral, são comercializados com outros criadores, uma pessoa de Padre Hildon Bandeira informou vender para um frigorífico.

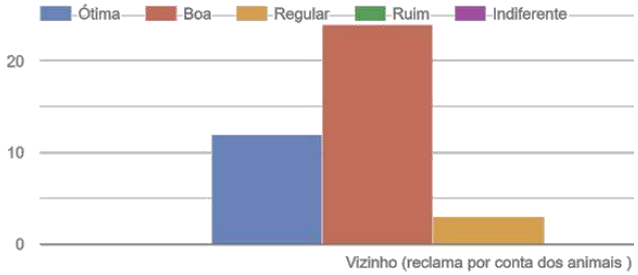
Gráfico 41 - Para quem vende.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A relação com os vizinhos tende a ser pacífica e amigável, pois mais de 30 pessoas afirmaram ter entre ótima a boa relação com os vizinhos, apenas 3 disseram que os vizinhos reclamam de sua atividade.

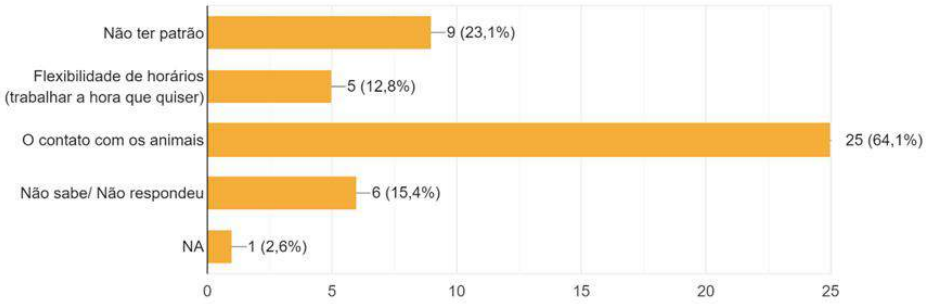
Gráfico 42 -Relação com o vizinho.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A grande maioria diz que o que mais agrada na atividade de criação é o contato com os animais, 64,1% .

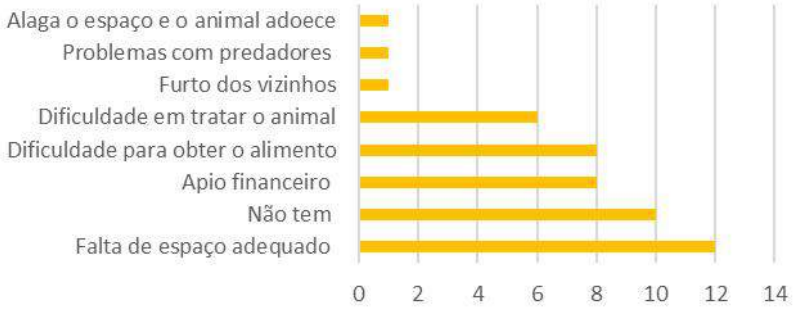
Gráfico 43 -Relação com o vizinho.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Sobre as dificuldades alegadas pelos criadores, o que mais foi citado, por 12 criadores, foi a falta de espaço adequado para a criação. Outros 10 disseram não existir nenhum tipo de problema ou dificuldade no exercício da atividade.

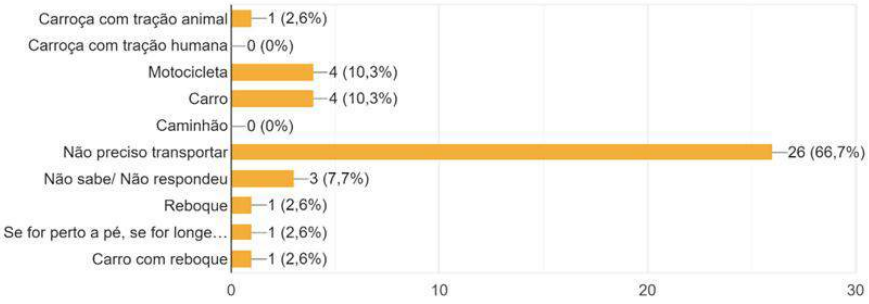
Gráfico 44 -Qual a maior dificuldade na criação de animais?



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A maioria dos entrevistados, 66% (26), disseram não precisar de transporte para o animal na atividade que desenvolvem. Excetuam-se os produtores que precisam vender ao consumidor ou aqueles que participam de exposições feiras de agropecuária.

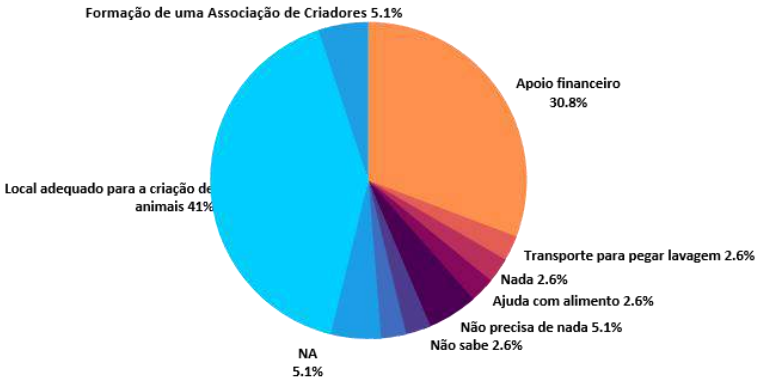
Gráfico 45 -Qual o meio de transporte que utiliza para exercer a atividade.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As respostas para a pergunta “O que precisa ser feito para melhorar o seu trabalho?” corroboram e se relacionam com as dificuldades encontradas para o exercício da atividade. 41% disseram necessitar de melhorias no local para criação.

Gráfico 46 -O que pode ser feito para melhorar o trabalho.

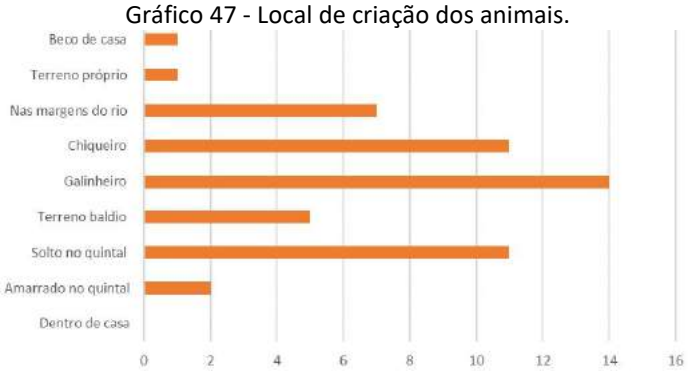


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

No que tange o espaço ocupado pelas criações foram encontrados espaços de oito metros quadrados como os menores declarados. Identificou-se, em contrapartida, espaços de 400 metros quadrados destinados à criação de animais. É importante destacar que a grande maioria não conseguiu dizer com exatidão a área ocupada pela criação, tratando-se, portanto, de valor estimado a partir do relato dos criadores.

Para os animais que são criados soltos (principalmente galinhas sem galinheiros) foi observado in loco, que em alguns casos elas ficam espalhadas em vários locais, sendo inclusive a contagem dos animais difícil. A maioria, 14, disse criar galinhas em galinheiros no quintal de casa, outros 11 afirmaram que criam porcos em chiqueiro, além de outros 11 criarem soltos no quintal, seis pessoas disseram criar em terrenos. Em Padre Hildon Bandeira existe uma Granja de propriedade particular onde o dono permitiu que algumas pessoas criassem animais.

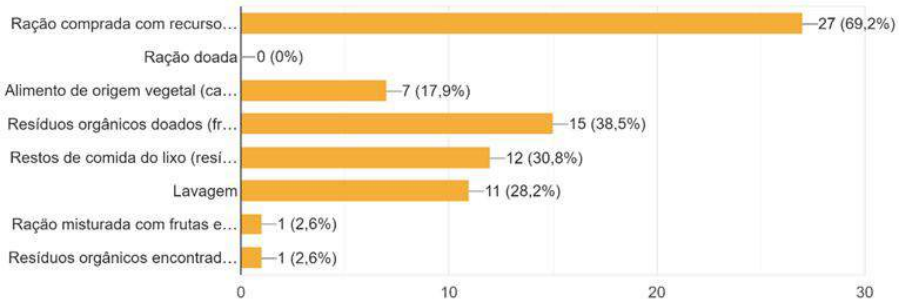
Gráfico 47 - Local de criação dos animais.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Sobre a alimentação dos animais a grande maioria, 69,2% afirmaram comprar ração com recurso próprio, geralmente para galinhas e vacas; 38,5%, recolhem resíduos orgânicos doados; 28,2% dão lavagem aos seus porcos e 33,33% das pessoas recolhem restos de comida do lixo, atividade que compromete a saúde do animal.

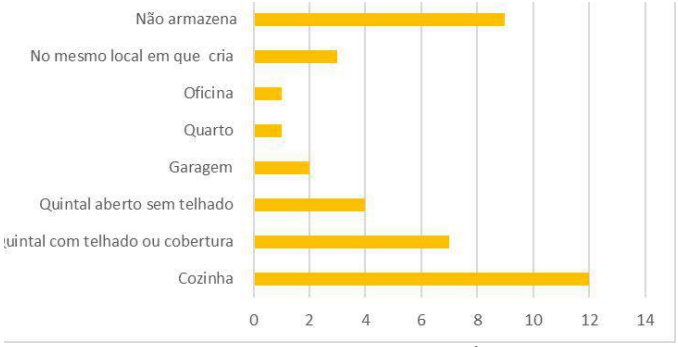
Gráfico 48 -Alimentação dos animais.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Em relação a armazenagem dos alimentos dados aos animais, 9 pessoas disseram não armazenar coletando, portanto, o material diariamente (capim, restos de comida). Entre os que declararam armazenar a grande maioria acondicionam o material na cozinha de casa ou no quintal.

Gráfico 49 -Armazena o alimento dos animais.

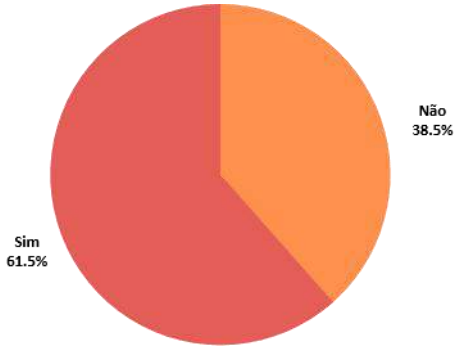


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Sobre a saúde dos animais foram realizadas três perguntas: a primeira delas se os animais eram vacinados, a segunda se eles eram vermifugados e, caso não fossem, por quais razões. Foi percebido que a grande maioria entendia que existia a necessidade de cuidados com vacina e remédios contra vermes, mas paralelamente se identificou muita desinformação sobre os tipos de remédios a serem aplicados.

Para as vacinas 61,5% (25) disseram aplicar as vacinas. Por outro lado, 38,5% (14) relataram não vacinar os animais.

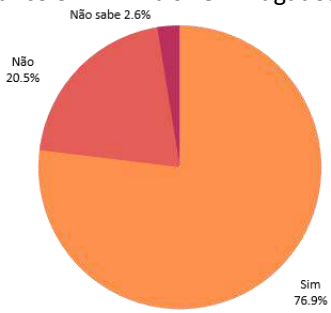
Gráfico 50 - Animais vacinados.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Para os tratamentos contra o verme, 76,9% disseram vermifugar. A vermifugação ajuda no combate das seguintes doenças parasitárias que podem contaminar os seres humanos: triquinose, cisticercose, toxoplasmose, sarna sarcóptica, Tênia Solium, T. Saginata, Ascaridíase entre outras. Além dessas, outras doenças específicas que acometem apenas os animais sem ser transmissível ao homem Castro, G. (1999) baseado em Ghirotti, M. (1999).

Gráfico 51 -Animais vermifugados.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Quadro 11 - Principais doenças que afetam as galinhas e porcos e que podem contaminar os seres humanos.

PORCOS			
Bacterianas	**Virais**	**Parasitárias**	**Micóticas**
Carbúnculo (Antrax)	Estomatite vesicular	Triquinose	Dermatomicose
Leptospirose Brucelose		Cisticercose	
Erisipela		Toxoplasmose	
Tuberculose		Sarna sarcóptica	
Salmonelose			
Estafilococos			

GALINHA			
BACTERIANAS	**VIRAIS**	**PARASITÁRIAS**	**MICÓTICAS**
Tifo aviário	Gripe aviária	Nematóides (ascaridia spp, capillria spp,	
Pulorose		Cestóides (Davainea proglottina..)	
Salmoneloses			
Clamidiose ou ornitose animal			

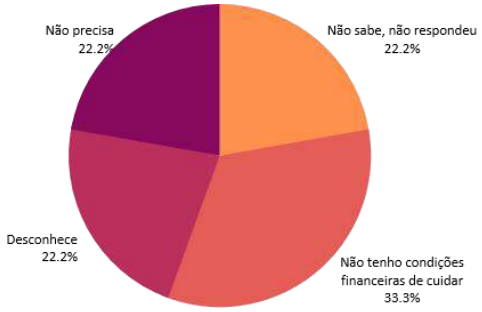
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Sobre os tipos de medicação (vacinas e remédios para a verme) utilizados foram declarados os seguintes:

VACINAS CITADAS	REMÉDIO PARA VERME CITADO	OUTROS - preventivos
Antirábica	Ivomec	Ferrodex
Febre-aftosa	Proverme	
Terramicina (anti-microbiano)	Duploverme	

O gráfico abaixo aponta as principais razões alegadas para não vacinação ou uso de vermífogo.

Gráfico 52 - No caso de não vacinação, qual o remédio utilizado.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Foto 26 - Local da criação do proprietário do selo SRC022, animais vivendo em condições insalubres.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

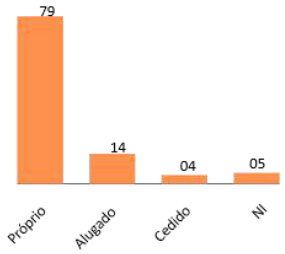
Foto 27 - Criação de animais em Padre Hildon Bandeira.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima

Foto 28 - Criação de animais em Santa Clara.
Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

DEMAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A análise acerca das demais atividades econômicas reconhecidas no Complexo Beira Rio será iniciada pelas 102 existentes em área cadastral. De maneira geral é possível afirmar que tais atividades ocorrem em sua grande maioria em domicílios próprios com uso misto ou residencial.

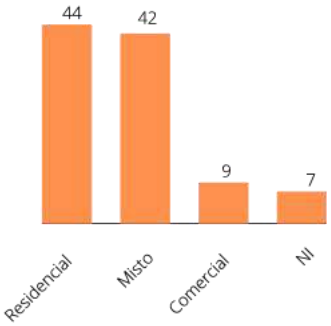
Gráfico 53 - Situação do lote – Atividades econômicas em área de risco



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Houve para os empreendimentos localizados na área de risco pouca recorrência de unidades comerciais, onde o responsável pela atividade não reside no local da atividade econômica.

Gráfico 54 - Uso do imóvel - atividades econômicas em área de risco

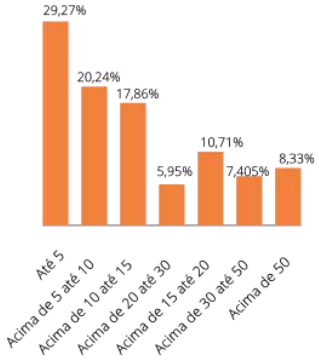


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Os empreendimentos localizados na área cadastral apresentaram grande variabilidade na área ocupada pela atividade. Durante as vistorias em junho de 2022 a equipe técnica em campo procurou junto aos responsáveis pelas atividades reconhecer o funcionamento das mesmas e mensurar o espaço ocupado. Trata-se, portanto, de uma medida aproximada que busca compreender a heterogeneidade dos empreendimentos.

O gráfico abaixo apresenta a área ocupada, em metros quadrados, pelas atividades reconhecidas em área de risco.

Gráfico 55 - Área ocupada em metros quadrados - Empreendimentos em área de risco

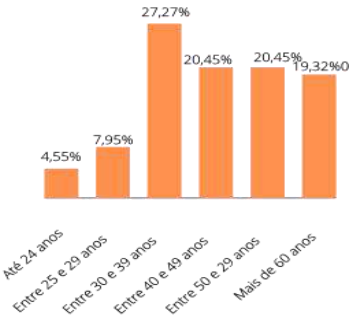


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima]

Há grande heterogeneidade nas dimensões das atividades, havendo grande concentração de empreendimentos que ocupam até 10 metros quadrados (aproximadamente 50% do total), marcadamente devido à presença dos fiteiros e pequenos salões nas comunidades. Tais informações são fundamentais para que as soluções comerciais propostas reconheçam tais diferenças e apresentem saídas compatíveis com o funcionamento das atividades.

Os empreendedores das comunidades do Complexo Beira Rio, de maneira geral, são mais velhos que a média da comunidade, possuindo aproximadamente 46 anos.

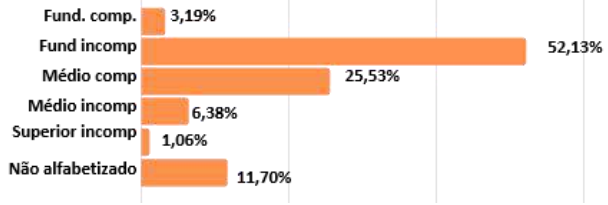
Gráfico 56 - Idade dos Responsáveis pelas atividades econômicas em área de risco



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Relacionada à idade avançada, os responsáveis pelas atividades econômicas nas áreas cadastradas do Complexo Beira possuem uma escolaridade ainda mais baixa do que a média da comunidade. Quase dois terços dos empreendedores não concluíram o ensino fundamental, sendo quase 12% do total analfabetos.

Gráfico 57 - Nível de escolaridade dos responsáveis empreendimentos em área de risco

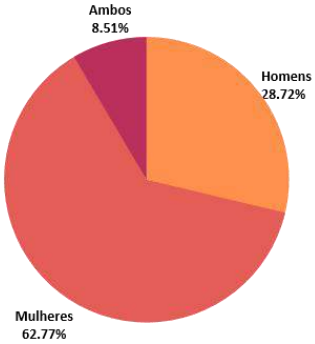


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

De maneira geral é possível afirmar que as atividades na área de risco do Complexo Beira Rio são majoritariamente lideradas por mulheres. Em aproximadamente 70% das atividades elas

estão à frente do negócio, em algumas ocasiões (8,5%) junto com algum homem, mas na maioria das vezes (62,7%) foram reconhecidas, durante as vistorias da equipe técnica, como a principal liderança da atividade.

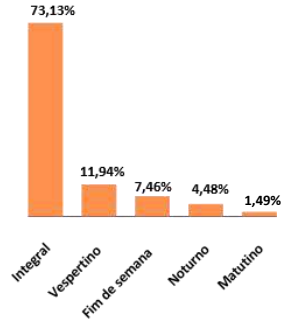
Gráfico 58 - Liderança comercial área de risco



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Durante a vistoria realizada aos empreendimentos a equipe efetuou levantamento sobre o turno de funcionamento das atividades. A grande maioria das atividades econômicas identificadas funciona em período integral.

Gráfico 59 - Turno das Atividades econômicas na área de risco

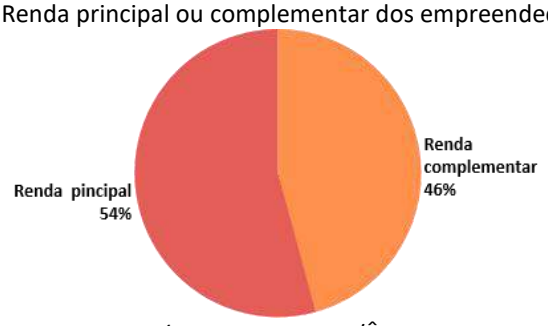


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As atividades nas comunidades do Complexo Beira Rio em grande medida são extensões das atividades do lar, não havendo clara diferenciação entre a vida comercial e residencial. Nesse sentido um fiteiro abre logo ao amanhecer do dia e o responsável pelo negócio ali permanece conciliando seus afazeres cotidianos com as vendas para a comunidade. Isso também foi observado em relação ao modo de trabalho de muitas manicures e cabeleireiras das comunidades: os atendimentos acontecem em espaços no interior ou anexos ao domicílio e são entrecortados por pausas para cuidados com filhos, netos e outros afazeres domésticos.

A renda média obtida com as atividades econômicas na área de risco do Complexo Beira Rio é de aproximadamente R$650 mensais.

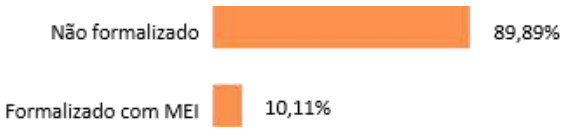
Gráfico 60 - Renda principal ou complementar dos empreendedores do CBR



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima

Para pouco mais da metade dos empreendedores do Complexo Beira Rio a atividade econômica exercida é a renda principal do titular. Em outros casos, outras rendas acabam sendo a principal seja pela existência de outra atividade ou por outra fonte de renda (aposentadoria, aluguéis etc.).

Gráfico 61 - Formalização das Atividades

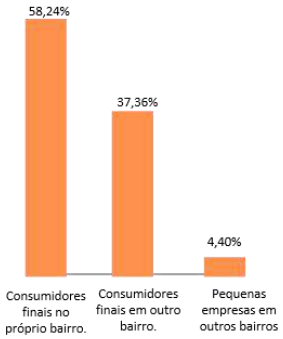


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A grande maioria das atividades para esses empreendedores acontecem na mais absoluta insegurança. Apenas 10% deles são regularizados como MEI os demais exercem as atividades sem nenhuma forma de regularização da atividade.

Os consumidores dos comércios e serviços das comunidades do Complexo Beira Rio são de maneira geral moradores das próprias comunidades. Quando perguntados sobre de onde eram seus clientes a maioria (58,24%) dos empreendedores afirmaram que suas vendas eram feitas para seus vizinhos.

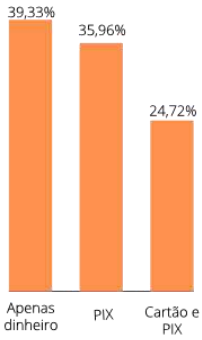
Gráfico 62 - Consumidores



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Ao serem perguntados sobre as formas de recebimento, quase 40% dos empreendimentos aceitam ainda apenas dinheiro. No entanto, a maioria dos empreendimentos já trabalhavam com Pix (aproximadamente, 60% do total).

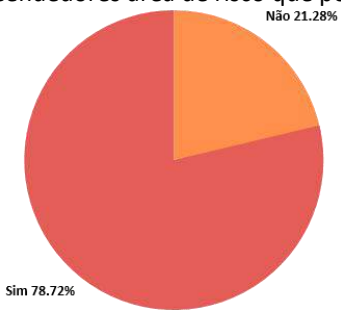
Gráfico 63 - Formas de recebimento.



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

O alto número de empreendedores que apenas aceitam dinheiro como forma de recebimento se contrasta com a quantidade de responsáveis pela atividade que acessam a internet regularmente. Aproximadamente 78% dos empreendedores declararam possuir smartphones e acessar a internet regularmente.

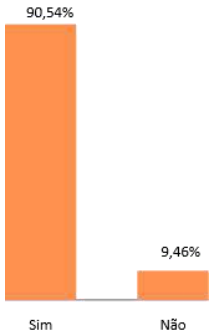
Gráfico 64 - Empreendedores área de risco que possuem Smartphones



Fonte: Pesquisa censitária/ cadastral - Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Boa parte das atividades econômicas possuem potencial para expansão de seus negócios via internet. Salões, vendedoras de cosméticos, vendedora de roupas etc. Não obstante o alto índice de acesso a internet, poucas são as atividades na área de risco das comunidades do Complexo Beira Rio que possuem parte de suas atividades estruturadas na internet. Os responsáveis pelas atividades que declararam acessar a internet regularmente usam abundantemente a rede social WhatsApp, cerca de 90% dos empreendedores declararam usar a rede com regularidade diária.

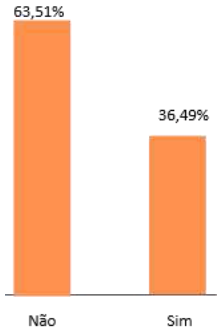
Gráfico 65 - Responsáveis pelas atividades econômicas uso do WhatsApp



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

O Instagram, por sua vez, não possui a mesma popularidade entre os empreendedores. Apenas 36% declararam usar a rede.

Gráfico 66 - Responsáveis pelas atividades econômicas uso do Instagram



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

As atividades econômicas identificadas na área de risco do Complexo Beira Rio passarão por uma intervenção que provocará deslocamento econômico. Uma das formas possíveis de mitigação das perdas econômicas pode ser a de oferecimento de qualificação para estruturação e divulgação de negócios via internet se valendo de redes sociais.

As atividades mais comumente encontradas na área cadastrável e portanto, passível de remoção, encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 67 - Tipos de atividades em área de risco

Categoria da Atividade Econômica	Quantidade
Barbearia, Manicure e Salão de Beleza	19
Fiteiro	14
Comercialização de Roupas	10
Produção e Comercialização de Açaí, Bolos, Doces, Sorvetes e Salgados	9
Comércio e Serviços ligados à Construção Civil	7
Comercialização de Cosméticos	5
Bares, Restaurante, Pizzaria e Similares	5
Distribuidores de Água, Bebidas ou Gás	4
Comércio ou Produção de Vasos e Itens de Jardim	4
Assistência técnica de Eletrônicos e Eletrodomésticos	4
Oficina Mecânica - Serviços Automotivos em Geral	3
Lanchonete	3
Serviços ligados à Costura	3
Serviços ligados à Lavanderia	2
Serviços Gráficos - Fotocópias e Plastificação	2
Produção e Venda de personalizados para festa	2
Instituição Escolar	1
Mercearia ou Minimercado	1
Hortifruti	1
Jogos e Apostas	1
Cuidadora de Crianças ou Idosos	1
Bazar	1
Total	**102**

As atividades mais comumente encontradas são as ligadas à beleza e os fiteiros. Tais empreendimentos, de acordo com o perfil da família e diálogo com os responsáveis pela atividade, podem ter como solução econômica o deslocamento para boxes comerciais. No geral são atividades congruentes com os novos espaços a serem criados.

A grande quantidade de salões de beleza e fiteiros pode promover uma alta concentração de atividades da mesma natureza em um mesmo espaço nas novas unidades habitacionais. Procurando minimizar os transtornos com tal deslocamento econômico recomenda-se ao Programa o diálogo e qualificação dos empreendedores para a conversão de atividades. Dessa forma um fiteiro, por exemplo, poderia converter-se, sendo do desejo de seu titular, em outra atividade evitando a concorrência e aumentando o potencial de geração de renda para a família envolvida em tal atividade.

A área consolidável possui 202 atividades econômicas identificadas. A tabela abaixo descreve as atividades mais comumente encontradas.

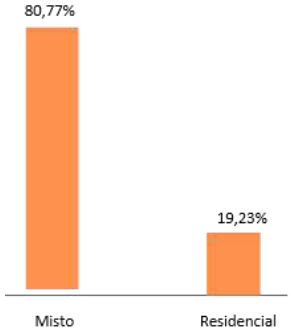
Tabela 68 -Tipos de atividades em área amostral

Categoria da Atividade Econômica	Quantidade
Fiteiro	26
Mercearia ou Minimercado	26
Produção e Comercialização de Açaí, Bolos, Doces, Sorvetes e Salgados	25
Oficina Mecânica - Serviços Automotivos em Geral	18
Barbearia, Manicure e Salão de Beleza	18
Comercialização de Roupas	15
Lanchonete	9
Bares, Restaurante, Pizzaria e Similares	8
Comércio e Serviços ligados à Construção Civil	7
Distribuidores de Água, Bebidas ou Gás	7
Assistência técnica de Eletrônicos e Eletrodomésticos	6
Serviços ligados à Costura	6
Comércio de Móveis e Artigos Domésticos	4
Comercialização de Cosméticos	4
Serviços Gráficos - Fotocópias e Plastificação	4
Comércio ou Produção de Vasos e Itens de Jardim	3
Lava Jato	3
Bazar	3
Estúdio de Tatuagem	2
Academias de Condicionamento Físico	2
Jogos e Apostas	2
Serviço de Dedetização	1
Serviços Imobiliários	1
Hortifruti	1
Comércio de Piscinas	1
Total	**202**

Para área consolidável não será possível o mesmo nível de análise realizado para os empreendimentos existentes na área de risco. No entanto, alguns elementos importantes podem ser apontados.

As atividades econômicas identificadas na área consolidável seguem padrão semelhante aos da área cadastral no que diz respeito à posse dos imóveis, a maioria deles se encontra em domicílios próprios.

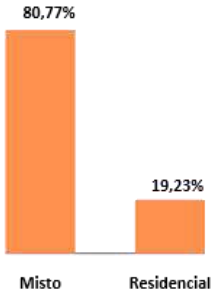
Gráfico 67 - Condição dos empreendimentos em área consolidável



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

No entanto no que diz respeito ao uso e ocupação do solo há uma inversão. Enquanto para área cadastral havia equilíbrio entre domicílios considerados residenciais e mistos na identificação da área consolidável há predomínio do uso misto.

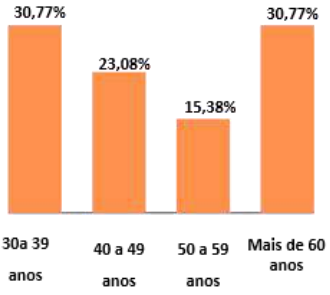
Gráfico 68 - Uso dos empreendimentos em área consolidável.



Fonte: Pesquisa amostral. Consórcio DEMACAMP/Ânima.

A idade dos empreendedores da área consolidável aponta o mesmo padrão reconhecido para a área cadastral. De maneira geral trata-se de empreendedores com idade avançada quando comparados ao conjunto da população. Destaca-se que não houve registro de nenhum empreendimento liderado por morador com menos de 30 anos.

Gráfico 69 - Tipos de atividades em área consolidável.

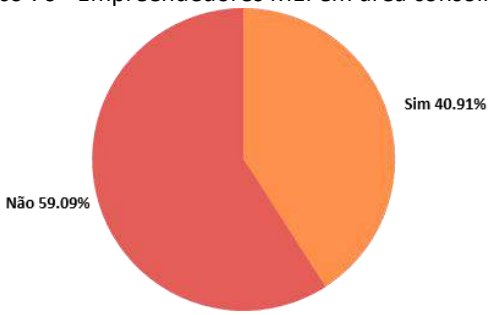


Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Os responsáveis pelas atividades econômicas na área consolidável do Complexo Beira Rio possuem uma escolaridade ainda mais baixa do que os empreendedores da área de risco. Pouco mais da metade não concluiu o ensino fundamental, sendo 16% da amostragem formada por analfabetos.

A renda média obtida com as atividades econômicas na área consolidável do Complexo Beira Rio é de aproximadamente R$850 mensais, superior ao encontrado para os empreendedores da área cadastral.

Gráfico 70 - Empreendedores MEI em área consolidável.

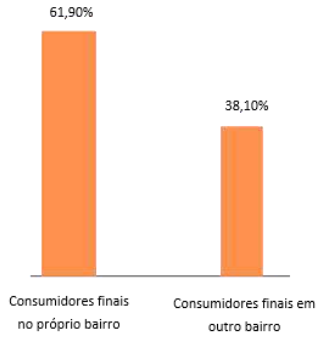


Fonte: Pesquisa amostral - Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Diferente do que ocorre na área de risco na área amostral, provavelmente uma parcela maior de empreendedores está regularizado como MEI. Cerca de 41% da amostra são regularizados como MEI os demais exercem as atividades sem nenhuma forma de regularização.

Os consumidores dos comércios e serviços das comunidades do Complexo Beira Rio são de maneira geral moradores das próprias comunidades. Isso se confirma nas áreas cadastral e amostral. Para essa última aproximadamente 62% dos consumidores são moradores das próprias comunidades.

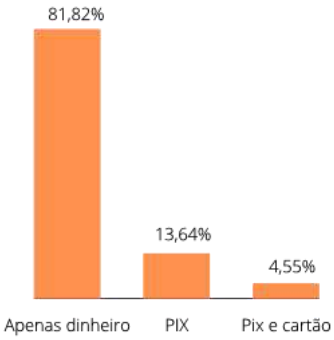
Gráfico 71 - Consumidores dos empreendimentos – Pesquisa Amostral



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

No que tange às formas de recebimento, os empreendedores da área consolidável podem apresentar um perfil diferente dos empreendimentos da área cadastral. De maneira geral as atividades que aceitam apenas dinheiro na área consolidável (82%) aparecem em taxas superiores às encontradas na área cadastral (39%).

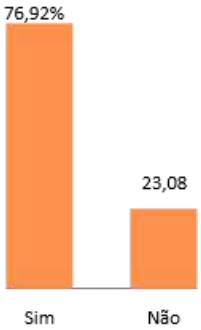
Gráfico 72 - Formas de recebimento empreendimentos – Pesquisa Amostral



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

No que diz respeito a conectividade e uso das redes sociais, os empreendedores da área consolidável apresentam um perfil semelhante ao dos empreendedores da área cadastral. A maioria deles possui smartphones estando frequentemente conectado à internet.

Gráfico 73 - Uso de Smartphones empreendedores– Pesquisa Amostral



Fonte: Consórcio DEMACAMP/Ânima.

Todos os empreendedores que declararam possuir smartphones usam a rede social WhatsApp. No que tange o uso do Instagram, inverte-se o encontrado na área cadastral, a maioria dos empreendedores da área consolidável declara ser usuário do Instagram.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO CBR: QUALIFICAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

O trabalho de identificação das atividades econômicas nas comunidades do Complexo Beira Rio não reconheceu nenhuma forma de trabalho associativo ou cooperado que ocorra no território. Identificou-se, no entanto, duas moradoras que participam de cooperativas fora do CBR.

Ana Paula Pereira, de Padre Hildon Bandeira (PHF064), que compõe um empreendimento cooperativo de técnicas de enfermagem que presta serviço para diversas instituições da cidade e Maria da Penha, de Santa Clara (SCF011), que participa de uma experiência de produção agrícola no município de Pedra de Fogo – PB, localizado na RMJP a pouco mais de 40 kms da capital.
A ausência de experiências cooperativas solidárias reforça, em alguma medida, o baixo número reconhecido da presença de "trabalho decente", retratado anteriormente, ao abordarmos as formas desprotegidas de trabalho nas comunidades do Complexo Beira Rio.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza o "trabalho decente" como aquele adequadamente remunerado, exercido plenamente em condições de liberdade, segurança e capaz de garantir uma vida digna.

Nesse sentido a definição engloba ao menos quatro dimensões fundamentais:

- Respeito aos direitos fundamentais no trabalho (liberdade sindical, erradicação do trabalho forçado e infantil e eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de ocupação e emprego);
- Promoção máxima do emprego produtivo e de qualidade;
- Universalização da proteção social;
- Fortalecimento do diálogo social.

A promoção do “trabalho decente” não pode ser reduzida a mero encaixe dos trabalhadores em vagas de trabalho, não se trata simplesmente de acesso ao mercado de trabalho. Antes disso, trata-se também de inclusão a direitos econômicos e sociais tais como acesso a cobertura previdenciária, financiamento e assistência técnico-educacional adequada etc.

Conforme retratado anteriormente, o local de trabalho para boa parte dos trabalhadores das comunidades do Complexo Beira Rio é uma extensão da moradia. Nesse sentido, garantir o direito à cidade é elemento fundamental para o desenvolvimento econômico no Complexo Beira Rio. Compreende-se direito à cidade não só como melhorias de infraestrutura, equipamentos públicos e habitações dignas, mas também como direito a pleno exercício da cidadania.

A transformação da economia das comunidades do Complexo Beira Rio em formas de trabalhos dignas, portanto, pressupõe a transformação do ambiente social envolvendo de maneira geral a nova inserção dos empreendimentos econômicos. A solução individual de cada empreendimento econômico não resultará necessariamente no desenvolvimento econômico do todo. Trata-se de um processo que precisa conjugar acesso à direitos sociais e alargamento da cidadania. A emergência destas condições requer a convergência de uma série de iniciativas do poder público e outras instituições da sociedade civil.

As comunidades do Complexo Beira Rio apresentam, como visto anteriormente, grande número de trabalhadores e trabalhadoras ligados à reciclagem, havendo grande potencial para que tais trabalhadores sejam ouvidos e se construam novas redes de inserção econômica e social a partir da formação de associação ou cooperativa durante a intervenção do Programa.

De maneira geral o trabalho atual de tal categoria se dá sem nenhuma forma de acesso à direitos e seguridade social. Trata-se de categoria, de acordo com os relatos colhidos durante a pesquisa qualitativa, que se sente marginalizada, que possui baixa escolaridade e alta vulnerabilidade econômica e social quando comparados a outros tipos de trabalhos encontrados no CBR.

> O caso dos catadores de lixo merece uma menção especial, devido a seu significado social. Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é a união que faz a força: a cooperativa. A cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da autoajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores (SINGER, 2002, pg. 89).

O fomento a formas de associação ou cooperativismo solidário pode se contrapor ao menos a três dimensões da exclusão experimentadas pelos catadores em seu cotidiano: a econômica, possibilitando maior renda a esse grupo; a social, possibilitando a diminuição do preconceito

junto a esses trabalhadores e a emocional, que faz com que o indivíduo envolvido em tal trabalho em muitas oportunidades sinta medo ou vergonha por conta de sua atividade.

A associação a partir de formas solidárias, portanto, pode ensejar um processo de construção de identidade coletiva contribuindo para o alargamento de sentidos no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com a reciclagem. Nesse sentido identitário é fundamental que ao longo do desenvolvimento do Programa seja possibilitado aos catadores a aproximação com outras experiências e instituições ligadas à catação de materiais recicláveis.

Para a formação de uma associação ou cooperativa de catadores no CBR é necessário que se garanta condições estruturais mínimas tais como espaço adequado, esteira, prensas etc. Além disso, para a sustentabilidade do empreendimento, ao menos nos anos iniciais, é necessário acompanhamento da política pública instituída no município. De maneira geral o desafio econômico das cooperativas fomentadas está relacionado a:

- Escala econômica alcançada pelo empreendimento, sendo aqui fundamental a adequada inserção na política municipal de gestão de resíduos sólidos;
- A separação e qualificação dos produtos a serem reciclados;
- Fluxo adequado de fornecimento.

Além do fomento à cooperativa de catadores, alguns outros grupos de trabalhadores podem ser inseridos em redes de economia solidárias existentes no município. É o caso dos artesãos das oito comunidades do CBR. Abaixo lista de 23 domicílios com artesãos ou pessoas que possuem interesse em desenvolver atividades ligadas ao artesanato.

Quadro 12 - Domicílios com artesãos

Comunidade	Selo
Padre Hilton Bandeira	PHA024, PHB049, PHC024, PHC036
Santa Clara	PHE037, SCD045, SCF001, SCF014, SCF037, SCF047, SCF050,
São Rafael	SRB053, SRB088, SRC020, SRC050, SRH019, SRH022, SRI028, SRJ001
Tito Silva	TSB020, TSB032, TSB034, TSC061
Vila Tambauzinho	VTA003

A intervenção no Complexo Beira Rio pode buscar a qualificação profissional desse segmento, a inserção desses trabalhadores em redes protegidas de trabalho, com regularização da atividade e em redes solidárias de artesãos do próprio município. Nesse sentido, a aproximação com as políticas públicas municipais em andamento é fundamental ao longo do Programa.

Durante o período de cadastramento foram identificados os cursos que os moradores do Complexo Beira Rio gostariam de fazer. A tabela abaixo apresenta os cursos por ordem de preferência.

Tabela 69 -Demanda por qualificação

Área do Curso desejado	Quantidade	Participação
Gastronomia	77	15,56%
Atividades ligadas à beleza	67	13,54%
Enfermagem	49	9,90%
Construção Civil	48	9,70%
Empreendedorismo e Administração de Empresas	35	7,07%
Informática	34	6,87%
Corte e Costura	21	4,24%

Área do Curso desejado	Quantidade	Participação
Mecânica	14	2,83%
Segurança	9	1,82%
Artesanato	8	1,62%
Atendente de Farmácia	8	1,62%
Direito	7	1,41%
Educação Física	7	1,41%
Eletrônica	7	1,41%
Pedagogia	7	1,41%
Cuidador de Idosos	6	1,21%
Curso de Idiomas	5	1,01%
Farmácia	5	1,01%
Operador de Caixa	5	1,01%
Recepcionista	5	1,01%
Psicologia	4	0,81%
Veterinária	4	0,81%
Bombeiro	3	0,61%
Conserto de celular	3	0,61%
Fisioterapia	3	0,61%
Serviços Gerais	3	0,61%
Técnico de Laboratório	3	0,61%
Transações Imobiliárias	3	0,61%
Meio ambiente	2	0,40%
Nutrição	2	0,40%
Odontologia	2	0,40%
Operador de Máquina	2	0,40%
Porteiro	2	0,40%
Radiologia	2	0,40%
Refrigeração	2	0,40%
Segurança do Trabalho	2	0,40%
Serviço Social	2	0,40%
Técnico em Radiologia	2	0,40%
Vendas	2	0,40%
Vigilante	2	0,40%
Agente de Saúde	1	0,20%
Assistência Técnica de ar-condicionado	1	0,20%
Biologia	1	0,20%
Biomedicina	1	0,20%
Camareira	1	0,20%
Contabilidade	1	0,20%
Cuidador de animais	1	0,20%
Decoração de Festa	1	0,20%
Dentista	1	0,20%

Área do Curso desejado	Quantidade	Participação
Embalador	1	0,20%
Garçom	1	0,20%
Hematologia	1	0,20%
Jardinagem	1	0,20%
Marketing	1	0,20%
Massoterapeuta	1	0,20%
Merendeira	1	0,20%
Motorista	1	0,20%
Secretariado	1	0,20%
Serigrafia	1	0,20%
Terapia ocupacional	1	0,20%
Urgência e Emergência Pré-Hospitalar e Hospitalar	1	0,20%
Total	**495**	**100%**

Os cursos ligados à área da gastronomia são os mais demandados pelos moradores das comunidades do CBR nesta categoria estão agregados cursos de confeiteiro, cozinheiro, culinária e gastronomia. Trata-se de um grupo que deve ser priorizado pelo Programa pois tem profunda sintonia com o potencial turístico existente na cidade de João Pessoa.

Os cursos ligados à área de beleza estão em segundo lugar, com mais de 13% entre as demandas dos moradores. Nesta categoria estão agregados os cursos de cabeleireira, design de sobrancelhas e estética.

Os cursos ligados à enfermagem, às áreas da construção civil, administração de empresas, informática e costura, somados aos anteriores, compõem quase 70% da demanda dos moradores das comunidades do Complexo Beira Rio e devem ser priorizados pelo Programa.

É importante que a oferta de qualificação profissional aos moradores do CBR, ao longo do Programa, esteja em sintonia com a política pública local de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, a aproximação entre a qualificação ofertada aos moradores e o encaminhamento a vagas de emprego protegidos do Sistema Nacional de Emprego de João Pessoa (Sine-JP) é um elemento de fundamental importância.

A categoria “Empreendedorismo e Administração de Empresas” agrega moradores com interesse na área de cursos de administração e abertura de novos negócios, para esse grupo pode ser relevante que o Programa propicie além da qualificação técnica acesso a programas de microcrédito como o “Eu posso – Programa de Microcrédito social” da PMJP deve ser articulado para esse grupo.

5. CONCLUSÕES

Neste item serão destacados do conjunto de textos tratados nos capítulos anteriores, os principais pontos que poderão motivar os debates para construção das proposições e concepção Plano de Desenvolvimento Social. A seguir serão apresentados os problemas e potencialidades que são apresentados aqui, de forma bem sintética.

Problemas

- **Socioeconômico**

Escolaridade

- Baixa escolaridade, apenas 1/3 da população concluiu o ensino básico (ensino fundamental e básico) e existência de pessoas não alfabetizadas. Desses, cerca de 40% são mulheres responsáveis pelas família. O que evidencia mais uma face das vulnerabilidades enfrentadas por este grupo.

Renda

- O cenário geral das famílias do CBR é de baixa remuneração. Chama atenção os dados ligados aos domicílios chefiados por mulheres. A renda com a ocupação principal de pouco mais de 53% dos domicílios chefiados por homens é de até 1 salário-mínimo. Por sua vez a renda com a ocupação principal em lares de chefia feminina são de até 1 salário-mínimo em 80% das vezes.
- A análise geral da renda per capta familiar do conjunto das famílias das comunidades, incluindo as famílias cujo chefes estão desempregados mostra a baixa renumeração e vulnerabilidade social na qual algumas das famílias estão inseridas.Mais da metade das famílias (52,4%) na área de risco do Complexo Beira Rio possuem renda per capta de até ½ salário-mínimo. Chama atenção o número de 5,46% das famílias da área de risco que declararam não possuir nenhuma renda no momento do cadastramento.
- É preocupante o percentual daqueles sem inscrição no CADÚNICO, que somados aos que não sabem responder sobre a inscrição totalizam 59% do conjunto na área de risco. Por outro lado, considerando o acesso dos moradores do CBR ao bloco de políticas e programas públicas, destinadas à população residente nas áreas em questão, uma vez que 80% não têm acesso aos programas de Segurança Alimentar; 74% aos relativos às políticas de Minas e Energia, e 61” aos de Assistência Social.

Grupos vulneráveis

Mulheres responsáveis pela família.

- É necessário especial atenção para os lares que são chefiados por pessoas desocupadas. Mulheres chefiam 66% dos domicílios da área cadastral do Complexo Beira Rio (520 entre os 787 existentes). No entanto, ao se observar os domicílios onde o chefe familiar está desocupado, a participação feminina é de 85%. Para área consolidável padrão muito semelhante é encontrado ao se observar os domicílios com chefes desocupados a participação dos lares liderados por mulheres é de 87%.

Catadores

A grande maioria das pessoas que desenvolvem essa atividade a tem como renda principal, realizando o trabalho de forma mais regular e frequente. Porém, há aqueles que tem a

ocupação como segunda renda, esses tem uma permanência temporária, pode considerar como “atividade econômica de bico”.

- As condições de trabalho, para a grande maioria dos catadores, são precárias, de alta vulnerabilidade e insalubridade.
- Problemas de armazenamento dos materiais reciclados - lugares para acomodação dos materiais, quando dentro de casa competem com os móveis e entulham as casas com os riscos de doenças e animais que transmitem zoonoses
- Quando os materiais são guardados no quintal geralmente ficam expostos a céu aberto sem nenhuma proteção com cobertura, com acúmulo de água de chuva e a proliferação de mosquitos e sujeiras, além disso, aqueles que guardam os materiais em terrenos baldios, geralmente o fazem próximos do rio, por invasão o qual correm o risco de perder tudo que acumularam com as inundações e fortes chuvas.
- Devido ao baixo valor do material quem não tem esclarecimento sobre o valor dos resíduos e do mercado, acaba por receber pouco.
- A maioria deles não utiliza equipamentos de proteção individual e vivem se arriscando a contrair doenças e zoonoses no manuseio dos resíduos, como também, se cortar com objetos perfuro cortantes.
- Ainda é nítido a própria desvalorização do profissional pelas outras pessoas, como pelo próprio catador que se sente muitas vezes envergonhado por estar nessa profissão.
- Atravessadores compram os resíduos dos catadores e acumulam muito mais materiais do que os menores e vendem diretamente para as empresas.

Criadores de animais

- É uma trabalho majoritariamente de segunda ocupação do entrevistado e para consumo próprio. Apenas 20,51% dos entrevistados declarou criar os animais para comercializar. Como a legislação municipal não permite a atividade em área urbana, é necessário um atenção especial no processo de intervenção do CBR.

■ Trabalho, ocupação, empregabilidade e qualificação profissional

- População jovem, mas sem escolaridade e qualificação profissional.
- A forma de ocupação mais comum no Complexo Beira Rio é a do trabalhador por conta própria (45%). Aproximadamente 85% dos trabalhadores por conta própria afirmaram não estarem registrados como MEI. Ou seja, trabalho desprotegido, sem nenhum tipo de seguridade social, atinge a maior parte da força de trabalho das comunidades do Complexo Beira Rio.
- Além disso, deve-se registrar que boa parte desses trabalhadores e trabalhadores (55% aproximadamente) que moram na área de risco, possuem mais que 40 anos de idade. Dessa forma tais atividades não são ocasionais ou realizadas por quem é jovem e aguarda colocação no mercado assalariado. Trata-se de atividade permanente que em grande medida se explica pela impossibilidade de acesso a formas de assalariamento protegidas. Na área consolidável o mesmo padrão acima retratado, nela pouco mais de 60% dos trabalhadores por conta própria possuem mais de 40 anos de idade.
- Na área definida pelo Projeto, das 325 chefes de família em situação de desemprego, 206 são mulheres, correspondendo a 85% do total. Ainda vale destacar que entre as pessoas que afirmaram não estar trabalhando nem à procura de trabalho, 67% são mulheres, correspondendo a quase 80% do total. No que diz respeito à faixa etária, essas mulheres são mais idosas, com 79% possuindo 59 anos ou mais de idade. Já das 241 pessoas declararam que não estão trabalhando, mas procurando trabalho, a grande maioria possuem 30 anos ou mais de idade, com um percentual de 65%.

- Quando analisamos a variável ocupação atual, na área de risco, observou-se que os domicílios onde o chefe familiar está desocupado a participação feminina é de 85%. Para área consolidável o padrão é muito semelhante é encontrado ao se observar os domicílios com chefes desocupados a participação dos lares liderados por mulheres é de 87%.

■ **Infraestrutura**

Esgotamento sanitário - Os dados sobre a falta de esgotamento sanitário revelam que na área considerada como risco, cerca de 70% dos domicílios estão nessa situação e descartam de forma inadequada o esgoto sanitário, "direto no córrego", na rua ou por meio de fossa negra.

Potencialidades

Infraestrutura

- As casas localizadas na área consolidável são em sua grande maioria de alvenaria e estão em boas condições (com revestimento nas fachadas e internamente), além disso, a amostra apresentou um cenário positivo em relação ao esgotamento sanitário, cerca de 75% dos moradores entrevistados afirmaram que 75% ter ligação oficial com a rede pública de esgotamento sanitário.
- A coleta dos resíduos sólidos produzidos nos domicílios parece satisfazer a demanda, sendo que 99% declararam ser atendidos por coleta regular. Destes, 84% responderam que esta coleta é feita na porta de suas casas e 15% em outro local.
-

Comunicação

- A comunicação entre a PMJP e DEMACAMP/Anima com as comunidades que integram o CBR, aparentemente, é de fácil realização haja vista que 80% dos futuros beneficiários do Projeto João Pessoa Sustentável, dispõe de smartfone, fazendo uso relativamente frequente da internet e outras redes sociais, inclusive, por meio de pacote de dados contratados com operadora.

Integração com a cidade

- As Comunidades que integram o CBR estão integradas à malha urbana de João Pessoa, considerando que estão às margens de duas Avenidas estruturadas, a Avenida Pedro II e Avenida Beira Rio, onde há serviço regular de transporte coletivo, meio utilizado pela maioria das famílias (45%) para chegarem em seus bairros. Somando-se os que utilizam transporte coletivo e aqueles que usam o transporte próprio, chega-se a 72% do total.

Empreendedorismo e Internet

- Boa parte dos empreendedores do Complexo Beira Rio relatam acessar diariamente a internet por meio de seus smartphones. No entanto, poucos são os empreendimentos que atualmente tem seus negócios estruturados na rede mundial de computadores. Diante de tal potencial recomenda-se que o programa ofereça aos empreendedores cursos e acompanhamento para desenvolvimento de seus negócios via internet.

Fomento ao cooperativismo e associativismo:

- Apesar do pouco conhecimento acerca de experiências cooperativas, 65,7% dos entrevistados mostrarem-se propensos a aderirem a formas associativas ou cooperativas de trabalho. Entre os que não manifestaram interesse em integrar uma cooperativa ou associação a resposta mais comum 50% está ligada ao fato de preferirem atuar sozinhos.

- Há a possibilidade também de conexão entre artesãos, criadores (e outras categorias profissionais) das comunidades nas experiências vigentes no Município.

Qualificação profissional

- Há grande interesse dos moradores do Complexo Beira Rio por cursos de qualificação, sobretudo na área de gastronomia, beleza e informática. Recomenda-se ao longo do desenvolvimento do trabalho a oferta de cursos, quando possível em parceria com a política pública vigente, e posterior inserção desses trabalhadores no Sistema de Emprego de João Pessoa.

Por fim, emergem alguns temas relevantes para serem levados ao debate e à reflexão técnica na elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do CBR. A seguir, agrupados em quatro grandes temas e elencamos algumas questões prioritárias que deverão ser tratadas na etapa de elaboração do PDT.

Respeito a memória do CBR - rememorar a história do passado e registar no presente.

- Valorizar a história do CBR atráves de ações que enobreçam as pessoas e moradores que fizeram e fazem parte das comunidades.

Igualdade de Gênero - oferta de oportunidades e garantia de rede de apoio.

- A importância de inserção mulheres em atividades extra domésticas, de capacitação e/ou aprimoramento de talentos, que já desenvolvem nos cotidianos de cada uma. Com apoio e orientação técnica de modo a possibilitar um incremento na renda familiar.
- Considerar no processo de relocação das famílias para os novos conjuntos habitacionais e urbanização do CBR, a rede de apoio as mulheres.
- Necessidade de uma busca ativa, especialmente no caso dos Programas de Assistência Social, que apresentam o pior desempenho entre os demais, no sentido da inclusão de novos beneficiários na sua amplitude, com apoio específico para o processo de transição da relocação.

Educação, trabalho qualificado e seguro - fomentar o aumento da escolaridade, qualificação profissional e seguridade social.

- Necessidade de reforço educacional e escolar, com o apoio da Secretaria de Educação da PMJP e com a implementação de programas voltados para a alfabetização de jovens e jovens adultos, que integram a população aqui considerada.
- Proposição de programas e projetos de inserção social pelo trabalho, sobretudo diante das restrições estruturais de geração de trabalho via emprego assalariado regular e da relevância do trabalho por conta própria para a sustentação da vida dessas pessoas e de suas famílias.
- Apoio e orientação aos moradores do CBR que desejam a mudança da ocupação atual (exemplo : catadores).
- Qualificação para possibilidade conversão das atividades econômicas .
- Ofertar curso e assessoria aos comerciantes para o comercio pela Internet.

Novas formas de relacionamento com o território

- Eleger a educação ambiental como instrumento de convivência e criação de novas relações no CBR, tanto nos conjuntos habitacionais como na relação com o rio e o parque linear.
- Apesar de grande parte das casas do CBR serem consolidadas, faz-se necessário um acompanhamento durante a execução das obras. Devido a execução da obra de

urbanização pode ocorrer possibilidade de dano devido ao movimento de terra ou mesmo demolição de casas vizinhas.

- Necessidade de atenção especial no processo de relocação dos moradores que desenvolvem atividades econômicas, com destaque para os catadores de recicláveis e criadores de animais.

Isto posto, passamos para as próximas etapas do Plano de Desenvolvimento Territorial, sua elaboração, validação e implementação. Como guia para o desenvolvimento dessas etapas elencamos grandes temas a serem trabalhados, são eles:

- **Respeito a memória do CBR-** rememorar a história do passado, valorizando os fatos e pessoas importantes das comunidades que compõem o CBR através de ações de mídia, nomeações de equipamentos, ruas e novos espaços oriundos na intervenção no território.

- **Igualdade de Gênero** - ofertar de oportunidades de fora igualitária para homens e mulheres do CBR, garantir a escuta e participação das mulheres no processo de intervenção e valorização dessas na história da comunidade. Por fim, garantir uma de rede de apoio (do estado e as comunitárias existentes) de forma a possibilitar o acesso das mulheres as novas oportunidades.

- **Educação, trabalho qualificado e seguro** - fomentar o aumento da escolaridade, qualificação profissional e seguridade social dos trabalhadores e trabalhadoras do CBR.

- **Novas formas de relacionamento com o território** - educação ambiental como instrumento de convivência e criação de novas relações no CBR, seja nos novos espaços dos conjuntos habitacionais, durante o processo de urbanização do território e a relação da comunidade com o parque linear.

Todas as ações, atividades, cronograma e custos serão detalhados no Produto 13 - Plano de Desenvolvimento Social a partir desses grandes temas e dos pilares estruturadores do plano: Sustentabilidade Ambiental, Geração de Trabalho e Renda e Inclusão de Gênero

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal:** a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitare, v.10).

ARAÚJO, Anete Regis Castro de. **Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador**: 1930–1949. 2004, Salvador, 326f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Política de Meio Ambiente e Observância de Salvaguarda** - OP 703 BID. Reassentamento Involuntário- Política Operacional e documento de antecedentes Washington, D.C. Outubro de 1998 - OP 710 BID.

BANDEIRA, Lourdes Maria; OLIVEIRA, Eleonora M. de. **Trajetória da Produção Acadęmica sobre as Relações de Gęnero nas Cięncias Sociais** In: GT 11 - A transversalidade do gęnero nas cięncias sociais. *XIX Encontro Anual da ANPOCS.* Caxambu, outubro de 1990.

BIROLI, Flávia. **O público e o privado**. In: MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2019**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em http://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Famílias e Domicílios. Resultados da Amostra. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf. Acesso em: 29 de agos. 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social.** Brasília. NUTE/UFSC. Ano 2014

BRASIL. SNHIS, Lei No 11.124, 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carvalho, Maria do Carmo Brant. **Gestão Social e Trabalho Social.** Ed. Cortez. SP. Ano 2014.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e Desemprego no Brasil.** Rev. Adm. Pública. Espaço **e Método**. 5 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

DEMACAMP/ANIMA. Manual de Instruções, 2021

DIEB, Marília de Azevedo; MARTINS, Paula Dieb. **O Rio Jaguaribe e a História urbana de João Pessoa/PB: da harmonia ao conflito.** XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil.** Uma breve discussão. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a Arquitetura também mulher:** planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo. Editora Annablume, 2011.

I URB Favelas. **Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas.** São Bernardo do Campo- S.P. Ano 2014

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas –Versão 2.0**. Rio de Janeiro: 2007.

IDOM para o Município de João Pessoa. Ano 2015.

IPEA. **Desempenho recente do mercado de Trabalho e perspectivas.** Carta de Conjuntura Número 55 – Nota de Conjuntura 28 – 2º Trimestre de 2022. Divulgado em: 24/06/2022.

JESUS, Jaqueline Gomes. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012.

JOÃO PESSOA (Cidade). Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Marco de Gestão Ambiental e Social - (MGAS) - Estudos Ambientais – BID**. João Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa Sustentável. Ano 2020.

JOÃO PESSOA (Cidade). Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Plano de Reassentamento e Relocalização de População e Atividades EconômicasPDRR de João Pessoa.** Ano 2017.

Jornal “A União”, 1983, 1984 e 1985

Jornal “O Correio da Paraíba”. 1983, 1984 e 1985

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares:** o trabalho além da norma salarial. Oikos: São Leopoldo, 2021.

KRAYCHETE, Gabriel. **Análise da pesquisa das atividades econômicas das populações a serem reassentadas no Complexo Beira Rio** – Relatório Final. 2022.

KRAYCHETE, Gabriel; SANTANA, Gabriel. Economia dos setores populares e inclusão socioprodutiva: conceitos e políticas públicas. In: IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** (BMT): n 52, ago. 2012.

Lei 11.888/08- **Lei Federal de Assistência Técnica Pública e Gratuita para o Projeto e a Construção de Habitação de Interesse Social. Governo Federa**l, ano 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUCENA FILHO, Severino Alves de; BEZERRA, Luciana Freire. **Políticas e estratégias de comunicação na comunidade Padre Hildon Bandeira, João Pessoa - PB**, Brasil: sobre micro - revoluções cotidianas. Revista Internacional de Folkcomunicação, Ponta Grossa/PR, Volume 16, Número 37, p. 256-272, Julho/Dezembro 2018.

MAGALHÃES, Alex. **O direito das favelas**. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2013.

Pastuk, Marília; Velloso, João Paulo dos Reis. **Favela como Oportunidade. Plano de Desenvolvimento de favelas para Inclusão Sócio Econômica.** Fórum Nacional- Rio de Janeiro. Ano 2013.

PMJP. **Plano Diretor de João Pessoa – A Cidade que eu quero**. Relatório do diagnóstico técnico – P2b. João Pessoa, Paraíba, out. 2021.

PMJP. **Plano Diretor de Reassentamento e de Relocalização. Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa.** João Pessoa, Paraíba, maio, 2017. Disponível em < https://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/PDRR-JOAO-PESSOA_FINAL_MAIO_2017-1.pdf >.

PMJP. **Plano Diretor de Remanejamento e de Relocalização – PDRR** (João Pessoa, 2017)

PMJP. **Programa de Desenvolvimento Sustentável de João Pessoa.** Disponível em: https://www.joaopessoa.pb.gov.br/programas-e-projetos/joaopessoasustentavel/. Acesso em 13 de jul. 2021.

PMJP. **Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentado do Município de João Pessoa. 1º Produto do Diagnóstico Socio territorial. João Pessoa, 2020.** Disponível em https://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Diagnostico-Socioterritorial-do-Complexo-Beira-Rio-CBR.ABR_.2020pdf.pdf. Acesso em: 05 de jul. /2022.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no estado da paraíba: A atuação de lúcia braga em meio às práticas políticas locais.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História - UFPB), João Pessoa, 2017.

ROLNIK, Raquel et all . **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?**. 2011. Disponível em: guia-mulheres-pt_ok.pdf (wordpress.com) Acesso em 08 de jun. 2022

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife, 1989, **mimeo.** [Tradução: Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila].

SCOTT, Joan. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. **Projeto História,** São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012. [Tradução: Ana Carolina E. C. Soares].

SINGER. Paul. **Introdução à economia solidária.** Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2002.

TELLES, Vera. As fronteiras da lei como campo de disputa. In: PERALVA, Angelina (Org.). **Ilegalismos na globalização:** migração, trabalho e mercados. UFRJ Editora: Rio de Janeiro, 2016.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. ARGVMENTVM: Belo Horizonte, 2010.

TELLES, Vera. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusivas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, Patrícia et al. **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistência. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2015.

TRIGO, Maria Helena Bueno; BRIOSCHI, Lucília. Política e gênero. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org). **Gênero, educação e política**: múltiplos olhares. São Paulo: Ícone, 2009.